

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/332947805>

Economia Feminista: uma proposta epistemológica em defesa do pluralismo

Chapter · January 2008

CITATIONS

3

READS

86

1 author:



[Brena Fernandez](#)

Federal University of Santa Catarina

36 PUBLICATIONS 47 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Economia Feminista [View project](#)



Redações e artigos
científicos premiados





3° Prêmio Construindo
a Igualdade de Gênero

Redações e artigos
científicos premiados

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Nilcéa Freire
Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

3° Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero

Redações e artigos
científicos premiados



Brasília 2008

©2008. Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede, 2º andar, sala 200
70047-900 – Brasília-DF
Fones: (61) 2104-9377 e 2104-9381
Fax: (61) 2104-9362 e 2104-9355
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.spmulheres.gov.br

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Projeto Gráfico
Aldo Ricchiero

Revisão
Luana Nery Moraes

Distribuição gratuita

Tiragem: 5.000 exemplares

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e artigos científicos vencedores – 2008. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

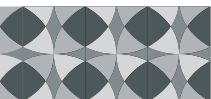
244 páginas

1. Igualdade de gênero. 2. Estudos de gênero. I. Título

CDU 396.1

Programa Mulher e Ciência • 3ª Edição

3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero



Promoção

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM/PR
Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT
Ministério da Educação – MEC
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

Co-promoção

Gabinete da Presidência do CNPq /Serviços de Prêmios
Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM



Sumário

Apresentação

Categoria Graduado

Artigos científicos premiados

A Dimensão do Enfoque de Gênero no Programa Bolsa Família: ranços e avanços na promoção do empoderamento das mulheres nos municípios baianos

Bárbara Maria Santos Caldeira – Universidade Católica de Salvador

19

Economia Feminista: uma proposta epistemológica em defesa do pluralismo

Brena Paula Magno Fernandez – Universidade de São Paulo

37

O Jovem Macho e a Jovem Difícil: sexualidade, subjetividade e governo no discurso curricular

Shirlei Rezende Sales do Espírito Santo – Universidade Federal de Minas Gerais

56

Menção Honrosa

Desaparecidos Civis: um problema de gênero e geracional

Dijaci David de Oliveira – Universidade de Brasília

79

Presença da imprensa feminista no Brasil

Elizabeth da Penha Cardoso – Universidade de São Paulo

95

Categoria Estudante de Graduação

Artigos científicos premiados

Penetras no Clube do Bolinha: a carreira política das mulheres na Câmara dos Deputados

Fernanda Nunes Feitosa Barros – Universidade de Brasília

117

Relações de Gênero e Rock' N' Roll: um estudo sobre bandas femininas de Florianópolis

Rodrigo Cantos Savelli Gomes – Universidade do Estado de Santa Catarina

134

Participação Política e as Relações de Gênero: o caso do orçamento participativo de Belo Horizonte

Uriella Coelho Ribeiro – Universidade Federal de Minas Gerais

149

Menção Honrosa

Um Estudo Exploratório sobre o Turismo Sexual na Cidade de Salvador, através da visão dos facilitadores dessa prática.

Daphne Oliveira Soares – Universidade Federal da Bahia

161



Autonomia e Projetos Profissionais das Jovens na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul	
<i>Lucas Coradini</i> – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	176

Categoria Estudante de Ensino Médio
Redações premiadas na etapa nacional

Marias de Nascimento	
<i>Isabella Luchi Coutinho</i> – Centro Federal de Educação Tecnológica – Vitória – ES	193

O Encontro: da diversão à reflexão	
<i>Fernanda Resende Serradourada</i> - Colégio Olimpo – Goiânia – GO	196

Uma Certa Maria	
<i>Leonardo Francisco de Azevedo</i> - Colégio Tiradentes - Lavras - MG	199

Redações premiadas na etapa por Unidade da Federação

ALAGOAS	
Onde estão às mulheres negras na história e nos espaços de poder?"	
<i>Jones Pedro Gomes</i> - Escola Estadual Dr. Antônio Gomes de Barros – Novo Lino – AL	205

CEARÁ	
Os homens podem ser feministas?	
<i>Raul Holanda Oliveira Magalhães</i> - Escola de Ensino Fundamental e Médio Deputado Joaquim de Figueiredo Correia – Iracema – CE	208

DISTRITO FEDERAL	
Cavalos marinhos	
<i>João Paulo Sousa Maciel</i> – Centro de Ensino Médio nº 01 de São Sebastião – DF	211

MARANHÃO	
A importância das lutas feministas e o apoio masculino	
<i>Danilo Almeida Silva</i> - Centro de Ensino Inácio Passarinho – Caxias – MA	213

MATO GROSSO	
Nem apenas eu, nem outro você, mas sim um pouco de nós	
<i>Maiara Larissa Daronco</i> - Colégio Mãe da Divina Providência – Primavera do Leste – MT	215

PARÁ	
O sexo e a bunda na sociedade neoliberal	
<i>Zilmara Zamyly da Silva Almeida</i> - Colégio Pitágoras de Carajás – Parauapebas – PA	218

PERNAMBUCO	
As aparências enganam	
<i>Adélia Andrade de Araújo</i> - Escola de Aplicação Prof. Chaves – Aliança – PE	220



RIO DE JANEIRO

O Poeta e o Doce Desprezo

Pedro Eduardo Ferreira - Centro de Estudos Supletivos - Petrópolis - RJ

223

RIO GRANDE DO NORTE

Igualdade, antes tarde do que nunca

Mikael Nilton de Araujo - Escola Estadual Vicente de Fontes - João da Penha - RN

226

RIO GRANDE DO SUL

De jaleco e salto alto

Melissa Vanzella - Instituto Rio Branco - São Leopoldo - RS

229

RONDÔNIA

A importância da atuação da mulher na sociedade

Bruna Angélica Borges - Escola Estadual de Ensino Fundamental e
Médio Carlos Gomes - Cocal - RO

231

SÃO PAULO

Temas que não ganham concursos

Filipe de Freitas Serafim - Escola Municipal de Ensino Médio
Vereador Antonio Sampaio - São Paulo - SP

233

Menção Honrosa

Igualdade de Gênero e Homofobia: Uma Política Por Construir

Valdemar Alves Ferreira - Escola Estadual Prudente de Moraes - São Paulo - SP

237

Mulher Brasileira for *export*: carnaval, favela e bunda

Eraldo Souza dos Santos - Centro Federal de Educação Tecnológica - São Paulo - SP

239





Apresentação

Já em sua terceira edição o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero é uma iniciativa que nos orgulha muito. Legitima os estudos de gênero no universo acadêmico e mobiliza estudantes e professores do ensino médio a refletirem sobre questões da maior urgência no ambiente escolar do país.

Neste ano em que lançamos o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, resultado do amplo processo de discussão da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o Prêmio se reveste de maior importância, já que se trata da concretização de prioridades reafirmadas no II PNPM e da consolidação de ações conjuntas entre o CNPq, MCT, MEC, UNIFEM e SPM que vêm sendo desenvolvidas desde 2005, através do Programa Mulher e Ciência.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, parte integrante do Programa Mulher e Ciência, é uma proposta que caminha no sentido de estabelecer as bases para mudanças culturais profundas, exigidas pelo nosso compromisso com um mundo de plena equidade de gênero. No II PNPM reafirmamos os princípios de contribuição com a educação pública na construção social de valores que garantam a inclusão das questões de gênero, raça e etnia nos currículos; que reconheçam e busquem formas de romper com as práticas educativas, a produção de conhecimentos, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias.

Assim o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero tem se voltado para o alcance, entre outros, dos objetivos específicos do II PNPM, que se propõem a:

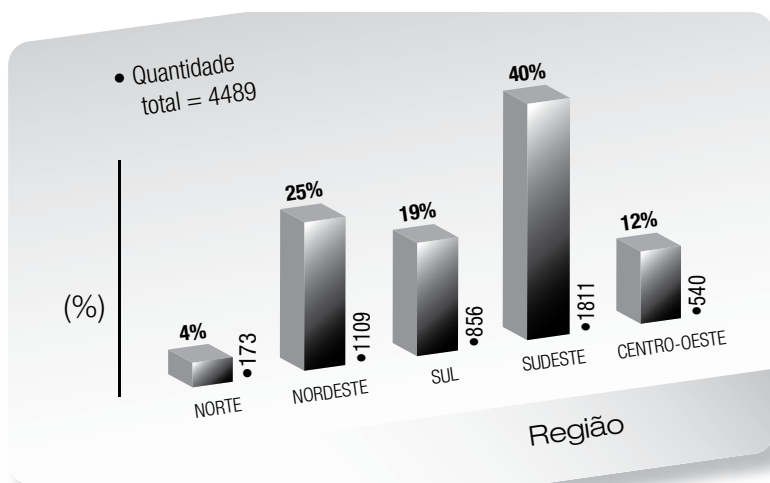
- ☛ Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de conteúdos de educação para a equidade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica;
- ☛ Contribuir para a redução da violência de gênero, com ênfase no enfrentamento do abuso e exploração sexual de meninas, jovens e adolescentes;
- ☛ Estimular a participação das mulheres nas ciências e a produção de conhecimento na área de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnico-raciais, geracional, das pessoas com deficiência, entre outros.

No contexto das ações do Programa Mulher e Ciência, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero se insere também no conjunto de esforços que a SPM vem fazendo no sentido de aprofundar as recomendações referentes à educação recebidas pelo governo brasileiro do Comitê da Organização das Nações Unidas, que zela pela implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discrimina-

ção contra a Mulher (CEDAW), quando da apresentação do VI Relatório Brasileiro em julho de 2007.

Entre essas recomendações está a intensificação dos esforços para acelerar e aprofundar as mudanças culturais. Reconhecendo os esforços empreendidos pelo setor educacional brasileiro para transformação das relações de gênero, o Comitê aponta, entre os campos que merecem prioridade, a atenção à tendência de direcionamento de homens e mulheres a carreiras específicas e o problema da reafirmação de estereótipos de gênero associados às áreas de atuação profissional.

No enfrentamento dessas questões, o Programa Mulher e Ciência tem ampliado o alcance de suas iniciativas para o apoio a projetos e pesquisas através de parcerias com a CAPES e o INEP, sendo estas voltadas para os programas de pós-graduação e para a análise dos indicadores de gênero sobre a participação das mulheres nas carreiras acadêmicas. Os espaços abertos nas instituições de ensino e pesquisa em todos os níveis dos sistemas de educação, ciência, tecnologia e inovação do país são fundamentais para a construção de ambientes propiciadores de novas culturas que incluam as



reflexões sobre as relações de gênero.

Em seu terceiro ano de existência, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero já atingiu um total de 4.489 participantes, dos quais 29% do sexo masculino e 71% do sexo feminino. 40% dos participantes são da região Sudeste, 25% do Nordeste do país, 19% do Sul, 12% do Centro-Oeste e 4% da região Norte.

Tais números indicativos das tarefas que ainda nos cabe enfrentar, em termos do necessário enraizamento de propostas de políticas públicas de gênero de alcance nacio-

nal, são também expressão do crescente interesse que o Prêmio vem despertando nas escolas e universidades do país.

As redações e artigos científicos polêmicos, inovadores, ousados e, sobretudo, criativos abrangem dos escritos ficcionais a críticas a dimensões de gênero de políticas públicas. Entre os temas abordados estão o enfrentamento à violência de gênero, ao racismo, à homofobia; a crítica aos estereótipos de gênero tão recorrentemente presentes na mídia; a lei Maria da Penha; a participação política das mulheres; retomadas de histórias de feminismos; a fome zero; sexualidade; homens feministas; mulheres nas ciências. Tais “*temas que não ganham concursos*” nos dão a certeza de que estamos no caminho certo.

Esperamos que a leitura dessas redações e artigos - ora expressão de duras realidades, ora de perspectivas de mudanças - seja inspiradora para novas ousadias e que possam ser um material provocador de novas leituras por se tratar de textos transformadores de mentalidades e práticas.

Nossos melhores agradecimentos a todas aquelas e todos aqueles que de alguma forma têm dado sua contribuição inestimável para o sucesso e a consolidação do Prêmio: aos nossos parceiros, aos integrantes das comissões pré e julgadoras, aos profissionais, aos estudantes e suas/seus professoras/es e orientadoras/es que vêm aceitando partilhar conosco mais esse desafio em prol de uma sociedade com mais cidadania.

Nilcéa Freire

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Sergio Rezende

Ministro de Ciência e Tecnologia

Fernando Haddad

Ministro da Educação

Marco Antonio Zago

Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ana Falú

Diretora do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas
para a Mulher no Brasil e Cone Sul



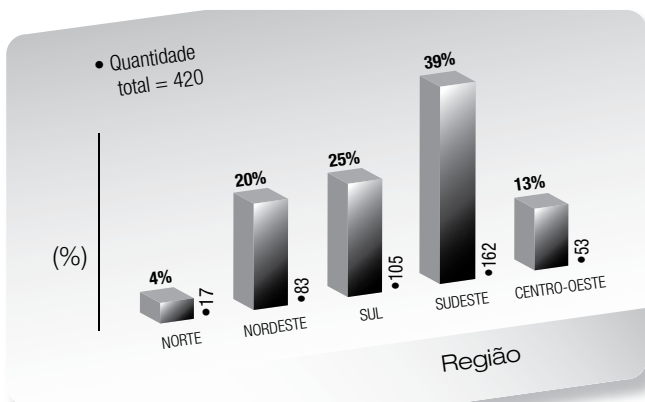
Categorias Graduado e Estudante de Graduação

O 3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero recebeu este ano um total de 1211 trabalhos, 591 inscrições, nas categorias Estudantes de Graduação e Graduados, o que representa um aumento de 64% de trabalhos inscritos em relação ao ano anterior.

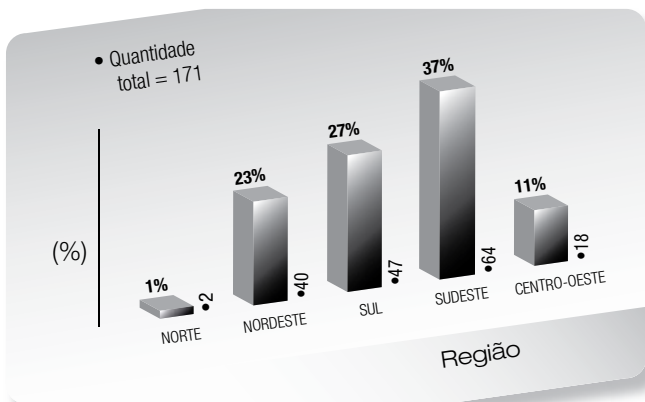
Destes, uma equipe de técnicos do CNPq pré-selecionou 448, sendo 139 da categoria Estudante de Graduação e 309 da categoria Graduado.

Cumprindo seu objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero no País e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas, o 3o Prêmio nas categorias Estudantes de Graduação e Graduados contou com a participação mais expressiva das regiões sudeste, sul e nordeste do país.

Categoria Graduado



Categoria Estudante de Graduação



A Comissão Julgadora do 3º Prêmio nas categorias Estudante de Graduação e Graduados foi composta pela vice-presidente do CNPq, Wрана Maria Panizzi - presidente da comissão - e pelos professores Durval Muniz de Albuquerque Júnior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Bila Sorj da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Eva Alterman Blay da Universidade de São Paulo, Pedrinho Arcides Guareschi da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Deis Elucy Siqueira e Wivian Weller, ambas da Universidade de Brasília.

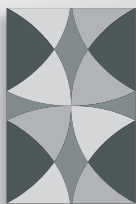
A Comissão Julgadora reunida em 5 de março de 2008 selecionou três ganhadores para a categoria Graduadas/os (2 mulheres e 1 homem), e homenageou quatro trabalhos (de 2 mulheres e de 2 homens) com a Menção Honrosa.

Esses trabalhos científicos foram selecionados obedecendo aos critérios de: qualidade do texto quanto ao conteúdo e à forma de apresentação; originalidade da abordagem; contribuição ao conhecimento sobre o assunto; e adequação teórica e metodológica.

Os premiados na categoria graduados receberam R\$ 10.000,00 reais (dez mil reais) e, se estiverem cursando e adequados aos critérios do CNPq, bolsas de mestrado ou doutorado. Na categoria estudante de graduação R\$ 5.000,00 reais e, se adequados aos critérios do CNPq, bolsa de Iniciação Científica.

Os departamentos a que pertencem as(os) premiadas(os) receberam um computador e uma assinatura anual da Revista Estudos Feministas e dos Cadernos PAGU.





Categoria Graduado

Artigos científicos
premiados

**A Dimensão do Enfoque de Gênero no Programa Bolsa Família:
ranços e avanços na promoção do empoderamento das
mulheres nos municípios baianos**

Bárbara Maria Santos Caldeira – Universidade Católica de Salvador¹

Orientadora – Prof.^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

“Não se trata somente de reconstituir os discursos e saberes específicos às mulheres, nem mesmo de lhes atribuir poderes não reconhecidos. É preciso compreender como uma cultura feminina se constrói no interior de um sistema de relações desiguais, como ela mascara as falhas, reativa os conflitos, baliza tempos e espaços, como, enfim, pensa suas particularidades e suas relações com a sociedade global”.

Rachel Soihet, Suely Gomes Costa e Rosana M. Alves Soares, 2001.

 Considerações Iniciais

O “empoderamento das mulheres”, neologismo construído para definir a ação de “tomar o poder” por aqueles que carecem dele, significa para o universo feminino não um ato de subordinação das pessoas, mas a garantia dos meios necessários ao combate aos estereótipos de que são objeto e à conquista de um *status quo* social que lhes permita defender e representar idéias e comportamentos na sociedade.

Para a pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Ana Alice Costa (s.d., s.p.), *“os problemas ligados às questões de poder têm sido um dos principais entraves aos projetos de desenvolvimento”*, ao passo que Julieta Kirkwood (1986, s.p.) completa essa idéia ao afirmar que *“o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte”*.

No século XX, a partir dos anos 70, debates acerca dos rumos que objetos de investigação dos estudos de gênero e das teorias feministas ganham vozes principalmente na América Latina e Europa. Para a historiadora espanhola Maria Antonia García León, professora titular de Sociologia da Universidade Complutense de Madrid (1999), ao

1 Licenciada em História pelas Faculdades Jorge Amado. Doutoranda em História pela Universidade de Burgos - Espanha. Coordenadora de Apoio a Projetos, Programas e Conselhos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Alagoinhas – BA. Assessora de Projetos Sociais da ONG Centro de Formação Talita. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude, Identidade, Cidadania e Cultura (NPEJI) – Diretório de Pesquisa CNPQ, alocado no Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea - Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

estabelecemos balanços, assinalarmos problemas e sublinharmos idéias e forças sobre o tema, estamos contribuindo para a disseminação da luta a favor da mudança de paradigma do significado de uma expressão escrita por D. Fernando Bertrán de Lis em 1859: *“el silencio es el ornato de la mujer”*.

García de León traçou muito bem o balanço da trajetória bibliográfica sobre as mulheres nas últimas décadas, tendo com referência as observações feitas por especialistas francesas, como Michel Perrot (1986), que a divide no seguinte quadro: 1. A predileção sempre presente pelos estudos do corpo, da sexualidade, da maternidade, da fisiologia feminina e das profissões próximas a “natureza feminina”; 2. A dialética relacionada às relações de poder, dominação e opressão, que assumem quase em sua totalidade, sentido tautológico, em um ato de omissão de análises que considerem o tempo e espaço dessas relações; 3. A superestimação dos estudos de discursos normativos que não delegam atenção e mérito necessários das práticas sociais e dos modos de resistência a tais discursos, o que provocam, muitas vezes, um modelo de autofascinação pela “desgraça”; 4. A ausência de conhecimento da história do feminismo e de sua articulação com a história política e social; e, finalmente, 5. A falta de reflexão metodológica e teórica.

Partilhamos da mesma ponderação da socióloga: essas debilidades, em sua maioria, já foram superadas pelos estudos feministas, talvez restando ainda, ranços referentes à predileção por estudos mais próximos a natureza feminina no mundo do trabalho, da sexualidade e da família.

Entre 14 e 18 de julho de 1999, especialistas nos estudos de gênero participaram da Mesa Redonda “Mulheres e homens, uma história em comum?” no II Congresso Internacional História em Debate, espaço que testemunhou propostas e desafios para a História das Mulheres, tema que merece destaque entre as preocupações atuais, como bem frisou a investigadora Alicia Itati Palermo da Universidade Nacional de Luján (2000, p.3): *“la de una historia común, al amparo de la unidad de la ciencia; la de una historia de las mujeres sin otra referencia que las propias mujeres y la de una historia de las mujeres desde el punto de vista relacional”*.

Unidade privilegiada da agenda social nas últimas décadas, as mulheres vêm sendo alvo de propostas de intervenções dos programas sociais do atual governo federal que, através de políticas, buscam beneficiar esse grupo através da diminuição do peso da pobreza e da melhoria dos serviços básicos prestados pelo Estado, nas áreas da educação, saúde e assistência social. Essa ação se volta, sobretudo, à urgência do aumento da valorização dos sujeitos e do fortalecimento de suas identidades, enfraquecidas pelo aumento constante dos vários tipos de violências sofridas e praticadas nos espaços públicos e privados, onde destacamos a violência doméstica, a de gênero e a intrafamiliar que andam na contramão da garantia dos direitos humanos. (CAVALCANTI, 2005).

Caminhando pelo século XXI, encontramos entre os programas direcionados à construção da cidadania e à ruptura do ciclo intergeracional do quadro de vulnerabilidade social que caracteriza o cotidiano dessas meninas, adolescentes e mulheres em todo país, projetos e programas como os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e de Igualdade Racial, o Programa Gestão Pública e Cidadania, o SENTINELA, o Projeto Se Essa Casa Fosse Minha, o Programa Saúde na Família, o PRONAF, o Agente Jovem (para 2008 tal programa será migrado para o Bolsa Família, com alteração de nome – PROJOVEM Adolescente, agregando o eixo profissionalizante) e aqueles que de forma transversal se propõem a considerar o enfoque de gênero, a citar o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família implantado em outubro de 2003 e promulgado em 2004 com a criação da lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 pela atual gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva² tem por princípio norteador o combate à fome e à pobreza no país, resultado da unificação dos Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRM), Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Programa Auxílio-Gás, que tem a pretensão de uma gestão descentralizada, com destaque para a intersetorialidade entre os entes federados, com a participação comunitária e o controle social.

As três dimensões que pautam o programa estão articuladas de forma que promovam o *“alívio imediato da pobreza”* através da transferência direta da renda às famílias beneficiárias e reforcem a ação dos direitos básicos nas áreas da Saúde e Educação utilizando as condicionalidades (ferramentas criadas para controlar e “garantir” o acesso aos serviços médicos e a presença de crianças e adolescentes nas escolas), *“o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações”*. (MDS, 2004).

Por último, a política prevê o trabalho de coordenação de programas complementares que visem o desenvolvimento do capital econômico, cultural e social³ das famílias, por

2 O Programa Bolsa Família foi considerado pela opinião pública e pelos analistas da última eleição presidencial no país, elemento-chave para a reeleição do presidente Lula. Fábio Soares et al (2006, p.09) elucida muito bem essa idéia ao concluir que: “Por ter sido estabelecido por uma medida de origem presidencial, o Bolsa Família é quase que automaticamente associado ao governo que o instituiu e mantém. Em decorrência dessas diferenças, governos específicos, por um lado, não recebem créditos políticos diretos pela administração do BPC e, por outro, são imediatamente identificados ao Bolsa Família. Evidência disso são as disputas pela paternidade política do Bolsa Escola e demais programas de transferência de renda e de seu sucessor, o Bolsa Família, muitas vezes levadas ao extremo de se negar qualquer relação entre eles”.

3 O conceito de capital econômico, cultural e capital social é abordado pelo estudioso Carlos Hasenbalg (2003) ao discutir a distribuição dos recursos familiares que, segundo o autor, são recebidos e percebidos de formas distintas por cada integrante na hierarquia familiar. Por capital econômico devemos considerar o resultado da renda familiar per capita para o domicílio com filhos; o social é mensurado a partir da presença física dos adultos e da atenção destinada às crianças; e, finalmente, o cultural, mensurado pelo grau de escolaridade dos pais e demais residentes de 15 anos ou mais. Hasenbalg chega à conclusão de que realmente existe uma distribuição diferenciada dos recursos

meio de ações nas áreas de geração de emprego e renda, políticas afirmativas de raça-etnia e gênero, alfabetização de jovens e adultos e documentação como registros civis.

O enfoque de gênero e, destarte, o empoderamento da mulher são sub-temas alocados na agenda social do programa, apesar de não serem incorporados legalmente por sua normativa e diretrizes. De fato, a primeira avaliação de âmbito nacional que traça o perfil das famílias beneficiárias do PBF, realizado em março de 2007 e publicado em 21 de agosto de 2007 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), traz uma fotografia sobre números e não um diagnóstico de como o programa está sendo desenvolvido e acompanhado nos municípios.

O documento utiliza como referência de análise, os dados da última Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios (PNAD) realizada em 2006, onde compara estatísticas referentes às condições de moradia, saneamento básico e escolaridade ao número de famílias pobres, homens, mulheres, adolescentes e crianças, considerando as categorias raça-etnia e faixa etária. Identificamos como problemas de ordem maior, a não-convergência de elementos referenciais fundamentais para o estudo comparativo, como demonstram as confusões conceituais acerca da família contemporânea. Entendemos, portanto, que há um prejuízo que recai nas interpretações sócio-econômicas do instrumento, haja vista as considerações produzidas pelo mesmo.

Em paralelo, os pesquisadores Marcelo Medeiros (2007), coordenador do IPEA no Centro Internacional de Pobreza (IPC) /Programas das Nações Unidas (PNUD), a pesquisadora visitante do IPC, Tatiana Britto e o técnico da coordenação do IPEA no Centro Internacional de Pobreza (IPC) /Programas das Nações Unidas (PNUD), Fábio Soares, em artigo recente sobre o programa, dedicam um sub-capítulo à temática gênero e sua relação com os resultados do Bolsa Família ao longo desses três anos de vida.

O estudo traz alguns argumentos favoráveis à assertiva relacionada à concretização de uma realidade crescente do empoderamento das mulheres beneficiárias do programa ou ligadas à gestão do Bolsa Família. Como referência para essa ponderação, os pesquisadores baseiam suas críticas na Avaliação desenvolvida pela “Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento” – AGENDE para o MDS em 2006 com apoio do Department for International Development.

Nos limites deste artigo, nosso objetivo é apresentar algumas considerações acerca das perspectivas defendidas pelo MDS que afirmam o crescimento de elementos que

.....
familiares na hierarquia social dos grupos, o que evidencia, em suas palavras, que *“famílias cujos chefes são trabalhadores manuais urbanos e rurais de cor preta e parda contam com sérias desvantagens na apropriação e acumulação de recursos, configurando assim contextos mais desfavoráveis para a socialização das novas gerações”*. (HASENBALG, 2003, p.81).

justifiquem o aumento do empoderamento feminino das beneficiárias do Programa Bolsa Família através da transferência direta da renda e pelo índice ocupacional na gestão do programa pelas mulheres. Os dados e análises aqui descritos integram o projeto de pesquisa “Programa Bolsa Família, Gênero e Juventude”, coordenado pela professora Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti e iniciado em julho de 2007 com previsão de conclusão em janeiro de 2008.

No entanto, já é possível apresentar aspectos relevantes sobre a condição do acompanhamento das condicionalidades direcionadas às mulheres no programa. A investigação compõe o quadro de projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude, Identidade, Cidadania e Cultura (NPEJI), alocado no Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea/Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e aborda, além do tema aqui estudado, a interseção entre o Bolsa Família e o Programa Agente Jovem, objeto de análise de outros trabalhos da equipe.

Os dados e depoimentos apresentados foram coletados entre os meses de setembro e outubro em 96 municípios baianos. O critério de seleção das localidades foi o valor numérico apresentado pela IGD e gestões respectivas durante o primeiro semestre de 2007, sendo incluídos no recorte espacial aquelas gestões que obtiveram o desempenho no programa inferior a 0,6, o que significa, segundo parâmetros do MDS, que as ações de oferta, monitoramento e fiscalização da política estão aquém do objetivo traçado pelo governo.

Políticas de ações afirmativas ou manutenção de práticas assistencialistas?

Entre os meses de junho e julho de 2006, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (MDS) em parceria com a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais no Estado da Bahia (SECOMP) iniciaram a primeira etapa do Plano Estadual de Apoio aos Municípios, desenvolvido pelo Centro Educacional de Tecnologia em Administração (CETead).

O objetivo principal do projeto foi acompanhar e apoiar as gestões municipais baianas do Bolsa Família no que diz respeito a dois aspectos: à intersetorialidade entre as esferas envolvidas (Governo Federal, Estado, Prefeituras e Caixa Econômica Federal) e a eficiência da gestão descentralizada proposta pelo programa.

A primeira etapa compreendeu a realização de Oficinas de Instância de Controle Social, das quais participei como apoio técnico. Esse momento foi criado para reunir os gestores e representantes da sociedade civil com o desejo de escutar e registrar as principais demandas locais em torno do objetivo geral. Ao todo, dos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios baianos, 387 (trezentos e oitenta e sete) participaram das 21 (vinte e uma) oficinas, o que resulta um percentual de aproximadamente 93% (noventa e três) do estado.

O caminho percorrido enveredou pela metodologia quantitativa e qualitativa. Diante dos resultados da primeira etapa descrita acima – Oficinas de Instância de Controle Social com a presença de mais de 658 (seiscentos e cinquenta e oito) pessoas, entre gestores municipais e sociedade civil –, pode-se verificar os problemas mais frequentes e os principais desafios do programa, e traçar um mapa das questões essenciais que deveriam ser abordadas, objetivando com isso conhecer e analisar a realidade relativa ao cumprimento das condicionalidades em âmbito local.

O ponto de partida foi construído a partir de tal levantamento que possibilitou a produção de números que estão traduzidos em três pontos relevantes: 1. Problemas de comunicação entre as esferas envolvidas no programa; 2. Problemas de informação entre os sistemas e instrumentos de fiscalização do programa; e 3. Problemas e desafios envolvidos na organização social municipal referente ao cumprimento das condicionalidades da política pública.

Tabela 01: Resultado Geral dos 96 municípios entrevistados. Dados referentes à situação da Saúde no acompanhamento das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família.

Informações da Saúde Essa ações são cumpridas no município?	Presença da ação em %
Registro do Acompanhamento às Famílias beneficiárias pelo PBF	58,96
Encaminhamento dos Relatórios para o Gestor	06,37
Encaminhamento dos Relatórios para o SISVAN	78,52
Total de Municípios	96

Fonte: Elaboração da Autora. Dados coletados em 96 municípios baianos⁴ entre 10/2006 Junho/ junho 2006, Salvador, BA.

.....
4 Lista dos municípios: Salvador, Água Fria, Terra Nova, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Jacuípe, Dias Dávila, Mata de São João, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Valença, Anguera, Barrocas, Cachoeira, Candeal, Castro Alves, Conceição da Feira, Itiruçu, Jaguaquara, Jequiriçá, Laje, Lajedo do Tabocal, Lamarão, Maragojipe, Muritiba, Nova Itarana, Riachão do Jacuípe, Santa Inês, Santa Terezinha, São Felipe, Serrinha, Almadina, Itajuípe, Itacaré, Ibirapitanga, Marauí, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Cairu, Chorrochó, Paulo Afonso, Santa Brígida, Jeremoabo, Pedro Alexandre, Antas, Cícero Dantas, Heliópolis, Cipó, Tucano, Nova Soure, Jandaíra, Conde, Cardeal da Silva, Entre Rios, Aramari, Itanagara, Piritiba, Rui Barbosa, Nova Viçosa, Santa Cruz de Cabralia, Santa Cruz da Vitória, Porto Seguro, Itaju do Colônia, Belmonte, Pau Brasil, Ibirapuã, Vereda, Guaratinga, Eunópolis, Mascote, Camacã, Ilhéus, Santa Luzia, Una, Arataca, Contendas do Sincorá, Barra do Rocha, Boa Nova, Iguaí, Ipiaú, Itagibá, Vitória da Conquista, Dário Meira, Ibirataia, Itambé, Mirante, Nova Caanã, Maiquinique, Planalto, Caetanos, Caatiba, Ubatã e Ribeirão do Largo.

Foram aplicados, na segunda etapa do projeto, noventa e seis (96) questionários envolvendo os representantes municipais (gestores, secretários, diretores de escolas, médicos, enfermeiras, agentes de saúde e assistentes sociais). Posicionamo-nos diante da seguinte reflexão: Há alguma interferência sensível dos problemas de comunicação e organização social enfrentados pelo PBF no atendimento e desenvolvimento do programa? Munidas de tais informações elaboramos um questionário dividido com enfoque nas áreas da educação, saúde e assistência social. Para a análise em questão, selecionamos o quadro das condicionalidades ofertadas pelos dois últimos enfoques.

Tabela 02: Resultado Geral dos 96 municípios entrevistados. Dados referentes à situação da Assistência Social às famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família.

Informação da Assistência Social Essas ações são realizadas pelo município	Presença da ação em %
Possui instrumentos para acompanhar as condicionalidades?	06,38
Há algum plano de aplicação do IGD?	25,21
No plano há integração entre a Assistência Social e o PBF?	19,43
O município tem CRAS?	45,30
O Recurso do IGD é aplicado nas atividades do CRAS?	03,24
Total de Municípios	96

Fonte: Elaboração da autora. Dados coletados em 96 municípios baianos entre 10/2006 e 12/2006 com IGD menor que 0,6.

Para a saúde, encontramos um contexto que legitima os índices para essa condicionalidade que não apresentou melhorias entre o mês de julho de 2006 e março de 2007. Somente registram o acompanhamento realizado nos postos de saúde da família (PSFs) e outros pontos de atendimento 58,96% dos entrevistados. Dessa parcela, apenas 6,37% apresentam os relatórios à gestão do programa e 78,52% enviam diretamente ao Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Todavia, os índices nulos relacionados ao Índice Condicionalidade Saúde (ICS), ou seja, o não recebimento do acompanhamento pelas equipes de saúde, como mostram os dados do Ministério da Saúde, alertam para um problema: como poderia ao menos garantir que as famílias estivessem recebendo serviços básicos como pré-natal, vacinação, acompanhamento de peso e medida das crianças e orientações acerca do aleitamento materno?

Porém, a situação da Assistência Social ofertada às famílias nesses municípios talvez seja o problema mais grave enfrentado pelo programa na atividade de priorizar esse

grupo social como unidade interventora da política, principalmente às mulheres. Devemos, antes de qualquer crítica, apontar que essa área é a única que não possui valor numérico que participe e interfira diretamente no cálculo do IGD e, portanto, na avaliação do programa e das gestões locais. Isso significa que a Assistência Social possui uma função de suporte às ações complementares à saúde e à educação, para não esquecermos o CADÚNICO. Só 6,38% do universo pesquisado possuem instrumentos para acompanhar as condicionalidades.

Ressaltamos, também, o fato de que, em muitos casos, a Secretaria de Assistência Social é a responsável pela gestão do programa. 25,21% informam que possuem algum plano de aplicação do recurso repassado de acordo com os valores alcançados pelo IGD, o que traduz uma frágil atuação no que tange à proposta de aplicação dos recursos disponibilizados pelo MDS à melhoria da política através da promoção de programas complementares de geração de renda e de educação de jovens e adultos, símbolos da porta de saída do PBF.

Desses 25,21%, somente 19,43% constroem atividades que integrem a Assistência Social e o PBF. Menos da metade possui o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o que torna ainda mais fraca a atuação desse setor nos municípios, já que para receber alguns benefícios e programas sociais ofertados por estes devem estar habilitados nesse conselho, inclusive o próprio recurso IGD, que só é repassado àqueles nessa condição.

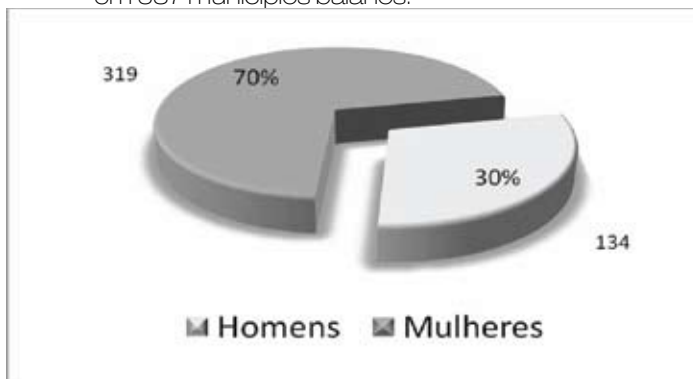
E, por fim, um número gritante: só 3,24% das gestões PBF aplicam os recursos do IGD nos planos de ação do CRAS. A partir desse quadro, percebemos que as ferramentas de controle social que compõe o mecanismo de gestão dos benefícios ainda precisam ordenar as pedras que formem a longa estrada da Bolsa Família.

A terceira⁵ etapa da pesquisa, a realização de grupos focais com as famílias beneficiárias, que em sua totalidade foram compostos por mulheres jovens, traz outros aspectos relevantes que nos conduzem a responder de forma clara o argumento do IPEA e da agência VOXPOPULIS sobre a simbologia do empoderamento da mulher, representado pela posse do cartão de benefícios e pela presença feminina majoritária nos cargos de gestor municipal do programa. Com efeito, o universo de quatrocentos e cinquenta e três (453) representantes municipais distribuídos pelas trezentas e oitenta e sete (387) localidades baianas indica numericamente a predominância das mulheres na gestão do Bolsa Família, como mostra o gráfico 01. De fato, os relatos das mulheres beneficiárias

5 A terceira etapa da pesquisa corresponde à área de atuação individual de cada integrante do projeto. A temática gênero-juventude está inserida na linha de pesquisa que atuo no NPEJI - Juventude e Políticas Sociais. A outra integrante do projeto, Izabel Cristina Firmo Foglia aborda, para o mesmo projeto, o tema do Controle Social e seus instrumentos de monitoramento e fiscalização nesses municípios.

do programa que participaram dos grupos focais caminham na contramão da idéia de gênero construída pelo governo federal e pela visão econômica do IPEA.

Gráfico 01: Presença feminina na Gestão do Programa Bolsa Família em 387 municípios baianos.



Fonte: Elaboração da autora. Dados obtidos nas Oficinas da Instância de Controle Social. Junho/ junho 2006, Salvador, BA.

Devemos lembrar a memória histórica que traz a feminização da trajetória de algumas profissões no Brasil, originada por valores sociais e caracterizada, inclusive, pela segregação de gênero ou por conotações discriminatórias (por serem funções que se aproximam da idéia dos deveres maternos e cuidados familiares), como se observa a área da assistência social no Brasil. (JACOBSEN, 2003).

Aliado a esse contexto, nos remetemos mais uma vez ao fato de que na maioria dos municípios, a gestão do programa é responsabilidade da assistência social e, portanto, uma atividade inserida no universo majoritariamente feminino. Fator que indica a fragilidade do argumento dos economistas do IPEA (MEDEIROS ET AL, 2007) acerca do aumento da autonomia da mulher na vida pública local: os números que apresentamos confirmam uma quase tradição na distribuição ocupacional entre os setores brasileiros e apontam que ainda é perigoso trabalhar em cima de informações inconsistentes.

Ao lermos os resultados da pesquisa realizada pela agência Voxpopulis, que traz como tema central o aumento do “empoderamento das mulheres” simbolicamente representado pela posse do cartão de benefícios do programa, indagamos que debates sobre relações de gênero a sociedade brasileira, os meios de comunicação e o Estado estão propondo e protagonizando. O governo federal parece satisfeito com as considerações do IPEA (MEDEIROS et al, 2007) e do relatório final de atividades das Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE/MDS, 2006), ao abordar “os papéis de gênero”.

De acordo com a AGENDE (2006),

a mudança que requer mais atenção, tanto por ser generalizada como por se constituir na mais sólida das bases para a saída da condição de pobreza, é o fato de as mulheres terem começado a tomar consciência, do significado da cidadania.

Por outro lado, os programas de transferência de renda são acusados de contribuir para a manutenção das desigualdades presentes nesse debate ao longo da história das políticas sociais que adotam esse modelo. Essa “acusação”, embora não seja mais divulgada entre os analistas dos PGRMs, está vinculada à idéia de que a renda seria a responsável pela retirada das mulheres do mercado de trabalho para se dedicarem aos cuidados dos filhos, parentes idosos ou que portasse alguma necessidade especial. (MEDEIROS et al, 2007).

De acordo com a pesquisa,

programas condicionais, como o Bolsa Família, teriam um papel mais perverso ainda, pois forçariam as mulheres à tarefa adicional de assegurar que as crianças cumprissem as condicionalidades de saúde e educação. Já se viu anteriormente que não é razoável crer que as transferências de um programa como o Bolsa Família tenham impactos negativos significativos sobre a participação no mercado de trabalho das famílias beneficiárias; ao contrário, ele pode até mesmo aumentar essa participação. E, à medida que os programas tenham impacto sobre a escolarização, o razoável é assumir que podem liberar parte do tempo das mulheres envolvidas no cuidado infantil para exercer outras atividades, inclusive remuneradas. (MEDEIROS et al, 2007, p.22).

Identificamos pontos de reflexão essenciais para essa questão: 1) Cumprimentos das condicionalidades X Manutenção/Autonomia nos espaços público e privado; 2) O significado da cidadania e sua relação com a posse do cartão/recebimento do benefício pelas mulheres; 3) Ações complementares do programa e a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Tendo em vista os números resultantes da pesquisa com amostragem de 96 (noventa e seis) municípios baianos sobre o acompanhamento das condicionalidades de saúde e assistência social, iremos aproveitar esse quadro para refletir sobre os pontos que

acabamos de levantar. A primeira questão nos reporta à distância das prerrogativas sobre gênero presente entre a intenção e o gesto, nas mentalidades que trilham caminhos onde a vida privada cruza a estrada da vida pública no processo de mistura de sentimentos e percepções sobre os papéis de homens e mulheres. Esses, por sua vez, enveredam por posições extremistas, a citar a função protetora masculina e a imagem da mulher cuidadora. (ARAÚJO & SCALON, 2006).

Em quase sua totalidade, a mulher/mãe é a responsável legal pelo recebimento do benefício, informações familiares no Cadastramento Único e pelo cumprimento das condicionalidades. Ao responsável cabe, enfim, o monitoramento das atividades exigidas como contrapartida pelo governo federal, ou seja, garantir a presença das crianças e adolescentes na escola, atualização do cartão de vacinação de crianças entre 0 e 6 anos e frequência nas consultas médicas de pré-natal (gestantes), campanhas de aleitamento materno, dentre outras.

É verdade que esse quadro de atividades descritas não se distancia muito do cotidiano das famílias brasileiras; no entanto, os depoimentos das mulheres nos grupos focais produzidos para uma amostra de 20 (vinte) grupos (aproximadamente 21% (vinte e um por cento) das localidades avaliadas) delineiam as percepções que elas vivenciam. O perfil geral das participantes aponta um alto nível de desemprego e o exercício de prestação de serviços bem esporádico.

Quando questionadas sobre a relação trabalho/família/maternidade, 56,8% concordam plenamente que, ao trabalhar fora, a mulher contribui para a melhoria da qualidade de vida da família e 73,4% acredita ser esse o caminho da conquista de sua independência. Quase 80% declararam que a educação dos filhos é prejudicada pela ausência das mães. *“A educação é o que eu posso deixar para meus filhos, sem ela, eles não terão chance na vida”*, afirma Gilvânia, 24 anos, casada, empregada doméstica. Retomando a idéia sobre a importância da família, destacamos a reflexão da antropóloga Cintya Sarti (2005) que nos lembra que essa instituição não é *“funcional”*, idéia afinada com o discurso apresentado pelas mulheres dos grupos: os papéis e as funções delegadas a cada pessoa estão mais ligados à identidade que se constrói a cada problema ou situação enfrentados do que uma estruturação bem definida das atividades e símbolos das figuras maternas e paternas, masculinas e femininas.

Acreditamos, dessa forma, que há uma distinção bem clara acerca do significado dos vínculos biológicos e afetivos que permeiam as relações familiares e sociais dessas pessoas. No universo das famílias pobres, a divisão entre o mundo público e o privado é mais complexa, desenrolando-se uma série de questões: ela passa a não mais se constituir como núcleo, ainda que numericamente a consideremos como família nuclear (pai, mãe e filhos), mas *“como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de*

obrigações morais que enreda seus membros...”, afirma Sarti. (2005, p.70).

Essa rede assume não somente a condução dos aspectos da vida privada, mas, sobretudo, inicia uma ação de compartilhar e de ajuda mútua, uma verdadeira rede de solidariedade, com a relativização de papéis, na maior parte do tempo impulsionada pelas necessidades diárias de sobrevivência, das relações intrafamiliares e de sua dinâmica.

Em paralelo, quando colocadas diante de perguntas como “quem é o (a) chefe de família em sua casa?” Surge pela primeira vez um discurso discordante entre os participantes. *“Quem tem que ganhar o dinheiro, dar o sustento é meu marido. Mas quem decide o que fazer com o dinheiro é eu, eu não sou a mulher da casa?”* responde Gilvânia com um olhar de enfrentamento às outras mulheres que mostraram um posicionamento distinto para o mesmo tema.

Silvana, 22 anos, casada, dona de casa, nos remete a citar que o próprio Bolsa Família coloca como prioridade de delegação do responsável legal pelo recebimento do benefício, a mãe, a figura feminina, por considerar que a mulher possui um caráter de maior responsabilidade e confiança para gerir os gastos do benefício.

Entretanto, esse elemento não garante uma análise de ordem geral para nosso estudo: a figura do homem ganha um sentido mais relacionado ao papel de “protetor” da família, *“de intermediário entre a família e o mundo externo, em seu papel de guardião da respeitabilidade familiar”*, superando a autoridade ligada ao sustento financeiro do grupo e ganhando a posição de proteção contra os diversos tipos de violências ou a manutenção do vínculo matrimonial, essa última idéia destacada por Sílvia Carbonera. (SARTI, 2005, p.70; CARBONERA, 1999).

Aqui em casa quem manda sou eu. Quem sustenta meus filhos sou eu. Quando falta o pão, sou eu que dou jeito. Isso não quer dizer que o pai não seja importante. É bom para as crianças a presença dele. E eu me sinto mais segura. Com homem dentro de casa, os de fora vai pensar duas vezes em fazer alguma coisa contra eu e meus filhos. (Depoimento de Luzinete, 23 anos, casada, 5 filhos, faxineira).

A conquista de cidadania dessas mulheres, portanto, não é determinada em geral pela posse do cartão e recebimento do benefício, mas sim pela construção diária de identidades, da definição de papéis e pela luta cotidiana do equilíbrio entre as responsabilidades dos gêneros. Segundo Nathalie Reis Itaboraí (2005), um resumo comparativo entre dois modelos de família (o patriarcal e o eudemonista) caracteriza a história do direito desses grupos no Brasil. Grande parte das falas denuncia esse contexto, novos paradigmas presentes nos princípios educativos e nos padrões da

moralidade dos costumes familiares. Por outro lado, se as condicionalidades estipuladas pelo governo são direcionadas ao bem-estar social de crianças, adolescentes e mães, não estabelecendo uma política de intervenção direta ao bem-estar social dos demais integrantes das famílias, encontramos nas declarações das mulheres elementos não apenas de relações de poder, a exemplo do posicionamento de Gilvânia, mas, sobretudo, a manutenção de uma relação de interdependência, de ajuda mútua.

De acordo com as falas, o benefício em sua maioria é utilizado em bens materiais para os filhos, o que não significa que não sirva em algumas ocasiões para o bem-estar de todos os membros do grupo. *“Com o dinheiro do cartão (Bolsa Família), a gente pode comprar outras coisas: falta um caderno, às vezes o menino precisa de um sapato ou mesmo remédio. Não resolve tudo, mais ajuda sim”*. Nesse sentido, vemos a importância do argumento de Robert Castel estar presente na formulação e implantação de uma política como essa: uma sociedade de semelhantes e não de iguais:

Uma sociedade de semelhantes é uma sociedade diferenciada, portanto, hierarquizada, mas na qual todos os membros podem manter relações de interdependência porque eles dispõem de um fundo de recursos comuns e de direitos comuns. (CASTEL, 2005, p.36).

Contudo, encontramos outro desafio na concretização de uma sociedade de semelhantes: ao reconhecermos que as famílias se estruturam a partir de relações de poder, o que é inegável, haja vista as relações de gênero e geracionais, reafirmamos o pressuposto, como aponta Itaboraí, de que tais relações

não garantem uma redistribuição equânime de recursos, o que torna fantasiosa a expressão renda per capita, acena para a necessidade de pensar a tensão indivíduo - família e o papel que o Estado pode ter para assegurar o bem estar individual e familiar. (ITABORAÍ, 2005, p. 04).

Desejamos dizer que diante de tal situação, há um excesso de responsabilidades delegadas às famílias e principalmente às mulheres, quando o Estado e o mercado não conseguem controlar socialmente os impactos provocados por mudanças relativas ao trabalho, à educação, à saúde e à própria assistência social traduzindo uma realidade perversa, como caracteriza Ana Maria Goldani (2002), vivida pelo processo de *“passagem da mobilização de recursos da pobreza para a pobreza de recursos”*. O discurso do empoderamento da mulher se torna frágil a partir das argumentações apresentadas pelos estudos aqui citados: os espaços familiares em sua maioria demonstram diferentes e contrárias percepções para a mulher e para o homem, contexto para qual Joan Scott traz sua contribuição, quando declara que:

Em terceiro lugar, ao analisarmos a relação entre o incentivo à participação das mulheres no mercado de trabalho e o Bolsa Família, verificamos que o estudo do IPEA e o relatório da AGENDE trabalharam com o parâmetro da transferência direta de renda, omitindo a avaliação de números sobre as ações complementares previstas ao programa através de suas diretrizes. Do ponto de vista do “crédito”, é viável afirmarmos que a política está sendo eficiente ao cumprir as metas estabelecidas de famílias pobres beneficiárias (com base nas estimativas da PNAD e do Instituto Brasileiro e Geográfico de Estatísticas – IBGE para os anos de 2006).

Todavia, acreditamos que as ações mais concretas e efetivas para a promoção da emancipação têm nos programas complementares de geração de empregos e renda e de alfabetização de jovens e adultos, talvez, um âmbito maior de oportunidades. A oferta desses serviços integra a contrapartida municipal, sobretudo, como atividades obrigatórias da agenda social das gestões locais. O planejamento da política prevê um repasse financeiro complementar às gestões do Bolsa Família para o desenvolvimento de tais ações, estabelecido de acordo com os números indicativos do índice de Gestão Descentralizado (IGD), que resulta na média dos índices da saúde, educação e cadastramento único local.

Entretanto, as estatísticas levantadas pela Tabela 02 traçam a precária condição de ofertas da assistência social a essas famílias e mulheres beneficiárias. Retomando os números anteriormente analisados, apenas 6,38% da assistência social dos municípios possuem instrumentos para acompanhar as condicionalidades do programa; 25,21% declararam a existência de um plano de aplicação dos recursos do IGD em ações voltadas para a garantia da porta de saída dos beneficiários.

Quando muito, as atividades planejadas para o grupo feminino são direcionadas aos cursos de corte e costura, culinária e artesanato. Os depoimentos dos grupos focais confirmam o tímido trabalho realizado pela assistência que insistem em reproduzir os mesmos problemas e práticas assistencialistas que vêm se desenrolando ao longo do processo de implantação de políticas públicas no país. *“A prefeitura oferece os cursos. Mas aqui a gente não tem a quem vender, então não adianta de nada”*, ou seja, planejamento de metas a serem alcançadas que não consideram questões regionais, fatores favoráveis ao desenvolvimento local e a demanda específica do comércio. Ademais, quando não são oferecidas alternativas que venham contribuir para a diminuição do isolamento social, o aumento da emancipação feminina e de sua visibilidade no exercício de dialogar e de participação das deliberações da vida pública, o processo de desprivatização de suas experiências termina por reproduzir os problemas e obstáculos intergeracionais.

O reconhecimento da maior vulnerabilidade social das mulheres é também o reconhecimento de que sistemas de subordinações se cruzam, como os de classe, de raça

e de gênero, o que me leva a insistir que políticas de ações afirmativas se fazem necessárias mais no sentido de minimizar discriminações por conta de identidades político-culturais, como o ser mulher, ser negra, ser jovem ou ser mais velha – não ao azar grupos mais vulneráveis, ou que vêm se destacando entre os que se encontram em relações mais precárias de trabalho, no setor informal, no serviço doméstico, em formas de terceirização, trabalhos a tempo parcial e domiciliar. (CASTRO, 1999, p. 90).

Mas alguns avanços já começam a mudar a cara desse contexto: o programa “Mulher Cidadã”, implantado pelo município de Camaçari-BA em 2007, está contribuindo para progressos da garantia de autonomia financeira das mulheres participantes, através da superação do quadro de vulnerabilidade social apresentado ao ingresso no programa. Ressaltamos que o projeto teve a preocupação metodológica de estudar o mercado econômico local, visando determinar as oficinas de profissionalização.

O projeto traz objetivos de capacitar, valorizar e inserir as mulheres no mercado de trabalho. Ao total são 194 beneficiárias, que recebem o auxílio mensal de R\$ 120,00, que participam dos cursos durante cinco meses, de segunda a sexta-feira, das 15:00 às 19:00. A programação dos cursos tem como base, assuntos do dia-a-dia: saúde da mulher, auto-estima, cidadania, culinária, meio ambiente e o Brasil Alfabetizado (alfabetização de jovens e adultos). Para participar, as candidatas devem ser maiores de 16 anos e serem beneficiárias do Bolsa Família.

Considerações Finais

De fato, não podemos contestar, diante de estatísticas apresentadas, que políticas públicas tipologicamente planejadas pela transferência de renda direta são instrumentos eficazes na ação de reduzir desigualdades sociais. Entretanto, como pondera a socióloga Maria Alice Setubal (diretora-presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e fundadora e presidente da Fundação Tide Setubal), precisamos “ir mais além” na formulação de críticas e análises. Se, de certa forma, os números que indicam que a dupla citada acima foi responsável pela diminuição em um quarto das posições desiguais na sociedade entre os beneficiários, precisamos não apenas olhar, mas enxergar os desafios do programa que aumentam à proporção de sua extensão.

Se, por um lado, a transferência de renda diretamente às famílias pobres tem se mostrado muito mais eficaz do que o emprego de mecanismos indiretos de subsídios de preços, por outro, adotada como medida isolada, quase

nada contribuirá para tirar as famílias do ciclo de pobreza a que estão submetidas geração após geração. (FOLHA DE SÃO PAULO, 11/09/2007).

Concordamos com a mesma reflexão que Setubal elabora: é essencial para uma coerência de discursos e práticas, que o trabalho descentralizado e intersetorial previsto pela política assumam efetivamente lugares e papéis entre as esferas envolvidas, federal, estadual e municipal. Ao advogar essa problemática, a socióloga indica três necessidades que precisam estar integradas às ações do programa: 1. O trabalho de compreender e valorizar as dinâmicas intrafamiliares e a relação das famílias na comunidade; 2. O reconhecimento da importância de características regionais no desenvolvimento de programas que venham atender as demandas específicas dos municípios; 3. A constituição de equipes competentes, bem qualificadas e compromissadas com as políticas sociais de sustentabilidade.

Além disso, acreditamos que apesar da atribuição de determinar normas fuja em boa parte das atuais competências dos governos municipais, as possibilidades favoráveis dos gestores em introduzir inovações que fortaleçam a democracia são em número maiores em vista das unidades administradas – menor população, maior homogeneidade dos problemas e desafios locais. (RITTEL & WEBBER, 2000).

Assim, aos governos municipais apresenta-se a oportunidade de levar a efeito uma gestão participativa que resulte na criação do espaço público como lugar de validação da realidade social inteira, por meio da visualização das experiências vividas, dos problemas enfrentados e dos interesses defendidos pelos mais diversos atores sociais. Perante a existência de um espaço público dessa natureza não se poderia ignorar a necessidade de idealizar políticas específicas, pelo menos enquanto existam indivíduos e grupos isolados das esferas de tomada de decisão, e excluídos dos direitos sociais e econômicos básicos. (SUÁREZ et al, 2002, p. 77).

Partilhamos da compreensão de que o programa, além de não trazer claramente em sua normativa legal, o reconhecimento das competências das famílias na sua organização interna e na superação de suas dificuldades, responde muito menos a prometida primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família e às mulheres.

Na conquista dos meios necessários que possibilitem às mulheres defender idéias, propor debates e que garantam espaços de equidade social, o Programa Bolsa Família caminha lentamente na melhoria e crescimento dessa realidade. É essencial

o aperfeiçoamento de políticas afirmativas que trabalhem no combate à redução das desigualdades de gênero, reconhecendo que tais ações assumem na sociedade brasileira atual a mesma importância da rede de proteção social que balizam as condicionalidades do programa, reduzindo ranços e promovendo avanços para o aumento do empoderamento feminino e ao enfrentamento da feminização da pobreza.

✂ REFERÊNCIAS

AÇÕES EM GÊNERO CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO (AGENDE). “O programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero: o desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público”. Relatório final de atividades apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e ao Department for International Development (DFID). Mimeografado. Brasília, 2006.

ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi. “Gênero e a distância entre a intenção e o gesto”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 21, nº 62, outubro de 2006.

CARBONERA, Silvia Maria. “O papel jurídico do afeto nas relações de família”. In: *Repensando o direito de família. Belo Horizonte: IBDFAM, 1999.*

CASTEL, Robert. “As armadilhas da exclusão”. In: BELFIORE-WANDERLEY, M., BOGUS, L. & YAZBEK, M.C. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2004.

CASTRO, Mary Garcia. “Feminização da Pobreza em cenário neoliberal”. In: *Anais da I Conferência Estadual da Mulher*. Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher – Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

CAVALCANTI, Vanessa R. S. “Mujeres, derechos humanos y políticas públicas en Brasil”. *Portuguese Studies Review*. Peterborough, v. 12, n. 2, p. 189-208, 2005.

COSTA, Ana Alice. “Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres”. Disponível através de www.agende.org.br. Acessado em 23/08/2007.

GOLDANI, Ana Maria. “Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção”. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

HASENBALG, Carlos. “A distribuição de recursos familiares”. In: HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. “A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas”. In: *Anais do Seminário*

Famílias e Políticas Públicas. Porto Alegre: ABEP, 2005.

JACOBSEN, Joyce P. *The Economics of Gender*. Blackwell: Mass, 2003.

KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: las feministas y los partidos políticos*. Santiago: FLACSO, 1986.

LEÓN, Maria Antonia García de. “Los Estudios de Género en España (Un balance)”. In: *Revista Complutense de Madri*. Espanha: vol. 10, n.º 2, p. 167-187, 1999.

MEDEIROS, Marcelo, BRITTO, Tatiana & SOARES, Fábio. “Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil: Contribuições para o Debate”. In: *Textos para Discussão*. Brasília: IPEA, junho de 2007.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “O Brasil e o Cumprimento da CEDAW”. In: Contra-Informe da Sociedade Civil. Ao VI Relatório Brasileiro à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW. Período de 2001-2005. Brasília: MDS, 2007.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004”. Disponível através de www.mds.gov.br

PALERMO, Alicia Itati. “Reseñas de las Actas del II Congreso Internacional Historia a Debate”. Espanha: 2000. Disponível em: www.h-debate.com

Perfil das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, março de 2007. Publicado em 22/08/2007. Disponível através do www.mds.gov.br

RITTEL Horst & WEBBER, Melvin. “Dilemas de una teoría general de planeación”. In: VILLANUEVA, Luiz F. *Problemas públicos y agenda de gobierno*. México: Miguel Angel Porrúa Editorial, p. 161-188, 2000.

SARTI, Cynthia Andersen. “A família como ordem simbólica”. In: *Revista de Psicologia USP*. São Paulo, 15(3), p. 11-28, 2004.

SCOTT, Joan W. “O enigma da igualdade”. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril, 2005. Disponível através de www.scielo.org.br

SETUBAL, Maria Alice. “Muito além da transferência de renda”. In: *Tendências/Debates*. São Paulo: Folha de São Paulo. 11/09/2007.

SOARES, Fábio. V. *et. al.* “Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade”. In: *Textos para Discussão*. Nº 1228. Brasília: IPEA, 2006.

SUÁREZ, Mireya, TEIXEIRA, Marlene & CLEAVER, Ana Julieta Teodoro. “Gestão Local e Desigualdades de Gênero”. In: *Cadernos AGENDE*. Brasília: AGENDE, 2002.

Economia Feminista: uma proposta epistemológica em defesa do pluralismo

Brena Paula Magno Fernandez — Universidade de São Paulo¹

Orientador – Supervisor – Marcos Barbosa de Oliveira²

Introdução

As práticas predominantes da ciência moderna, desde o seu estabelecimento no século XVII até hoje, incorporaram algumas suposições particulares acerca da realidade e sobre como ela pode (e deve) ser investigada pelo homem. Podemos esquematizá-las da seguinte forma: [1] existe um mundo de ‘fatos puros’ (ou algo semelhante a isso); [2] existe uma ordem nomológica subjacente a esse mundo; e [3] existe uma (e apenas uma) ciência que expressa [2], representando bastante adequadamente [1].

No âmbito social, historicamente, a Economia foi a disciplina que mais de perto seguiu esse ideal nomológico de objetividade. A teoria econômica neoclássica assenta-se nos mesmos elementos que supostamente garantiriam o rigor na formulação das verdades científicas na física clássica: o caráter nomológico na construção das teorias, o formalismo e, por fim, a matematização, para citar apenas três dentre os mais relevantes.

Note-se que a *neutralidade axiológica* aparece, tanto aqui como no caso das ciências naturais, como uma pré-condição para a objetividade do conhecimento que se almeja alcançar. Os valores devem permanecer restritos à esfera normativa, enquanto que a Economia positiva do *mainstream* ocupa-se tão somente com o estudo *objetivo* baseado nas ‘leis’ da economia (como, por exemplo, a lei da oferta e demanda, ou a lei de Say), num nítido paralelo com as leis da física.

Apesar de bastante consolidada e ainda dominante, essa concepção geral de ciência vem sendo confrontada com diferentes tipos de críticas ao longo das últimas quatro décadas, pelo menos. Em comum, essas críticas pós-positivistas – sejam elas kuhnianas, feministas ou dos filósofos que reivindicam falar em nome de segmentos oprimidos do terceiro mundo – compartilham justamente a rejeição da idéia de que os valores não exerçam qualquer papel significativo nas ciências. Inserindo-se nessa tradição crítica, a análise que faz o filósofo Hugh Lacey (1998,1999) tem como alvo a pretensão – própria da ciência moderna – de revelar a realidade em todos os seus aspectos ‘tal qual ela realmente é’. Segundo sua abordagem, há (e deve haver) uma interação profunda entre ciência e valores, que é essencial para a metodologia científica. Lacey mantém que tanto valores sociais quanto cognitivos desempenham papéis importantes na

.....
1 Pesquisadora de Pós-Doutorado da Universidade de São Paulo. Bolsista CNPq.

2 Professor do Departamento de Filosofia da Educação e ciência da Educação da Universidade de São Paulo

atividade científica, porém em momentos lógicos distintos. A proposição de que as ciências estão livres de valores não cognitivos constitui, desta forma, o cerne de sua discussão crítica. De acordo com seu modelo, o que de fato ocorre é que ciência moderna foi, desde seus primórdios, norteadada pela *metafísica materialista*, segundo a qual, como vimos acima, o mundo é constituído por objetos e processos governados por leis universais, aos quais podem, em princípio, ser reduzidos *todos* os fenômenos investigados, sejam eles naturais, sociais, econômicos ou humanos. Tal metafísica apóia-se em evidências impessoais, predominantemente quantificáveis, e oferece, segundo Lacey, uma compreensão dos objetos e fenômenos do mundo a partir de um viés muito próprio: sua capacidade de serem (tecnicamente) manipulados e, portanto, controlados. É por essa razão que a estratégia de pesquisa materialista reflete uma decisão (valoração) social oculta – o controle sobre a natureza – sendo, por sua vez, reforçada (i.e. estimulada) em decorrência do controle que propicia.

Entretanto, a prerrogativa da perspectiva de valor que favorece o controle (ou os ‘modernos valores de controle’) – que está consolidada nas estratégias materialistas – não se aplicaria a alguns fenômenos-chave contemporâneos, bem como aos projetos a eles relevantes. Pelo menos quatro movimentos são identificados por Lacey por sustentarem perspectivas de valor que se chocam frontalmente com os modernos valores de controle: o ambientalismo, todo o conglomerado antiglobalização, os movimentos de base da América Latina e o feminismo. Estes movimentos adotam perspectivas de valor alternativas, que enfatizam principalmente aspectos como a sustentabilidade ambiental e a preservação do meio-ambiente e da biodiversidade, a participação popular, o reconhecimento completo dos direitos humanos (especificados pelos documentos internacionais), a solidariedade, a cooperação e o direito à diversidade e ao pluralismo cultural.

À luz da crítica de Lacey e de suas correspondentes propostas de alternativas, o presente trabalho está voltado para a exploração teórica de um desses grupos de resistência: a crítica feminista, ou, mais especificamente, a crítica feminista da ciência aplicada ao âmbito da Economia – a Economia Feminista.

De acordo com teoria feminista, por exemplo, a escassa participação das mulheres nas ciências, em geral, denota não apenas os preconceitos de uma sociedade que combina diferentes tipos de discriminação – sejam elas sociais, culturais, econômicas, raciais ou de gênero –, como também, e fundamentalmente, sugere que os parâmetros mais caros ao conhecimento científico refletem um viés androcêntrico.

Se, como propõe Helen Longino (1993a, p.264), a filosofia da ciência feminista deve ser entendida como “novas e mais apropriadas maneiras de entender o mundo”, então colocar a descoberto o gênero (*to reveal gender*) significa revelar uma relação assimétrica de poder que suprime a atividade independente daqueles indivíduos do

gênero feminino. Essa relação assimétrica é sustentada seja por instituições sociais, seja por práticas simbólicas arraigadas, e feita invisível enquanto relação de poder através da ‘naturalização’ das diferenças de gênero nos modelos tradicionais das ciências da vida, do comportamento e das sociedades.

No âmbito sócio-econômico, a tarefa que se propõe a Economia Feminista é justamente: revelar esses efeitos perversos e essas relações desiguais de poder. Ou seja, a crítica feminista à Economia que discutiremos nesse trabalho pretende reconceitualizar aquelas categorias nada neutras com as quais se define, se mede e se estuda o fenômeno econômico na teoria neoclássica, colocando em questão a suposta objetividade que o modelo tradicional reclama possuir. Além disso, ela também se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a disciplina mantém como oculto.

❧ 1. O que é a Economia Feminista?

A Economia Feminista é um dos mais recentes programas de pesquisa em ciência econômica. Surge em 1990, quando a Conferência Anual da *American Economic Association*, pela primeira vez, inclui um painel relacionado especificamente às perspectivas feministas na Economia. Uma seleção dos artigos então apresentados é posteriormente publicada por Marianne Ferber e Julie Nelson, numa coletânea intitulada *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics* (1993). Desde então, o processo de consolidação dessa abordagem vem se desenvolvendo, particularmente após a criação, nos Estados Unidos, da *International Association For Feminist Economics* (IAFFE): espaço de debate dos diversos enfoques possíveis da Economia Feminista, e que passa a publicar a primeira revista desta natureza – *Feminist Economics* –, em 1995.

No Brasil, no entanto, essa corrente teórica ainda é extremamente incipiente, mesmo entre as abordagens ditas heterodoxas, que se contrapõem ao domínio neoclássico. Mas, afinal, o que constitui o programa de pesquisa em Economia Feminista? Qual o escopo de sua pesquisa e quais são suas características epistemológicas e metodológicas distintivas em relação aos outros programas heterodoxos de pesquisa em Economia, como a corrente histórica, a neo-keynesiana, a ecológica, a evolucionista e a do antigo institucionalismo, por exemplo?

A despeito do fato de a Economia Feminista dificilmente poder ser classificada como um bloco monolítico de pensamento³, podemos dizer que, em que pesem suas

3 Economistas feministas provêm de múltiplas escolas da Economia – desde a neoclássica, passando pela institucionalista e chegando até a marxista. Simultaneamente, elas ainda vinculam-se a diferentes vertentes políticas do movimento feminista (liberal, radical, marxista ou separatista). Por esse motivo, não é casual que tanto seus objetos teóricos quanto suas estratégias de investiga-

divergências internas, a característica comum que permite seu tratamento como uma corrente teórica é a introdução do *gênero* como categoria analítica também na Economia.

“Gênero”, tal como o termo é definido por muitas feministas, “é o *significado social* atribuído às diferenças biológicas entre os sexos” (Ferber & Nelson, 1993, p. 9). Refere-se, portanto, a construções culturais e não a dados biológicos. É uma reivindicação recorrente da crítica feminista que características tradicionalmente atribuídas tanto a homens quanto a mulheres como ‘naturais’ (no sentido de biológicas) sejam características, em última instância, comuns a toda espécie humana, sendo sua identificação como tipicamente ‘masculinas’ ou ‘femininas’ uma questão histórica e cultural.

A predominância e o privilégio de traços tradicionalmente considerados como tipicamente masculinos na moderna cultura ocidental promoveram, de acordo com a visão feminista, uma injusta e nefasta subjugação dos aspectos e características entendidos como predominantemente femininos – considerados inferiores e marginais. Baseando-se neste fato, com o intuito de organizar a discussão que segue, podemos dizer que a introdução do gênero pela crítica feminista na Economia atua em dois níveis, possuindo dois sentidos inter-relacionados.

1.1 Gênero – lado pragmático da crítica

Num primeiro sentido, mais *literal e pragmático*, o uso do gênero como categoria analítica permite às economistas feministas teorizar sobre desigualdades persistentes entre homens e mulheres, que emergem desses diferentes papéis sociais e de suas respectivas relações desiguais de poder.

Nesse primeiro sentido, a introdução do gênero visa reivindicar a inclusão de problemas que são típicos daqueles indivíduos do gênero feminino como questões relevantes do ponto de vista econômico. Algumas de suas preocupações mais evidentes possuem, portanto, um caráter *eminentemente prático*, como, por exemplo: propor a discussão – e o posterior equacionamento – da questão do trabalho doméstico (não remunerado), dos diferentes aspectos da participação e da discriminação das mulheres no mercado de trabalho (como o problema dos salários desiguais para trabalhos iguais), bem como da ‘invisibilidade’ de parte significativa do trabalho feminino na produção da riqueza nacional.

.....
ção sejam, da mesma forma, extremamente variados e suas conclusões, por vezes, conflitantes. A esse respeito, ver Strober (1994: p. 144). Essa diversidade de interesses, de inclinações políticas e de perspectivas teóricas reflete-se, obviamente, na escolha das abordagens metodológicas e epistemológicas que cada autor(a) privilegiará. É necessário que fique claro, portanto, que o presente trabalho está voltado para a exploração das possibilidades de *uma* dessas perspectivas epistemológicas – como o título já antecipa –, que possui propostas muito próprias, como se terá ocasião de verificar, especialmente a partir do item 4.

Um exemplo conspícuo da ‘invisibilidade econômica’ do trabalho feminino não remunerado, e de como isso repercute negativamente no sentido de perpetuar desigualdades econômicas (e sociais) arraigadas é o caso do cálculo do produto nacional. Segundo a crítica da Economia Feminista, pela metodologia atualmente vigente, os verdadeiros índices de produção são grosseiramente subestimados. Em outras palavras: a estimativa da produção nacional, se entendida como uma medida da atividade produtiva *total*, é destorcida, e as políticas sociais implementadas, tomando por base estes dados, são igualmente insatisfatórias para uma parcela significativa da população. O problema da metodologia nos cálculos destes índices está atrelado à incapacidade do paradigma econômico vigente de captar tudo aquilo que não for quantificável (voltaremos a tratar desta questão mais detalhadamente abaixo).

Mais recentemente, a Economia Feminista vem desenvolvendo ainda diversas outras linhas de pesquisa que exploram questões contemporâneas. Uma delas está relacionada aos efeitos perversos específicos derivados da aplicação de políticas macroeconômicas de inspiração neoliberal sobre a vida e o trabalho das mulheres. As políticas de ajuste produzem como efeito imediato, por um lado, a precarização do mercado de trabalho (desemprego, aumento no número de trabalhadores informais). Por outro, acarretam ainda uma drástica redução dos benefícios sociais, o que se traduz – desta vez indiretamente – na intensificação do trabalho familiar/doméstico realizado pelas mulheres, que procuram a todo custo compensar as perdas reais de renda e garantir um mínimo de estabilidade familiar. Nos países industrializados, esta situação se configura numa piora das condições de vida particularmente das mulheres e dos jovens nos grupos de baixa renda – fenômeno que vem se tornando conhecido como a ‘feminização da pobreza’. Nos países periféricos, é dispensável recordar, mas a situação é ainda mais grave, tendo em vista que engendra um círculo vicioso que perpetua cenários de desigualdade e pobreza. Por um lado, as mulheres ganham menos no mercado de trabalho e são as primeiras a sofrerem as consequências das políticas macroeconômicas de ajuste – seja o desemprego, seja a necessidade de aceitação de sub-empregos –, em decorrência de suas responsabilidades em casa, ou seja, porque historicamente especializaram-se no trabalho doméstico. Por outro lado, particularmente nas camadas sociais mais baixas, especializam-se cada vez mais no trabalho doméstico, uma vez que suas expectativas de inserção no mercado formal de trabalho são cada vez piores, e os retornos financeiros esperados, cada vez menores.

Estas pesquisas têm se generalizado sob a forma de estudos denominados ‘gênero e desenvolvimento’ (Barber & Kuiper, 2003; Carrasco, 1999; Robeyns, 2001) e o tipo de análise proposta coloca em questão a suposta neutralidade dos modelos macroeconômicos, no nível de suas repercussões pragmáticas: já que os enormes custos dos ajustes estruturais afetam de forma diferenciada (para pior) a uma camada específica da população, estes modelos possuem, de acordo com esse enfoque crítico, um viés de gênero, classe e raça.

O projeto da Economia Feminista, entretanto, não pretende reduzir-se a esses aspectos pragmáticos da crítica, ou seja, apenas à inclusão de tópicos e questões marcadamente ‘femininos’ na ciência, mas sim apontar também para uma re-configuração de toda constelação científica em seu fulcro teórico. Isto porque estes problemas práticos estão – argumentam – diretamente vinculados a uma inadequação teórico-metodológica.

1.2 Gênero – lado metodológico e epistemológico da crítica

Nesse momento, entra em cena o segundo sentido que a introdução da análise do gênero na Economia assume. Este possui um caráter mais *metafórico* e situa-se no nível da *crítica metodológico-epistemológica* da ciência tradicional. A alegação central das epistemologias feministas é que as características dominantes herdadas da ciência moderna positivista – racionalidade, objetividade, abstração, análise quantitativa e neutralidade axiológica – têm sido culturalmente associadas ao rigor e à masculinidade. Ou seja, supõem valores sexistas androcêntricos.

Inversa e simultaneamente, outras formas ou abordagens do conhecimento, que têm sido sistematicamente alijadas da instância oficialmente considerada como ‘científica’, carregam um viés para a cooperação, as análises qualitativas e verbais, a concretude e o comprometimento explícito com valores. Estas propostas têm sido associadas à vagueza, à imprecisão teórica e à feminilidade.

Estas metáforas são assimétricas, na medida em que o dualismo masculino/feminino é hierárquico: atividades, valores e métodos associados ao gênero masculino seriam ‘objetivos’ e, conseqüentemente, universalizáveis, ao passo que seus correlatos vinculados ao gênero feminino seriam ‘subjetivos’ e, portanto, deveriam restringir-se ao âmbito do particular e do específico. Assim, triunfa o rigor (*hardness*) da ciência masculina sobre a imprecisão e a vagueza (*softness*) das abordagens, métodos e valores alternativos – ‘femininos’. Note-se que, nesse nível *metafórico*, as críticas que a introdução do gênero suscitam são comuns àquelas das demais correntes que se contrapõem à Economia neoclássica. Prova disso são as diversas tentativas que têm sido empreendidas no sentido de explicitar as convergências entre as propostas teórico-metodológicas da Economia feminista e de outras linhas heterodoxas⁴.

Um outro objetivo crucial da abordagem feminista, que perpassa tanto os aspectos pragmáticos da crítica quanto suas propostas metodológicas, refere-se a um outro

4 Para uma análise dos paralelos entre as abordagens da Economia Feminista e a do Antigo Institucionalismo, da Economia Evolucionista, da Economia Ecológica e da Pós-Keynesiana, ver, respectivamente: Jennings, Ann (1993): “Public or private? Institutional economics and feminism”, Nelson, Julie (2003): “Confronting the science/value split: notes on feminist economics, institutionalism, pragmatism and process thought”, Himmelweit, Susan (2003): “An evolutionary approach to feminist economics. Two different models of caring”, Nelson, Julie (1997): “Feminism, ecology and the philosophy of economics”, Lavoie, Marc (2002): “The tight links between post-keynesian and feminist economics”.

conceito: o exercício da ação (agency). Este conceito remete à identificação das possibilidades abertas à ação humana, às condições de sua expansão ou restrição e à descoberta de meios para que sejam ampliadas as condições dessa expansão. O movimento feminista endossa a possibilidade de se expandir o exercício da ação onde este foi diminuído ou restringido. Esta possibilidade dependerá, primeiramente, da identificação e depois da eliminação das causas que levaram à restrição da ação. Assim, expandir o exercício da ação torna-se um objetivo central tanto do movimento político feminista, quanto de seu respectivo projeto teórico. Com relação ao enfoque metodológico, algumas questões centrais seriam: “que tipo de abordagem da ciência pode servir a esse objetivo (de expandir o exercício da ação)?”, ou “que tipo de práticas científicas incorpora a preocupação da liberação das mulheres e da igualdade social e política de todas as pessoas?”, ou ainda: “que tipo de práticas científicas pode revelar o gênero?” (Lacey, 1999, p. 202). Existe uma incapacidade congênita do paradigma econômico dominante para tratar questões como estas. Essa dificuldade surge, em primeiro lugar, da própria definição de seu objeto de investigação. A discussão deste problema necessita de um exame mais detido sobre alguns pressupostos centrais da abordagem neoclássica, que passamos a desenvolver a seguir.

2. O que é a Economia segundo a visão neoclássica?

A Escola Neoclássica surge como teoria econômica elaborada simultânea e independentemente por três autores, no final do século XIX: Carl Menger (*Die Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*, de 1871), William Jevons (*The Theory of Political Economy*, 1871) e Léon Walras (*Éléments d'Économie Politique Pure*, de 1874). Essa teoria define o valor dos bens (e, conseqüentemente, seus preços) a partir de um elemento subjetivo – a utilidade –, ou a capacidade que os bens, as mercadorias e os serviços possuem para satisfazer as necessidades humanas.

Essa foi uma tentativa de resolução do problema da determinação dos preços através da teoria do valor-trabalho, de seus antecessores (a Escola Clássica de Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill e Karl Marx). Para os clássicos, estava claro que o valor era criado no âmbito da produção pelo trabalho humano, com todas as contradições sociais envolvidas (de um lado o *caráter social* da produção e da geração do excedente econômico – o lucro –, e de outro, o *caráter privado* da apropriação dos resultados do trabalho humano). Já segundo a Economia neoclássica, através do mecanismo de formação de preços no mercado, o trabalho humano não mais é considerado como o elemento criador do valor. O sujeito humano desaparece do processo (enquanto agente que cria valor), assim como, desaparecem também todos os paradoxos inerentes ao sistema capitalista (explicitados na crítica marxista), e a formação dos preços torna-se um fenômeno objetivo e a-histórico, passível, portanto, de ser analisado a partir do modelo científico.

Se, por um lado, os neoclássicos conseguiram escapar da determinação dos preços através da teoria do valor-trabalho, problema que gerou intermináveis contendas teóricas que até hoje não foram levadas a bom termo, por outro, reduziram o problema econômico a uma questão linear de alocação ótima de recursos escassos por agentes racionais. De fato, mais recentemente é bastante comum que se encontre na literatura referências à teoria neoclássica justamente como a ‘teoria da escolha racional’.

A definição neoclássica de Economia como a teoria da escolha racional necessita de uma série de suposições sobre a natureza dos agentes nas interações econômicas, que podem ser esquematicamente apresentadas da seguinte forma: (a) cada indivíduo dispõe de uma lista de preferências, que são conhecidas, bem definidas e comparáveis entre si; (b) as preferências são exógenas (i.e., formadas fora do âmbito econômico) e permanecem inalteradas durante o processo de trocas; (c) existe informação perfeita no contexto econômico para ambas as partes: tanto em relação às informações relevantes para os consumidores, quanto em relação aos produtores; (d) os indivíduos agem movidos fundamentalmente pelo egoísmo: são orientados pela racionalidade meios-fins com o objetivo de satisfazer seus interesses pessoais e desprezando outros aspectos, considerados irrelevantes no processo; e, finalmente, (e) indivíduos são seres “maximizadores” que escolhem sempre a melhor alternativa ao menor custo possível. Esse conjunto de pressupostos sobre o agir econômico é mais comumente conhecido sob a formulação sintética do constructo *Homo economicus*, sem o qual, como veremos melhor adiante, os resultados da teoria não se sustentam.

A síntese neoclássica descreve o funcionamento da Economia através da noção de *livre mercado*. Segundo essa abordagem, o sistema de preços forneceria *todas* informações relevantes aos agentes, a fim de garantir uma situação ótima. Os preços indicariam o que (e em qual quantidade) os proprietários de recursos deveriam produzir auferindo o maior lucro possível, e também o que (e quanto, dadas suas preferências) os consumidores deveriam consumir, pagando o menor preço possível. Na distribuição da produção total, a ‘utilidade total líquida’ de todos os agentes econômicos seria, deste modo, alcançada. Em outras palavras: o comportamento interesseiro-maximizador de cada um conduziria ao ‘bem-comum’.

Tendo em vista que, segundo os preceitos da teoria neoclássica, os preços se formam no mercado e a dinâmica de alocação de recursos tende a ocorrer de forma ótima – através da lei da oferta e demanda e da tendência ao equilíbrio geral dos mercados –, a ação do Estado na Economia deve ser a menor possível. Estavam então lançadas as bases teóricas de sustentação tanto do liberalismo econômico, quanto do futuro projeto político do neoliberalismo, no século XX.

3. Alguns problemas graves apontados pela crítica feminista

As críticas feministas ao modelo neoclássico são múltiplas e referem-se aos mais diferentes aspectos⁵. Para nossos propósitos aqui vamos nos restringir pontualmente àquelas que serão pertinentes para o desenvolvimento ulterior da argumentação.

Em primeiro lugar, o modelo tradicional presume que o uso do método formal matemático garanta a objetividade dos resultados alcançados pela pureza lógica de suas provas e através de sua generalidade, supostamente livre de valores. Todavia, uma crítica recorrente (também por parte de outras correntes heterodoxas) é a de que, em sua busca pela objetividade, a teoria limita o domínio da investigação apenas àqueles aspectos que são passíveis de serem formalmente modelados, de modo que são as possibilidades da metodologia que definem o objeto a ser estudado, e não o contrário, como seria de se esperar. Esta definição de Economia, que se dá, portanto, preferencialmente através de um método restritivo, ao invés de se pautar pela especificação de seu objeto de investigação tem causado alguns atropelos, sendo talvez o mais grave deles a total perda de interesse pela resolução teórica dos problemas econômicos (práticos) mais candentes que afligem a humanidade⁶ (como os efeitos perversos da globalização e do livre trânsito de capitais, o desemprego, a pobreza, a fome, a inflação, o virtual esgotamento dos recursos naturais e, naturalmente, as questões de gênero).

Por outro lado, o reducionismo científico tem funcionado como uma estratégia eficiente para impedir o desenvolvimento de abordagens alternativas. Ao buscar assegurar as credenciais epistêmicas da Economia através de sua adesão ao método científico tradicional, a corrente teórica hegemônica passou a apresentar-se como a única forma possível de conhecimento racional, no limite interditando o avanço de correntes teóricas alternativas para a explicação do fenômeno econômico. Essa exclusão concretiza-se, em primeiro lugar, através da eliminação de cadeiras de história do pensamento econômico (onde o pensamento dominante poderia ser confrontado com outras alternativas teóricas, tanto do passado, quanto atuais) do currículo

5 Os artigos que compõem as duas coletâneas organizadas por Marianne Ferber e Julie Nelson (1993, 2003) oferecem uma boa amostra dessa diversidade.

6 Esse distanciamento da realidade chegou a tal ponto, que deu margem, em 2001, a um movimento que identifica a Economia contemporânea ao autismo – patologia caracterizada pelo desligamento do indivíduo por ela acometido do mundo exterior, e pela criação mental de um mundo próprio. A reivindicação desse movimento, que congrega as mais diversas linhas heterodoxas, é, obviamente, uma situação em que a Economia novamente se re-vincule à realidade – uma Economia pós-autista (*post-autistic economics*) –, com todas as implicações metodológicas e epistemológicas que a tarefa exige. Todo seu histórico, bem como os artigos da revista então criada (*post-autistic economics review*), pode ser acessado através do link www.paecon.net. Para uma contribuição feminista à crítica pós-autista, ver Nelson, Julie (2001a): “Why the PAE movement needs feminism?” In: http://www.btinternet.com/~pae_news/review/issue9.htm.

mínimo para a formação de economistas nas instituições de maior prestígio mundial. E depois sob a forma de dificuldades na obtenção de financiamentos para pesquisas, assim como nos problemas encontrados para a publicação, em bons periódicos, dos trabalhos cujos focos de interesses não se coadunam com o arcabouço analítico – métodos, axiomas e conceitos – do *mainstream*⁷.

A contra-proposta apresentada pela Economia Feminista insiste, de início, que se invertam os termos e o objeto de estudo da Economia seja claramente definido antes da deliberação sobre qual (ou quais) método(s) adotar. Depois, propõe uma redefinição do próprio objeto: ao invés da definição baseada no princípio das trocas e na maximização de ganhos individuais, que a Economia passe a ser definida como o estudo da provisão social - *social provisioning* - (Nelson, 1993; Power, 2004). Implícita nessa definição de Economia como provisão social está a idéia de que a atividade econômica é, antes de tudo, a maneira através da qual os indivíduos se organizam coletivamente, produzem e distribuem os meios necessários para a sua sobrevivência. O foco aqui recai sobre a produção e a geração de bens, mercadorias e serviços necessários para a manutenção da vida humana.

Está claro que parte da definição de ‘provisão social’ inclui a sobrevivência física dos indivíduos – os bens e serviços *materiais* que são para tanto necessários. Mas a crítica feminista demanda que se inclua ainda no conceito de ‘provisão social’ uma parte significativa de ‘serviços’ que é *intangível* (os serviços e cuidados não materiais que se iniciam na infância, mas que amiúde se estendem ao longo de toda a vida adulta), como a criação e a educação dos filhos, a transmissão de valores e de habilidades, o tratamento e o suporte aos familiares nos períodos de doença ou necessidade, etc. A partir dessa redefinição de Economia, a reivindicação feminista de inclusão do trabalho não remunerado das mulheres como economicamente relevante estaria contemplada.

Vejamos: em primeiro lugar, a Economia entendida como *provisão social* enfatiza uma análise das atividades econômicas enquanto um processo social interdependente. Enquanto processo, a Economia está sujeita a contínuas transformações, e não existe nenhum indício de que tenda a algum tipo de ‘equilíbrio’ (mesmo dinâmico). Depois, como está imbricada no contexto social, cultural e político de determinado período histórico, a Economia é afetada pela dinâmica de classes e gênero da sociedade na qual se insere, e afetará essa dinâmica em contrapartida. Entender a atividade econômica sob esse prisma teórico ilumina a maneira como a sociedade produz, se reproduz e se auto-organiza. Essa organização é

7 O leitor não familiarizado com o *mainstream* em Economia pode verificar esse fato folheando alguns de seus mais prestigiosos periódicos (como, por exemplo, o *American Economic Review*, o *Econometrica* e o *Journal of Political Economy*). Nestas revistas, o grau de concordância sobre o núcleo teórico duro da disciplina pode surpreender outros cientistas sociais. Ademais, escolas rivais jamais são sequer mencionadas.

fruto de um conjunto de ações sociais, e não do simples somatório de escolhas individuais independentes. Quanto à repartição de seus resultados materiais, ela é produto de divisão social, e não da maximização da ‘utilidade total líquida’.

A redefinição do objeto de estudo da Economia, entretanto, é apenas a primeira parte do projeto. A segunda levanta questões vitais em relação à metodologia tradicional que é usada para explicar o mundo econômico.

Diversos trabalhos têm – direta ou indiretamente – abordado a questão da parcialidade da teoria neoclássica da escolha racional. Segundo Longino (1993b: p. 167-168), modelos podem ser parciais de pelo menos três formas distintas: deixando de fora atores de um processo, deixando de fora interações de um processo, ou ainda modelando apenas uma dentre as diversas alternativas possíveis de explicação do fenômeno. Desafortunadamente, a teoria neoclássica consegue ser parcial de todas essas maneiras.

O cálculo da produção nacional baseado numa metodologia que contabiliza apenas bens e serviços monetariamente trocados no mercado formal deixa de fora o trabalho doméstico (assim como todo o trabalho informal). Deste modo, exclui uma classe de *atores* que é composta predominantemente por mulheres.

Assente nos pressupostos (a) – (e) acima referidos, a teoria restringe a esfera econômica apenas àquele tipo de ação que reflete preferências fixas e a maximização de suas respectivas utilidades, que devem ser independentes daquelas do grupo. Essa simplificação deixa de fora toda sorte de comportamento não egoísta e auto-interessado, tornando invisíveis todas as *interações* norteadas predominantemente pela cooperação, pela solidariedade ou pelo vínculo a algum valor ético (interações essas que existem mesmo dentro do mercado constituído).

Já a terceira forma de parcialidade – a representação de apenas uma dentre as múltiplas configurações possíveis que o fenômeno econômico pode assumir – pode ser ainda mais viciosa. Se a Economia dedica-se a descrever as características do comportamento racional e se coloca como a melhor – i.e, a única rigorosa e ‘objetiva’ dentre as alternativas teóricas concorrentes –, simultaneamente produz o efeito de guia para o agir racional, nos termos acima descritos. O indivíduo, seguindo o comportamento que a teoria dominante apresenta como sendo o correto, acabaria por legitimar a própria teoria, num excelente exemplo de ‘profecia auto-realizadora’.⁸

8 Frank et al (1993) reportam os resultados de experiências que confirmariam justamente essa hipótese: em uma delas, estudantes dos mais diversos cursos – inclusive economia – foram colocados diante da clássica situação da teoria dos jogos (o dilema do prisioneiro). O resultado foi que, dentre todos os cursos, os estudantes de economia eram os mais predispostos a apresentar comportamento egoísta. Isso, antes de provar a validade dos pressupostos do *Homo economicus*, sugere fortemente o contrário: que o egoísmo do agente econômico constitui um produto da própria aprendizagem do dogma neoclássico.

Importante a ressaltar aqui é que os resultados alcançados por uma teoria se distinguem do conceito de ‘totalidade’: é possível apresentar-se parte da verdade, de modo que se obtenha um certo significado dos fatos segundo uma determinada configuração. As teorias organizam os fenômenos investigados em padrões mais ou menos representativos, a fim de responder a alguma pergunta ou satisfazer a alguma demanda explicativa. O erro principal em não reconhecer o caráter condicionado das alegações cognitivas consiste em proclamar como uma verdade total e absoluta aquilo que só é – e que só pode ser – uma verdade parcial.

À Economia Feminista interessa tornar visível o maior número possível de formas de conhecimento, inclusive aqueles não quantificáveis, que não são passíveis de representações formais e nem refletem leis subjacentes. Presume-se que os conhecimentos desse tipo sejam de especial importância para os problemas suscitados pela introdução da discussão de gênero, seja na Economia, seja nas ciências naturais. Como então transcender a situação de múltiplas parcialidades e tornar acessível o conhecimento numa amplitude (e plenitude) cada vez maior?

✂ 4. Contornos de uma Epistemologia alternativa à tradicional

Uma das inflexões recentes que promovem uma interessante possibilidade alternativa à epistemologia tradicional é, conforme adiantamos na introdução, a proposta epistemológica de Hugh Lacey (1998, 1999). De fato, uma de suas preocupações centrais também remete a essa questão. Isso fica claro na sua definição acerca dos objetivos da ciência: “o objetivo fundamental da investigação científica é obter entendimento cada vez mais amplo (*wide-ranging understanding*) e pleno (*full*) dos fenômenos” (Lacey, 1999, p. 256). Podemos dizer, de início, que sua proposta epistemológica possui as seguintes características: preserva a racionalidade como um ideal epistêmico chave, introduz valores não cognitivos no núcleo da metodologia científica, sem que isso comprometa a objetividade das teorias e, finalmente, possui uma acentuada veia empirista.

Em primeiro lugar, sua abordagem tenta levar a cabo a tarefa de propor uma epistemologia alternativa à tradicional sem resvalar seja para o relativismo, seja para a incomensurabilidade, ou ainda para algum tipo de fundamentalismo. Entende-se aqui que é possível assumir uma atitude racional e objetiva com relação àquilo que desejamos conhecer, já que a perda da objetividade como categoria normativa pode ser ainda mais danosa do que sua reconsideração. Naturalmente, essa convicção contraria a alegação bastante freqüente – e particularmente característica, porém não exclusiva – dos autores pós-modernos, segundo a qual a objetividade cognitiva seria uma ilusão e todo conhecimento será ‘situado’.

O primeiro passo importante na proposta de Lacey é sustentar que os valores sociais

e morais residem dentro do próprio núcleo do saber científico. A explicação científica não é uma busca aleatória e cumulativa de verdades sobre o mundo: ela procura encontrar *aquelas* verdades que respondem a determinadas perguntas. A motivação dessas perguntas (sua metafísica de fundo) e também as estratégias de investigação utilizadas para formulá-las estão condicionadas por valores não cognitivos e, portanto, aquilo que conta como resposta (verdade) significativa também. A ciência de corte materialista permite que se conheçam determinadas zonas da realidade e que se ignorem outras. Isso favorece que determinados grupos sociais se beneficiem do conhecimento assim obtido, e outros percam.

Existe, portanto, uma relação entre as teorias e os interesses de fundo que guiam a investigação através da maneira como as perguntas estão estruturadas. Os valores morais e sociais figuram legitimamente nas estratégias que norteiam a investigação científica, pois valores podem, neste marco filosófico, dizer-nos como deslocar o foco de luz, entretanto da natureza (ou do ‘mundo’) depende aquilo que nos será revelado. É nesse sentido que o modelo de Lacey, se por um lado critica a noção tradicional de neutralidade (a *isenção* de valores sociais e morais da ciência), por outro, não abre mão da objetividade das teorias. Esta estaria garantida através da *imparcialidade* – critério a partir do qual as teorias são legitimamente aceitas ou rejeitadas, fundamentando-se em *valores cognitivos* amplamente compartilhados pela comunidade científica. Os valores, deste modo, não conformam o conteúdo da teoria, mas estabelecem sim seus contornos e a profundidade de seu alcance.

Com relação à veia empirista do modelo, ela se expressa, em primeiro lugar, no ‘engajamento social com que são conduzidas as propostas de Lacey. Ela traduz-se fundamentalmente na *articulação* promovida entre as questões epistemológicas e os problemas práticos com que seres humanos se deparam no cenário contemporâneo. A epistemologia alternativa proposta por Lacey possui, portanto, fortes vínculos pragmáticos, que se expressam na idéia de que devem ser elaboradas teorias que privilegiem a explicação de fenômenos considerados significativos, importantes e cruciais para os grupos de pessoas (assumindo suas diversidades). Este caminho depende de se levar em conta as necessidades e os interesses específicos das comunidades (por exemplo, no caso da crítica feminista, a partir do papel das mulheres na geração e na manutenção da vida e, portanto, da formação do capital humano, em termos econômicos).

A indicação de novas diretrizes para a ciência passa, para Lacey, pela necessidade de se desenvolver uma *pluralidade de estratégias na investigação científica*. Através de uma redefinição do conceito restrito de ciência, ampliando-o para a idéia de ‘pesquisa empírica sistemática’, a ciência poderia ser praticada a partir de uma multiplicidade de abordagens competidoras, sendo a ciência moderna uma estratégia dentre outras. Tal proposta requer, entretanto, não a preservação da ciência da influência dos valores

sociais, ou a busca de uma forma de ciência axiologicamente neutra, mas, ao contrário, uma ampliação no leque de valores influenciando o desenvolvimento da pesquisa científica (para muito além do controle).

4.1 Do *monismo* da ciência tradicional ao *pluralismo* da pesquisa empírica sistemática

A passagem da ciência atual para a ‘nova ciência’ – pesquisa empírica sistemática –, imaginada por Lacey como uma alternativa ao reducionismo científico que hoje é a regra, requer que aceitemos as seguintes idéias, muito interessantes: almejar à neutralidade não significa defender uma metodologia que está isenta de influências valorativas, a neutralidade é e deve ser defensável para o *conjunto* da prática científica, e, finalmente, a neutralidade é, em sentido amplo, não-neutra.

Por paradoxal que possa parecer, aceitar a diversidade e pluralidade de abordagens científicas equivale a assegurar a neutralidade da ciência como uma prática social. Se os produtos teóricos obtidos pela ciência tradicional não são neutros, tendo em vista que, segundo a crítica de Lacey, vinculam-se dialeticamente ao complexo dos modernos valores de controle, então a investigação conduzida sob estratégias férteis (e rivais às estratégias materialistas) geraria, conseqüentemente, conhecimento vinculado a valores outros, do mesmo modo rivais ao controle. Um passo adiante, seguindo essa linha de argumentação, consiste na seguinte proposição: uma vez aberta a possibilidade de coexistência de uma multiplicidade de estratégias de pesquisa concorrentes (também *não-neutras*, uma vez que dialeticamente vinculadas a valores que se contrapõem ao controle), estaria assegurada a possibilidade de manifestação do valor da *neutralidade* de uma forma mais robusta. Significa dizer que, quanto mais *plural* tornar-se o desenvolvimento científico, i.e., quanto maior for o número de estratégias competidoras que co-existam, maiores também serão as chances de que uma pluralidade de valores – a elas correspondentes – seja contemplada. Isso garantiria, para além de um entendimento *pleno* do fenômeno, a possibilidade de realização de uma autêntica forma de desenvolvimento social.

Se, por um lado, a perspectiva positivista outorga prestígio ao modelo econômico da escolha racional individual, por outro, uma visão mais ampla da Economia – como aquela defendida pela perspectiva epistemológica feminista que apresentamos neste trabalho – está centrada no estudo da provisão social e propõe-se a fazer uso de um amplo arsenal de instrumentos, típicos de uma racionalidade menos restritiva do que a racionalidade instrumental – informada apenas pela lógica formal e pela busca de explicações baseadas em leis. Tal racionalidade ampliada contemplaria, por exemplo, “o raciocínio por analogia, por metáfora, pelo reconhecimento de padrões, pela imaginação e, como Einstein certa vez colocou, pela ‘intuição baseada na compreensão empática da experiência’” (Nelson, 1993: p. 29-30). É por este motivo que

a perspectiva teórica em Economia norteada pela estratégia feminista implica, no nível metodológico, na priorização de algumas formas alternativas de compreensão dos fenômenos humanos. Uma abordagem desse tipo significa, em primeiro lugar, aceitar que as explicações intencionais possuam primazia nos domínios do comportamento humano. Deste modo, as categorias primárias na explicação comportamental serão crenças, valores, desejos e intenções, no lugar de constatações baseadas em leis, processos e estruturas subjacentes aos fenômenos sociais. Muito raramente as explicações desse tipo (intencionais) deixam-se expressar com o tipo de organização formal (dedutiva e matematicamente articulada), que é típico das teorias materialistas. O mais comum é que elas sejam formuladas em termos de narrativas enriquecidas com as regularidades dependentes das situações.

4.2 Epistemologia feminista como exemplo de estratégia alternativa

Vimos acima que Lacey defende que a pesquisa científica pode – e deve – ser norteada por uma multiplicidade de abordagens, sendo a ciência moderna apenas uma delas. Note-se que, à diferença de outros teóricos, que também sustentam essa proposta, Lacey não se limita a defender o pluralismo enquanto possibilidade teórica, em termos abstratos apenas, mas aponta também para aqueles desenvolvimentos que já estão efetivamente em curso, como é o caso da abordagem feminista⁹.

A estratégia feminista é um exemplo vivo nesse sentido: de concretização das alternativas à pesquisa científica tradicional. Segundo Lacey, ela encoraja a pesquisa baseada em modelos de comportamento conflitantes com o modelo ortodoxo. Esses modelos alternativos, por sua vez, devem ser suficientemente complexos de modo a serem consistentes com a intencionalidade da ação. Essas suposições tendem a direcionar as teorias rumo à “complexidade, à heterogeneidade ontológica, à interação e, conseqüentemente, ao não-reducionismo”. (Lacey, 1999, p. 208).

Em poucas palavras, portanto, o argumento fundamental para a defesa da tese de que a pluralidade de teorias e de programas de pesquisa deva ser aceita como uma característica desejável para a prática científica é o seguinte: enquanto os diferentes programas de pesquisa estiverem obtendo êxito empírico que não for conseguido por outros, haverá boas razões para considerar que os valores extracientíficos que os inspiram estão funcionando como recursos epistêmicos, que auxiliam tanto na descoberta quanto no entendimento de novos aspectos da realidade, e não como obstáculos para a busca do conhecimento, como alega a epistemologia tradicional. (Lacey, 1999; Longino, 2002).

No caso específico da teoria feminista, o “êxito empírico” consiste, naturalmente, na

9 O capítulo 9 – “The feminist approach” – de sua obra *Is science value-free?* dedica-se justamente a explorar essas possibilidades já abertas pela epistemologia feminista.

resolução de algumas questões centrais à emancipação das mulheres¹⁰: “que tipo de abordagem da ciência pode servir a esse objetivo (de expandir o exercício da ação)?”, ou “que tipo de práticas científicas incorpora a preocupação da liberação das mulheres e da igualdade social e política de todas as pessoas?”, ou ainda, “que tipo de práticas científicas pode revelar o gênero?” (Lacey, 1999, p. 202). A resolução dessas questões – na melhor das hipóteses – ou ao menos a possibilidade de sua investigação – na pior delas – propiciaria, no limite, um avanço no processo de emancipação humana, em geral, e das mulheres, em particular. Assim, a coexistência de várias ‘ciências’ desse tipo – ‘não-neutras’ –, nas mais diversas áreas de investigação, seria um pré-requisito necessário para a realização do antigo ideário iluminista de construção de uma relação realmente virtuosa entre ciência e sociedade. Nesse tecido cultural alternativo – onde deve prevalecer o pluralismo –, o interesse fundamental da co-existência de múltiplos valores sociais incorporados nas diferentes estratégias de pesquisa passa a ser o fomento ao desenvolvimento do ser humano – independente de gênero, raça ou classe social.

Considerações finais

Sob múltiplos aspectos – sendo o econômico apenas um deles –, a questão da mulher na atualidade está ainda muito longe de ser resolvida. Não é novidade alguma a afirmação que sua entrada massiva no mercado de trabalho na grande maioria dos casos não foi acompanhada por uma correspondente e eqüitativa divisão do trabalho doméstico, da criação dos filhos e, quando necessário, dos cuidados com os doentes e idosos da família (o chamado *caring labor*).

Esta sobrecarga foi, não sem esforço, gradualmente incorporada ao dia-a-dia, já que a esfera doméstica é (secular e) ‘naturalmente’, associada à mulher – mãe, esposa, dona-de-casa. É a conhecida dupla jornada, que todos – mulheres e homens – conhecemos, por experiência ou por ouvir falar. Se uma dessas jornadas é invisível do ponto de vista econômico e se essa invisibilidade reforça e retroalimenta uma situação de subjugação e desigualdade para 50 por cento da humanidade, este, por si só, já deveria ser um motivo suficiente para que a crítica feminista da Economia fosse considerada merecedora de uma atenção teórica maior. Nesse sentido, em que pesem todas as conquistas já alcançadas pelo movimento feminista (como o direito ao voto e a inserção no mercado de trabalho, por exemplo), ainda há um longo caminho a ser trilhado.

Acredito que a Epistemologia tenha muito a contribuir na construção desse percurso, em especial o tipo de Epistemologia engajada, que privilegiamos nesse trabalho. Se for possível demonstrar que existe a viabilidade de que teorias alternativas sejam, a um tempo, cientificamente legítimas – i.e. objetivas (no sentido de salvaguardarem a imparcialidade) – e autenticamente neutras (incorporando uma pluralidade de valores

10 Cf. item 1.1, acima.

sociais que correspondam ao leque de valores existentes em uma sociedade), então podem estar lançadas as bases para a fundamentação metodológica e epistemológica de projetos econômicos (e políticos) com objetivos antagônicos ao atual modelo neoliberal, o que repercutiria sobre o próprio sentido das políticas de governo. Foi a esse objetivo que o presente trabalho, através da apresentação da proposta teórica da Economia Feminista, pretendeu prestar uma contribuição.

Do ponto de vista das críticas feministas ao arcabouço metodológico do *mainstream* da Economia, suas demandas são, como assinalamos ao longo do texto, convergentes com um tipo de questionamento que já vem sendo feito há algum tempo por outras abordagens heterodoxas não feministas. Penso que este fato possa contar como um ponto a favor do movimento, e não contra ele. Se uma crítica pode ser defensável a partir de diferentes pontos de partida, isso deveria denotar a robustez de suas reivindicações comuns, mais do que uma eventual fraqueza decorrente de algumas outras divergências ou de particularidades de cada eixo teórico, que necessitam ainda ser discutidas. Nesse sentido, é bastante oportuna uma observação de Julie Nelson (1995, p. 146), uma das economistas feministas mais atuantes desde a década de 1990:

Vários leitores podem ter descoberto que já estão fazendo ‘economia feminista’ de alguma forma, muito embora prefiram pensar em si mesmos como fazendo apenas ‘boa economia’. Se alguém sente a necessidade de defender seu trabalho da descrição ‘feminista’, poderia ser esclarecedor se perguntar sobre a fonte deste desconforto. Talvez essa defensiva reflita crenças culturais sobre masculinidade e feminilidade e superioridade e inferioridade, que poderiam merecer algum exame.

Um (difícil, porém frutífero) caminho seria estabelecer uma cooperação mais próxima entre as outras linhas teóricas e as críticas à tradição neoclássica e aprofundar a discussão de posições conjuntas. Acredito que o trabalho teórico de articulação pode contribuir – e muito – para o avanço do movimento de promoção das alternativas. Este não foi diretamente o propósito desse texto, porém se coloca como um desdobramento esperável, a partir da alternativa epistemológica pluralista aqui defendida.

REFERÊNCIAS

BARKER, Drucilla; KUIPER, Edith (ed.) *Toward a feminist philosophy of economics*. London: Routledge, 2003.

CARRASCO, Cristina. “Hacia una economía feminista”. In: CARRASCO, Cristina (ed.) *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Icaria Editions: Barcelona, p. 1-14, 1999.

ENGLAND, Paula; FOLBRE, Nancy. "Contracting for care". In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (ed.) *Feminist economics today: Beyond economic man*. Chicago: University of Chicago Press, p. 61-79, 2003.

FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (ed.) *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (ed.) *Feminist Economics Today: Beyond Economic Man*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

FRANK, Robert; GILOVICH, Thomas; REGAN, Dennis.T. "Does studying economics inhibit cooperation?" In: *The Journal of Economic Perspective*, v. 7, nº. 2, p. 159-171, 1993.

HIMEMELWEIT, Susan. "An evolutionary approach to feminist economics. Two different models of caring". In: BARKER, Drucilla.; KUIPER, Edith. (ed.) *Toward a feminist philosophy of economics*. London: Routledge, p. 247-265, 2003.

JENNINGS, Ann. "Public or private? Institutional economics and feminism."

LACEY, Hugh. "As formas nas quais as ciências são e não são livres de valores". In: *Crítica*, v. 6, nº. 21, p. 89-111, 2000.

LACEY, Hugh. "Existe uma distinção relevante entre valores cognitivos e sociais?" In: *Scientiae Studia*, v.1, nº. 2, p. 121.49, 2003.

LACEY, Hugh. *Is science value free? Values and scientific understanding*. New York: Routledge, 1999.

LACEY, Hugh. *Valores e atividade científica*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

LAVOIE, Marc. "The tight links between post-keynesian and feminist economics". In: *Post-autistic economics newsletter*, v.11, nº. 2, jan. 2002. Disponível através de http://www.btinternet.com/~pae_news/review/issue11.htm.

LONGINO, Helen. *Science as social knowledge: values and objectivity in: scientific inquiry*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

LONGINO, Helen. "Subjects, power and knowledge: descriptions and prescriptions in feminist philosophies of science". In: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen (ed.) *Feminism and Science*. Oxford: Oxford University Press, p. 264-279, 1993a.

LONGINO, Helen. "Economics for whom?" In: FERBER, M. A.; NELSON, Julie A. (ed.) *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, p. 158-168, 1993b.

LONGINO, Helen. *The fate of knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

NELSON, Julie. "The study of choice or the study of provisioning? Gender and the definition of economics." In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago: University of Chicago Press, p. 23-36, 1993.

NELSON, Julie. "Feminism and economics". In: *The Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n.º. 2, p. 131-148, 1995.

NELSON, Julie. "Feminism, ecology and the philosophy of economics". In: *Ecological Economics*, v. 20, p. 155-162, 1997.

NELSON, Julie. "Why the PAE Movement Needs Feminism?" In: *Post-autistic economics newsletter*, v. 9, n.º. 1. Disponível em http://www.btinternet.com/~pae_news/review/issue9.htm, 2001a.

NELSON, Julie. "Confronting the science/value split: notes on feminist economics, institutionalism, pragmatism and process thought". In: *Cambridge Journal of Economics*, v. 1, n.º. 27, p. 49-64, jan. 2003.

NELSON, Julie. "Economic methodology and feminist critiques." In: *Journal of Economic Methodology*, v. 8, n.º. 1, p. 93-97, 2001b.

POWER, Marilyn. "Social provisioning as a starting point for feminist economics". In: *Feminist Economics*, v. 10, n.º. 3, p. 3-19, 2004.

ROBEYNS, Ingrid "Esiste una metodologia economica femminista?" In: Di CORI, Paola & BARAZETTI, Donatella, *Gli studi della donna in Italia. Una guida critica*. Roma: Carrocci, 2001, p. 119-145. [Tradução para o inglês: Is there a feminist economic methodology? Disponível em: www.ingridrobeyns.nl/Downloads/method.pdf].

SEIZ, Janett. "Epistemology and the tasks of feminist economics". In: *Feminist Economics*, v.1, n.º. 13, p. 110-118, 1995.

STROBER, Myra H. "Rethinking economics through a feminist lens". In: *The American Economic Review*, v. 84, n.º. 2, p. 143-147, 1994.



O Jovem Macho e a Jovem Difícil: sexualidade, subjetividade e governo no discurso curricular

Shirlei Rezende Sales do Espírito Santo – Universidade Federal de Minas Gerais¹

Orientadora – Marlycy Alves Paraíso – FaE/UFMG²

Introdução

Este artigo trata de fragmentos dos discursos do currículo escolar e do currículo do Orkut. O trabalho argumentativo é desenvolvido com base nos dados do currículo de uma escola pública de ensino médio, bem como dos fóruns³, tópicos⁴ e *scraps*⁵ postados nas comunidades e nos perfis das/os alunas/os dessa escola, no Orkut. O Orkut é um site de relacionamentos que se auto-define como: “uma comunidade on-line criada para tornar a sua vida social e a de seus amigos mais ativa e estimulante”⁶.

O objetivo é analisar o processo de produção de subjetividades juvenis no discurso do currículo escolar e do currículo do Orkut. Orkut é compreendido como possuindo um *currículo cultural*, o qual é definido como parte de uma “pedagogia cultural” que, “de maneira mais ampla, nos ensina comportamentos, procedimentos, hábitos, valores e atitudes, considerados adequados e desejáveis, através de diferentes artefatos, como o cinema, a televisão, as revistas, a literatura, a moda, a publicidade, a música etc” (Paraíso, 2001, p. 144). A metodologia utilizada para a coleta de dados foi a observação participante, com o uso de algumas técnicas etnográficas, como o registro em diário de campo e entrevistas semi-estruturadas.

O argumento desenvolvido é de que a sexualidade é um dispositivo acionado no discurso do currículo escolar e do currículo do Orkut, para o governo da juventude. Nesses discursos, é possível perceber uma intensa regulação da sexualidade juvenil pautada na heteronormatividade. A regulação se dá por meio da tecnologia da “zuação”, a qual é composta por várias técnicas como o sarcasmo, a ironia, o deboche, o repúdio, a interdição etc. No caso dos garotos, há nos discursos uma declarada homofobia, demandando o Jovem MACHO. Quanto às garotas, a regulação incide sobre a quantidade de parceiros nas práticas de “ficar” ou “pegar”, demandando a Jovem DIFÍCIL.

1 Doutoranda do PPG Educação da FaE/UFMG e Membro do GECC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículos e Culturas da FaE/UFMG).

2 Professora da FaE/UFMG, Coordenadora do GECC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículos e Culturas) e orientadora da pesquisa que subsidia este trabalho.

3 O fórum é a instância de debate de determinadas temáticas e consiste em uma das formas de se participar efetivamente das comunidades do Orkut.

4 Tópicos são temas a serem debatidos nos fóruns das comunidades.

5 *Scraps* são recados deixados para as/os usuárias/os do Orkut.

6 Disponível em: <<http://www.orkut.com>>

É importante ressaltar que essas classificações não estão rigidamente delimitadas nos discursos analisados. Elas estão dispersas e se misturam, as fronteiras são permeáveis e flexíveis. Também é preciso dizer que nem o currículo escolar, nem o Orkut trazem um “manual da conduta sexual juvenil”, em uma espécie de doutrinação coerente e explícita. Não devemos supor uma classificação rigorosa dos comportamentos, mas nos discursos analisados é possível depreender as subjetividades demandadas, a partir de algumas técnicas que compõem a denominada “zuação”, que valoriza determinados tipos de conduta e repudia outros. A zuação é acionada no processo de avaliação e auto-avaliação dos “modos de ser” juvenis, sejam eles expressos em suas falas, *posts*, *scraps*, gostos, gestos, posturas, cores preferidas, adornos utilizados, lugares freqüentados, vídeos que assistem e divulgam etc.

✂ 1. Zuação: tecnologia de governo da juventude

Zuar:

Verbo transitivo direto: caçoar, gozar, falar mal; fazer brincadeiras que denigrem a imagem da pessoa, etc.

Verbo intransitivo: fazer bagunça, arruaça; se divertir muito, aproveitar algum momento (Tomaz, em post da comunidade da turma de 3º ano)

Zuar é uma ação praticada intensivamente pelas/os jovens e por algumas/alguns professoras/es, que tem efeitos sobre suas condutas. Nos discursos analisados, por meio da zuação, a heteronormatividade atua como um sistema de verdade, em que a homossexualidade é constituída como única forma autorizada, legítima e aceitável de vivência da sexualidade. Britzman (1996) define como heteronormatividade uma “obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante” (p. 79).

As técnicas utilizadas no processo de regulação das condutas sexuais das/os jovens são variadas e incidem sobre falas, gestos, formas de se vestir, posturas corporais, atitudes, gostos declarados etc. As técnicas mais utilizadas são o sarcasmo, a ironia, o deboche e o repúdio. O *sarcasmo* é uma forma de zombaria maliciosa, que pode incluir uma certa dose de humilhação. Enquanto o *deboche* é um outro tipo de zombaria, mas sem malícia, com o intuito de apenas fazer rir. Já a *ironia* é um modo de exprimir-se em que se diz o contrário do que se pensa ou sente, com uma espécie de duplo sentido, em que se diz algo com o sentido oposto do que se quer expressar de fato. O *repúdio* consiste em uma forma de rejeitar o que está em discurso, com uma espécie de aversão. O *banimento*, por fim, constitui-se em um modo de excluir e afastar o comportamento avaliado, bem como a subjetividade que ele evoca. Essas técnicas, muitas vezes, encontram-se combinadas na zuação.

A tecnologia da zuação e o conjunto de técnicas mencionadas são acionadas para o governo e auto-governo da juventude. Falar em governo, na perspectiva foucaultiana, não se refere somente aos regimes políticos adotados pelos Estados. Governo, no âmbito da governamentalidade, “refere-se ao problema da ‘gestão das coisas e das pessoas’, refere-se ao problema de sua ‘condução’, refere-se ao problema da ‘condução das condutas’ dos indivíduos de uma sociedade”. (Fonseca, 2006, p. 158).

Ainda, para Foucault (1995), a conduta é, “ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades” (p. 243-244). Essa condução das condutas consiste na arte de governar, ou governamentalidade, a qual consiste no ponto de contato entre o governo das/os outras/os – por meio das técnicas de dominação – e auto-governo, por meio das técnicas de si. (Foucault, 1995a).

As técnicas de dominação estão mais dirigidas para a condução da conduta da/o outra/o; agem na dominação dos indivíduos uns sobre os outros (Foucault, 1993). Já técnicas de si são um conjunto de exercícios que aplicamos sobre nós mesmas/os, a fim de produzirmos um eu de determinado tipo. É o cuidado de si produzido nas relações consigo, as quais consistem em: “formas nas quais se é chamado a se tomar a si próprio como objeto de conhecimento e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se e promover a própria salvação” (Foucault, 2005, p. 48). Essa relação consigo “não constitui um exercício na solidão, mas sim uma verdadeira prática social”. (idem, p. 57).

Embora, no governo da juventude, a tecnologia da zuação incida sobre garotos e garotas, o objeto de investimento é diferenciado segundo o gênero, que é aqui compreendido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995, p. 86). Enquanto os rapazes têm suas condutas reguladas em torno de uma intensa vigilância que procura banir a homossexualidade, as jovens são avaliadas e julgadas quanto à quantidade de parceiros, havendo, nesse processo, um repúdio do comportamento definido como desmedido. Portanto, as subjetividades demandadas nos discursos são diferentes: o jovem MACHO e a jovem DIFÍCIL.

2. Uma primeira conexão: sexualidade e gênero

A sexualidade é aqui compreendida como “uma construção social contraditória e socialmente complexa” (Britzman, 1996, p. 81). Esse processo é ainda regulado por meio de relações de poder. Os estudos sobre a sexualidade têm mostrado que ela “é construída de forma diferente através das culturas e do tempo” (Parker, 2003, p. 128). Isso porque a sexualidade “envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais” (Louro, 2003, p.

11). A construção da sexualidade não é definitiva, ao contrário, é “instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada” (Britzman, 1996, p. 74). Essa perspectiva contesta o determinismo biológico presente em certas representações da sexualidade no ocidente (cf. Parker, 2003) e coloca em questão o que é ou não aceito socialmente em termos de conduta sexual, mostrando como o cenário cultural, bem como as relações de saber-poder, atuam nessa aceitabilidade. Isso porque “*nenhuma* identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação” (Britzman, 1996, p. 74. Grifos da autora). A atenção se volta também para os sentidos produzidos socialmente para as diferentes práticas sexuais, em que muitas vezes a homossexualidade é rejeitada, segregada e execrada como desviante, anormal e pervertida. Nesse caso, as formas de discriminação sexual assumem uma declarada homofobia (cf. Louro, 2003), a qual é aqui compreendida como

um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) que costumam produzir ou vincular-se a preceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgênero (em especial travestis e transexuais) e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadram nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade (Junqueira, 2007, p. 60).

Embora a heteronormatividade seja extensiva aos garotos e às garotas, ela parece incidir mais intensamente sobre os rapazes. Segundo Louro (1998), esse processo pode ser observado em diferentes discursos, ao longo da história, em que “a representação do gênero masculino é articulada à sexualidade de um modo mais central do que a do gênero feminino” (p. 44). A autora argumenta que há um processo de masculinização que se inicia na infância, por meio da vigilância dos comportamentos, de modo a garantir a masculinidade dos rapazes.

As múltiplas possibilidades de vivência da masculinidade e da feminilidade são relacionadas às questões da sexualidade. Gênero e sexualidade estão conectados no processo de regulação das condutas. Os modos e os locais da vigilância e regulação das relações de gênero e da sexualidade são modificados ao longo do tempo, mas a escola continua sendo um lugar importante para essas práticas (Louro, 1998). Além dela, no contexto atual de ampliação e intensificação da vivência cibernética, proporcionada especialmente pela mundialização da Internet, o Orkut tem se configurado como um espaço de regulação das condutas sexuais juvenis. Nos discursos analisados, a regulação da sexualidade vem conectada ao gênero. Dessa forma, ela não se dá do mesmo modo para garotas e garotos. Há técnicas específicas e diferenciadas destinadas aos rapazes

e às moças, para a regulação da sexualidade. A heteronormatividade que se impõe aos rapazes é acionada por meio da homofobia.

Quanto às garotas, a regulação, embora igualmente pautada na heteronormatividade, incide sobre a quantidade “certa” de parceiros nas práticas de “ficar”. No caso delas, não há uma preocupação com a homossexualidade, a qual não é cogitada. A questão colocada à moça é saber se posicionar de modo a ser atraente e sedutora, mas jamais ceder a todas as investidas masculinas, nem tampouco ser a protagonista desse investimento, quando este for classificado como excessivo. A garota deve ser difícil.

☞ 3. Técnicas de governo para produzir o jovem MACHO

Currículo de Matemática – 2º ano

A professora se retirou da sala por alguns minutos. Nesse momento, Alberto⁷ pergunta em voz alta para Ricardo qual é o login e senha de um outro colega [parece-me que falavam de jogos eletrônicos]. Ricardo se recusa a fazer tal revelação em público e diz: “Depois te falo”, ao que Alberto zoa o colega: “Deixa de viadagem!” (Notas do diário de campo)

Guardar segredo não é coisa de macho. Quando Ricardo se comporta de modo a não respeitar esse padrão, é imediatamente zuado pelo colega. As técnicas utilizadas para isso são o *sarcasmo* – ao insinuar maliciosamente a homossexualidade de Ricardo – como também o *repúdio* e o *banimento*, ao exigir que o colega renuncie àquele comportamento. Essas técnicas produzem uma rejeição à homossexualidade, por meio do termo pejorativo e homofóbico “viadagem”. Ao recusar o comportamento de guardar segredo, aliando-o à conduta sexual “desviante” – a homossexualidade –, a zuação atua no sentido de garantir a norma, a sexualidade “natural”, ou seja, a heterossexualidade. Essa sexualidade está vinculada a um determinado tipo de masculinidade, a qual não postula o comportamento de guardar segredo.

Esse processo de naturalização e normalização da heterossexualidade produz uma desigualdade de poder, em que as outras formas de vivência da sexualidade são avaliadas e descritas como incorretas e monstruosas. Em outras palavras, “as construções da sexualidade funcionam discursivamente para normalizar aquilo que é marcado (a homossexualidade) e aquilo que é não-marcado (a heterossexualidade)” (Britzman, 1996, p. 82).

Esse processo de instituição de uma norma, um padrão o qual é definido como normal se dá em meio a relações de poder assimétricas e de modo conflituoso, afinal, o que

7 Por questões éticas, todos os nomes são fictícios.

caracteriza algo como normal é “sua função de referência. O normal é ao mesmo tempo a extensão e a exibição da norma. O normal multiplica a regra ao mesmo tempo que a indica. Requer, portanto, fora dele, a seu lado e contra ele, tudo aquilo que ainda lhe escapa” (Portocarrero, 2006, p. 292). A normalização institui modos corretos de viver, de se portar, de se vestir e de que cores gostar.

Currículo de Português – 2º ano

A professora propõe um trabalho, em que a turma teria que postar suas análises sobre determinado livro em um blog. Aí é deflagrada toda uma discussão cibernética sobre as possibilidades e limites de um blog. A professora visivelmente não tinha pensado nas inúmeras questões levantadas pelas/os alunas/os. Elas/es então fazem propostas alternativas como criar uma comunidade do Orkut, ao que a professora nem comenta. Ela, ao contrário, mesmo diante dos problemas apontados pelas/os alunas/os insiste na criação do blog.

Em meio a toda a discussão, Heitor exige: “não quero nada rosa no meu blog!” E em seguida, zoa: “Não quero nada boiola no meu blog”. A professora continua a orientação do trabalho, divide os grupos e então comenta que os alunos não ficam nos grupos das alunas e conclui: “deve ser pra não ter blog rosa”. Nesse momento, a aluna Regina reage: “Eu não teria blog rosa. Detesto rosa!” Heitor imediatamente questiona: “Ah é?! E essa blusa rosa?” Regina olha pra sua própria blusa, constata que estava de rosa e apenas ri, meio sem graça.

Minutos depois, um grupo grande de alunos – que estava fora da sala – entrou em fila, brincando de trenzinho. A professora ri e zoa os alunos: “vou fazer um blog cor-de-rosa para vocês!” (Notas do diário de campo)

Cor-de-rosa não é coisa de macho. O verdadeiro macho gosta das cores certas. Para exigir a utilização das cores corretas, Heitor zoa e vincula o cor-de-rosa a “boiola”. Novamente a técnica do *sarcasmo* é utilizada e a homofobia se faz presente no termo pejorativo utilizado. A técnica do *repúdio* é empregada à cor rosa e à sexualidade que seu uso representa: a homossexualidade. A conduta de usar o rosa é veementemente recusada. Nesse caso, o repúdio é acompanhado de uma interdição. Utilizar o rosa não é um comportamento admitido. Sua interdição atua no sentido de colocar a conduta homossexual, que ele evoca, no campo do inaceitável. O vínculo rosa-boiola é tão pejorativo que afugenta mesmo quem não corre o risco de tal denominação. Até mesmo uma aluna rejeita e repudia o rosa. Talvez ela recuse um tipo específico de

feminilidade evocada pelo cor-de-rosa, a qual pode estar associada a uma vida fútil, de preocupações menores, representada na figura da “Paty” ou “Patricinha”. Mas essa técnica não é total, não regula a conduta o tempo todo, e a mesma aluna é flagrada utilizando uma blusa da cor desprezada.

A tecnologia da zuação é também acionada pela professora, que a utiliza para dar fim a uma prática que perturba sua aula. Ela usa o cor-de-rosa como uma ameaça, afinal ter um blog rosa não é coisa de macho. A técnica que ela utiliza é a *ironia* ao insinuar que o comportamento do trezinho não é coisa de macho. O rosa é associado a comportamentos desprezíveis, algo que não deve permanecer na sala. Algo que não deve estar presente na conduta dos alunos.

Alguns estudos vêm mostrando como o cor-de-rosa tem sido historicamente atribuído às meninas na sociedade ocidental, sendo associado à feminilidade (Bernard, 2003). Além disso, Santos (2004) argumenta que a utilização da cor rosa pelos meninos é avaliada e descrita como evidência da falta de masculinidade ou de homossexualidade. Esse vínculo entre conduta correta na utilização das cores e gênero/sexualidade está inscrito em relações de poder que compõem determinada cultura. De acordo com Connel (1995), “toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens. Os rapazes são pressionados a agir e a sentir dessa forma e se distanciar do comportamento das mulheres, das garotas e da feminilidade, compreendidas como o oposto” (p. 190). A normalização implica na marginalização e dominação das outras formas de viver a masculinidade. Ver determinados vídeos, por exemplo, pode ser uma conduta marginal de masculinidade.

Currículo do Orkut

Uma das atividades bastante comuns nas comunidades das turmas é postar os links de outras comunidades do próprio Orkut ou vídeos⁸ considerados “engraçados”. Na comunidade de uma das turmas acompanhadas, a aluna LÍlian posta o link de um vídeo que consiste no clipe de uma banda de homossexuais masculinos e intitula assim o tópico: “vídeo pros meninos da sala” e zoa: “vocês vão se identificar muito”. As respostas dos meninos são: “uuuuuuuuuuuuuuuuuuuuuuuuuuuuuu hhhhhhhhbbbbbbbbbhuuuuuuuuuuuuuuuuuuuuu aaammmmmmeeeeeeiiiiiii”; “arghh!! eu bem achando q era umas potranças..... = Pº huahuahauhauhau!”

8 Os vídeos selecionados pelas/os jovens geralmente estão disponíveis no site de compartilhamento YouTube, que assim como o Orkut, faz parte do Grupo Google. Disponível em: <http://br.youtube.com/>.

9 Na linguagem cibernética, representa a expressão de por a língua para fora.

Ver vídeo clipes de banda gay não é coisa de macho, menos ainda gostar desse tipo de música. A zuação surge aqui como forma de demarcar essas fronteiras. A técnica acionada é a *ironia* quando Lílian afirma que os meninos da sala “vão se identificar muito”. O *sarcasmo* também é utilizado na resposta de um aluno imitando o jeito, estereotipado, de falar dos homossexuais ao afirmar que amou o vídeo. Além dessas, a técnica do *repúdio* é posta em ação. A conduta homossexual representada no vídeo é desprezada como uma espécie de abjeto, que causa asco “arghh”. O homossexual é um “monstro repulsivo” (Cohen, 2000).

O monstro (abjeto) é visto como o diferente, a subjetividade e a cultura que não possuem autoridade em determinada época e lugar. Os monstros são “representações convenientes de outras culturas, generalizados e demonizados para impor uma concepção estrita da mesmice grupal” (idem, p. 46). O monstro exige um policiamento para que continue marcando a/o diferente, para que permaneça monstruoso. O policiamento da fronteira em torno da masculinidade conecta-se, mistura-se e funde-se com a exigência da sexualidade “normal” e culturalmente permitida: a heterossexualidade (cf. Britzman, 1996). A produção da diferença monstruosa objetiva então normalizar, regular e conduzir condutas, com base em formas particulares de ver o mundo, impostas como naturais, essenciais, irredutíveis e universais. A composição do monstro, sua montagem, sua produção revelam que a diferença é arbitrária e flutuante, o que leva a questionar o processo de produção da diferença e não a diferença como um fato (Cohen, 2000).

Currículo do Orkut

No mesmo dia, Jonathan posta o link de outro vídeo clipe de uma banda de homossexuais masculinos. As respostas dos rapazes são: “ah naum veiíi eu tive q pegar a letra huauhahuhauh ¹⁰ Tomboy¹¹ - Ok2bgay ¹²”; “ma q porra, essa comunidade ta mt gls ↯ ¹³ 2 topicos simultaneos, vai toma no cu shaiuhsaus”; “auhahuah q coisa gay!!”. André contrasta e questiona: “algum preconceito??” Já Fabiana diz: “aaaaadoooorei..... kkkkkkkkkkkkkkkkkkk to raxanu d ri..... huhuhuhuhu ow sem preconceitos”.

10 Na linguagem cibernética, representa uma gargalhada.

11 Cantor dinamarquês conhecido como Tomboy (palavra que, em inglês, é uma gíria que se refere a um comportamento masculinizado em uma garota ou mulher) pode ser considerado o cantor mais gay da atualidade. Disponível em: http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/3_46_60821.shtml [28 nov. 2007].

12 Esse aluno posta toda a letra da música. O título significa “tudo bem ser gay”. Nela o autor incentiva aqueles que têm dúvida para assumir o “caminho gay”, a vida como gay.

13 Na linguagem cibernética, representa uma feição de discordância.

Muita zuação com conteúdo homossexual não é coisa de macho. Quando mais um vídeo de outra música homossexual é postado, há conflito. Primeiramente a técnica do *deboche* é acionada para zuar, “ah naum veiíi eu tive q pegar a letra huauhauhuhauh”. Em seguida, as técnicas do *sarcasmo* e da *ironia* são utilizadas ao simular uma reprovação ao post com o uso de palavrões, mas com uma gargalhada ao final: “shaiuhsaius”. Essas técnicas também estão presentes no questionamento do preconceito. Aqui é acionado um exercício de relação consigo, cada um/a deve se perguntar sobre seus próprios preconceitos. Eles são ironicamente contestados, já que a zuação age fazendo rir.

De todo modo, dois tópicos seguidos com a mesma temática parece excessivo. Deve ser controlado. A regulação da sexualidade requer uma medida certa. As técnicas acionadas devem produzir condutas que se adequem a essa medida. O exercício do poder incide sobre as ações de zuar, avaliar, julgar, refletir, questionar, rir.

Currículo do Orkut

Nesse mesmo dia Tomaz posta um tópico com o título: “Chega de boiologem!” e assim descreve: “ahuauhauh chega de videos boiolas, um de macho ai, uma entrevista do chakal num programa q passa na internet, com o vinny xD ¹⁴”.

As respostas foram essas: “du caralho” (Antônio); “Chakal acústico=demoro” (Carla); “aposto q a emo poser¹⁵ nem viu o video ^^ ¹⁶” (Tomaz); “presunçoso, eu vi sim :P” (Carla).

Definitivamente vários vídeos com música gay não é coisa de macho! Heavy metal, sim, é música pra macho. A zuação, como no currículo de matemática analisado anteriormente, utiliza as técnicas do *sarcasmo*, do *repúdio* e do *banimento*. Nada mais de condutas homossexuais. Em vez disso, um vídeo de macho. O vídeo em questão, era a gravação de um programa sobre Chakal, uma banda de heavy metal. Esse tipo de som é categorizado no discurso, como coisa de macho. Sendo assim, não deveria ter agradado Carla e talvez por isso Tomaz tenha colocado em dúvida o fato dela ter ao menos assistido ao vídeo.

A fabricação da diferença sexual está imersa em relações desiguais de poder que acabam atuando na manutenção de uma sociedade dividida, em que algumas práticas, desejos e prazeres são legitimados enquanto outros são narrados como patológicos, doentios e anormais. Nas palavras de Louro (2003), “a produção da heterossexualidade

14 Na linguagem cibernética, representa um sorriso.

15 Apelido de Carla, devido ao seu corte de cabelo.

16 Na linguagem cibernética, representa um sorriso.

é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia” (p. 27). O currículo do Orkut ensina como a/o jovem deve se conduzir em relação à sexualidade; e a produção da heterossexualidade acontece acompanhada pela rejeição da homossexualidade¹⁷, apresentada como a subjetividade monstruosa. Além disso, esse currículo, ao apresentar a sexualidade de forma dicotômica, opondo heterossexualismo a homossexualismo, contribui para uma produção de sentidos cristalizados e restritos sobre a sexualidade. Desse modo, deixa de discutir a diversidade, variedade e complexidade da experiência sexual humana.

Currículo do Orkut

Dez dias depois, na mesma comunidade, novo tópico, com mais um link de vídeo. Agora é André que posta e zoa assim: “essa banda e mto gay os componentes homens sao gays e as mulheres lésbicas mas o clipe e diversao a valer simples e legal”.

Desta vez a repercussão foi diferente. As/os participantes da comunidade não acharam muita graça e responderam: “ihhhhhh”; “falto so um pokim pra eu rir =D”¹⁸

Então André, fazendo uma auto-reflexão, no mesmo tópico, posta em seguida o link de um outro vídeo e zoa a si próprio: “eu so posto videos estúpidos mas esse e divertido (pra quem gosta de futebol). Na minha opinião, futebol mais kung fu”

O novo vídeo traz uma série de verdadeiros “malabarismos” que alguns rapazes fazem com uma bola de futebol. A habilidade dos “malabaristas” é impressionante. Agora três jovens avaliam positivamente a dica de André: “pqp!”; “haha”; “filhodaputa fominha pa carai!!!!”

A zuação continua, mas André não percebeu que já basta de vídeos gays. Então a zuação volta pra ele pela técnica de *ironia* dos pares, que não acham graça, do que pretensamente deveria ser risível – como toda zuação que se preze. Então André zoa a si mesmo, usando a técnica do *deboche* de si “eu so posto vídeos estúpidos”. Imediatamente ele corrige sua conduta e divulga um vídeo de macho. Afinal, futebol é coisa de macho. Seu novo comportamento agrada os pares.

O futebol, especialmente em países como o Brasil, funciona como uma forte marca da masculinidade. Gostar de futebol, jogar [bem], assistir aos jogos e falar de futebol são práticas que se impõem aos garotos desde muito cedo, como uma espécie de

17 Cf. Louro (2003).

18 Na linguagem cibernética, representa um sorriso.

“interesse masculino ‘obrigatório’” (Louro, 2003, p. 22). Esse discurso também aciona regulação da sexualidade no currículo de Educação Física.

Currículo de Educação Física – 1º ano

Um grupo de alunos combina um campeonato de Winnig Eleven [jogo eletrônico de futebol] com o professor. Um aluno sugere um campeonato de jogo de corrida de carros [pelo que ele é fascinado, como consta no seu perfil do Orkut], em vez de futebol [que ele odeia, como ele declara no Orkut]. Professor recusa tal troca e zoa o aluno dizendo que esse outro jogo é sua “namorada” que joga. (Notas do diário de campo)

Futebol é coisa pra macho. Joguinho de corrida de carros não é coisa de macho. Aqui a técnica da *ironia* é utilizada para o controle da conduta juvenil. O professor zoa o aluno que não se comporta como a norma que regulamenta os gostos masculinos. Afinal, todo homem tem que jogar e gostar de futebol. Quando o aluno transgride essa regra e declara seu gosto por jogos de corrida de carros, o professor ironiza e vincula a preferência do aluno a uma conduta de “mulherzinha”, pois é a namorada do professor que gosta daquele tipo de jogo. A zuação visa governar e corrigir o comportamento do jovem e produzir nele a conduta de um macho de verdade.

Nesse caso, gênero e sexualidade estão intimamente conectados e a masculinidade demandada representa uma oposição à sexualidade proibida, a homossexualidade. Gostar de futebol é uma exigência cultural imposta aos homens, uma forma de garantir a manutenção de categorias. Esse processo reside em uma espécie de “hierarquia de correção identitária: essa lógica ostensivamente afirma que, primeiro, a pessoa ‘obtem’ o gênero correto e, depois, ‘obtem’ a heterossexualidade” (Britzman, 1996, p. 78). Todo esse processo é inscrito no corpo: nos gestos, posturas e condutas, como pode ser visto a seguir.

Currículo de Sistemas de Produção e Organização do Trabalho – 2º ano

Enquanto o professor copia a matéria no quadro um aluno o zoa: “Professor, pára de rebolar!” O professor continua seu trabalho, nada comenta. (Notas do diário de campo)

Currículo de Informática – 1º ano

Um grupo de alunos [apenas rapazes] conversa entusiasmadamente, ao que o professor repreende zuando: “Ei, vocês vão rasgar a saia aí. Essa agarrão!” Os alunos, então, ficam quietos. (Notas do diário de campo)

Rebolar não é coisa de um macho de verdade. Ser macho é manter uma postura corporal rígida. O macho também não pode ficar de agarrção, “a homofobia funciona como mais um importante obstáculo à expressão de intimidade entre homens. É preciso ser cauteloso e manter a camaradagem dentro de seus limites, empregando apenas gestos e comportamentos autorizados para o ‘macho’” (Louro, 2003, p. 28). Pegar, tocar outro macho é um perigoso cruzamento de fronteiras, que deve ser vigiado, controlado, rejeitado. Aqui a zuação aciona a técnica do *sarcasmo* em relação à conduta corporal do professor. Essa conduta aciona ao mesmo tempo as técnicas do *repúdio* e do *banimento*: “pára!”. As condutas corporais dos alunos que se agarram acionam as mesmas técnicas. Agora a saia, uma vestimenta culturalmente feminina, é evocada para vincular a conduta reprovável dos rapazes, ao gênero feminino.

As técnicas utilizadas incidem sobre as condutas corporais dos jovens. Visam controlar o modo de conduzir o corpo e os gestos. Trata-se de produzir modos de existência juvenis, livres das condutas consideradas impróprias àqueles que vivem a sexualidade dita normal. Os mais variados comportamentos masculinos são vigiados, avaliados e julgados o tempo todo, de modo intensivo e extensivo, em termos de sua relação com a sexualidade. Desse modo, o jeito de se portar, de posicionar o corpo, de tocar os pares é regulado com base na subjetividade demandada nesse discurso: o jovem macho. É preciso considerar que,

mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos (Goellner, 2005, p. 29).

O corpo, o uso que dele é feito, a postura e os gestos são minuciosamente vigiados e controlados. Cada detalhe é medido e quando é considerado inadequado constitui-se imediatamente em alvo de zuação. Corpo é aqui entendido como produzido culturalmente, pelas relações de poder. É uma construção histórica e por isso é provisório, suscetível a mudanças (idem). É também alvo de uma série de investimentos (cf. Louro, 2005) que buscam evidenciar as subjetividades. Esses investimentos incluem a utilização ou não de certos acessórios que buscam dizer quem somos verdadeiramente.

Além disso, todo esse investimento sobre o corpo faz parte de uma “pedagogia da sexualidade” exercida na escola, “pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados” (Louro, 2003, p. 31). Essa pedagogia acaba “legitimando determinadas identidades e práticas sexuais,

reprimindo e marginalizando outras” (idem). Essa repressão, no entanto, não se efetiva em sua totalidade e no currículo também há escapes.

Currículo de Educação Física – 2º ano.

Ao fazer a chamada, Fernando se engana e responde “presente” para um nome feminino. A professora imediatamente zoa o aluno: “Você é Regina à noite?” Ao que Fernando recusa veementemente: “Sai fora!”

Tempos depois a professora se dirige até mim e pergunta se eu anotei “a posição sexual” na aula. Respondo que não, porque estava registrando outro dado e ela então me esclarece que Marcos caiu “de quatro” e João “veio por trás e gesticulou como se estivesse transando com ele por trás”. (Notas do diário de campo)

Ser confundido com uma mulher não é coisa de macho. Há formas “corretas” de nomear os homens, Regina, definitivamente, não é nome de macho. Os homens nomeados como tal devem se comportar de modo a seguir rigidamente os preceitos de um determinado tipo de masculinidade. Nenhum comportamento é desconsiderado, tudo é rigorosamente vigiado e controlado. A possibilidade de ter suas condutas avaliadas, julgadas e descritas de modo a atrelar-se a uma suposta homossexualidade é algo que o verdadeiro macho deve evitar a todo custo: “sai fora!” Não pode deixar qualquer tipo de dúvida sobre seus modos de viver a sexualidade. Tem que exibir as evidências que atestem sua heterossexualidade. Não pode deixar suspeitas. Caso contrário, a tecnologia da zuação é imediatamente acionada, a fim de corrigir o menor vacilo. A professora zoa o aluno, por meio das técnicas da *ironia* e do *sarcasmo*, insinuando a vida dupla do aluno: Fernando de dia, Regina à noite. O aluno, por sua vez, recusa veementemente tão possibilidade: sai fora! Sua conduta é de *repúdio* à homossexualidade que a zuação da professora evoca. E, desse modo, ele reafirma sua masculinidade e heterossexualidade.

A regulação, no entanto, não é total. E a tecnologia da zuação também age como forma de trazer o comportamento homossexual à cena curricular. Dois alunos simulam de forma debochada um ato sexual entre dois homens. Eles zoam a partir de um teatrinho e trazem para o currículo uma conduta que é cotidianamente repudiada. A homossexualidade apresentada como monstruosa ao mesmo tempo que amedronta, exerce uma espécie de atração, uma “perigosa fascinação” (Cohen, 2000, p. 53). Talvez o monstro da prática homossexual evoque “fantasias escapistas” (idem, p. 48) diante do intenso investimento no governo das condutas juvenis e por isso seja representada na zuação dos jovens, afinal, “a ligação da monstruosidade com o proibido torna o monstro ainda mais atraente como uma fuga temporária da imposição” (ibidem).

Mesmo com a intensa regulação que acontece a todo momento, mesmo tendo havido um episódio recente de banimento dos comportamentos homossexuais, há um vazamento, e a homossexualidade entra em cena. É também a zuação que traz o interdito para o currículo. É possível perceber que “a vida escapa” e as “fronteiras da interdição” são rompidas (Goellner, 2005, p. 31).

Currículo de mecânica – 1º ano

A atividade consistia em gravar, em uma caneta de metal, um desenho à escolha de cada aluna/o. Fábio propõe um certo desenho, que o professor avalia que vai ser difícil executar porque “tem muitas variáveis” e zoa o aluno: “Pra não dizer que tem frescura demais”.

Minutos depois, na mesma aula, o aluno Márcio se acidenta em uma das máquinas e corta os dedos. O colega Carlos o acompanha até a pia para lavar o ferimento e cai desmaiado ao ver o sangue escorrendo na mão do amigo. Ao cair, derruba uma série de objetos e bate a cabeça no chão. O professor os socorre calmamente, se oferece para levá-los ao centro médico, os alunos se recusam. O professor então se prontifica a levá-los em casa, o que eles também rejeitam. Os alunos se comportam como se não sentissem dor. (Notas do diário de campo).

Fazer um desenho mais elaborado é frescura, não é coisa de macho. Sentir dor ao sangrar ou cair, também não. Desmaiar ao ver sangue, definitivamente não é coisa de macho. Ser macho é não temer nada, muito menos algo tão inofensivo quanto um sangue que simplesmente escorre. É não ter qualquer tipo de constrangimento ao ver a/o outra/o sangrar, menos ainda desmaiar ao deparar-se com esse fato. Um macho de verdade resolve-se sozinho, não precisa de ajuda, de socorro médico (isso é uma grande frescura!). Ele também não depende de alguém que o leve para casa. Ser macho é não admitir sentir dor, nem mesmo quando ferido.

Inicialmente, a conduta de Fábio – ao fazer um desenho que não condiz com o que se postula como apropriado a um verdadeiro macho – aciona as técnicas do *sarcasmo* e da *ironia*. Primeiro, o professor diz que o desenho “tem muitas variáveis”, em seguida esse excesso é rotulado de “frescura”, o qual não caberia a um comportamento tipicamente masculino. Os alunos parecem aprender bem essa lição. Afinal, quando na mesma aula um aluno se fere e o outro desmaia, não há mais frescuras. Ninguém chora, reclama e sequer admite a dor. Também não aceitam cuidados médicos, nem a condução até suas casas.

É possível, no entanto, identificar nos discursos analisados, a produção de diferentes

masculinidades, o jovem que desmaia ao ver sangue, o jovem que usa colar, o jovem que não gosta de futebol, o jovem que guarda segredo, o jovem que agarra o outro. Essas subjetividades, no entanto, são desprezadas, alvo de deboche e aversão por parte de alguns/algumas alunas/os e professoras/es. Elas são masculinidades marcadas como “monstruosas”, que não correspondem à “verdadeira masculinidade”, a qual define, delimita e constitui-se na referência a partir da qual as demais são julgadas e classificadas. É preciso considerar, no entanto, que “as instituições e os indivíduos precisam desse ‘outro’. Precisam da identidade ‘subjugada’ para se afirmar e para se definir, pois sua afirmação se dá na medida em que a contrariam e a rejeitam” (Louro, 2003, p. 31). Essa fixação da masculinidade válida e permitida é fabricada no processo de normalização social, em que, por meio de relações de poder, um determinado tipo de masculinidade é divulgado como o correto, normal e padrão.

Para se produzir e garantir o governo e auto-governo das condutas, é imprescindível uma soma de esforços, afinal, aprendemos com Foucault (2005a) que o poder se exerce de forma microfísica por toda a sociedade, de todos os lados, de forma sutil e altamente eficiente nos propósitos de regulação dos modos de ser. Esse poder que está em toda parte divide, classifica, qualifica, ordena e exclui os sujeitos, a partir da vigilância permanente e intensiva dos comportamentos. Estando em todos os lugares, esse poder se multiplica, ao mesmo tempo que se une em sua tarefa de controlar as ações. Assim, podemos dizer que a regulação da sexualidade, a instituição da heteronormatividade e a exclusão das outras sexualidades diferentes da “normal” heterossexualidade são postas em funcionamento no currículo escolar e também no Orkut. Os discursos de ambos se somam e se conectam na tarefa de governar a juventude e garantir a heterossexualidade. As outras possíveis formas de vivência dos desejos e prazeres são transformadas em monstros, para que sejam expurgadas da sociedade. Esse quadro se inscreve em uma racionalidade política que identifica a homossexualidade como uma ameaça para aquelas/es ligadas/os ao “*status quo* moral, estejam eles situados à esquerda ou à direita do espectro político. A existência de identidades gays e lésbicas positivas simboliza a pluralização cada vez mais crescente da vida social e a expansão da escolha individual que essa oferece” (Weeks, 2003, p. 70).

É preciso salientar que, nos discursos analisados, o governo das condutas incide muito mais intensamente sobre os rapazes, do que sobre as moças. É possível depreender do material coletado um número significativamente maior de investidas do poder regulador sobre os garotos do que sobre as garotas. Uma hipótese para explicar essa diferença pode estar assentada no mito de que falar sobre questões que envolvam a sexualidade possam aumentar as práticas sexuais (Britzman, 1996). Nesse caso, a sexualidade feminina passaria por um processo de tentativa de apagamento e silenciamento. A homossexualidade feminina não é sequer cogitada, nem posta em discurso. A sexualidade feminina é tratada, mas a zuação incide sobre os excessos, a heteronormatividade é colocada como pressuposto e o controle da sexualidade

das jovens se dá com menos intensidade do que o exercido sobre a ameaçadora homossexualidade masculina.

4. Técnicas de governo para produzir a jovem DIFÍCIL

Currículo do Orkut

Samantha é safadona

Descrição: “Para vc que conhece a samantha e sabe q ela eh safadona entrar ai na comu. pra quem eh da [nome da turma] isso ficou mais claro ainda quando estavamos indo pra gruta, quem naum c lembra q quando o onibus deu uma paradah a Samantha olhou pro caminhoneiro ao lado do onibus e começou a ajeitar seu cabelo...eh isso mesmo ateh caminhoneiro a Samantha naum perdoa...sempre esta junto da Rê q tb eh otra...huahua flws!!” (Comunidade criada por um aluno, para uma colega do 3º ano).

Nessa comunidade, os tópicos trazem as seguintes temáticas: danada; Só caminhoneiro???;cs perderam!!; eu não sou safadona. Neles, as/os participantes zoam os comportamentos de Samantha descritos de modo a comprovar que ela é “safadona”, como por exemplo:

todos viram hj na aula... qdo os bombeiros estavam passando e gritando atras da escola, a samantha virou pra rê e falou: o rê, vê c eh os bombeiros pq bombeiro eh tudo d baum!! Huauhua todos ouviram ela eh mto safadona!! Hauhuahua;

o samantha c num tem jeito neh...dps do caminhoneiro, do bombeiro do cara da carona, agora ateh o professor de fisica vc num perdoa neh...;

a Rê simplesmente foi induzidah por vc...vc estah c tornandu uma péssima companhia pra ela hahhauuhua; tbm tenhu uma história p/ contar d l dos seus ataques safádicos..kkkkk [...] fomos pedir carona... até q para um carro [...] qnd a samantha viu q era um homen.. noooooooooooooosssa.. deu um krav magá.. em nós 3 e sento nu banco du carona sem nem dar tempo da gente escolher... e nem sabia ainda p/ ond o kra tava indo..era homem tava bom! Kkkkkk tá vendo né samantha.. + uma prova dq vc é safadona!;

Nossa, imagina se samantha ã é safadona!?..... nem

um pouquinho..... ela dá mole até pra lixeiro.....
rsrsrsrs.....bjo prima ti amu;
toda aula de educação física a samantha ficava olhando o
povo do exercito passando lah na rua atras da escola... e
ainda arrastava a lilian pra olhar tamen!!! comé q pod!;
e ninguem viu ele tirandu casquinha do profs d ed.fisica
neah!! dps da aula d atletismo todo mundo cansado ela
fico escorando no fessor d ed.fisca pra subir a escadah (soh
deculpa pra tirar casquinha neah!!!) auhauuahua;
eh Samantha tem jeito naum neah!!!;

Jogar charme e não perdoar nem o caminhoneiro são comportamentos que não condizem com a jovem difícil. Admirar os bombeiros e comentar com a colega não são condutas adequadas à garota difícil. Correr atrás dos professores não é atitude da moça difícil. Disputar o lugar ao lado do motorista é um comportamento reprovável. Induzir as colegas ao mesmo tipo de atitude é inaceitável. A jovem difícil jamais protagoniza um “ataque safádico”. Dar mole pra qualquer um, até mesmo o lixeiro, é deplorável. A garota difícil não deve ficar olhando outros homens, muito menos “tirar casquinha” dos professores.

Por meio da tecnologia da zuação, os mínimos gestos e comportamentos de Samantha são detalhadamente descritos e apresentados como desmedidos, excessivos e contaminadores, já que as colegas são narradas como sendo induzidas por sua “péssima companhia”. As marcas corporais – como o olhar e o cabelo – de Samantha são minuciosamente analisadas e avaliadas. Segundo Louro (2003), nossos sentidos são treinados para identificar e decodificar essas marcas, para que possamos “classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam” (p. 15).

A sexualidade de Samantha é também descrita como não seletiva, ela se lança sobre todo e qualquer um: desde os professores até o bombeiro, o caminhoneiro e o lixeiro. Para comprovar a safadeza da garota, são evocadas representações, atreladas à classe social, que desqualificam os homens-alvos de suas investidas.

Como no caso do governo dos rapazes, as técnicas acionadas são o *deboche*, o *sarcasmo* e a *ironia*, as quais atuam na avaliação, julgamento e classificação dos comportamentos detalhadamente narrados. As formas depreciativas de descrever as condutas de Samantha têm como alvo a sua correção. Ou seja, é preciso provar que Samantha é safadona e, assim, mostrar-lhe que seus comportamentos excessivos e indevidos devem ser modificados. Ela deve agir, ao contrário, como uma jovem difícil, a qual não “dá mole” para qualquer um, nem a todo instante. Assim composto, o

quadro que prescreve a má conduta moral de Samantha pode ser a referência para a avaliação e auto-avaliação não apenas da própria Samantha, como também das demais jovens. As garotas devem cuidar de si, de seus gestos, suas formas de olhar, falar e se comportar, especialmente em relação aos rapazes.

Diante de todas as zuações acusadoras, que procuram atestar a classificação de “safadona”, Samantha se defende a todo custo. Ela fala de si, faz algumas auto-avaliações de seus comportamentos e tenta contestar os “fatos” narrados pelas/os colegas, diz que são calúnias, mentiras e busca explicar os acontecimentos de outra maneira. Algumas vezes, utiliza a mesma tática dos pares e alega que outras garotas são mais “safadonas” do que ela. Mesmo com toda sua argumentação, Samantha apresenta uma fala solitária, suas condutas são desqualificadas por muitas garotas e garotos. E a conclusão é quase unânime: “Samantha tem jeito naum”.

Currículo de Educação Física – 1º ano

O professor não apareceu. Enquanto aguardavam na quadra, a aluna Lidianie lia a revista *Toda Teen*. Henrique pediu para ler seu horóscopo. Ao folhear a revista, deteve-se em uma reportagem que trazia uma espécie de enquete questionando se era “correto uma menina deixar o cara passar a mão no primeiro encontro”. A resposta de um garoto era negativa e ele comentava que as garotas devem “se respeitar”. Ao ler essa resposta, Henrique zoa: “esse cara é viado!” Já a segunda resposta dizia que tudo bem, dependia de “como a garota pensava”. Henrique disse que essa seria a sua resposta. Depois disso, ele, Arthur, Cíntia e Lidianie começaram a debater a enquete. (Notas do diário de campo).

Diante do debate que eu observava, fiz perguntas de como elas/es chamam a menina que fica com muitos garotos, que para o grupo é a “putinha” e o cara que fica com muitas meninas é o “galinha”. Nesse aspecto, Lidianie reconhece que as meninas são desvalorizadas ao passo que os rapazes são vangloriados quando avaliados pelo mesmo tipo de conduta. Lidianie conclui que isso é “machismo” e vem de longa data. Henrique concorda, mas para ambos, o fato do machismo ser antigo é algo que o naturaliza. O processo de produção de relações desiguais entre homens e mulheres, do machismo que privilegia a posição do homem heterossexual se dá por meio de uma contínua afirmação e reafirmação deste lugar de poder, o que “nos faz acreditar em sua universalidade e permanência; nos ajuda a esquecer seu caráter construído e nos leva a lhe conceder a aparência de natural” (Louro, 2005, p. 44).

Já Arthur se auto-avalia e rejeita o rótulo de machista. Ele considera que apenas não

gosta das garotas que ficam com todos. Ele não julga isso machismo e justifica-se alegando que as próprias garotas reprovam aquelas que têm esse tipo de conduta. A conversa promove uma série de exercícios das/os jovens sobre si mesmas/os em um processo de avaliação e auto-avaliação das condutas juvenis. Afinal, como argumenta Louro (2003),

Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governos, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos (p. 25).

Em entrevistas posteriores, outras/os jovens fizeram análises semelhantes. Segundo elas/es, as meninas que ficam com todos são as “rodadas”, “putinhas”, “galinhas”, “piriguetes”. Já os garotos que pegam todas são os “ganhões”, “pegadores”, “ídolos”, “legais”, “bacanas”, “fodões”, quem “têm a moral”. Nesse caso, um aluno e uma aluna disseram que isso se deve ao machismo que reconhecem nas formas desiguais de nomear meninos e meninas que se comportam da mesma forma. É preciso entender, como afirma Butler (2003), que a “nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma” (p. 161).

Essa categorização, entretanto, não é fixa, nem rigidamente definida. Uma aluna e um aluno também chamam de “galinha” o menino que fica com muitas garotas. Essa aluna chega a dizer que esse não é o tipo de cara que ela gosta, afinal acredita que as garotas estão mais interessadas em “alguém pra compartilhar os momentos, pra falar a verdade, um namorado. E a gente sabe que com esse tipo a gente num vai conseguir isso” (Lígia, aluna do 1º ano). Para Lígia as garotas desejam uma relação mais duradoura, um namoro. Algo em que possam compartilhar, o que um “galinha” não pode oferecer.

Esse tipo de discurso não está restrito ao currículo escolar, nem ao Orkut. Ele circula em outros locais. Recentemente, uma reportagem do Jornal Super mostrou como um evento teve repercussões desiguais em termos de gênero. A matéria trazia o título “Paparazzo na mira” e referia-se à divulgação no Orkut de fotos de um casal “fazendo sexo durante uma micareta”. Além do fato em si (o problema da divulgação das fotos, especialmente porque a garota é menor de idade, ou do ato sexual praticado em público), a diferença nos desdobramentos do fato foi discutida com o subtítulo *Repercussão machista*¹⁹. Nessa parte, o jornal afirma que

19 Um outro exemplo desse tipo de racionalidade – que valoriza a grande quantidade de mulheres conquistadas por um homem – pode ser visto em recente campanha publicitária do desodorante masculino Click da Axe. A peça midiática, que atualmente circula na televisão e na Internet, mostra que o homem que usa o novo produto pode seduzir mais mulheres que o astro de cinema Ben Affleck.

quem navegar pela comunidade que leva o nome da garota e verificar os fóruns e recados postados, poderá constatar as várias ofensas morais até palavras grosseiras designadas à ela. E uma situação inversa acontece na página de um dos prováveis rapazes que teria feito sexo com ela. Algumas pessoas chegaram a enaltece-lo, reflexo virtual do machismo (Clemente, 2007).

Já o jovem que “não pega” ninguém é zuado de “gay” ou “mané”. Mas agora essa classificação é produzida pelos próprios garotos. Ou seja, mesmo Lígia quando responde sobre o nome dado ao rapaz que tem esse comportamento, diz “ahhh sei lá pras meninas num tem nome não, mas os caras zoam o menino de mané e tal”.

Quanto aos garotos e às garotas que ficam só de vez em quando, as/os jovens dizem que “ahh axo que num tem nome não, pelo menos nunca ouvi um nome específico” (Lígia, 1º ano); “nao tem nome pra isso” (Aurélio, 1º ano), “n sei um nome específico” (Henrique, 1º ano), “normais, n tem nome” (Alice, 1º ano). É a/o “diferente”, aquela/e que não se comporta como ditam as normas reguladoras, que precisa ser marcada/o, nomeada/o, rotulada/o (cf. Louro, 2003). O processo de normalização inclui uma espécie de homogeneização da norma, cuja força é diretamente proporcional à sua invisibilidade (Silva, 2000).

É possível depreender dos discursos analisados que o governo das jovens também aciona a regulação da sexualidade, por meio da tecnologia da zuação. No entanto, os mecanismos utilizados são de outra esfera. Elas têm que se portar em uma dimensão intermediária situada entre o ficar com os rapazes que as abordam, mas devendo resistir a várias investidas. Jamais podem ser “fáceis” e “pegar” todos que “chegam nelas”. Por outro lado, não podem ser preteridas sempre, pois nesse caso são zuadas como as “feias”, “dragões”, “canhões”. A garota *difícil* deve manter um equilíbrio entre a capacidade de seduzir os rapazes e a habilidade de recusar-lhes as investidas, na medida certa.

Conclusão

É possível perceber nos discursos analisados uma espécie de guia cotidiano para que as/os jovens possam conduzir a própria existência. Essa condução se dá de maneira

.....
Na propaganda, o ator conta quantas mulheres conseguiu atrair durante um dia e, quando entra em um elevador, constata que o ascensorista, o qual usa Axe Click, obteve mais conquistas que o galã. A cada nova mulher atraída, um click no contador manual de conquistas. Tanto nessa campanha publicitária, como nos discursos analisados, os homens são vangloriados pelo excessivo número de mulheres que seduz. Conquistar muitas mulheres é uma forma de atestar a masculinidade, comprovar a heterossexualidade. Esse discurso também atua na manutenção da heteronormatividade.

dispersa e heterogênea. As mais variadas condutas juvenis são alvo de toda uma tecnologia de poder que governa a juventude ao mesmo tempo em que lhe imprime técnicas de auto-governo. A sexualidade é o dispositivo acionado nesse processo. Ela é interrogada, questionada, avaliada, por meio da tecnologia da zuação, não apenas como um modo de relação entre dois parceiros, mas como formas que o jovem e a jovem devem regular sua conduta, a partir de um lugar relacional, no cotidiano de seus comportamentos mais corriqueiros, tanto no currículo escolar quanto no Orkut. Nesses discursos, são demandadas as subjetividades do jovem macho e da jovem difícil, as quais entram em confronto com outras subjetividades lá produzidas e em outros discursos. É preciso ressaltar, no entanto, que nenhuma classificação – entre o que é risível, engraçado, aceitável ou não – está estabelecida com exatidão, em uma espécie de linha divisória clara e definitiva.

No contexto atual, em que tanto a cibercultura como a educação são divulgadas como importantes instrumentos para o desenvolvimento e o progresso nacional, o discurso do currículo escolar e do Orkut assumem uma posição estratégica. A produção do jovem macho e da jovem difícil pode contribuir para o acirramento das desigualdades sexuais e de gênero. Essas subjetividades, no entanto, vão disputar com outras disponibilizadas em outros discursos, especialmente dos movimentos feministas e GLBT²⁰. Nesses, é possível encontrar formas de valorizar as subjetividades marginalizadas e repudiadas no currículo escolar e no Orkut.

A tecnologia da zuação e todo aparato de técnicas acionadas produzem não apenas aquilo que é considerado anormal e patológico, como também visam demarcar as fronteiras dos comportamentos considerados normais. Discutir tão intensamente a sexualidade no currículo escolar e no Orkut, com base em uma moral patriarcal, heteronormativa e homofóbica, intensifica o poder de governo e auto-governo da juventude e pode ajudar a reforçar determinados tipos de relações sociais, em que as diferenças são vividas em termos de desigualdade e injustiça.

✂ REFERÊNCIAS

BERNARD, M. *Moda e comunicação*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BRITZMAN, D. P. O que é essa coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre. 21 (1). p.71-96. Jan./Jun. 1996.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In. LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª ed., 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 151-172.

20 Gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis.

CLEMENTE, R. Paparazzo na mira. In: *Super*, Belo Horizonte, 1 set. 2007. Cidades, p. 3.

COHEN, J. J. A cultura dos monstros: sete teses. In.: SILVA, T. T. *Pedagogia dos Monstros – os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 23-60.

CONNEL, R. W. Políticas da masculinidade. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre. 20 (2). p. 185-206. Jul./Dez. 1995.

FONSECA, M. A. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In.: RAGO, M. e VEIGA-NETO, A. (Orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 155-163.

FOUCAULT, M. Verdade e subjetividade. In: *Revista de Comunicação e Linguagem*. Lisboa. Nº. 19, 1993. p. 203-223.

_____. O sujeito e o poder. In.: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. Tecnologías del yo. In.: _____. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1995a. p. 45-94.

_____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 8 ed. Rio de Janeiro, Graal, 2005.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005a.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In.: LOURO, G. L.; FELIPE, J. e GOELLNER, S. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade – um debate contemporâneo sobre educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 28-40.

JUNQUEIRA, R. D. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In. SWAIN, T. N. et al. *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007. p. 59-69.

LOURO, G. L. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, L. H. *A escola cidadã no contexto da educação globalizada*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 33-47.

_____. Pedagogias da sexualidade. In. _____. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed., 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 07-34.

_____. Currículo, gênero e sexualidade. O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In.: LOURO, G. L.; FELIPE, J. e GOELLNER, S. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade* – um debate contemporâneo sobre educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.9-27.

PARAÍSO, M. A. A produção do currículo na televisão: que discurso é esse? In: *Educação e Realidade*. 26(1). Jan/Jun. 2001. p. 141-160.

PARKER, R. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In.: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed., 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 125-150.

PORTOCARRERO, V. Práticas sociais de divisão e constituição do sujeito. In.: RAGO, M e VEIGA-NETO, A. (Orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 281-295.

ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu? In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre. 26 (1). p. 33-58. Jan./Jun. 2001.

SANTOS, C. A. *A invenção da infância generificada: a pedagogia da mídia impressa constituindo as identidades de gênero*. 2004. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre. 20 (2). p. 71-99. Jul./Dez. 1995.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In.: _____. (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade In. LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed., 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 35-82.



Menção Honrosa

Desaparecidos Cíveis: um problema de gênero e geracional

Dijaci David de Oliveira – Universidade de Brasília

Orientadora – Prof.^a Lourdes Maria Bandeira

Introdução

Neste trabalho se procurou abordar o fenômeno dos desaparecimentos de pessoas no Brasil. O desaparecido civil é aqui caracterizado como sendo: a) todo evento em que uma pessoa que sai de um determinado ambiente de convivência familiar ou de algum grupo de referência emocional-afetiva, b) se desloca objetivando realizar qualquer atividade cotidiana e, c) sem quaisquer explicações concretas, desaparece, d) ato contínuo, observa-se uma ruptura de sua trajetória cotidiana de ir e vir, além da convivência com os seus familiares e conhecidos, e) sem motivo aparente e sem que houvesse qualquer anúncio direto ou indireto de sua intenção de partir, sumiu sem deixar vestígio.

A pesquisa procurou compreender ainda o que é este fenômeno, seus antecedentes, assim como os caminhos percorridos pelos familiares e conhecidos após o fato. A pesquisa se concentrou sobre a relação entre a família e os desaparecimentos. A hipótese de trabalho foi de que a família se apresenta como um nódulo central para a produção dos desaparecidos.

Para compreender a presença do fenômeno na sociedade, buscou-se alguns indicadores disponibilizados pelo Estado. A este trabalho se somou uma leitura das narrativas de familiares com pessoas desaparecidas, das narrativas de delegados de polícia e de gestores de políticas públicas. Fechando o trabalho de pesquisa, se discutiu também sobre a abordagem midiática dos casos de desaparecimentos, assim como do tratamento institucional ofertado pelo Estado/polícia.

Objetivos

A cada ano mais de 40.000 crianças e adolescentes figuram nos Boletins de Ocorrências (BOs) como desaparecidos. Ao se acrescentar os adultos, este número ultrapassa seguramente a casa dos 100.000 casos anuais (Reis, 2005). Entende-se que esse é um evento que produz transformações significativas numa parcela considerável das famílias e comunidades que convivem com este drama. Por ser um fenômeno profundamente marcante na experiência de vida de milhares de pessoas, torna-se imperativo compreender estas transformações. Assim, o interesse recaiu em analisar dentre os possíveis fatores intervenientes na produção dos desaparecimentos, a dinâmica dos valores presentes no contexto familiar que contribuem na produção do fenômeno.

Nos casos de desaparecimentos, colocam-se pelo menos três problemas imediatos: “saber o que ocorreu”, “saber o que fazer”, “saber a quem procurar”, enfim, saber que providências tomar. Para tanto, nada mais evidente que recorrer às estruturas legais (tais como, a instituição policial), já que, por pressuposto, o desaparecimento ocorreu em algum ambiente público. A primeira providência, embora pareça óbvia, pelo menos no Brasil não o é. Recorrer à polícia tem sido um forte obstáculo enfrentado pelas famílias de desaparecidos. A angústia familiar diz respeito à falta de amparo jurídico e psicológico para suas aflições e na ausência de aparatos policiais de investigação. Um dos problemas pode estar na complexa teia de significados que se construiu sobre o desaparecido civil. Tal situação tem inviabilizado a constituição de um estatuto legal que norteie as ações estatais e normatize as atividades policiais, assim como permita uma clara orientação sobre as relações entre a família e as instituições de apoio para a busca do desaparecido.

Como desafio para a realização deste trabalho é importante destacar que, a despeito da dimensão do problema, o trabalho de pesquisa se deparou com uma significativa escassez bibliográfica. Para ampliar o drama, deparou-se com os dados policiais não sistematizados, inexistência de estudos na área, negligência ou não-percepção da importância do problema por parte dos órgãos oficiais. Enfim, diante deste quadro, o objetivo que se colocou foi o de, a partir dos dados coletados junto a atores-chaves (familiares, gestores estatais e delegados de polícia), compreender o status do fenômeno dos desaparecimentos no Brasil.

Metodologia

Este trabalho é tributário da orientação metodológica de muitos autores. Com destaque, porém, para aqueles que compreendem que o processo de pesquisa não deva se distanciar das preocupações práticas com a vida social. Numa discussão sobre o processo de pesquisa social, Minayo (1994) coloca que “(...) *nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas*” (Minayo, 1994:17-18).

Notadamente, duas outras orientações foram constantes. Se, por um lado, se objetivou pensar cientificamente o problema, por outro, sempre se manteve uma forte ligação com as representações do senso comum. Um passo importante, de acordo com Santos (1989), na construção do novo paradigma científico, está na nova relação com os variados tipos de conhecimentos considerados não-científicos. Entretanto, é necessário, segundo o autor, que o conhecimento científico se mantenha enquanto tal. Isso significa que este deve manter alguns pré-requisitos que o distingam dos demais.

Santos (1989) afirma que é necessário, na construção do conhecimento científico, o que

chama de: *a dupla ruptura*. De acordo com o autor “*A Ciência, para se constituir, tem de romper com essas evidências e com o ‘código de leitura’ do real que elas constituem*” (Santos, 1989:32). Assim, cabe à Ciência, no primeiro momento de construção do conhecimento científico, romper com o senso comum, isto porque, segundo autor: “*O senso comum é um ‘conhecimento’ evidente que pensa o que existe tal como existe e cuja função é a de reconciliar a todo custo a consciência comum consigo mesma. É, pois, um pensamento necessariamente conservador e fixista*” (Santos, 1989:32).

Entretanto, após a *primeira ruptura*, é necessário fazer a *segunda ruptura*. Este processo Santos chamará de “dupla ruptura”. Se a primeira foi do conhecimento científico com o senso comum, a segunda será do conhecimento científico com ele mesmo. Não se trata, óbvio, de um retorno ao senso comum, mas de um reencontro da ciência com os outros tipos de conhecimentos. Trata-se, portanto, de despir o saber científico dos seus preconceitos para com os outros tipos de saberes respeitando-os enquanto outras formas de conhecimento da realidade. A discussão dessas proposições teóricas formuladas por Santos (1989) possibilita uma reflexão sobre a importância da teoria para a compreensão das relações sociais. Tomando as preocupações destes autores como pano de fundo, o trabalho de pesquisa foi realizado em três fases de coleta de dados. A primeira focalizou-se nos representantes de organizações não-governamentais (ONGs) e nos órgãos governamentais e assemelhados no Distrito Federal (DF) e no Brasil que atuam direta ou indiretamente na formulação de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, família ou violência intrafamiliar. Na sequência, foram feitas entrevistas com os delegados de polícia civil no DF e com mais um por Região brasileira. Por fim, foram entrevistados familiares com notificações em delegacias de polícia no DF. A 1ª fase da pesquisa ocorreu durante o primeiro semestre de 2005. A 2ª fase foi realizada no segundo semestre de 2005. E a 3ª e última fase da pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2006.

Com relação às famílias, foram entrevistadas 25 pessoas (mães, pais, irmãs, irmãos e tias). Todos residiam ou viviam no Distrito Federal durante o período da pesquisa. Ao longo da pesquisa foram entrevistados 15 gestores. Para efeito desta análise considerou-se “gestores” tanto os funcionários públicos municipais, estaduais e federais quanto os militantes de movimentos sociais. Qual é a razão desta junção? Entende-se que os militantes de movimentos sociais são também formuladores de políticas públicas e fazem isto por meio da discussão, do questionamento e da fiscalização da coisa pública. Mais que isto, muitos militantes, assim como suas organizações, atuam em parcerias com o Estado, possuem contratos de consultoria ou recebem dotação para programas de interesse geral entre outras situações, portanto, de certa forma, cuidam da gestão pública.

Quanto aos delegados, foram entrevistados 17 no total. Em Brasília, se procurou distribuí-los por diferentes regiões, conforme o perfil socioeconômico das cidades

do Distrito Federal. Já os delegados entrevistados de outros estados, a escolha recaiu essencialmente por um critério regional e mais emblemático (pelo menos um por região). Com isso, esperou-se trazer ao menos um relato de cada região brasileira e que pudesse enriquecer o trabalho de pesquisa com experiências de sua região, contribuindo para uma percepção mais diversificada sobre as abordagens policiais.

Ao longo de 2005 e 2006 foram entrevistadas 57 pessoas. O principal instrumento de coleta de informação foi a entrevista estruturada. Sobre isto cabem alguns comentários. Primeiro por conta da absoluta carência de textos analíticos sobre o tema; segundo, porque boa parte do conhecimento sobre o tema dos desaparecidos civis ainda está sob a forma de experiências de vida; terceiro, por se compreender que as narrativas das pessoas asseguram ao pesquisador encontrar indícios, dados e perspectivas para o aprofundamento do objeto de pesquisa. O roteiro de entrevista contou com questões abertas, subdivididas em cinco blocos e que objetivavam estimular que os entrevistados relatassem suas experiências acerca de temas específicos, tais como, a família, o estado, a polícia, a mídia e a fuga.

Resultados da pesquisa

A despeito da história dos desaparecimentos possuir uma longa narrativa de casos, apenas muito recentemente tem sido objeto de investigação sistemática no Brasil. Dos poucos trabalhos escritos sobre o tema percebe-se uma diferença sutil de perspectiva. Uma indica que os desaparecimentos são frutos da violência urbana, outra aponta a perspectiva da violência doméstica e familiar. Estas visões interferem claramente sobre o significado do desaparecimento e, conseqüentemente, qual deva ser o foco das investigações, das políticas e dos programas de intervenção. Pela perspectiva da violência urbana, a família surge como uma vítima, mas pela perspectiva da violência doméstica a família emerge como produtora de desaparecimentos.

Aqui, defendeu-se que o desaparecimento é um fenômeno multicausal, porém com um maior enfoque sobre a família. Entretanto, não se poderia afirmar categoricamente que a família seja responsável pelos desaparecimentos e que sobre ela devem recair todos os julgamentos. Isto não seria justo, como também não responderia adequadamente sobre as causalidades do fenômeno. A razão mais evidente para se evitar esta resposta categórica está no fato de que o fenômeno dos desaparecidos civis possui uma natureza diversa. Assim, observou-se que:

☛ 1. O fenômeno é multicausal: produzido a partir de distintas formas do uso da violência. No campo da fenomenologia da violência, pode se tratar de “violência do Estado”, de “violência difusa” ou de outras. No primeiro caso, mais especificamente, de uma “violência política” (exercida internamente no âmbito do Estado-nação). Esta condição ocorre por meio da quebra dos princípios que norteiam os direitos humanos,

dos direitos civis e dos direitos sociais ao não assegurar prerrogativas básicas, tais como, o direito de ir e vir, a oferta de apoio às famílias, de acesso à informação, entre outros.

☛ 2. Reflete as relações desiguais de gênero: aqui se destacou a perspectiva de gênero por meio das assimetrias sexistas ainda prevalentes nas relações de gênero, pelos discursos que justificam os desaparecimentos masculinos, uma vez que faria parte da natureza, o homem se arriscar mais, sair mais, buscar mais liberdade, estar mais nos espaços públicos. Soma-se a isto a perspectiva naturalizante de que a mulher seria mais caseira, que aceitaria com mais facilidade sua condição. Outro dado que demonstra claramente a perspectiva de gênero está na prevalência de desaparecimentos femininos com idade de 12 a 25 anos (faixa em que são ostensivamente “tomadas” como objetos sexuais). Por fim, observa-se uma sensível distinção entre despreocupação dos pais (os homens) na busca das pessoas desaparecidas em contraposição à preocupação das mães (quase sempre são as mães que estão à frente dos movimentos sociais).

☛ 3. Refere-se a um problema geracional: esta característica se evidenciou em pelo menos três perspectivas: a) pelo fato de que as políticas públicas até então adotadas são voltadas apenas para crianças e adolescentes, consequentemente, b) o fato de que os adultos são quase que sistematicamente ignorados nas abordagens sobre o fenômeno dos desaparecimentos e, c) pela clara demonstração de preconceito contra os jovens, sobretudo nas narrativas dos delegados de polícia.

☛ 4. Requer um debate sobre o papel da mídia: se por um lado a mídia brasileira possui o mérito de ser um dos poucos espaços de exposição do fenômeno dos desaparecidos, por outro ela apresenta um forte viés de tornar o problema superficial. Para a mídia, os desaparecimentos são frutos da violência urbana e naturaliza mais uma vez a família como *locus* idílico em que prevalece a harmonia das relações. Outro viés perceptível na ação da mídia diz respeito ao que Bourdieu (2003) chamou de “busca incansável pela audiência”.

☛ 5. Aponta para uma necessária discussão do papel do Estado: do ponto de vista do papel do Estado, ao longo do trabalho de pesquisa, observaram-se várias questões que afetam diretamente a relação com o fenômeno dos desaparecidos civis. Entre elas pode-se destacar: a falta de políticas públicas abrangentes, dada as dimensões do problema, ou de programas de intercâmbio nacional e internacional; a falta de investimentos em pesquisas; a sistematização incipiente dos dados sobre o fenômeno; a precária publicidade dos dados sobre o fenômeno; e a falta de programas de prevenção e apoio aos familiares de desaparecidos civis.

☛ 6. Requer uma reflexão sobre o papel da polícia: a instituição e seus atores possuem uma forte resistência em reconhecer o status da figura dos desaparecidos. Ainda que

haja (em especial, a partir de 2006) instrumentos legais que obriguem a investigação imediata, para a polícia, o desaparecimento não é crime e, portanto, na visão de muitos delegados, não é um problema policial.

☛ 7. Indica uma necessária discussão sobre o sistema jurídico-normativo: o sistema jurídico surge como um decisivo ponto de estrangulamento. Todos os familiares entrevistados demonstravam claramente que se sentiam desamparados. Se batiam na porta da delegacia, logo recebiam como resposta que o “desaparecimento não era crime”, “não era com eles”. A cena se repetia noutros órgãos, afinal, não existe um lugar para os desaparecidos nos instrumentos jurídicos atuais. O lugar do desaparecido é o lugar do não-cidadão, ou seja, da pessoa sem direitos.

☛ 8. Requer uma reflexão sobre a construção de novos conceitos: um dado relevante com o qual o trabalho de pesquisa se deparou foi constatar uma multiplicidade de abordagens conceituais para se referir ao fenômeno dos desaparecidos (pessoas desaparecidas, seqüestrados, raptados, fugitivos, entre outras). Paradoxalmente, todos são desaparecidos, mas os desaparecidos não representam nada para a polícia quando uma família busca apoio. Isto implica tanto uma necessidade de redefinição conceitual, quanto o imperativo de construção de procedimentos mais adequados para o tratamento dos dados. Hoje existe uma relativa diversidade de casos que são considerados desaparecidos ao passo que muitos casos de desaparecimentos entram em outras categorias inteiramente alheias.

☛ 9. Há uma forte relação com a família: finalmente, compreende-se que o desaparecimento é fruto de um cruzamento de fatores sociais, econômicos e psicológicos. Os dados, no entanto, indicam que significativos desaparecimentos denunciados publicamente são provenientes de fugas de crianças e adolescentes de suas casas. Neste sentido, as condições sociais, econômicas e culturais das famílias contemporâneas têm se constituído em um forte elemento para a composição das rupturas entre os filhos e filhas e seus pais.

Entende-se que de fato a família é uma instituição que ao mesmo tempo em que sofre com o problema dos desaparecidos civis, é também uma forte produtora de desaparecimentos. Não se trata aqui nem de glorificar a instituição familiar, nem de apresentá-la como uma estrutura pronta para “devorar” o indivíduo como fazia a Esfinge que abordava os andarilhos que se encaminhavam para a cidade de Tebas (Decifra-me ou te devoro!).

Portanto, refletir sobre os desaparecidos civis implica não apenas construir mecanismos de apoio aos familiares, mas construir mecanismos que possam minar as estruturas da dominação patriarcal. Assim, indica-se que a família é o local onde se processa grande parte dos desaparecimentos, mas é a estrutura de relações

patriarcais e sexistas que produzem a maior parcela dos desaparecimentos civis. Dessas, não ficaram ilesas as instituições como a Segurança Pública e o Poder Judiciário.

Discussão

O *locus* causal de desaparecimento tem tomado duas linhas de interpretação a partir de 1999. Segundo Oliveira e Geraldles (1999), o foco deve ser dado à família, sobretudo por conta da violência doméstica ou intrafamiliar. De acordo com Espinheira (1999), o enfoque deve ser dado à violência urbana. Entretanto, os dados divulgados pelas secretarias de segurança, a partir de estudos realizados sobre o tema, têm apontado que grande parte dos desaparecidos são crianças e adolescentes que fugiram de casa (causa mais consensual).

Se por um lado os dados têm indicado uma prevalência do foco familiar, isto não implica de forma alguma que se deva descartar o papel da violência urbana. Tomar uma ou outra perspectiva possui diferenças significativas. Se a violência urbana for considerada o foco, então se deve estimular mais as políticas de rondas policiais ostensivas, preparação de equipes de identificação, de investigação etc., mas se for tomada a perspectiva da família, então se devem fazer investimentos de outra natureza.

Ao analisar as causas mais frequentes de desaparecimento se observa que existem tanto as causas internas (no mundo da casa) quanto às causas externas (no mundo da rua). A causa mais comum é a fuga, seguida de “se perder”, e tendo na seqüência os eventos de seqüestro, fuga por maus tratos, abuso sexual e, por fim, as vítimas de acidente (Oliveira e Geraldles, 1999; Espinheira, 1999; Reis, 2005; Dalley, 2004; Sedlak, Finkelhor e Hammer, 2005).

Os casos de fuga, maus tratos e abuso sexual ocorrem com mais freqüência na casa. Aliada à violência doméstica, pode se observar outras circunstâncias, tais como, a questão da homossexualidade não declarada à família (medo), a questão de ser garota de programa ou ser prostituta e não querer que a família saiba, também está o fato de ser usuário ou viciado em drogas, além de outras situações. Já os casos que indicam “se perder” e vítimas de acidente implicam uma relativa ausência de culpa da família ou de estranhos (salvo os casos em que se possa argumentar pela tese da negligência). Finalmente, o caso de seqüestro mostra claramente a presença de um evento externo (embora não necessariamente exercido por pessoas estranhas). Mas o que querem dizer estes pressupostos?

A primeira evidência é de que a família é a maior produtora de desaparecimentos; a segunda é de que, grande parte dos desaparecimentos possui (ou tende a possuir) relações marcadas pelos conflitos interpessoais; a terceira evidência indica que ainda se está diante de uma estrutura familiar marcada pelas relações de dominação

patriarcal em que o homem (pai) submete os filhos e filhas e a esposa. Enfim, uma quarta evidência é de que o desaparecimento é um fenômeno multicausal. Sendo assim, pode-se julgar que, do ponto de vista da família, as relações de violência e de dominação são produtoras do fenômeno dos desaparecidos civis. Do ponto de vista do Estado, de que há uma necessidade de produção de instrumentos legais para que se assegurem os direitos elementares de segurança. Do ponto de vista do desaparecido, pode-se especular que a fuga é uma resposta contra as difíceis condições de vida no ambiente doméstico.

A tese da violência urbana perde em dimensão quando, ao se deparar com os dados, se observa que a maior parcela dos desaparecidos civis são crianças e adolescentes e, sobretudo, desaparecem por sua “própria vontade”. Nestes termos, após as primeiras análises, verifica-se a ocorrência de fuga.

O ato de fuga obriga, de imediato, a buscar novas respostas para o fenômeno. A partir de relatos, em especial, de meninos e meninas em situação de rua, corroborado pelos dados sobre violência doméstica, trabalhou-se com a hipótese de que a família e suas relações internas vêm alimentando cotidianamente o fenômeno dos desaparecimentos. Assim, a linha interpretativa da pesquisa se sustentou nas teorias analíticas sobre a violência produzida no ambiente familiar. A base de reflexão tomou como suporte a proposição de que a família é uma instituição produtora de violência contra os filhos e filhas e contra as mulheres.

Noutra linha teórica, este trabalho recuperou o conceito de “desaparecidos civis” utilizado no livro “Cadê você” de Oliveira e Geraldine (1999). Entende-se que este conceito possui a qualidade necessária que permite distinguir os desaparecimentos cotidianos de pessoas de outros eventos, em especial, daqueles ligados a história política de muitas nações sobre os desaparecimentos políticos ou forçados, conforme as narrativas de Catela (2001) e Jardim (1999). Para discutir sobre os procedimentos necessários para a intervenção sobre o fenômeno, se tomou como ponto de partida diversos autores que se debruçaram sobre os casos de desaparecimentos nos Estados Unidos. Neste caso, se discutiu algumas observações indicadas por Flores (2004) quanto às práticas de busca.

Sobre a família e suas configurações sociais, tomou-se como ponto de partida a contribuição de diversos autores que procuraram uma compreensão sobre esta instituição. Mais especificamente, trabalhou-se com as perspectivas de Goode (1970) e Therborn (2006). Ambos destacam o papel histórico da família na socialização dos indivíduos. Enquanto, Goode aponta para a importância da família e sua “função mediadora” entre o indivíduo e a sociedade, Therborn enfatiza o universo dos valores presentes na família, entre eles, está o significado do patriarcado e dos seus valores.

Outros autores também foram importantes para a reflexão não apenas do papel da família, mas também por traçarem importantes leituras sobre a “crise da família” (Horkheimer e Adorno, 1978; Segato, 2003; Bauman, 2004; Therborn, 2006). A dupla da Escola de Frankfurt discorreu sobre a estrutura de opressão construída no ambiente familiar. Esta posição é corroborada por outros autores mais recentes, tais como, Passetti (1995). Estas discussões foram importantes para a formulação do pressuposto de que a família é um espaço violento e produtor de desaparecimentos. No campo da compreensão dos valores que estruturam as relações de dominação, se destaca a leitura de Segato ao apontar para a necessária apreensão do sistema patriarcal presente nas relações familiares para que se compreendam as relações que envolvem a violência. Bauman aponta para a quebra dos laços sociais na sociedade contemporânea, enquanto, Therborn, por sua vez, tende a demonstrar que, a apesar das transformações, a família ainda é um espaço social fundamental para a vida dos indivíduos.

Em uma terceira linha de reflexão, trouxe-se a discussão sobre o papel dos meios de comunicação. Para esta reflexão, se tomou como referência as contribuições de Bourdieu (1997) sobre o papel da televisão. Nela, o autor destaca que os meios de comunicação tendem a “uniformizar” e “retrabalhar” as informações de forma a não aprofundar a análise sobre os dados noticiados. Por meio dos trabalhos de Bourdieu (1997), mais especificamente, discutiu-se o papel da mídia e sua intervenção para a discussão sobre o fenômeno dos desaparecidos civis. No livro “Televisão”, Bourdieu oferece alguns conceitos importantes para realizar este debate. Neste livro, por exemplo, o autor apresenta o conceito de *omnibus*, ou seja, os fatos-ônibus. Isto significa intervenções midiáticas produzidas para não chocar. Os fatos-ônibus se caracterizam por serem homogeneizados, de não levantarem problemas e de não incomodarem os cidadãos com imagens, temas que possam produzir situações incômodas ou preocupantes (cf. Bourdieu, 1997).

Para o autor, por meio dos fatos-ônibus, a mídia, e mais especificamente, a televisão, paradoxalmente, “oculta mostrando”, tornando insignificantes os fatos e fazendo que os mesmos não correspondam à realidade (cf. Bourdieu, 1997). Esta postura, segundo o autor, decorre do fato de que o campo midiático trabalha com a mentalidade do “índice de audiência”. Por esta mentalidade, se busca cada vez mais uma melhor participação nas fatias de mercado, anunciantes e prestígio, porém em detrimento da qualidade e profundidade dos conteúdos transmitidos. Também na crítica à postura midiática pode se destacar as leituras de Chauí (2006), Canela (2005). Neste caso, buscou-se suporte nas leituras de Chauí (2006) ao abordar a destruição da opinião pública com informações inexatas ofertadas para a sociedade. Em Canela (2005), trouxe-se a leitura sobre a abordagem da mídia sobre o fenômeno dos desaparecimentos. O autor destaca que a mídia brasileira e mesmo de grande parte da América Latina destacam o fenômeno dos desaparecimentos como uma questão secundária.

Noutra perspectiva teórica se buscou contribuições que nortegassem a reflexão sobre o contexto social dos jovens. Sendo assim, no que diz respeito ao debate sobre a relação entre jovens, família e sociedade, Abramo e Leon (2005) discorrem sobre as várias características da juventude quanto a sua condição, sua identidade e sua cidadania. Em um dos debates postos pelos autores está a dificuldades em se definir as fronteiras entre juventude, adolescência e adultos. Este certamente é um problema para a formulação de políticas públicas para os desaparecidos. Afinal, quem é o jovem? Até 24 anos? O ECA define responsabilidade até 17 anos, mas e depois, como ficam os “jovens pós-adolescência”? Já são adultos e, portanto, sem direito a quaisquer amparos estatais? Para problematizar a questão dos limites etários e geracionais e sobre o contexto atual das condições sociais dos jovens trabalhou-se com as leituras de Waiselfisz *et al.* (2004), Pochman e Amorin (2003). Estes autores vão se debruçar sobre as precárias condições de inserção social dos jovens. Enfim, socialmente o universo dos jovens tem se prolongado por contínuos adiamentos de entrada no mundo dos adultos, na constituição de uma vida autônoma. No campo familiar, as narrativas sobre os processos de interação dos jovens, em especial, sobre seu estado psíquico tomaram como referência a leitura de Izquierdo (2003), Kafka (2003) e Weller (2004). Para estes autores, para além das definições sobre faixas etárias, também se faz necessário à compreensão dos inúmeros valores sociais que compõem a estrutura social. Kafka destaca, por exemplo, a angústia por que passou, na construção de caminhos para a construção de sua autonomia. Os outros autores apontam que as cobranças feitas sobre os jovens, baseadas nos valores tradicionais, deslocadas do tempo presente, acabam por se torna uma fonte de angústia para os jovens na atualidade.

Somam-se aos problemas anteriores o quadro de desigualdade social e de remodelamento das famílias brasileiras calcadas, sobretudo, pela violência. Sobre as práticas de violência doméstica, Massad (2005) afirma que muitas crianças e adolescentes desaparecidos são originários de famílias que passaram ou viviam processos de rupturas na estrutura familiar. Fogem da cobrança excessiva de pais separados, que dedicam pouco tempo à família que, angustiados por conta de seus problemas, ampliam as cobranças sobre seus filhos e filhas. Mas para onde vão as crianças e adolescentes desaparecidos? Harris (1999) destaca que se deve dar uma atenção especial sobre o papel dos amigos dos filhos e filhas. Mais que os pais e que a escola, os amigos interferem de forma muito mais categórica sobre a tomada de decisões dos jovens, assim como também na formação de sua personalidade.

Em uma quinta linha de discussão teórica buscou-se aportes para a reflexão sobre gênero. Na abordagem da perspectiva de gênero, em especial sobre a incidência do desaparecimento tomou-se como referência as contribuições de Prá (2004), Fernandes (2005), Oliveira e Bandeira (2006). Para estes autores e autoras, existem fortes evidências da convivência com a violência doméstica e da exploração sexual nos casos de desaparecimento de mulheres. Como referência conceitual, tomou-se como

ponto de partida a discussão proposta por Louis (2006) que afirma que a perspectiva de gênero é multifacetada, mas que:

(...) ao utilizar este termo, eles/elas não devem deixar de levar em conta, em suas análises, o que é incontestável: o patriarcado, a dominação masculina, as relações de dominação entre os sexos, a [crítica da] igualdade entre homens e mulheres... Parece-me que a questão não deveria ser colocada nesses termos.

A questão teórica e política central e o fato de o emprego desse termo permitir a produção de análises que abstraem as relações patriarcais de dominação. Mais ainda, desde que se reconheça terem sido todas as relações de dominação construídas sobre a evidência da dominação patriarcal – algo dificilmente negável –, então o emprego da palavra gênero permite não só abstrair essas relações, mas também todas as outras. (Grifos da autora) (Louis, 2006:721-722).

Passando para o campo da relação entre a vítima e o sistema de segurança deve-se destacar a observação feita por Corbeil (2000) sobre a figura do pré-julgamento. Segundo ela, uma prática corriqueira no Canadá era o fato de que após uma denúncia, a polícia canadense revirava o passado da vítima para se decidir qual o rumo das investigações. Esta prática, conforme os relatos de vários familiares, também ocorre no Brasil. O fato de já existir uma ocorrência de fuga era determinante para se contar ou não com o apoio policial.

No campo do combate à violência doméstica, este trabalho de pesquisa dialogou com Bandeira e Almeida (2004) que analisaram a importância das DEAMs ao representarem uma experiência institucional importante no Brasil. Ao longo da pesquisa, percebeu-se que a perspectiva de gênero ia aos poucos se colocando como um forte elemento analítico. Sendo assim, buscou-se analisar também os problemas familiares, o fato da forte incidência de desaparecimentos entre jovens e a forte tendência ao desaparecimento de mulheres pela perspectiva das relações de gênero, sobretudo, considerando que a hipótese norteadora deste trabalho assentou-se na violência familiar, cujas relações interpessoais são reguladas por padrões violentos, sexuais, assimétricos e hierárquicos.

Por fim, ao longo destas reflexões, deve-se destacar que o problema dos desaparecimentos tem que ser lido à luz da construção da cidadania brasileira. Neste campo, se destacam as contribuições de Carvalho (2006). Ele indica que o processo de construção da cidadania tem sido lento. Carvalho (2006) demonstra os difíceis caminhos na constituição do Estado de direito no Brasil se dá, sobretudo porque as intervenções da sociedade civil ainda são precárias. Ele afirma, por exemplo, que

grande parte dos direitos existentes não veio de um movimento de baixo para cima (da sociedade para o Estado), mas do Estado para a sociedade. Este se torna um problema sério, pois até agora o Estado tem feito muito pouco para reconhecer a cidadania das pessoas desaparecidas e apesar de já existirem diversos movimentos sociais atuando nesta temática, eles ainda não são capazes de realizar grandes mobilizações de recursos para a defesa de suas bandeiras. Isto deixa em pé uma dúvida, se o fenômeno dos desaparecimentos já é um problema social, quanto tempo ainda será necessário para que se tornem um problema para as políticas públicas?

Conclusões

A história dos desaparecimentos possui vários relatos de reencontros, mas também guarda silêncios abissais que nunca foram rompidos. Assim, a história dos desaparecimentos também está repleta de esquecimentos.

Quais são os problemas enfrentados pelos familiares de pessoas desaparecidas? Muitos. Faltam orientações claras sobre como agir nas primeiras 24 horas, como colaborar adequadamente com a polícia e como proceder durante todo o período subsequente. Não se sabe como confeccionar material, como formar grupos de apoio e tantas outras informações simples, mas cruciais para quem precisa de muito amparo em um momento tão delicado.

Um dos problemas mais graves diz respeito à falta de informações sobre o cenário dos desaparecimentos. É fundamental que tais dados estejam acessíveis ao público. Conforme dados da *Divisão de Estatística e Planejamento Operacional* da Polícia Civil do Distrito Federal, no ano de 2002 desapareceram 433 mulheres e 555 homens. Isto representa 19,25 casos por semana. Já no ano de 2004, os registros de desaparecimentos apontavam 171 casos de mulheres contra 265 masculinos, o que corresponde a 8,38 desaparecimentos por semana. Mesmo com a queda expressiva, a média de oito casos semanais ainda é motivo de preocupação.

Diversos dados destacam-se quando observamos os números dos desaparecidos civis no Distrito Federal. Entre eles, podemos apontar a existência de uma faixa etária preferencial que sobressai nos desaparecimentos femininos. Referimos-nos às mulheres entre 12 e 15 anos.

No ano de 2002, os desaparecimentos de mulheres nesta faixa etária corresponderam a 32,1% do total. No ano de 2003, o percentual foi de 34,7% das mulheres desaparecidas e em 2004 foi de 30,4%. Por meio destes números, pode-se afirmar que a faixa de 12 a 15 anos corresponde a praticamente um terço dos desaparecimentos femininos a cada ano. Alguns estudos têm apontado que os desaparecimentos femininos estão crescendo no Brasil. Elas desaparecem mais que os homens no Rio Grande do Sul, no

Pará e em Pernambuco, por exemplo. A faixa de maior incidência são as mulheres jovens.

Além da violência urbana, pesquisas recentes indicam que os desaparecimentos são constituídos a partir de duas matrizes: os conflitos geracionais e a desigualdade de gênero. Por meio da perspectiva geracional, percebem-se os conflitos de valores e de práticas envolvendo pais e filhos. Por meio da matriz de gênero, observa-se ainda a herança do patriarcalismo vitimizando as mulheres e os filhos.

Vários estudiosos também mostram uma expressiva correlação entre fuga de crianças e adolescentes com a violência intrafamiliar. Como se sabe, a fuga representa o maior percentual das causas de desaparecimentos. Pode-se inferir, portanto, que as mulheres desaparecidas estejam sendo vítimas dentro e fora de casa.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; LEON, O. D. Introdução. In: FREITAS, M. V. de. (Org.) *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 19-35.

BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. de. Políticas públicas e violência de gênero: uma discussão com base na rotina das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (DEAMs) da região Centro-Oeste In: BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. de; MENEZES, A. M. de. (org.s). *Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da região Centro-Oeste*. Cadernos Agende. Nº. 5. Brasília: Agende, 2004. p. 35-52.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2003.

CANELA, G. *Desaparecimento e mídia*. I Encontro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Brasília-DF, 23 a 26 de novembro de 2006.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CATELA, L. da S. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2001.

CHAUÍ, M. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

CORBEIL, C. *A situação da violência perpetrada contra as mulheres no Canadá*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPeM/Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento – AGENDE, 2000.

DALLEY, M. L. *Services nationaux des enfants disparus Compte rendu 2003*. Gendamerie royale du Canada, Ottawa, 2004. Disponível em <http://www.nosenfantsdisparus.ca>. Acesso em: 10 de junho de 2004.

I ENCONTRO DA REDE NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS, 2005. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério da Justiça, Brasília, 23 a 26 de novembro de 2005.

ESPINHEIRA, G. *Desaparecimento e desaparecidos: um estudo da violência urbana*. Salvador-BA: CEFIJ, 1999.

FERNANDES, A. L. *Desaparecimento e gênero*. I Encontro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério da Justiça, Brasília, 23 a 26 de novembro de 2005.

FLORES, J. R. OJJDP Report: *Cuando su Niño desaparece: Una guía para la supervivencia de la familia*. 3ª. Edición. Oficina de Justicia Juvenil y Prevención de la Delincuencia (OJJDP). Departamento de Justicia de Estados Unidos, Fox Valley Technical collage, Mayo 2004.

GOODE, W. J. *A família*. Tradução de Antonio Augusto Arantes Neto. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

HARRIS, J. R. *Diga-me com quem anda....: Quem realmente conta na formação – os pais ou os amigos? Quais os caminhos para o desenvolvimento de uma criança?* Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Editora Objetiva, 1999.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. família In: *Temas básicos da sociologia*. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1978. p. 132-150.

IZQUIERDO, I. *Tempo de viver*. Coleção Aldus 2. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2003.

JARDIM, T. M. *Crime do desaparecimento forçado de pessoas: aproximação e dissonâncias entre o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e a prática brasileira*. 1ª edição. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

KAFKA, F. *Carta ao pai*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

LOUIS, M-V. *Diga-me: o que significa gênero?* Sociedade e Estado, Brasília, v.21, Nº. 03, p. 711-724, set./dez. de 2006.

MASSAD, E. *A busca sistemática de evidências: objetivo último da ciência*. I Encontro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Brasília: Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério da Justiça, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994.

OLIVEIRA, D. D.; GERALDES, E. C. *Cadê Você*. Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999.

OLIVEIRA, D. D.; BANDEIRA, L. M. *Mulheres desaparecidas: uma resposta à violência doméstica?* Campanha Agende 16 dias. Disponível em: www.agende.org.br/16dias. Acesso em: 08 de nov. 2006.

PASSETTI, E. et. al. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1995.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

PRÁ, J. R. Gêneros, gerações e políticas públicas. In: *Coletivo Feminino Plural*. Núcleo de Estudos e Pesquisas. s.n. Porto Alegre-RS: Coletivo Feminino Plural, 2004. p. 10-11.

REIS, A. Construindo a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos In: *I Encontro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos*, Brasília-DF, 23 a 26 de novembro de 2005.

SANTOS, B. de S. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SEDLACK, A. J.; FINKELHOR, D.; HAMMER, H. *National Estimates of Missing Children Involuntarily or for Benign Reasons*. U.S. Department of Justice. National Incidence Studies of Missing, Abducted, Runaway, and Thrownaway Children – Nismart, July 2005.

SEGATO, R. L. *Las estructuras elementares de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia*. Série Antropológica, Nº. 334. Brasília: Departamento de Antropologia, 2003.

THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo – 1900-2000*. Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

WASELFISZ, J. J. *et al. Relatório de desenvolvimento juvenil 2003*. Brasília: UNESCO, 2004.

WELLER, W. J. *O hip hop como possibilidade de inclusão e de enfrentamento da discriminação e da segregação na periferia de São Paulo*. Caderno CRH, Salvador, Vol. 17, Nº. 40, Jan./Abr. de 2004, p. 103-115.



Menção Honrosa

Presença da imprensa feminista no Brasil¹

Elizabeth da Penha Cardoso – Universidade de São Paulo²

Orientador – Prof. Bernardo Kucinski

✎ Introdução

A pesquisa que agora apresento, realizada com base em alguns dos principais acervos do Brasil sobre movimento social – Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), instalado na Unicamp, Campinas (SP); na Biblioteca da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo (SP); e na Biblioteca do Centro de Informação da Mulher (CIM), sediada em São Paulo (SP) –, revelou que a imprensa feminista brasileira circula até os nossos dias e conta com cerca de 75 periódicos (ver tabela 2), contrariando a opinião corrente de que tais publicações existiram apenas na década de 1970.

A análise dos periódicos levou em consideração a observação da composição e alterações dos conselhos editoriais, equipe de redatores e redadoras, opções de pautas, títulos e paginação. Também foi feito um estudo do conteúdo político-ideológico dos discursos (escritos ou visuais) das capas e das principais matérias das publicações pesquisadas. Os títulos feministas incluídos no trabalho dizem respeito às publicações noticiosas, ou seja, ficaram de fora: livros, cadernos com artigos analíticos ou revistas com conteúdo acadêmico.

A ausência de uma pesquisa sobre a imprensa feminista brasileira pós-1974 representava um lapso em nossa literatura sob a chancela de comunicação, feminismo e relação de gênero. Dentro da literatura sobre imprensa brasileira, imprensa para mulheres e imprensa alternativa, os periódicos feministas não foram estudados em profundidade. Os jornais, suas autoras e realizadoras foram ignorados ou figuraram rapidamente em subtópicos de trabalhos de grande fôlego sobre a história da imprensa brasileira, como as obras de Sodré (1999), Buittoni (1981) e Kucinski (1991). Para todos os efeitos, a imprensa feminista foi localizada entre os jornais alternativos da década de 1970. A existência concomitante com os alternativos e seu engajamento social e político nas questões da época fizeram com que a imprensa feminista fosse classificada como uma expressão da imprensa alternativa. Assim como existiram os alternativos voltados para a ecologia, para o humor, para o prazer, para a política, para a economia, havia os jornais voltados para a questão feminista (Kucinski, 1991). Então, continuávamos

1 Este artigo foi baseado na pesquisa de mestrado da autora. A dissertação foi defendida na ECA-USP, sob a orientação do professor doutor Bernardo Kucinski.

2 Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Doutoranda em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista Fapesp.

sabendo pouco sobre esse fenômeno. Quantos (periódicos) eram, onde foram editados, de que assuntos tratavam?

Neste sentido, a pesquisa apresenta alguns dados desmistificadores. Além de revelar um número (75) bem superior de publicações feministas (falava-se em seis ou oito), destacamos que ela foi editada em todo território nacional, com exceção da Região Norte, o que nega o senso comum de que apenas o eixo Rio-São Paulo abrigava o movimento feminista, como se poderia desconfiar devido à importância política-econômica desta região. O que de certa forma dá uma mostra da força, da organização e do alcance do movimento feminista no Brasil. Além da variação geográfica, temos uma multiplicidade temática, pois levando em consideração os aspectos editoriais dos periódicos feministas, vê-se que seus interesses eram amplos e que podemos dividi-los em duas gerações e subdividi-los em oito categorias principais. Outra afirmação possível, a partir dos resultados aqui apresentados, é que a imprensa feminista é um fenômeno contínuo e vigoroso socialmente, já que suas publicações são editadas ininterruptamente, desde 1974 até os nossos dias.

Nas próximas páginas, vamos desenvolver essas conclusões de modo a responder três questões sobre a imprensa feminista editada no Brasil pós-1974: 1) quantos são os registros de publicações feministas editadas em território brasileiro neste período; 2) quais Estados e cidades as sediaram; e 3) e qual o perfil dessas publicações, de que assuntos trataram.

Características da primeira e da segunda geração

Durante a pesquisa de campo foram encontrados 75 periódicos feministas, entre boletins, revistas e jornais de todo o Brasil (ver tabela 2). O conjunto de publicações está disponível nos acervos já citados (AEL, Biblioteca da Fundação Carlos Chagas e CIM). Esses arquivos são reconhecidamente completos na temática sobre o movimento social e guardam uma enormidade de documentos feministas, como folhetos, cartazes, atas de reuniões, ofícios, correspondência, cadernos de pesquisa, livros, revistas científicas, entre outros. Mas este artigo se limita a abordar as publicações que estabelecem características jornalísticas sobre o feminismo, por meio do formato jornal, boletim ou revista. Com esse pressuposto, a pesquisa incluiu toda publicação noticiosa/jornalística declarada feminista ou com conteúdo feminista (defesa do aborto/direitos reprodutivos, saúde da mulher, trabalho e mulher, cobertura dos eventos feministas, entre outros) encontrada nos acervos listados. A pesquisa de campo, a análise das publicações, a pesquisa bibliográfica e as entrevistas com as feministas indicaram a divisão da imprensa feminista em primeira e segunda geração, as quais passamos a descrever.

A tentativa de dividir e caracterizar a primeira e a segunda geração da imprensa feminista

não tem o intuito de amordaçar as publicações com rótulos, mas sim de enriquecer a leitura deste conjunto de periódicos. A imprensa ligada a um movimento social está inserida num processo contínuo de mudanças graduais, por isso é possível encontrar algumas características da primeira geração em títulos, cujo lançamento aconteceu na década de 1990. É o caso da revista *Mulher em Movimento*, de Salvador (BA), ligada ao Sindicato dos Bancários da Bahia. A publicação pertence ao Departamento para Assuntos da Mulher, cuja presidente, na época, era Rebecca Serravalle. No editorial da edição número 1, Serravalle afirma: “o problema não está necessariamente na relação homem/mulher. Está, sim, numa estrutura social injusta que se reflete nos lares, nas pessoas, na educação que, dizem, nos prepara para a vida [...], ou seja, nos ensina reproduzir o ‘sistema’”. Um argumento corrente na imprensa feminista da primeira geração, editada nas décadas de 1970. Também é possível encontrar características da segunda geração em periódicos da primeira geração. É o caso do *Nosotras* que apesar de fundado em 1974, trabalhava com questões centrais para o feminismo praticado após 1985, inclusive com metodologias de segunda geração, como a formação de grupos de consciência.

Em linhas gerais, porém, foi possível traçar características pertencentes às publicações da primeira geração e características pertencentes às publicações da segunda geração. Nota-se que, enquanto a primeira geração está marcada pelo debate entre “questão da mulher” *versus* “questão geral”, feminismo liberal³ *versus* feminismo marxista ortodoxo, por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres em igualdade com os homens, pela questão da autonomia partidária e pelo combate a ditadura; a segunda geração da imprensa feminista incorpora o conceito de gênero⁴ assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher), tende para a especialização por temas, luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs e associações voltadas para a questão de gênero. (Ver tabela 1.)

Tabela 1: Principais características da primeira e segunda geração da imprensa feminista e suas diferenças

Características	Primeira geração	Segunda geração
Conceito principal	Classe	Gênero
Período de surgimento e existência	Entre 1974 a 1980	Entre 1981 a 1999
Temas abordados	Temas gerais, de interesse de toda a sociedade (homens e mulheres), como carestia, creche e injustiça social, notícias dos movimentos sociais em geral, entre outros.	Temas específicos da mulher: saúde da mulher, mulher e trabalho, mulher e legislação, violência contra a mulher, sexualidade feminina, notícias do movimento feminista, entre outros.

3 O conceito de feminismo liberal (reformista) foi definido por Lúcia Avelar, 2001, como a corrente feminista que prega reformas progressistas tendo em vista a igualdade entre os sexos e a valorização da emancipação da mulher, em detrimento a sua libertação.

4 Para mais detalhes ver Bruschini e Costa, 1992; Pra e Brito, 1987; Goldberg, 1989; Miguel, 1988.

Questões políticas	Anistia, denúncia da repressão da ditadura militar e autonomia partidária.	Abertura democrática, Constituinte, reforma de leis trabalhistas e cíveis, a maior participação da mulher no sistema partidário e no Executivo.
Reivindicação principal	Justiça social para homens e mulheres.	Igualdade entre homens e mulheres, com direito à diferença.
Entidade-chave	Partidos políticos de oposição à ditadura.	ONGs.
Financiamento	Doações pessoais, assinaturas e vendas.	Patrocínio de entidades internacionais e do Estado.

✂ Marco histórico para divisão da imprensa feminista em duas gerações

Utilizo dois acontecimentos históricos para marcar a divisão entre a primeira e segunda geração de periódicos feministas: o II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados, respectivamente em 1980 e 1981, na cidade de São Paulo⁵. Apesar de afirmar que esses dois eventos abalaram o relacionamento entre o movimento feminista e os partidos de esquerda/questões de classe, sabemos que outros fatores contribuíram nesta ruptura, porém, com base na pesquisa bibliográfica e em entrevistas com lideranças feministas⁶, elegemos o II e o III Congresso da Mulher Paulista como ponto chave dessa mudança de postura.

O II Congresso da Mulher Paulista foi cenário de disputa direta entre as lideranças de esquerda e as feministas. O evento reuniu cerca de 4 mil mulheres no Tuca, teatro da PUC/São Paulo. A movimentação gigantesca foi vista como momento ideal para que os partidos de esquerda (ainda na clandestinidade) conquistassem força política e convencessem as mulheres de que o feminismo era separatista e não contribuía para os ideais de uma sociedade mais justa para todos (homens e mulheres). As feministas, por sua vez, chegavam a 1980 com cinco anos de ativismo no feminismo, já estavam ensaiando a adoção da categoria “gênero” e se distanciando da questão de classe, de modo a perceberem que o Congresso deveria ser apartidário e voltado para as questões específicas das mulheres (Nehring, 1981). Prevendo o impasse, a comissão organizadora tomou todos os cuidados possíveis para garantir a legitimidade das propostas feministas e impedir que o Congresso fosse usado como palanque político. Mas os acontecimentos não saíram como o esperado. Lideranças do PC, do PC do B e do PMDB usaram até de agressão física para fazer valer seus pontos de vista. As

.....
5 A escolha desses Congressos, como marco para a divisão entre as duas gerações, funciona como a construção de um exemplo que englobe a situação nacional do feminismo no Brasil. Ou seja, os Congressos paulistas refletiram, anteciparam ou repetiram o que havia acontecido no movimento feminista de outras cidades brasileiras. Não há aqui um julgamento de onde o movimento era mais ou menos expressivo, há apenas a expressão de um exemplo para entendimento de um fato maior: a tendência de independência do movimento feminista das forças de esquerda.

6 Para a confecção da pesquisa entrevistamos Danda Prado, militante e editora do jornal *Nosotras*; Joana Lopes, militante e editora do jornal *Brasil Mulher*; Miriam Martinho, militante e editora do jornal *Chanacomchana*; e Michelle Lopes, militante e editora do jornal *Fêmea*. Às quais, mais uma vez, agradecemos a colaboração.

feministas se uniram e redigiram um documento execrando as atitudes presenciadas por todas as presentes, desta forma, o Congresso entrou para a história do feminismo como um momento de cisão do movimento.⁷

Confirmando a tendência apontada pelo II Congresso da Mulher Paulista, no III Congresso da Mulher Paulista, em 1981, também no Tuca, PUC/SP, o racha se aprofundou. Maria Amélia Teles, em *Breve história do feminismo no Brasil* (1993), conta que já na reunião preparatória do evento o grupo de esquerda MR-8 defendeu a proibição da entrada de lésbicas no Congresso. O PC do B convocou um outro Congresso na mesma data (7 e 8 de março de 1981) para tentar esvaziar o evento feminista e pressionar a dupla militância a se posicionar ao lado do partido.

“O motivo principal da divisão foi, sem dúvida, a participação dos partidos políticos e a sua disputa pela hegemonia do movimento, sem respeitar a dinâmica, a organização, o funcionamento e as decisões do conjunto das mulheres. [...] Mas havia também, por parte desses partidos, a não-aceitação de bandeiras específicas, como, por exemplo, a que se refere ao direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo” (Teles, 1993, p 126).

Com o afastamento dos partidos de esquerda, já a partir de 1981, e o processo de abertura democrática, a fisionomia do movimento feminista é outra. Proliferaram dezenas de entidades feministas ligadas a Universidades, ONGs ou Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher. Neste mesmo ano, acontece a fundação do *Mulherio* (uma das publicações feministas com maior tempo de existência, 36 edições), periódico com posição feminista definida. Cada nova entidade feminista que surgia achou por bem fundar uma publicação para divulgar e debater suas idéias. A principal característica dessas entidades e desses jornais é a especialidade na questão de gênero e, dentro disso, a escolha de um tema específico: violência, saúde, sexualidade, educação, pressão política para as causas feministas, entre outros. Fenômeno que explica o surgimento de inúmeros títulos feministas durante o período da segunda geração⁸.

Imprensa feminista: um fenômeno nacional

Do total de 75 títulos feministas, nenhum foi sediado na região Norte; sete títulos foram editados na região Sul (cinco no Paraná e dois no Rio Grande do Sul); oito títulos originários da região Centro-Oeste (cinco do Distrito Federal, um do Mato Grosso e dois de Goiás); foram encontradas 12 publicações feministas editadas na região Nordeste (cinco em Pernambuco, três na Bahia, uma em Piauí, uma na Paraíba e duas no Rio Grande do Norte); e 46 títulos feministas foram publicados na região Sudeste

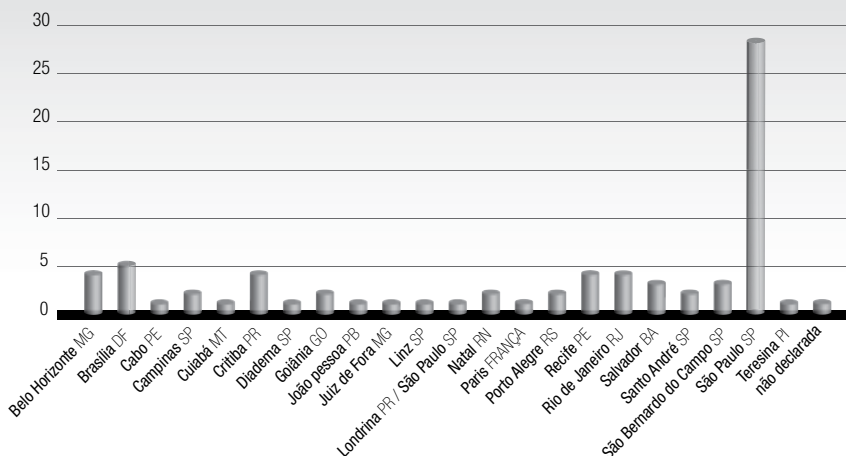
7 Para saber mais sobre o II Congresso da Mulher Paulista, consultar Nehring, 1981.

8 As características da primeira e da segunda geração são mais discutidas na dissertação de mestrado, em que há quatro estudos de casos envolvendo duas publicações de cada geração - *Nosotras*, *Brasil Mulher*, *Chanacomchana* e *Fêmea*.

(29 na capital paulista⁹, seis na região do ABCD, três no interior de São Paulo, quatro no Rio de Janeiro e quatro em Belo Horizonte). Além de um jornal editado em Paris, França, e outro sem procedência declarada. Ver gráficos 1 e 2.

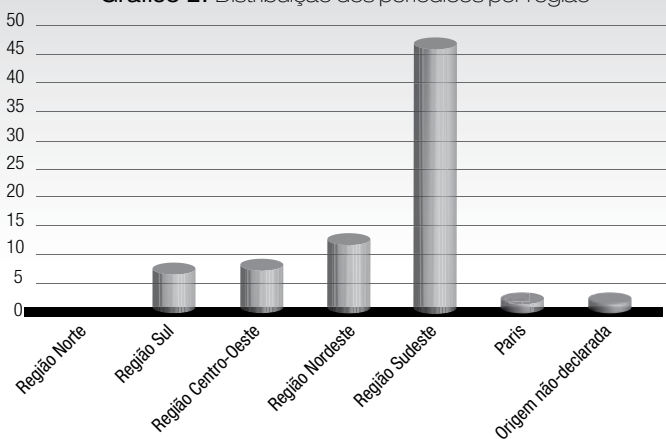
Segundo o acervo aqui estudado, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco tiveram publicações fora de suas capitais. Em São Paulo, a cidade de Campinas editou dois periódicos; a cidade de Lins, um; São Bernardo, três; Santo André, dois;

Gráfico 1: Cidades de fundação dos periódicos



Fonte: Levantamento realizado pela autora

Gráfico 2: Distribuição dos periódicos por região

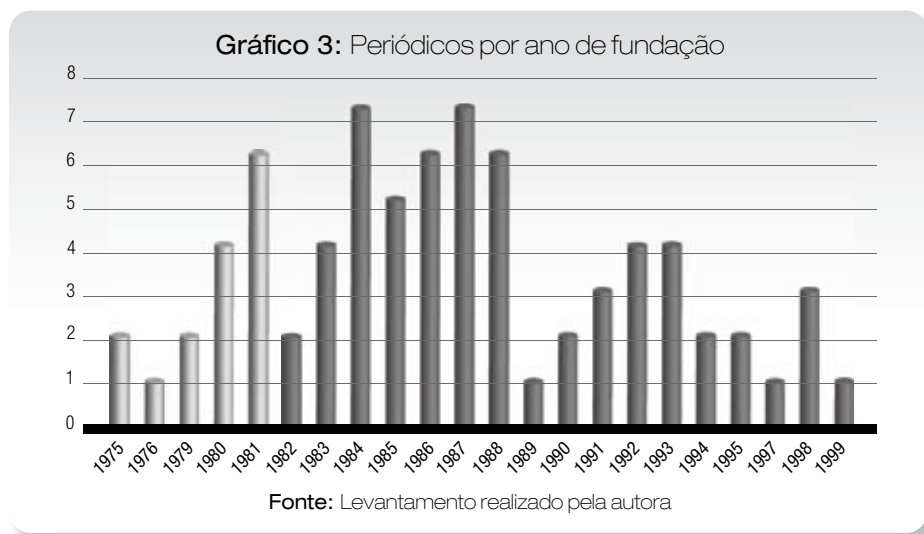


Fonte: Levantamento realizado pela autora

9 O jornal *Brasil Mulher* foi contabilizado na capital paulista e em Londrina (PR), já que as duas cidades o sediaram.

Diadema, um. Em Minas Gerais, a cidade de Juiz de Fora editou um periódico feminista. No Paraná, a cidade de Londrina sediou um jornal feminista. E, em Pernambuco, a cidade do Cabo editou um periódico feminista.

Podemos concluir destes resultados que se, de um lado, eles confirmam a concentração de periódicos na região Sudeste, São Paulo, por outro lado, revelam um número considerável de publicações no interior do Brasil e, principalmente, fora das capitais nacionais, mostrando uma importante ação feminista no interior e nas cidades menores. Um outro aspecto a ser observado neste conjunto diz respeito à data de lançamento das publicações. Com esse dado, podemos perceber que o período de 1974 a 1980 abriga os primeiros jornais feministas (9 no total); o período de 1981 a 1989 vê surgir um grande número de publicações feministas (44 no total); e o período de 1990 a 1999 registra uma queda no número de publicações lançadas (21 no total). Sem contar um periódico sem data declarada. No gráfico 3, as barras cinza claro representam a primeira geração e as cinza escuro a segunda geração.



Essas observações sobre as datas de fundação dos periódicos confirmam a hipótese de que a imprensa feminista reflete o projeto do movimento feminista brasileiro, pois ficam claros os períodos de surgimento, de ascensão e de declínio do movimento feminista no Brasil, como explica Avelar (2001):

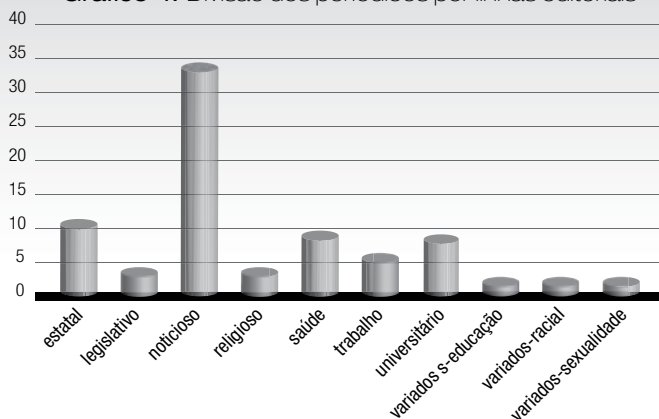
“[...] uma retomada no ativismo feminino dar-se-ia no final dos anos 70 e 1980, com movimentos sociais organizados em torno de novos temas, devido, entre outros fatores, à ascensão educacional das mulheres. [...] Ao final da década de 1990, com parte dos débitos pagos às agências financeiras internacionais,

alguns países reconsideraram o papel do Estado na sociedade, retomando a dianteira nos programas sociais. Como, então, ficaria o ativismo feminino? Grande parte dele diluiu-se diante da complexidade dos problemas sociais. Mais do que nunca, os mundos das mulheres estariam profundamente diversos, os direitos de cidadania comprometidos e as organizações femininas, assim como outras formas de ativismo, sofrendo claro refluxo” (Avelar, 2001, p.20)

✿ Assunto de mulher

Mas qual era a pauta dessas publicações? Quais os temas mais recorrentes na imprensa feminista? Por meio de levantamento de semelhanças de conteúdos editoriais, foi possível dividir a imprensa feminista em oito grupos diferentes: noticioso (*mix* de assuntos, geralmente preocupados em dar um panorama nacional dos temas relacionados à mulher); estatal (jornais com apoio financeiro dos governos estadual, municipal ou federal e presença de lideranças dessas instâncias em suas pautas e coberturas jornalísticas); saúde (voltados para temas de saúde da mulher); universitário (periódicos noticiosos voltados e feitos por integrantes da comunidade feminista acadêmica); trabalho (publicações voltadas para as questões de trabalho e auto-sustentação da mulher); religioso (publicações voltadas para mulheres, com apoio da Igreja Católica); legislativo (publicações dedicadas à cobertura e análise de formulações, discussões e notícias sobre os temas da mulher no Legislativo); e variados (incluindo educação, questão racial e sexualidade, no sentido comportamental). O grupo de periódicos noticiosos é mais numeroso, com 34 títulos. Depois vêm os estatais, com 10 títulos, seguidos dos jornais que abordam a saúde da mulher (nove)

Gráfico 4: Divisão dos periódicos por linhas editoriais



Fonte: Levantamento realizado pela autora

e os universitários (oito). Os jornais dedicados aos temas trabalhistas somam cinco títulos; os legislativos, três; os religiosos, três; e os que compõem a categoria “vários”, um cada um. Ver gráfico 4. Nos próximos parágrafos, cada categoria é detalhada de forma resumida. Começaremos pelos noticiosos. Lembrando que os dados de cada publicação constam na tabela 2.

🔊 **Noticioso** — Com 34 títulos essa categoria é marcada pela generalização de seu conteúdo. Podemos apontar alguns assuntos que aparecem com mais frequência: educação, violência contra a mulher, saúde da mulher, notícias do movimento feminista, resumo do cenário político, matérias comportamentais (incluindo dicas de lazer e cultura), meio ambiente, entre outros. Economia e política são temas abordados lateralmente em artigos e matérias com finalidade de denunciar e flagrar a injustiça social. Um exemplo do que se objetivou com esses jornais está no editorial do número zero, do periódico *Mulher ABC*, fundado em 1980, na cidade de São Bernardo do Campo (SP), componente da primeira geração da imprensa feminista.

Já não era sem tempo. Chegou um jornal que vai se dedicar aos problemas que surgem constantemente dentro de casa, que vai tratar das coisas que dizem respeito às mulheres e, por tabela, também de seus maridos e filhos. Afinal, todos dormem debaixo do mesmo teto e as aflições e alegrias são compartilhadas por todos. [...] Vamos tratar de tudo, tudo nos interessa. Até política, por que não?

O trecho também ilustra o fenômeno, já abordado aqui, de as publicações da primeira geração terem a necessidade de se dirigir ao público em geral e não só às mulheres. Por isso, optam pelo formato de noticiar generalidades e não focar no gênero feminino.

O editorial do número 1, novembro-dezembro de 1990, do periódico *Fala, Mulher*, publicado em João Pessoa (PB), também explica os motivos de se optar por um jornal de linha editorial mais ampla. Além disso, ele aponta outra vocação dos noticiosos: a documentação do movimento feminista.

Escrever juntas a nossa história, a história das mulheres, FALAR através dos seus passos, atos, gritos, emoções, rebeldia [...] fazer a história, romper o silêncio, transgredir a ordem patriarcal reinante, transformar as relações de igualdade, homens e mulheres livres e iguais! [...] Nossos objetivos serão a documentação, a memória, a formação e a informação do movimento de mulheres da Paraíba, englobando a discussão dos diversos temas que envolvem o movimento de mulheres, o feminismo e a participação efetiva nos movimentos sociais. [...]

A estratégia de fundar um jornal dentro da categoria dos noticiosos também serviu para publicações que tinham como finalidade a preparação do repertório das mulheres para grandes eventos feministas. É o caso da *Folha da Década – Boletim Informativo do Fórum de Mulheres de São Paulo para Avaliação da Década*. O editorial do número zero deixa claro que:

[...] a Folha da Década vai acompanhar todas as atividades do Fórum. Pretende ser um veículo ágil, para que cada vez mais mulheres tenham acesso às informações, todas as mulheres organizadas nos bairros, grupos feministas, comissões de sindicatos e partidos políticos, grupos de mulheres negras, de lésbicas, de teólogas, pesquisadoras e mulheres independentes.

Interessante frisar que dos nove jornais que compõem a primeira geração da imprensa feminista, oito são noticiosos (um é da categoria universitário), ou seja, não são especializados em um tema. Abordam assuntos em geral, do ponto de vista das mulheres, gerando um *mix* de notícias. Tal fato se justifica pelo que apontamos como uma das características que marca a diferença entre primeira e segunda geração: os veículos da primeira geração buscavam temas gerais que interessassem a toda a sociedade – homens e mulheres. Já os jornais da segunda geração tendem mais para as especificidades do tema “gênero”, focando suas pautas nos temas relacionados diretamente à mulher.

A categoria “noticioso” também abriga um subgrupo, os jornais feministas com fins comerciais. São jornais sem ligação política com grupos feministas, mas com conteúdo feminista e administrados por empresas jornalísticas. Nos acervos pesquisados, quatro publicações com esse perfil foram registradas, três pertencentes à segunda geração. É o caso do *Correio da Mulher*, de Porto Alegre (RS), editado pela Zero Hora Editora Jornalística S.A., com 30 mil exemplares de tiragem; o *Maria – O Jornal da Maioria*, de Brasília (DF), publicado pela Dublê Comunicação, com 80 mil exemplares de tiragem; e o jornal *Nova Família*, de São Paulo (SP), editado pela Nova Pauta Comunicação e Publicações Ltda., com tiragem não declarada. E um pertencente à primeira geração, o *Mulher ABC*, de São Bernardo do Campo, sem tiragem e gráfica declaradas. Apesar dessas publicações não terem o caráter político das demais, elas traziam agenda dos eventos e atos feministas, artigos sobre o feminismo (o mais comum era o que esclarecia o que é ser feminista, estabelecendo diferenças e igualdades com o que é ser feminina) e entrevistas com lideranças feministas da época. A existência de tais iniciativas comerciais demonstra o interesse crescente da sociedade pelos temas envolvendo o gênero feminino, durante os anos 1980 e 1990.

➤ **Estatal** — A categoria “estatal” agregou as publicações feministas com financiamento do Estado (prefeitura, governo estadual, governo federal, diretamente ou através

de empresas públicas) e com linha editorial voltada para a cobertura das ações de políticas públicas dirigidas para a mulher. Na maioria dos casos, os jornais em questão são dirigidos por Conselhos Municipais, Estaduais ou Federal da Condição Feminina. No total de periódicos pesquisados, 10 deles foram classificados como estatais, todos pertencentes à segunda geração da imprensa feminista. Mesmo porque esta é uma forte característica da imprensa feminista da segunda geração: apoio do Estado, que, a partir da abertura política, adota o tema “mulher” como assunto de prioridade política, junto com segurança, saúde, educação e habitação.

Assim como os Conselhos, as publicações tinham como objetivo garantir a participação e a informação das mulheres em todas as áreas do governo. O conteúdo dos jornais era marcado por informes e matérias sobre a Constituinte, reforma agrária, mulheres negras, violência contra a mulher, educação, encaminhamentos das comissões oficiais voltadas para as mulheres, saúde, dicas de leitura, lazer e agenda, onde com frequência aparecem governadores, prefeitos e respectivas primeiras-damas inaugurando serviços dirigidos à população feminina. É comum a presença de textos festejando vitórias pré-eleitorais e eleitorais dos partidos governantes e, conseqüentemente, apoiadores da publicação. É o caso do editorial do número zero do *Jornal Mulher*, publicado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (SP), lançado no início da gestão de Orestes Quêrcia (1986-1990).

Alerta Constituinte: as mulheres estão chegando!

Estamos apresentando ao público feminino de nosso Estado o primeiro número do jornal do Conselho Estadual da Condição Feminina. Ele chega em momento oportuno para falar da mulher, de suas lutas, de seus sonhos, de seus projetos e de seu futuro. [...]

Estivemos em Belo Horizonte [...] para participar de uma grande promoção da Federação de Mulheres Mineiras ao lançamento das pré-candidatas de todos os partidos [...]. E... surpresa! 46 mulheres de 11 partidos políticos desfilarão pela tribuna do auditório do Instituto de Educação, apresentando suas plataformas e programas políticos. Em São Paulo, as pré-candidatas do PMDB foram recebidas no dia 13 de junho pelo Exmo. Sr. Governador do Estado e... outra surpresa! Embora pertencentes às diferentes correntes políticas existentes no partido, elas deram extraordinária demonstração de unidade no desejo de que o PMDB apresente um compacto bloco de candidatas mulheres, inclusive aos cargos majoritários, aos pleitos eleitorais de 11 de novembro. [...]

Na edição número 2 do mesmo *Jornal Mulher*, de novembro-dezembro de 1986,

há entrevista com o governador sobre os temas que dizem respeito à mulher. E no número 3, outubro de 1987, a principal chamada de capa é “Mulheres conquistam novos espaços no governo Quércio”. O *Jornal Mulher*, do Conselho Estadual da Condição Feminina, não é um caso isolado, mas sim modelo para os demais jornais aqui classificados como estatais.

☛ **Saúde** — O tema “saúde da mulher” sempre esteve presente nas publicações feministas, mas, com o início da segunda geração da imprensa feminista, voltada para a especialidade de temas e mais próxima do conceito de gênero feminino, deixou de ser coluna para ser jornal inteiro. Do total de periódicos pesquisados, nove podem ser classificados na categoria saúde. É curioso perceber que, dos nove jornais, três foram fundados na década de 1980 e os outros seis, durante a década de 1990. Tal fato possibilita levantar a hipótese de que, quanto mais o conceito de gênero se sedimenta no movimento feminista, mais as publicações vão se especializando. Os títulos em questão tratam de aborto, direitos reprodutivos, reprodução humana, aleitamento, educação, aids, menopausa, LER, planejamento familiar e violência contra a mulher. Aborto, aids e direitos reprodutivos são os temas mais presentes. A sexualidade surge dentro da perspectiva de saúde da mulher e não como uma discussão comportamental sobre opções sexuais. Por isso, o periódico *ChanacomChana* (lésbico-feminista) está classificado, dentro da categoria variados, como pertencente ao subgrupo sexualidade, e o *Fazendo Gênero* está classificado como saúde.

O jornal *Fazendo Gênero*, de Goiânia (GO), foi fundado em maio de 1997 e, segundo o acervo pesquisado, circulou até meados de 2001. A entidade por trás da publicação é a ONG Grupo Transas do Corpo, que se dedica à educação sexual de mulheres. O editorial do número 1 explica: “por que fazemos gênero? [...] O boletim originou-se da necessidade de difundir o trabalho do grupo Transas do Corpo e de estimular o debate das questões de gênero no âmbito da educação sexual, dos direitos reprodutivos e da saúde da mulher”. Vale notar que a presença da palavra “gênero” no título do periódico é sintomática da difusão do conceito no Brasil durante a década de 1990.

Os jornais que compõem a categoria “saúde” têm vida longa — duraram mais de 10 anos e alguns ainda estão em circulação — e têm produção profissional — tanto de textos e imagens como de impressão. Os nove títulos mereceriam detalhamento individual, devido ao tempo de circulação e às altas tiragens, mas aqui destacaremos as publicações da RedeSaúde encontradas nos acervos pesquisados.

A Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos (RedeSaúde),¹⁰ primeiro com sede em Recife (PE) e depois em São Paulo (SP), publicou durante toda a década de 1990, chegando até os nossos dias, o periódico *Jornal da Rede*. Fundado em maio de 1992, o *Jornal da Rede* circulou até 1997, no formato boletim, duas cores. A partir de 1997,

10 Atualmente, o nome da entidade é Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

a publicação muda para o formato revista, com o nome de *Jornal da RedeSaúde*, com até 52 páginas por edição, em papel *couché*. A periodicidade variou entre mensal e bimestral. E, simultaneamente, a entidade RedeSaúde editou o *Redefax*, uma espécie de *news letter*, enviada via fax, sem fotos ou ilustrações, com o resumo das principais notícias do setor de saúde da mulher (em circulação até julho de 2006). A RedeSaúde, em 1997, reunia 130 grupos feministas e pesquisadoras que desenvolviam trabalhos políticos e profissionais na área da saúde da mulher e direitos reprodutivos. Em vários editoriais da publicação, aparecem seus objetivos: “a conceituação dos direitos reprodutivos e sexuais como direitos humanos; a retomada do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) como referência para a otimização dos serviços; e a luta pelo direito de decidir sobre o aborto”.

✚ **Universitário** — A pesquisa acadêmica e a militância feminista se entrecruzam nos vários núcleos de estudos feministas criados nas universidades brasileiras durante o período em questão, pós-1974. O fato ocorre porque, “quando o movimento feminista chega ao Brasil, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas na academia e trabalhavam nas universidades” (Heilborn e Sorj, 1999).¹¹ Tal quadro propiciou a publicação de inúmeros cadernos, revistas e periódicos feministas sob a responsabilidade de pesquisadoras, estudantes e professoras universitárias. Como já observado, este artigo incluiu as publicações de caráter noticioso-jornalístico, deixando de fora as publicações analíticas e de divulgação de textos científicos ou acadêmicos. Então, observando-se o acervo de 75 periódicos, percebeu-se a existência de um novo subgrupo: os universitários. Formada por oito títulos, essa categoria está localizada na segunda geração da imprensa feminista (salvo o *Mulher Liberta Mulher* que é da primeira geração), e sete deles estão ligados a alguma universidade, em cinco casos, públicas e, em dois casos, privadas.

Os assuntos presentes nos jornais feministas universitários diferem dos demais periódicos ao abordar agenda de cursos, eventos e congressos acadêmicos sobre gênero, poesia, cinema, literatura, relatório de pesquisas desenvolvidas pelos grupos e participação de mulheres no movimento estudantil. Dos temas presentes no restante da imprensa feminista, creches aborto e violência contra a mulher também freqüentaram a pauta dos universitários.

11 “O interesse acadêmico em pesquisar a situação das mulheres no país já se manifesta no início dos anos 70. Zahidé Machado Neto leciona, na Universidade Federal da Bahia, disciplina sobre família e relações entre os sexos em 1973; várias pesquisadoras brasileiras participam da Conferência sobre Perspectiva Feminina nas Ciências Sociais Latino-Americanas realizada em Buenos Aires em 1974; acadêmicas brasileiras estão presentes, também, na Wesley Conference on Women and Development em junho de 1976; o Coletivo de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas organiza um seminário, “A Contribuição das Ciências Humanas para a Compreensão do Papel das Mulheres”, na reunião da SBPC em 1975 e publicado no mesmo ano como um número especial do Caderno de Pesquisa. Algumas pesquisadoras já haviam publicado trabalhos tratando da questão das mulheres: Heleieth Saffioti, Carmem Barroso, Neuma Aguiar e Eva Blay, entre outras” (Heilborn e Sorj, 1999).

Em termos de produção editorial, não há um padrão entre eles. Alguns com envolvimento de profissionais em edição e financiamento conseguiram tiragens significativas, impressão duas cores e circulação durante anos, como é o caso do *Núcleo de Estudos sobre a Mulher* (NEM), da PUC-RJ, que teve sua primeira edição em outubro de 1981 e, segundo dados encontrados na pesquisa de campo, circulou até 1989. Outros eram mimeografados e com vida curta, como o *Mulher Liberta Mulher*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que teve sua edição de estréia em 1980 e, segundo dados do acervo pesquisado, parou de circular em 1982.¹²

No geral, os periódicos desse subgrupo foram criados para fortalecer os grupos de pesquisas que lhes davam suporte, como declara o editorial do número zero do Boletim “Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher”, da Universidade Federal de Minas Gerais, de janeiro de 1985:

O Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher foi criado com o objetivo de divulgar suas atividades, a bibliografia de trabalhos realizados na área, as pesquisas em andamento, assim como os estudos e trabalhos realizados pelo núcleo, no sentido de manter a comunidade universitária informada e sensibilizada em torno do debate da questão da mulher.

☛ **Trabalho** — Para um movimento marcado pela teoria marxista e pela predominância da visão de que a exclusão da mulher do mercado de trabalho é chave para explicar a subordinação feminina, é, aparentemente, surpreendente que do acervo de 75 periódicos feministas apenas cinco sejam dedicados ao tema trabalho. Mas tal quadro pode ser explicado pelo fato de as feministas, após o racha com as esquerdas, marcado pelos II e III Congressos da Mulher Paulista, terem se afastado dessa linha de pensamento e de articulação, a ponto de menosprezar o tema trabalho diante, por exemplo, do tema saúde.

O subgrupo trabalho está localizado na segunda geração da imprensa feminista. Primeiro, pela data de surgimento e, segundo, pelo fato de os jornais serem especializados. Mas o tema trabalho vem acompanhado da teoria marxista e da questão de classe, o que aproxima o conteúdo desses jornais da primeira geração da imprensa feminista. É o caso da revista *Mulher em Movimento*, de Salvador (BA), lançada em 1994, ligada ao Sindicato dos Bancários da Bahia. A publicação pertence

12 É difícil afirmar a data correta em que uma publicação parou de circular, pois geralmente a última edição não anuncia tal fato. Mesmo os grupos responsáveis pelos periódicos não sabiam que aquela seria a última edição, pois as dificuldades para a publicação são constantes, estabelecendo-se um padrão de incertezas e atrasos. De qualquer forma, estou tomando a última publicação encontrada nos acervos como sendo a última, ou uma das últimas, publicada. A afirmação está baseada na credibilidade e na eficiência dos arquivos estudados, já que são considerados os mais completos sobre movimentos sociais.

ao Departamento para Assuntos da Mulher, cuja presidente, na época, era Rebecca Serravalle. No editorial da edição número 1, Serravalle afirma: “o problema não está necessariamente na relação homem/mulher. Está sim, numa estrutura social injusta que se reflete nos lares, nas pessoas, na educação que, dizem, nos prepara para a vida, [...], ou seja, nos ensina reproduzir o ‘sistema’”. Um argumento típico da imprensa feminista da primeira geração. Das cinco publicações, duas são no formato revista, com cuidadosa produção editorial, a *Mulher em Movimento* e a *Revista da Mulher Rural*, do Paraná (não se menciona a cidade), ligada à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, com lançamento em 1995. As demais publicações mantêm a linha semiprofissional (reproduzidas em copiadoras, datilografadas, pequenas tiragens).

✚ **Religioso** — A relação entre Igreja Católica e feminismo merece uma discussão a parte, mas agora vamos observar apenas que em nome de uma situação política e social (ditadura militar e crescente injustiça social), feministas e religiosos se uniram para atuar junto às mulheres, principalmente das periferias das grandes cidades. Esse pacto deixou de fora posições radicalmente contrárias no que diz respeito ao aborto, sexualidade, família, entre outros temas caros ao feminismo. Mas o fato é que a Igreja Católica atuou nesse campo híbrido (feminismo-catolicismo), e essa atuação está registrada em três periódicos católicos voltados para as mulheres, nos quais a Igreja discute os principais temas do feminismo, mas do ponto de vista de suas crenças religiosas. Duas das publicações são de alcance local. Porém, a revista *Mulher — Liberação*, da Pastoral da Mulher Marginalizada, tem alcance nacional. Fundada em Lins (SP), em março de 1985, a revista se inicia como um boletim mimeografado, com cerca de 10 páginas. Dez anos depois, a publicação ganha status de revista, com diagramação profissional, 32 páginas de miolo e profissionais contratados para sua edição.

Temas como prostituição, Constituição, violência doméstica, direitos humanos, saúde e agendas de encontros feministas e de mulheres católicas formavam a pauta das três publicações. Vale acompanhar um trecho de um artigo sobre aborto publicado no número 4 da *Mulher — Liberação* (janeiro-março de 1986) e outro sobre sexualidade, a fim de percebermos as idiossincrasias da parceria entre feminismo e Igreja Católica.

Quem matou o bebê?

[...] mas por que tantas mulheres, todos os anos abortam? Este seria um problema político, econômico e social. Quando a mulher recorre ao aborto, dificilmente, ela o faz feliz, tranqüila, satisfeita, para se livrar de um pequeno incômodo: a mulher normalmente se sente muito angustiada e sofre bastante com a decisão que tomou ou que foi obrigada a tomar.

[...] quais são os meios de se matar um bebê dentro de sua própria mãe? Há quatro maneiras — todas cruéis e desumanas — como o bebê será assassinado? Seja qual for a forma, ele vai

sofrer.” [Seguem ilustrações e explicações sobre os métodos].
“sucção: o bebê é retirado em pedacinhos; curetagem: o médico simplesmente divide o bebê *em pedaços dentro da mãe*. [...].

Na mesma edição há artigo sobre o comportamento sexual. “[...] a nós parece que não devemos rejeitar o homossexual ou a lésbica. E, sim, aceitá-lo como ele é, a fim de ajudá-lo a vencer o homossexualismo (no homem) e o lesbianismo (na mulher) e encontrar a normalidade de sua pessoa. Uma vez que o homossexualismo não é normal na natureza humana.”

☛ **Legislativo** — Anotamos três periódicos no subgrupo “legislativos”. Os três estão classificados na segunda geração da imprensa feminista e retratam a preocupação do movimento feminista com a circulação das informações sobre as leis. Assim como no caso do *Fêmea* (ainda hoje, dezembro de 2007, em circulação), que aborda exclusivamente projetos de lei e leis que dizem respeito às mulheres, no jornal *Nós e a Constituinte* — Boletim de Intercâmbio das Organizações Populares de Mulheres —, da Rede Mulher, fundado em fevereiro de 1986, o foco é nos pontos da Constituição referentes à mulher. O periódico, que circulou com média de quatro páginas e tiragem de cerca de 600 exemplares, também tinha uma característica de ferramenta de ação política da Rede Mulher:

[...] Foi pedido à Rede Mulher que servisse de canal de comunicação sobre tudo o que está acontecendo nos grupos populares de mulheres. Este é o número 1 dos boletins que circularão entre as organizações populares de mulheres, de todo o Brasil, durante este ano. Tal como foi pedido, a Rede Mulher vai sistematizar tudo que receber de vocês, até chegarmos a propostas comuns, que defenderemos juntas. (Editorial do número 1 do *Nós e a Constituinte*.)

☛ **Variados** — Do acervo de 75 periódicos, três não puderam ser classificados em nenhum dos subgrupos. Todos pertencem à segunda geração da imprensa feminista. Um deles é o *ChanacomChana*, publicação lésbica-feminista, que na relação geral dos periódicos (tabela 2) é indicado como variados-sexualidade. O segundo periódico isolado, de acordo com o acervo pesquisado, é o *Mulheres*, lançado em 1984, voltado exclusivamente para a educação. A publicação, datilografada e reproduzida por meio de copiadora, é editada por grupo de mulheres da Zona Sul da cidade de São Paulo, que se propuseram a acompanhar as políticas públicas do Estado na área de educação, na região onde moravam. O boletim aparece classificado como variados-educação.

O terceiro jornal fora das categorias anteriormente descritas é o *Nzinga Informativo*. Editado pelo Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro (RJ), com lançamento em

1986, o *Nzinga* tratou dos temas exclusivos às mulheres negras. A publicação exemplifica a idéia de especialização presente na segunda geração da imprensa feminista e está classificado como variados-racial. Em seu editorial fica clara essa postura, conforme trecho que segue: “Aqui estamos com o resultado concreto dos sonhos que sempre tivemos — o de divulgar as questões específicas da mulher negra. Esperamos que, de verdade, tenhamos conseguido criar mais um instrumento de comunicação da nossa causa. [...]”. (Editorial do número 1 do *Nzinga Informativo*.) O *Nzinga* chegou a ser publicado com 16 páginas e, segundo a pesquisa, parou de circular por volta de 1989.

Considerações

A pesquisa que originou este artigo nos revelou aspectos da imprensa feminista e, conseqüentemente, do feminismo no Brasil. Depois de irmos aos acervos, pesquisarmos os periódicos e entrevistarmos lideranças, podemos ampliar o leque de afirmações sobre o feminismo e suas publicações. Uma das afirmações mais interessante é que a imprensa feminista é um fenômeno nacional e não restrito ao eixo Rio-São Paulo, como se poderia desconfiar devido à importância política-econômica desta região. O que de certa forma dá uma mostra da força, da organização e do alcance do movimento feminista no Brasil. Outra afirmação possível, a partir dos resultados aqui apresentados, é que a imprensa feminista é um fenômeno contínuo e vigoroso socialmente, já que suas publicações são editadas ininterruptamente, desde 1974 até os nossos dias. Diferente da imprensa alternativa que desapareceu, segundo motivos muito bem elencados por Kucinski, 1991. Quanto às divisões em primeira e segunda geração e em categorias por assunto, além de facilitarem o entendimento da imprensa feminista como fenômeno histórico, político e de comunicação, nos possibilitaram uma visão panorâmica do processo de formação e de consolidação dessa mídia feminista, com a qualidade de agregar aspectos anteriormente desconhecidos em conjunto e apontar opções para futuras pesquisas que esmiúcem a imprensa feminista brasileira em seus detalhes e sutilezas.

Tabela 1: Relação de periódicos feministas pesquisados

Título	Cidade	Ano fundação	Geração	Categoria
Boletim Associação de Mulheres do Grajaú	São Paulo/SP	1994	segunda	noticioso
Boletim Centro da Mulher Brasileira	não declarada	1979	primeira	noticioso
Boletim da Mulher	Curitiba/PR	1988	segunda	noticioso
Boletim de Movimento de Mulheres de Teresina	Teresina/PI	1982	segunda	trabalho
Boletim do CIM	São Paulo/SP	1983	segunda	noticioso
Boletim do Movimento de Luta por Creches	São Paulo/SP	1980	primeira	noticioso
Boletim Informativo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher	Salvador/BA	1990	segunda	universitário

Boletim Informativo do Conselho Estadual da Condição Feminina/Voar é Preciso	São Paulo/SP	1992	segunda	estatal
Boletim Origem	Recife/PE	1988	segunda	saúde
Brasil Mulher	Londrina/PR - São Paulo/SP	1975	primeira	noticioso
ChanacomChana	São Paulo/SP	1981	segunda	variados-sexualidade
Correio da Mulher	Porto Alegre/RS	1981	segunda	noticioso-comercial
Direitos da Mulher	Santo André/SP	1998	segunda	estatal
Em Dia com a Mulher	Brasília/DF	1987	segunda	noticioso
Enfoque Feminista	São Paulo/SP	1991	segunda	noticioso
Espaço Mulher	São Bernardo do Campo/SP	1985	segunda	universitário
Fala Maria	São Paulo/SP	1984	segunda	noticioso
Fala, Mulher	João Pessoa/PB	1990	segunda	noticioso
Fazendo Gênero	Goiânia/GO	1997	segunda	saúde
Fêmea	Brasília/DF	1983	segunda	legislativo
Folha da Década	São Paulo/SP	1995	segunda	noticioso
Folha Feminista	São Paulo/SP	1984	segunda	noticioso
Folha Mulher	Rio de Janeiro/RJ	1992 - n3	segunda	religioso
Força Mulher	Belo Horizonte/MG	1985	segunda	noticioso
Informação – Mulher	Campinas/SP	1987	segunda	noticioso
Informe Mulher	Brasília/DF	1987/n 3	segunda	legislativo
Jornal da Casa	Recife/PE	1993	segunda	trabalho
Jornal da Mulher	São Paulo/SP	1980	primeira	noticioso
Jornal da Mulher	Curitiba/PR	1986	segunda	estatal
Jornal da Mulher	Cabo/PE	1988	segunda	noticioso
Jornal da Mulher do Grajaú	São Paulo/SP	1983	segunda	noticioso
Jornal da Nova Família	São Paulo/SP	1988	segunda	noticioso-comercial
Jornal da Rede Saúde/ Jornal da Rede / Redefax	São Paulo/SP	1992	segunda	saúde
Jornal Mulher	São Paulo/SP	1986	segunda	estatal
Maria	Curitiba/PR	1984	segunda	noticioso
Maria - O Jornal da Maioria	Brasília/DF	1987	segunda	noticioso-comercial
Maria Brasileira	São Paulo/SP	1979	primeira	noticioso
Maria Maria	Salvador/BA	1984	segunda	noticioso
Mariação	Goiânia/GO	1981	segunda	universitário

MariaMaria	Brasília/DF	1999	segunda	noticioso
Mulher	São Paulo/SP	1991	segunda	estatal
Mulher	São Paulo/SP	1984	segunda	estatal
Mulher	Natal/RN	1987	segunda	estatal
Mulher ABC	São Bernardo do Campo/SP	1980	primeira	noticioso-comercial
Mulher – Libertação	Lins/SP	1988	segunda	religioso
Mulher e Saúde	São Paulo/SP	1993	segunda	saúde
Mulher e Saúde	Cuiabá/MT	1982	segunda	saúde
Mulher Liberta Mulher	Porto Alegre/RS	1980	primeira	universitário
Mulher Notícias	Belo Horizonte/MG	1987	segunda	estatal
Mulher Paulista	São Paulo/SP	1981	segunda	noticioso
Mulher Pernambucana	Recife/PE	1984	segunda	noticioso
Mulheres	São Paulo/SP	1984	segunda	variados-educação
Mulheres em Luta	Diadema/SP	1991	segunda	estatal
Mulher em Movimento	Salvador/BA	1994	segunda	trabalho
Mulheres em Movimento	Santo André/SP	1998	segunda	noticioso
Mulherio	São Paulo/SP	1981	segunda	noticioso
NEM - Núcleo de Estudos sobre a Mulher	Rio de Janeiro/RJ	1981	segunda	universitário
Nexo	São Paulo/SP	1988	segunda	noticioso
Nós e a Constituinte	São Paulo/SP	1986	segunda	legislativo
Nosotras	Paris/França	1975	primeira	noticioso
Nosso Elo	São Paulo/SP	1989	segunda	religioso
Nós Mulheres	São Paulo/SP	1976	primeira	noticioso
Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher	Belo Horizonte/MG	1985	segunda	universitário
Núcleo Mulher - CODAC/USP - Estudos Sobre Relações Sociais de Gênero	São Paulo/SP	1986	segunda	universitário
Nzinga Informativo	Rio de Janeiro/RJ	1985	segunda	variados-racial
Presença da Mulher	São Paulo/SP	1986	segunda	noticioso
Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos	Recife/PE	1992	segunda	saúde
Redir - Rede de Informação Saúde, Sexualidade e Direitos Reprodutivos	Juiz de Fora/MG	cerca de 1998	segunda	saúde
Revista da Mulher Rural	Paraná	1995	segunda	trabalho
Sempre Viva - Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo/SP	1986	segunda	trabalho
Sexo Explícito / O Sexo Finalmente Explícito	Rio de Janeiro/RJ	1983	segunda	saúde

União de Mulheres de São Paulo (UBM)	São Paulo/SP	1985	segunda	noticioso
Via-Láctea	Natal/RN	1993	segunda	universitário
Vida Viva	Belo Horizonte/ MG	1993	segunda	saúde
Vivência	Campinas/SP	anos Quêrcia/ Fleury 1987-94	segunda	estatal

REFERÊNCIAS

AVELAR, Lúcia. (2001) *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo (SP): Fundação Konrad Adenauer, Editora Unesp.

BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira. (1992) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro (RJ): Rosa dos Tempos e São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

BUITTONI, Dulcília Schroeder. (1981) *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo (SP): Loyola.

_____. (1986) *Imprensa feminina*. São Paulo (SP): Editora Ática.

GOLDBERG, Anette. (1989) Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. In: *BIB*. Rio de Janeiro, número 28, p. 42 – 70, 2º semestre.

HEILNORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. (1999) Estudos de gênero no Brasil In: MICELI, Sérgio (org.). São Paulo (SP). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo (SP): Editora Sumaré, ANPOCS, Brasília, DF, CAPES.

KUCINSKI, Bernardo. (1991) *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta.

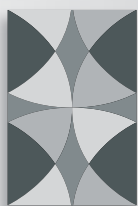
MIGUEL, Sônia Malheiros. (1988) *Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. (1981) *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo, tese de doutoramento em Ciências Políticas, apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PRÁ, Jussara Reis e BRITO, Maria Noemi Castilho. (1987) *Movimento de mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987*. Mímio apresentado no XI Encontro da ANPOCS - Águas de São Pedro (SP) no GT Família e Sociedade.

SODRÉ, Nelson Werneck (4 edição, 1999) *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.

TELES, Maria Amélia de Almeida. (1993) *Breve história do feminismo no Brasil*. Brasiliense. São Paulo (SP).



Categoria Estudante
de Graduação

Artigos científicos
premiados

Penetras no Clube do Bolinha: a carreira política das mulheres na Câmara dos Deputados

Fernanda Nunes Feitosa Barros – Universidade de Brasília

Orientador – Prof. Luís Felipe Miguel

Introdução

Se a política se constituiu, historicamente, como um espaço masculino, como as mulheres agem ao romperem barreiras e ingressarem nela? Se, como parece, elas se concentram em nichos temáticos específicos, isto representa um aporte feminino diferenciado à atividade política ou, ao contrário, é apenas o efeito de constrangimentos que as afastam das questões mais prestigiosas? Para ajudar a responder a essas questões, foi realizada uma pesquisa envolvendo uma amostra de quase 12 mil discursos pronunciados por deputadas e deputados na 51ª e 52ª legislaturas da Câmara Federal (1999-2006), bem como a participação nas comissões permanentes da casa.

A preocupação com a presença política das mulheres se liga a preocupações mais gerais ligadas ao funcionamento dos sistemas representativos. Já há algum tempo, a ciência política constata uma crise de credibilidade dos regimes democráticos. A exigência de representação política, própria de sociedades tão extensas e tão complexas, acarreta a concentração de capital político – o que leva, por sua vez, ao distanciamento entre os cidadãos e os detentores de mandato. Com isso, um número crescente de pessoas manifesta pouca confiança nas instituições democrático-representativas, como eleições, partidos e parlamentos, ainda que mantenha adesão ao ideal de democracia em si, conforme assinalam inúmeros estudos empíricos (Pharr e Putnam, 1998; Norris, 2000).

O distanciamento entre o povo e seus representantes toma a forma, também, da sub-representação política de grupos sociais menos privilegiados. As elites políticas tendem a ser mais homogêneas que o conjunto da população, com a exclusão (ou quase) de minorias étnicas e sexuais, de trabalhadores e não-proprietários em geral, dos menos escolarizados e também das mulheres.

Essa questão suscita um debate até mesmo sobre o próprio conceito de representatividade, na busca de fundamentar uma forma de representação eficaz que promova legitimidade democrática e inclusão política. Entende-se, de forma cada vez mais clara, que o problema do acesso à representação passa, necessariamente, por uma crítica ao caráter excludente do modelo vigente de democracia representativa, não se resumindo, portanto, a um problema de estratégia, recurso ou comportamento social (Young, 2006; Araújo, 2001).

O esforço concentrado para a promoção de uma maior inclusão de membros dos

grupos excluídos politicamente, inclusive por meio da adoção de dispositivos políticos específicos, destinados a aumentar sua representação, como as cotas eleitorais hoje adotadas em inúmeros países do mundo, pode ser entendido como um reconhecimento dos limites de uma “política de idéias” ou “política de interesses”, na qual os sujeitos que corporificam a representação perdem relevância perante as demandas consideradas pertinentes, não importando *quem* representa, mas o *que* é de fato representado. Indicando a valorização daquilo que a cientista política inglesa Anne Phillips chamou de “política de presença”, a idéia de que os grupos minoritários precisam estar representados fisicamente para que suas perspectivas identitárias sejam levadas em conta no processo de deliberação – discussão e decisão – sobre as questões de interesse público (Phillips, 2001).

Durante o período moderno, a construção das concepções que vieram orientar as normas de conduta e ação política na vida pública fixou a participação de acordo determinadas características tidas como masculinas, consideradas mais importantes no exercício de um mandato em detrimento de características socialmente consideradas como femininas. Assim, as “qualidades” femininas seriam vistas como apolíticas, ao passo que categorias políticas seriam sinônimo de uma conduta masculina.

O conceito e as bases da cidadania na moderna teoria democrática foram pautados por essa perspectiva, que estava longe de ser neutra, tanto quanto ao gênero como quanto a outras clivagens sociais. Os papéis sociais dos gêneros fazem parte da estrutura patriarcal de desigualdade de poder e sua manutenção é incompatível com a democracia, que reclama uma distribuição mais equânime dos recursos políticos entre os cidadãos (Miguel, 2000).

A teoria política feminista avançou na crítica ao liberalismo, bem como à idéia de contrato, no sentido de questionar a ficção política de igualdade e liberdade entre os cidadãos na esfera pública. Contrariamente ao que prega a visão liberal, os cidadãos não estão livres e iguais em uma esfera pública “esterilizada”, na qual as assimetrias existentes em ambientes como a economia ou o lar são de alguma maneira anuladas, mas contaminados pelos constrangimentos advindos das desigualdades sociais. A igualdade formal assegurada pelas instituições liberais se vê, então, frustrada ante o alto grau de exclusão presente nas discussões políticas, produzida pela desigualdade socioeconômica estrutural. A capacidade de influenciar na discussão pública e na tomada de decisões – o acesso ao *capital político*, portanto – é, em grande medida, determinada pela posição em outras esferas sociais.

🌀 Objetivos

A defesa da paridade de gênero ou, pelo menos, da ampliação das instâncias de acesso à esfera pública, surge inicialmente por uma questão de justiça intuitiva. A

sub-representação é manifesta na fração de mulheres encontradas no parlamento brasileiro, menos de 10%, enquanto na sociedade figuram metade do eleitorado. Na maior parte dos sistemas políticos não só é reduzida a proporção de mulheres em cargos públicos eleitos, como também são poucas as que detêm posições de poder e influência na vida pública e na economia privada de modo geral.

Os argumentos que permitem justificar a necessidade de maior igualdade entre os sexos na representação política vão residir em três principais correntes que, conforme esquematizou Miguel (2001), se baseiam na existência de uma *diferença de interesses* entre homens e mulheres; de uma *diferença estrutural*; e de uma *diferença moral*. A pesquisa da qual resultou a este artigo esteve voltada para a discussão da última vertente, na qual ocorre uma íntima vinculação entre a figura feminina e suas características maternas de cuidado com o outro, fazendo transbordar essa sua singularidade para a arena política.

Com base na socialização diferenciada por que passam as mulheres, tal corrente se vale da definição dos papéis que as estruturas sociais engendram de modo a constituir os padrões de comportamento dos indivíduos para sustentar que, devido à maternidade e a sua posição no âmbito doméstico, a mulher possuiria uma maior sensibilidade e um julgamento mais apurado para a prática política. Sua figura estaria associada às concepções do bem, do justo, do honesto, da compaixão e da solidariedade.

A sustentação da singularidade do julgamento moral feminino tem como referência central os estudos conduzidos pela psicóloga Carol Gilligan, com destaque à obra *In a Different Voice*, de 1982, que aborda a perspectiva do cuidado no desenvolvimento moral das mulheres. Baseia-se na tradição de estudos sobre a psicologia do desenvolvimento e na convergência que a antropóloga Nancy Chodorow faz entre a psicanálise e a antropologia, explicando a subordinação feminina, nas mais diversas sociedades, pelo fenômeno da socialização feminina em proximidade com a mãe.

Para a psicóloga americana a concepção feminina de identidade pessoal é definida num contexto de relacionamento e é julgada por padrões de responsabilidade e de cuidado (*care*). A forma como as mulheres raciocinam sobre questões morais, ao se defrontarem com conflitos entre as regras sociais e os princípios éticos, vai além da moralidade preocupada com a justiça, os direitos e os deveres, privilegiando a manutenção das relações interpessoais; enquanto os homens raciocinam a partir de aspectos legalistas. De maneira que, haverá uma moral (feminina) diferente porque a mulher interpreta e constrói a realidade social de uma forma que não é igual à masculina (Gilligan, 1982).

Ao transpor essa visão para a política, entretanto, algumas teóricas feministas, com o intuito de provocar transformações político-sociais, acabaram por “biologizar” o processo de socialização diferenciada por que passam homens e mulheres, mesmo

tendo em mente que a diferença feminina não é um dado natural. Uma vez que as mulheres já desempenham tradicionalmente no mundo privado as atividades voltadas para o cuidado da família, colocando, assim, o bem estar do outro acima do seu próprio, da mesma forma elas o fariam na política, levando “um aporte diferenciado, uma visão mais suave que abrandaria o perfil agressivo que caracteriza a política masculina” (Miguel, 2001).

Segundo os defensores da diferença moral entre homens e mulheres, a presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, característica do mundo masculino. Assim, se a ambição e o desejo pelo poder estão associados ao mundo masculino; ao feminino, restam atributos mais dóceis e altruístas. Com a associação entre a presença das mulheres na política com sua, pretensamente inata, superioridade moral e a expectativa de que elas contribuiriam decisivamente para a construção de uma política mais honesta, é gerado um ideário de ruptura, no qual as mulheres vão romper com as práticas tradicionais e espúrias do poder. Dando, inclusive, uma conotação positiva à inexperiência delas na vida política que, por tradicionalmente estarem fora desse espaço, estariam distante da política tradicional exercida pelos homens e marcada pela desonestidade e pelo descaso com a sociedade (Pinheiro, 2007). Justamente por isso, tal discurso é, com frequência, apropriado pelas mulheres que ingressam no campo político, que se sentem tentadas a fazer do seu sexo biológico uma espécie de “atestado” de integridade e preocupação social.

Essa forma particular de fazer política conferida às mulheres tem recebido o nome de “política do desvelo” (*care politics*). A corrente acredita que, uma vez alcançada a paridade de gênero nos foros decisórios, sua decorrência natural vai ser a alteração dos padrões dominantes no campo político, com o apaziguamento do comportamento competitivo “masculino”. Mas a história política recente, no Brasil e em outros países, mostra uma relação bem mais complexa entre gênero e política. As mulheres que obtiveram mais êxito em suas carreiras mostraram-se, em geral, vinculadas à forma “masculina” de fazer política – basta pensar em Margaret Thatcher, que foi primeira-ministra do Reino Unido de 1980 a 1991 (Miguel, Ohira, Feitosa e Campos, 2006).

Com efeito, no âmbito parlamentar, alguns dados indicam que as mulheres se ocupam com mais frequência de temas afetos à área social do que àquelas vinculadas diretamente ao controle do Estado e de seus recursos e à distribuição dos postos de exercício do poder. A questão que este trabalho coloca, entretanto, é que isto ocorre, muitas vezes, porque se trata do único nicho disponível para elas no campo político (Dolan, 2004). Ao mesmo tempo em que são mais permeáveis à presença das mulheres, tais temas estão associados a posições menos prestigiadas do campo político. Do discurso da “política maternal” decorre, então, uma manutenção da divisão social do trabalho político que, confinando as mulheres ao âmbito das questões sociais, reserva aos homens as tarefas com maior reconhecimento social (Miguel, 2000, 2001).

A análise comparativa busca apontar em que medida o comportamento parlamentar se diferencia entre os sexos e em que medida as diferenças são efeitos de gênero ou de estruturas de oportunidade diferenciadas. A hipótese geral que orientou a pesquisa é que a diferença de ênfase na ação política das mulheres, que privilegiam temas sociais e assistenciais, se deve não a uma “sensibilidade” diferente, mas às oportunidades abertas a elas no campo político.

Metodologia

Para mapear a atuação de parlamentares do sexo feminino na Câmara Federal, foi realizada uma amostra de 11830 discursos proferidos pelos parlamentares no plenário da Câmara dos Deputados, no pequeno e grande expedientes das sessões ordinárias, durante as duas últimas legislaturas, 51ª e 52ª, entre os anos de 1999 e 2006. Além da análise da participação em cargos de destaque no parlamento e nas comissões permanentes da Câmara Federal, no mesmo período, com relação à presença feminina e os temas tratados¹.

Boa parte da percepção sobre o trabalho parlamentar julga que seu principal, senão único, produto é a lei (ver, por exemplo, Arnold, 1990). Na contramão desta corrente, foi dada uma maior ênfase aos discursos, por entender que a produção de sentido sobre o mundo social é o elemento principal da atividade política (Miguel, Ohira, Feitosa e Carneiro de Campos, 2006). Os discursos foram classificados de acordo com as temáticas. As categorias de temas foram determinadas através da leitura dos discursos, tendo o cuidado de não criar categorias muito específicas e, ao mesmo tempo, evitando categorias excessivamente abrangentes, a ponto de dificultar a caracterização de cada discurso.

Uma das características do discurso do parlamentar em plenário – em contraste com as falas feitas nas comissões – é sua tendência a abranger uma multiplicidade de questões em curto espaço de tempo. A variedade ganha primazia sobre a profundidade, talvez porque o número de parlamentares que frequenta a tribuna a cada sessão é restrito e cada um deseja “dar seu recado” para uma diversidade de públicos. Sendo assim, cada discurso pôde ser enquadrado dentro de até quatro dos temas relacionados, simultaneamente.

Para uma melhor análise dos resultados, foi realizada uma distinção importante sobre os principais temas políticos, divididos por categorias, segundo os termos correntes utilizados pela ciência política norte-americana, sendo elas: *hard politics*, *middle politics*, *soft politics*, questões irrelevantes e outros. Por *hard politics* considera-se

1 A coleta de dados foi realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UnB/CNPq), por mim e por Aline Marques Ohira, Luiz Augusto de Souza Carneiro de Campos e Luiz Antônio Guerra, aos quais agradeço.

o núcleo central do processo político, em especial o exercício do poder de Estado e a gestão da economia; *soft politics*, assuntos mais voltados para o social; *middle politics*, temas que permitiam abordagens mistas, como “previdência social”, que inclui tanto preocupações com os pensionistas quanto com as contas públicas; “questões irrelevantes,” itens que não interferem nos objetivos da pesquisa, categoria que incorpora, sobretudo, as homenagens prestadas em plenário (a municipalidades, a instituições públicas ou da sociedade civil, a personalidades), muito freqüentes nos pronunciamentos; e “outros”, temas dispersos, com baixa freqüência de observação, que não puderam ser enquadrados em nenhuma das categorias principais. Como hipótese, esperava-se que as mulheres se concentrassem em *soft politics* e os homens, em *hard politics*.

🔗 Resultados da pesquisa e discussão

Na tabela 1, abaixo, já é possível perceber a concentração das parlamentares nas questões de cunho social. As maiores discrepâncias relacionadas ao gênero ocorreram nos temas *direitos humanos e família*, *direitos reprodutivos*, *infância e adolescência*, com índices superiores para as mulheres, e inferiores em *política econômica e tributária*. Levando em conta a freqüência total dos dois primeiros tópicos, 5,7% e 3,1%, respectivamente, houve um desvio ascendente expressivo na proporção de discursos de deputadas que fazem alguma alusão a esses assuntos, 15,8% e 8,2%, ao passo que a porcentagem para os discursos dos deputados é somente 4,9% e 2,7%. Como aponta o teste qui-quadrado, o inverso acontece quando observado *política econômica e tributária*, matéria enquadrada em *hard politics*. Enquanto a freqüência total de menções nos discursos é de 15% - claramente superior aos outros dois temas agrupados em *soft politics* - e 15,4% dos discursos de parlamentares do sexo masculino que o abordaram, o índice para os pronunciamentos das mulheres foi de apenas 9,5%.

Tabela 1: Temas dos discursos das 51ª e 52ª legislaturas da Câmara Federal, por sexo do orador

	feminino	masculino	total
política brasileira	22,3% (187)	24,0% (2639)	23,9% (2826)
homenagens e comemorações em geral	11,2% (94)	17,2% (1885)	16,7% (1979)
política econômica e tributária	9,5% (80)	15,4% (1690)	15,0% (1770)
administração pública e reforma do Estado	9,8% (82)	10,6% (1169)	10,6% (1251)
emprego, trabalho e formação profissional	11,8% (99)	9,7% (1069)	9,9% (1168)
outras questões de infraestrutura	7,9% (66)	9,2% (1016)	9,1% (1082)
questões internas do Congresso	8,3% (70)	9,2% (1010)	9,1% (1080)
violência e segurança pública	10,7% (90)	8,5% (939)	8,7% (1029)

corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica	10,0% (84)	8,5% (934)	8,6% (1018)
política agrícola	6,0% (50)	8,7% (952)	8,5% (1002)
saúde pública e saneamento	10,6% (89)	7,5% (826)	7,7% (915)
questões sociais (pobreza, desigualdade, fome)	8,1% (68)	7,0% (764)	7,0% (832)
direitos humanos	15,8% (133)	4,9% (540)	5,7% (673)
política industrial	4,5% (38)	5,7% (626)	5,6% (664)
educação	7,6% (64)	5,4% (590)	5,5% (654)
funcionalismo público	6,9% (58)	4,9% (544)	5,1% (602)
relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países	5,6% (47)	4,9% (537)	4,9% (584)
meio-ambiente	3,8% (32)	4,2% (464)	4,2% (496)
comunicação social	2,4% (20)	4,2% (462)	4,1% (482)
direitos do consumidor	4,3% (36)	3,6% (396)	3,7% (432)
previdência social	5,7% (48)	3,1% (344)	3,3% (392)
família, direitos reprodutivos, infância e adolescência	8,2% (69)	2,7% (294)	3,1% (363)
reforma agrária (e outras questões fundiárias)	3,2% (27)	2,9% (324)	3,0% (351)
economia em geral	1,5% (13)	2,7% (294)	2,6% (307)
reforma política e legislação eleitoral	2,1% (18)	2,4% (261)	2,4% (279)
habitação	1,9% (16)	1,9% (212)	1,9% (228)
ciência e tecnologia	1,9% (16)	1,1% (122)	1,2% (138)
defesa (segurança nacional)	1,7% (14)	0,9% (104)	1,0% (118)
cultura e esporte	0,8% (7)	0,9% (102)	0,9% (109)
propriedade intelectual, pirataria, biopirataria e assemelhados	0,8% (7)	0,9% (96)	0,9% (103)
questões religiosas	0,1% (1)	0,3% (29)	0,3% (30)
outros	0,5% (4)	0,3% (30)	0,3% (34)
total	100% <i>n</i> = 840	100% <i>n</i> = 10990	100% <i>n</i> = 11830
Obs. Era permitida a indicação de mais de uma temática por discurso. A dependência entre as variáveis é muito significativa. Qui2 = 336,92, gl = 31, 1-p => 99,99%. Fonte: pesquisa "Discurso e gênero na Câmara dos Deputados".			

Depois de agrupados de acordo com os grupos temáticos, confirmou-se que os assuntos mais versados estão realmente dentro da chamada política *hard*. Conforme evidencia a tabela 2, mais da metade dos pronunciamentos, 67,5%, enquadram-se na categoria *hard politics*. Quando os dados atinentes aos grupos temáticos são confrontados em relação ao gênero revela-se que os temas da categoria *soft politics* são significativamente mais tratados pelas mulheres com um índice de 47,1% contra 31,6% para os homens.

Tabela 2: Grandes áreas temáticas dos discursos das 51ª e 52ª legislaturas da Câmara Federal, por sexo do orador.

	feminino	masculino	total
hard politics	62,0% (521)	68,0% (7469)	67,5% (7990)
middle politics	33,0% (277)	30,4% (3343)	30,6% (3620)
soft politics	47,1% (396)	31,6% (3478)	32,7% (3874)
irrelevantes e outros	11,7% (98)	17,4% (1915)	17,0% (2013)
total	100% <i>n</i> = 840	100% <i>n</i> = 10990	100% <i>n</i> = 11830
Obs. Era permitida a indicação de mais de uma temática por discurso. A dependência entre as variáveis é muito significativa. Qui2 = 73,34, gl = 3, 1-p => 99,99%. Fonte: pesquisa "Discurso e gênero na Câmara dos Deputados".			

O alto índice de referências aos temas enquadrados na categoria *hard politics* encontrado nos discursos apenas reforça que tais questões possuem posição de destaque no interior do debate político, acarretando, por sua vez, uma maior visibilidade para quem delas se ocupam. Não surpreende, assim, o fato de que tanto homens quanto mulheres dediquem mais da metade de suas intervenções no plenário da Câmara dos Deputados para tratarem destes assuntos.

A tabela 2 torna-se mais interessante quando analisados os dados referentes à *soft politics*. A porcentagem de discursos com citações a questões sociais é bem inferior à vinculada à política *hard*, apresentando menos da metade de menções destinadas ao grupo supracitado, com somente 32,7% da amostra, proporção que manifesta o menor prestígio que goza essa área. Aliada a sua menor valorização, nota-se ainda a presença acentuada das políticas *soft* nos discursos proferidos por parlamentares do sexo feminino, 47,1%, com diferença de mais de 15 pontos em relação aos do sexo masculino.

Os índices, tanto na tabela 1 quanto na tabela 2, demonstram a correlação entre sexo e tema, ou seja, a concentração das mulheres nas matérias de menor projeção política.

Cabe ressaltar que, embora percentualmente as deputadas realmente abordem muito mais questões relacionadas à política *soft*, em termos absolutos suas vozes ainda estão em grande defasagem. O número de representantes do sexo masculino na Câmara Federal é tão maior que o do sexo feminino, que mesmo 73,4% delas versando sobre *direitos humanos* (enquanto quase 68,8% deles nunca tocaram no tema) significam apenas 47 deputadas perto dos 227 deputados que falam sobre o assunto. Foram 133 discursos de deputadas sobre direitos humanos, em contraste com 540 pronunciamentos de deputados do sexo masculino. Isto é, dada a maioria esmagadora de homens no plenário, mesmo a concentração das falas femininas em determinada

temática, é insuficiente para reverter o caráter predominantemente masculino do debate.

Ao contrário do que se poderia esperar, quanto maior a experiência legislativa das parlamentares mulheres, menos discursos elas pronunciam (tabela 3). No caso dos homens, as diferenças não são significativas. Uma hipótese para explicar o fenômeno é que as deputadas sofrem um processo de desencantamento, ao perceberem os obstáculos simbólicos ao exercício de seus mandatos na Câmara Federal.

Tabela 3: Média de discursos proferidos por parlamentar em cada legislatura da amostra, de acordo com sexo e experiência legislativa.

	primeira legislatura	segunda legislatura	terceira legislatura ou mais
mulheres	10,6	6,7	6
homens	9,9	11,8	9,6

Fonte: pesquisa “Discurso e gênero na Câmara dos Deputados”.

Quanto à temática, a experiência legislativa é mais elucidativa. Os deputados de primeira viagem focam seus discursos nas questões atreladas às *soft politics* e à medida que vão acumulando mandatos, passam a tratar delas cada vez menos. O teste do qui-quadrado demonstra um desvio significativo para baixo na categoria das políticas *soft*, nos pronunciamentos daqueles parlamentares que se encontram da terceira legislatura em diante, como consta na tabela 4.

Tabela 4: Área temática dos discursos, de acordo com experiência parlamentar do orador.

	primeira legislatura	segunda legislatura	terceira legislatura	quarta legislatura ou mais	total
hard politics	40,9% (3271)	27,8% (2220)	14,7% (1173)	16,6% (1326)	100% (7990)
middle politics	41,9% (1518)	26,8% (969)	15,0% (544)	16,3% (589)	100% (3620)
soft politics	44,7% (1732)	28,4% (1101)	12,8% (495)	14,1% (546)	100% (3874)
irrelevantes e outros	39,3% (792)	29,1% (585)	15,2% (305)	16,4% (331)	100% (2013)

Obs. Era permitida a indicação de mais de uma área temática por discurso.
A dependência entre as variáveis é muito significativa. Qui² = 35,52, gl = 9 1-p => 99,99%.
Fonte: pesquisa “Discurso e gênero na Câmara dos Deputados”.

Da mesma maneira que nos discursos do plenário, ao se observar as comissões permanentes da Câmara Federal, obtém-se uma relação razoável para uma maior

atuação das parlamentares naquelas que tratam de políticas *soft*. A quase totalidade das iniciativas e propostas legislativas deve passar pelo crivo das Comissões Permanentes da Casa. Elas são responsáveis por emitir pareceres sobre cada proposta e, dependendo do projeto, a concordância das comissões pode ser “conclusiva”, isto é, o projeto estará automaticamente aprovado sem passar pelo Plenário. A título de ilustração, do total de propostas apresentadas na Câmara dos Deputados em 2005, 45% foram discutidas apenas nas comissões desta Casa. Do total de proposições que viraram normas jurídicas, 90,5% tramitaram conclusivamente, ou seja, só pelas comissões, o que evidencia a importância delas no campo político formal brasileiro².

Ao se condensar a participação nas comissões, segundo os mesmos critérios que foi categorizada a relação de temas, é possível atentar com exatidão o insulamento sofrido pelas deputadas. Também aqui, o cálculo de significância indicou um percentual acima do esperado para as comissões de políticas *soft*.

Tabela 5: Participação em comissões, agrupadas por área temática, por sexo do deputado.

	feminino	masculino	total
soft politics	84,4%	49,4%	52,2%
hard politics	42,2%	69,3%	67,1%
middle politics	43,8%	43,9%	43,9%
total	100%	100%	100%
Obs. Cada deputado pode ter participado de mais de uma comissão. A dependência entre as variáveis é muito significativa. Qui2 = 19,27, gl = 2, 1-p => 99,99%. Fonte: a autora, a partir de dados da Câmara dos Deputados.			

Fica patente na tabela 5 que gênero é verdadeiramente um determinante na atividade política. Inicialmente, por uma maior quantidade de comissões permanentes, cujos objetos estão voltados para a política *hard*. Diante disso, ainda têm-se um quadro que expõe indicadores de presença expressivamente mais baixos para as mulheres, 42,2%, em relação aos homens, com 69,3%, nas comissões de política *hard*, e quase duas vezes maior nas comissões de política *soft*, que, além de tudo, ocupam somente 24,7% da relação de comissões permanentes.

Com a sua diminuta presença no Poder Legislativo, torna-se ainda mais complexo para as mulheres conquistarem posições de liderança e um certo grau de influência de modo que suas preferências ou do grupo que lideram prevaleçam no conflito político. Sabe-se que apesar de deputados e deputadas federais serem formalmente iguais, alguns possuem mais prestígio, mais espaço, mais influência do que outros. Logo,

2 Dados presentes no *Anuário Estatístico da Câmara dos Deputados – 2005*.

detectar nas divisões do trabalho político alguma determinante relacionada ao gênero é vital para estabelecer os limites e potencialidades das propostas que visam amenizar as diferenças de sexo na política.

As relações de poder institucionalizadas no campo permitem a estabilização de um capital simbólico na forma de diplomas ou cargos que conferem maior durabilidade das posições privilegiadas obtidas. Assim, em muitos casos, as posições no campo podem ser deduzidas das instituições formais que neles existem e, a partir disto, entender que regras tácitas operam na destinação dos agentes para determinados cargos.

Dessa forma, para estabelecer uma fronteira mais ou menos nítida entre os “medalhões” do campo político na Câmara utilizou-se, além dos cargos ocupados dentro do parlamento, o grau de influência de acordo com a visão externa ao campo, por meio da obra *Os “Cabeças” do Congresso Nacional*, publicada anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que identifica os cem parlamentares considerados os operadores-chave do processo legislativo.

No período analisado, 18,2% dos parlamentares fizeram parte alguma vez da lista do DIAP, de modo que a maior parte dos pronunciamentos foi feita por aqueles à margem do centro do processo decisório.

Tabela 6: Presença de deputados na lista do DIAP, por sexo.

	mulheres	homens	total
nunca apareceu na lista do DIAP	9,0% (58)	91,0% (589)	100% (647)
apareceu alguma vez na lista do DIAP	4,2% (6)	95,8% (138)	100% (144)
total	8,1% (64)	91,9% (727)	100% (791)
Fonte: pesquisa “Discurso e gênero na Câmara dos Deputados”.			

Conforme a tabela 6 revela, apenas 4,2% dos representantes que pertenceram à elite do Congresso Nacional, em ao menos um ano nas duas legislaturas em estudo, são do sexo feminino. Este primeiro dado já demonstra a posição periférica dessa minoria. O percentual de mulheres na lista do DIAP é quase duas vezes menor que o percentual de mulheres na Câmara dos Deputados. O fenômeno da formação de elites dentro das instituições políticas vai ocorrer devido à tendência de fechamento do campo político sobre si mesmo, com conseqüente concentração dos meios de produção e legitimação dos discursos. Portanto, apontar diferenças em tendências e prioridades políticas entre homens e mulheres é assinalar a existência de constrangimentos estruturais que apresentam acessos e espaços diferenciados.

Por meio desse mapeamento, foi possível estabelecer os temas preferidos dos

protagonistas do processo político. Notavelmente, existe uma estreita correlação entre pertencer à elite legislativa e se dedicar a *hard politics* (tabela 7). A maioria dos discursos proferidos por essa elite, 24,1%, aborda tópicos da referida área temática, ao passo que até o grupo *irrelevante e outros* é mais tratado, com 19,1% de menções, que as políticas *soft*, com 17,4%. Dada a estrutura do campo, aqueles temas não tão valorizados, por mais que possuam grande visibilidade na sociedade, não exigem um acúmulo acentuado de capital político e, portanto, serão mais constantemente abordados pelos membros do “baixo clero”, ou seja, a maioria das mulheres na Câmara.

Tabela 7: Área temática dos discursos, por presença do orador na lista do DIAP.

	nunca apareceu na lista do DIAP	apareceu alguma vez na lista do DIAP	total
hard politics	75,9% (6066)	24,1% (1924)	100% (7990)
middle politics	78,4% (2839)	21,6% (781)	100% (3620)
soft politics	82,6% (3198)	17,4% (676)	100% (3874)
irrelevante e outros	80,9% (1628)	19,1% (385)	100% (2013)
total	78,1% (9244)	21,9% (2586)	100% (11830)
Obs. Era permitida a indicação de mais de uma área temática por discurso. A dependência entre as variáveis é muito significativa. Qui2 = 106,93, gl = 24, 1-p => 99,99%. Fonte: pesquisa “Discurso e gênero na Câmara dos Deputados”.			

Avançando na tentativa de fixar a fronteira entre os parlamentares de maior e de menor prestígio e influência dentro do campo político e da própria Câmara Federal, os deputados de ambos os sexos foram divididos em dois grandes grupos, denominados arbitrariamente de “baixo clero” e “medalhões”³. No primeiro grupo encontram-se todos os parlamentares que *nunca foram relacionados na lista do DIAP e nunca ocuparam nenhum cargo de liderança ou na mesa da Câmara*. Por medalhões ou alto clero, foram denominados todos os parlamentares *indicados pelo menos uma vez como “cabeça do congresso”* e/ou que *ocuparam algum cargo*⁴.

Buscando compreender o que distingue o alto clero no campo em que se inserem, comparou-se seus temas de preferência com os dos deputados do baixo clero. Assim, mais uma vez foi confirmada a vinculação do prestígio político com questões de *hard politics*. A inclinação dos medalhões por esses assuntos, de alguma maneira, mostra

3 Não se pretende com a distinção supracitada estabelecer de forma objetiva a distribuição de capital no campo político. O objetivo é somente estabelecer uma divisão esquemática que indique algumas possíveis continuidades nos processos de acumulação de capital político. A divisão dos deputados em “baixo clero” e “medalhões” é inspirada no trabalho de Carneiro de Campos (2006), parte da mesma pesquisa que originou o presente artigo.

4 Para fins de simplificação, foram considerados “cargos políticos relevantes” os cinco seguintes: líder ou vice-líder do governo, líder partidário, membro da Mesa Diretora e presidente de Comissão.

que à medida que o capital político do parlamentar “cresce” este passa a se dedicar mais à política *hard*. A hipótese que se levanta é que são estes temas que possuem maior potencial de conferir capital político, enquanto os temas sociais ou *soft politics* poderiam ser um nicho temático interessante para iniciantes ou, de maneira mais geral, para aqueles que, encontrando-se nas posições periféricas do campo político, buscam seu espaço de visibilidade em questões que são menos disputadas ou para as quais a disputa é menos qualificada.

A hipótese aventada é reforçada por meio da análise de cada “casta” por sexo e área temática (tabelas 8 e 9). As mulheres pertencentes ao baixo clero falam pouco menos que os homens sobre matérias da política *hard*, uma diferença de 6,6 pontos percentuais, sendo que, entres os medalhões, elas despontam com 4,1 pontos à frente dos deputados. As questões ligadas à *soft politics*, apesar de decair mais de 10 pontos da casta de maior para a de menor hierarquia, têm a sua diferença entre os sexos conservada. Em ambos os grupos existe uma disparidade em torno de 16 pontos a mais para as parlamentares que abordam as políticas *soft*.

Tabela 8: Área temática dos discursos dos oradores do “baixo clero”, por sexo do orador.

	mulheres	homens	total
hard politics	59,5% (362)	66,1% (4402)	65,5% (4764)
middle politics	35,2% (214)	30,9% (2059)	31,3% (2273)
soft politics	49,8% (303)	33,6% (2240)	35,0% (2543)
irrelevantes e outros	11,3% (69)	17,6% (1171)	17,1% (1240)
total	100% <i>n</i> = 608	100% <i>n</i> = 6660	100% <i>n</i> = 7268
Obs. Era permitida a indicação de mais de uma área temática por discurso. A dependência entre as variáveis é muito significativa. Qui2 = 56,76, gl = 3, 1-p => 99,99%. Fonte: pesquisa “Discurso e gênero na Câmara dos Deputados”.			

Tabela 9 : Área temática dos discursos dos “medalhões”, por sexo do orador.

	mulheres	homens	total
hard politics	79,7% (55)	75,6% (746)	75,9% (801)
middle politics	23,2% (16)	28,1% (277)	27,7% (293)
soft politics	37,7% (26)	21,7% (214)	22,7% (240)
irrelevantes e outros	8,7% (6)	18,0% (178)	17,4% (184)
total	100% <i>n</i> = 69	100% <i>n</i> = 987	100% <i>n</i> = 1056

Obs. Era permitida a indicação de mais de uma área temática por discurso.
A dependência entre as variáveis é significativa. Qui2 = 10,65, gl = 3, 1-p => 98,62%.
Fonte: pesquisa "Discurso e gênero na Câmara dos Deputados".

Tais dados evidenciam que à medida que as mulheres aumentam seu capital político, conquistando cargos e tendo mais visibilidade dentro e fora do campo, elas passam a se dedicar às *hard politics*, corroborando a hipótese de que *soft politics* são arenas discursivas onde "as iniciantes" podem se encaixar e acumular capital político primário. À medida que ascendem se dedicando à *soft politics*, elas não precisam mais se restringir aos "temas femininos", apesar de continuarem formalmente vinculadas aos espaços decisórios ligados a eles.

Resta saber se as preferências temáticas das parlamentares com grande capital político acumulado são acompanhadas da participação efetiva delas nas arenas de decisão formais consideradas relevantes. Os dados citados acerca das Comissões Permanentes da Câmara Federal indicaram uma nítida inclinação das mulheres para os campos de decisão relativos às *soft politics*.

Tabela 10: Participação em comissões, por sexo, entre os parlamentares incluídos na lista do DIAP.

	feminino	masculino	total
soft politics	50,0% (3)	39,9% (55)	40,3% (58)
hard politics	50,0% (3)	76,1% (105)	75,0% (108)
middle politics	16,7% (1)	34,1% (47)	33,3% (48)
Total	100% (6)	100% (138)	100% (144)
A dependência não é significativa. Qui2 = 1,26, gl = 3, 1-p => 26,25%. Fonte: pesquisa "Discurso e gênero na Câmara dos Deputados".			

Segundo a tabela 10, entre os indicados do DIAP, a quantidade de mulheres titulares nas comissões atreladas às *hard politics* se aproxima da de homens. Isso confirma a hipótese de que as mulheres transitam para esta área temática à medida que ocupam posições mais centrais no campo político, mesmo que tais posições sejam advindas do seu trabalho em prol das políticas *soft*. Isto é, existe uma maior participação das mulheres em comissões de *hard politics* quando elas ocupam posições de destaque no campo político.

✂ Conclusões

A história de dominação patriarcal acabou por imprimir representações e condutas predominantemente masculinas ao mundo da política, desqualificando o feminino. A sub-representação feminina decorrente desse processo de violência simbólica ocorreu em parte pela própria introjeção por partes das mulheres, baseada na idéia de que não reuniriam as características próprias para a atuação pública. A partir do momento em que foram estendidos os direitos às minorias e utilizado o argumento da superioridade moral feminina como fundamento para a defesa da ampliação de sua presença na arena política, solapou-se a possibilidade de expansão feminina dentro das próprias instituições. Compreendendo a lógica política como uma lógica competitiva, definir previamente qual é a forma, por excelência, de atuação feminina é precisamente limitá-la.

Após uma reflexão teórica e empírica das relações entre gênero, representação e práticas políticas e seus principais determinantes, foi possível esboçar as estratégias de atuação feminina. Pode-se dizer que existe uma estreita correlação entre as posições de *status* das mulheres dentro do campo político e a inclinação temática destas para os temas dos discursos proferidos, bem como a participação em comissões temáticas específicas da Câmara dos Deputados. Verificou-se a proeminência de *soft politics* em todas as dimensões da ação política feminina analisadas neste trabalho e a transição paulatina para o debate de *hard politics* à medida que acumulam cargos e/ou ganham visibilidade política. Evidencia-se, assim, a associação entre privilegiar determinados temas na atuação parlamentar e a impulsão da carreira política. Assim como foi atestado com o mapeamento temático, constatou-se que poucas foram as mulheres que conseguiram espaço nas comissões de peso da Casa, poucas ocuparam alguma posição de prestígio e poder.

Contudo, alguns problemas ainda permaneceriam, qual seja o reduzido número de mulheres no parlamento nos últimos anos e, daí, a dificuldade de generalizar as regularidades porventura detectadas. Independentemente de ser “causa” ou “efeito”, a mudança das inclinações políticas das mulheres à medida que acumulam capital político é um fato que merece análise. Demonstra a efetiva seleção de determinados discursos em detrimento de outros, a alocação de temas importantes nas bordas do campo e o aprofundamento de uma marginalização histórica de uma minoria política majoritária quantitativamente no eleitorado.

Evidentemente que a discrepância existente nas instituições legislativas concernente à ínfima presença feminina nos centros decisórios deve ser combatida. Todavia, fundamentar a adoção de cotas, por exemplo, ou qualquer outra ação afirmativa no sentido de ampliar a participação das mulheres na esfera pública na argumentação

de características intrínsecas e, dessa forma, naturalizadas de homens e mulheres, é sabotar as possibilidades da igualdade de representação política.

Em grande medida, as mulheres ainda são vistas como “penetras” em um espaço estruturado sob a ótica masculina, entretanto, a presença delas é tão legítima quanto a dos homens, mesmo não sendo ainda efetiva. A necessidade de mecanismos que propiciem uma melhor distribuição do poder político entre grupos minoritários, como as cotas, são um indício da subalternidade. Se os homens podem estabelecer suas estratégias mais ou menos livremente, as mulheres na política se vêem, antes de tudo, diante de um dilema, comum a todas elas (Miguel e Biroli, 2005): se enfrentam os estereótipos, ignorando as expectativas sociais construídas sobre a postura “adequada” para elas, sofrem o estigma de serem consideradas desviantes ou masculinizadas; se, ao contrário, optam por se adaptar a eles, acabam por se confinar em posições de menor prestígio no campo. Isto é, criam uma espécie de “clube da Luluzinha”, o gueto feminino na política masculina, que reforça os tradicionais papéis de gênero, colocando as mulheres como as únicas responsáveis por lidar com assuntos relacionados às preocupações de caráter social ou à esfera privada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. (2001), “As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: o Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais”. In: *Dados*, vol. 44, nº 1. Rio de Janeiro, p. 155-194.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. (1999-2006), Discursos proferidos em plenário. Disponível no site www2.camara.gov.br/plenario/discursos/notas.html. Acessos entre agosto de 2005 e março de 2007.

CARNEIRO DE CAMPOS, Luiz Augusto. (2006), *Ação no Congresso e Gênero*. Relatório final de Iniciação Científica. Brasília: UnB.

DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). (1999-2006), *Os Cabeças do Congresso Nacional*. Disponível no site www.diap.org.br/cabeças/cabeças.asp. Acessos entre agosto de 2005 e maio de 2007.

DOLAN, Kathleen A. (2004), “The Impact of Candidate Sex on Evaluations of Candidates for the U.S. House of Representatives”. In: *Social Science Quarterly*, vol. 85, nº 1. Malden, p. 206-17.

GILLIGAN, Carol. (1982), *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge (MA): Harvard University Press.

MIGUEL, Luis Felipe. (2000), “Teoria Política Feminista e Liberalismo: o Caso das Cotas de Representação”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 44. São Paulo, p. 91-102.

MIGUEL, Luis Felipe. (2001), “Política de Interesses, Política do Desvelo: Representação e ‘Singularidade Feminina’”. In: *Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1. Florianópolis, p. 253-267.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia (2005). *Determinantes de Gênero, Visibilidade Midiática e Carreira Política no Brasil*. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq.

MIGUEL, Luis Felipe, OHIRA, Aline Marques, FEITOSA, Fernanda e CARNEIRO DE CAMPOS, Luiz Augusto. (2006), “Falas Femininas no Congresso: Gênero e Nichos Discursivos na Câmara dos Deputados”. In: *Paper* apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Florianópolis, 28 a 30 de agosto.

PINHEIRO, Luana S. (2007), *Vozes Femininas na Política: uma Análise sobre Mulheres Parlamentares no Pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

NORRIS, Pippa (ed.). (2000), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press.

PATEMAN, Carole. (1993), *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PHARR, Susan J. e PUTNAM, Robert D. (eds.). (1998), *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries*. Princeton: Princeton University Press.

PHILLIPS, Anne. (2001), “De uma Política de Idéias a uma Política de Presença?” In: *Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1. Florianópolis, p. 268-290.

YOUNG, Iris Marion. (2006), “Representação Política, Identidade e Minorias”. In: *Lua Nova*, nº 67. São Paulo, p. 139-190.



Relações de Gênero e Rock’N’Roll: um estudo sobre bandas femininas de Florianópolis

Rodrigo Cantos Savelli Gomes – Universidade do Estado de Santa Catarina

Orientadora – Prof^{fa} Maria Ignez Cruz Mello

Esta investigação tem como objetivo refletir sobre como as relações de gênero, instituídas de poder, prestígio, hierarquia e discriminações, afetam, modelam e estruturam o discurso e a performance¹ musical das integrantes de bandas femininas da região de Florianópolis, Santa Catarina. Sendo a música uma das manifestações culturais mais próximas do cotidiano das pessoas, esta pesquisa parte do princípio que a mesma pode estar diretamente afetada por essas determinações (BRETT e WOOD, 2002), seja reproduzindo, afirmando ou contestando modelos e costumes vigentes.

Brett e Wood (2002) revelam como e porque discussões relacionadas à diversidade sexual (homossexualismo, bissexualismo, transsexualismo, etc), assim como as temáticas de gênero, foram mantidas à margem dos debates pela musicologia moderna *positivista*. Segundo os autores, estas questões desviam o aspecto da “música centrada em si” – fenômeno da “música absoluta” – representando uma ameaça à hegemonia viril, ao status da ciência marcada pela lógica do raciocínio, pelo culto ao intelecto. Deste modo, a musicologia afastou-se dos elementos básicos da vida comum, do cotidiano das pessoas, centrando-se em aspectos essencialmente técnicos e racionais.

Apesar do grande avanço nas diferentes áreas do conhecimento, em estudos sobre as relações de gênero, alguns setores da sociedade ainda não exploraram o tema em seus mais variados aspectos, como é o caso dos estudos sobre a produção musical feminina. Sabe-se que há muitos séculos o meio musical tem sido um privilégio dos homens. Estudos recentes têm mostrado que desde Platão podemos observar uma musicologia calcada “em metáforas de gênero, diferença sexual, atração e repulsa sexual” que favoreceram uma estruturação musical consolidada em valores que refletem predominantemente o ponto de vista da masculinidade (MELLO, 2006). Nas últimas décadas, estudos em Antropologia, Musicologia, História, Psicologia, Sociologia, etc, têm explorado a temática de gênero em diferentes contextos geográficos, culturais e socioeconômicos, indicando novas perspectivas para o assunto além da total dominação masculina, apontando para um sistema de “complementaridade entre os gêneros” (MELLO, 2005, p.287), como é o caso dos estudos musicológicos em aldeias indígenas brasileiras (PIEDADE, 2004; BASTOS, 1999; MELLO, 2005).

Pesquisas sobre música e gênero tiveram maior abrangência em países como EUA

1 Assim como Small (1989), referimo-nos a “performance” não como aquela ligada às habilidades técnicas, físico-motoras, mas sim ao evento social onde uns tocam e outros ouvem, onde a experiência do fazer e da interação entre as pessoas é mais relevante do que o produto final.

e Inglaterra, sendo estes considerados os precursores na abordagem deste assunto. Segundo Holanda e Gerling (2005) e Mello (2006), os primeiros vestígios começaram por volta anos 80 nos Estados Unidos, com as primeiras antologias de partituras e biografias de compositoras. Nos anos 90, Susan McClary (1991), Lawrence Kramer (1990) e Marcia Citron (1993) levantaram os primeiros debates sobre as metáforas de gênero no código musical, mostrando como convenções e construções retóricas da teoria e análise musical podem estar repletas de metáforas sexuais construídas a partir de sensações e impressões que refletem majoritariamente o modelo de masculinidade. Ainda na década de 90, outras autoras como Ellen Walterman (1993), Suzanne G. Cusick (1994) e também as já citadas Marcia Citron (1993) e Susan McClary (1991) procuraram perceber pontos diferenciais nas estruturas e elaborações de composições, arranjos e interpretações em atividades femininas, a fim de revelar como as mulheres encontram mecanismos para expressar sua subjetividade em um sistema musical construído sobre o domínio patriarcal.

No Brasil, as grandes temáticas que permeiam as discussões em torno da categoria de gênero têm pouca repercussão nos estudos sobre música, sendo abordadas, na maior parte das vezes, as questões que dizem respeito ao trabalho, violência e sexualidade. Em linhas gerais, os estudos que envolvem a questão de gênero na música brasileira apontam predominantemente para a análise do discurso embutido nas letras das canções, em que se coloca em evidência a representação feminina, os estereótipos e a imagem da mulher narrada pelos cancioneiros em seus versos. Estes estudos são, na sua maioria, dirigidos por áreas do conhecimento alheias à musicologia, como é o caso dos estudos em Letras e Literatura (BELTRÃO, 1993; SANTA CRUZ, 1992; BARBOSA, M., 2005), Ciências Sociais e Ciências Políticas (COSTA, 2006; BARBOSA, V., 2006), História e História Social (FARIA, 2002; ERTZOGUE, 2002; VEIGA 2006; MATOS, 2004).

Outra vertente tem se dedicado a identificar onde estão as mulheres no meio musical, que funções exercem e qual a importância delas no contexto social da sua época. Nesta linha também se destacam os estudos biográficos de mulheres que tiveram significativa repercussão nos ambientes artístico-musicais de sua época (STIVAL, 2004; BARONCELLI, 1987; CHAVES, 2006; SARTORI, 2006; MEDIA, 2006; PACHECO e KAYAMA, 2006; WELLER, 2005; DINIZ, 1984; KATER, 2001; LIRA, 1978; SCARINCI, 2006).

A antropologia tem dado certo destaque a esta discussão, ao olhar para a questão de gênero e música a partir de outras culturas, principalmente as indígenas, como é o caso dos estudos em Etnomusicologia que vêm sendo realizados nas aldeias indígenas brasileiras (MELLO, 2005; PIEDADE 2004; BASTOS, 1999). Na Musicologia, Holanda (2006) trás em sua tese² uma importante discussão sobre a questão de gênero na

2 Joana Holanda (2006) conduz uma investigação sobre a música de *Eunice Katunda* e *Esther Scliar*, a partir de suas trajetórias individuais e pela análise musical das obras *Sonata Louvação* e

linguagem musical, acompanhada no campo da Educação Musical por Helena Lopez da Silva (2000) que conduz proveitosas reflexões em relação à construção da identidade de gênero na adolescência a partir dos usos simbólicos da música no espaço escolar.

Desse modo, este trabalho procura fomentar o debate sobre a temática de gênero a partir da perspectiva (etno)musicológica. Para tanto, desde o início desta investigação vem-se realizando uma sondagem – tanto regional como nacionalmente – a fim de identificar a presença de grupos femininos na música popular brasileira. Num primeiro momento, o trabalho consistiu em um levantamento sobre quais são os grupos femininos, quem e quantas são as integrantes, onde moram, onde e para que tipo de público se apresentam, que instrumentos e estilos de música tocam ou cantam. Indiscutivelmente, um dado que veio à tona logo nas primeiras buscas é que a quantidade de grupos formados exclusivamente por homens supera exorbitantemente o número de grupos musicais femininos.

O trabalho metodológico constituiu-se no acompanhamento de shows e ensaios, com observação livre, registro em diários de campo, entrevistas semi-estruturadas, aplicação de questionários e consultas regulares a jornais e revistas da cidade. Uma das ferramentas também bastante utilizadas nesta investigação foi a Internet, recurso que tem se destacado como um importante meio de comunicação utilizado pelos grupos de música popular para a divulgação de seus trabalhos. Através de sites como *Orkut*, *Trama Virtual*, *MySpace*, *Youtube* e *Blogs*, essas bandas criam suas comunidades, suas redes de relacionamento, hospedam conteúdos como músicas, vídeos, clipes, agenda, fotos, release, fóruns, de modo a tornar estes materiais acessíveis a todos que desejem apreciá-los.

A utilização destas ferramentas midiáticas favorece imensamente a localização de diversos grupos musicais femininos no território brasileiro, propiciando um contato prévio com seus integrantes através de e-mails e *scraps*³, bem como abrindo a possibilidade de ouvir suas músicas, ler suas críticas, conhecer um pouco a história e formação das bandas, sendo possível, deste modo, traçar um paralelo entre estes grupos, de acordo com suas ideologias, estilos, gêneros⁴ e subgêneros musicais.

.....
Sonata para Piano das respectivas compositoras. Esta pesquisa é um importante referencial sobre os estudos de gênero em música, visto que “esta questão é problematizada tanto no estudo do texto musical [análise], a partir do referencial teórico de estudos de gênero em música, [mais especificamente focalizando código e conceitos musicais], quando na abordagem de suas trajetórias” individuais (p. 19); onde a questão é problematizada a partir do contexto sócio-cultural; do engajamento das compositoras em diversos movimentos, como o grupo ‘música viva’, o nacionalismo, o partido comunista (PCB); e também pela sua intransferível identidade social, como sujeito ‘mulheres’.

3 Mensagens enviadas e recebidas através de sites como *Orkut* e *Blogs*. Sua característica principal é o caráter público, podendo ser lidas por qualquer outro usuário.

4 Para evitar a possibilidade de confusão com os diversos significados da palavra “gênero”, visto que neste trabalho ela aparece em dois contextos diferentes, utilizaremos a expressão *relações de gênero* como aquela ligada às relações entre homens e mulheres e *gênero musical* quando estivermos tratando especificamente da categorização dos estilos musicais.

Agrupar conjuntos musicais e seus respectivos repertórios em gêneros e, especialmente, em subgêneros musicais específicos é uma tarefa complexa e arriscada. O resultado dessa classificação acaba sendo influenciado tanto pelo processo de “generalização”⁵ (CANO, 2002), como pelo conhecimento pessoal de cada um, a forma como cada pessoa escuta, sente e recebe a música que ouve. Um exemplo clássico disso são as músicas do famoso grupo Led Zeppelin, que são classificadas de diversas maneiras, heavy metal, hard rock, rock clássico, blues, dependendo da interpretação de cada indivíduo. Por essa razão, preferimos neste trabalho agrupar as bandas considerando apenas os ‘grandes’ gêneros musicais, tendo em conta neste processo a opinião dos próprios integrantes dos conjuntos musicais que, em muitos casos, preferiram não relacionar sua produção a subgênero algum, como no caso do rock, por exemplo, onde muitas bandas preferiram identificar-se apenas como “banda de rock”.

Entre as pesquisadas, algumas bandas com ideologias e/ou atitudes feministas se destacaram por expressar em suas letras o desejo pela igualdade entre os sexos, a quebra do preconceito racial e sexual ou, simplesmente, por se autodeclararem feministas em seus depoimentos e entrevistas. Curiosamente, todas as bandas encontradas classificam-se dentro do gênero rock, o que evidencia a preferência das mulheres ativistas por este gênero musical. Entre elas, ressaltaram-se as bandas Bulimia (Brasília/DF), Close (Olinda/PE), NoDolls (Goiânia/GO), Cosmogonia (São Paulo/SP), Dominatrix (São Paulo/SP), S.A.44 (São Paulo/SP), The Hats (São Paulo/SP), Female (Belo Horizonte/MG), Afasia (Uberlândia/MG) e Insana Z (Ponta Grossa/PR). Algumas se distinguiram por explorar através do nome do grupo a combinação exótica de seus integrantes, como, por exemplo, a banda de rock Elas e Eu (São Paulo/SP) e o grupo de Mpb Ele por Elas (Rio de Janeiro/RJ), que identificam a sexualidade de seus membros através do nome escolhido para seu conjunto musical. Já outro grupo, o conjunto de rock Blush Azul (Rio Branco/AC), embora não tendo um nome peculiar como os outros, se sub-intitula “a banda das garotas e do garoto”. Desse modo, também ressalta a importância de distinguir a sexualidade dos integrantes na identificação do grupo.

Outras bandas formadas por mulheres também fazem questão de identificar esse diferencial na sua identidade, apresentando-se como “banda estritamente feminina”, ou “banda só de garotas”, como é o caso dos grupos de rock Lazy Moon (Cuiabá/MT), Punkake (Curitiba/PR), RNA (Serra/ES), Ladies Die (João Pessoa/PA), Veno (Rio de Janeiro/RJ) e a banda Jaspe (São Paulo/SP) na linha gospel.

Na região catarinense, mais precisamente em Florianópolis, foram encontrados cinco grupos musicais formados apenas por mulheres. Devido à aproximação territorial,

5 Segundo Cano (2002), “a capacidade mental de generalização é conhecida nas ciências cognitivas como *categorização*, [...] processo cognitivo através do qual abstraímos a experiência individual para submetê-las a conceitos gerais”.

com estas bandas foi possível realizarmos uma pesquisa mais circunstanciada⁶, pudemos assistir suas apresentações, registrá-las em diários de campo, áudio, fotografia e filmagens, bem como realizar entrevistas e conversas com algumas de suas integrantes. Por esta razão, foram tomados como centro principal para a discussão deste trabalho os seguintes grupos:

☛ **Entre Elas.** Com oito garotas e uma empresária, este conjunto de pagode vem se destacando a cerca de um ano na região, realizando diversos shows em bares e casas noturnas, apresentando-se nos principais eventos da cidade e do estado, participando, eventualmente, em programas de rádio e televisão nas emissoras locais.

☛ **Declínio do Sistema.** Conjunto de hip-hop formado por três mulheres, atualmente em fase de reformulação (estão selecionando novas integrantes) e, por isso, atualmente tem realizado poucas apresentações. Trabalham com composições próprias, explorando em suas letras questões relacionadas à temática feminina, preconceito sexual e racial.

☛ **Dorotéia vai à Praia.** Com cinco integrantes, este grupo realizou diversas apresentações musicais pelo Estado de Santa Catarina nos últimos anos, tornando-se um dos principais representantes na cidade no gênero rock'n'roll. Contudo, encerrou suas atividades no decorrer desta pesquisa devido à saída de algumas integrantes da banda.

☛ **Cabeça de Alface.** Formado em 2003 por três garotas, duas delas estudantes do curso de letras da UFSC. O grupo procura desenvolver um trabalho de composições próprias, no estilo rock alternativo, com letras baseadas na literatura “*nonsense*”⁷. Segundo elas, as temáticas giram em torno da “estética do absurdo e jogos de palavras, levando a linguagem aos seus extremos”. Atualmente, está em fase de gravação de seu primeiro CD.

☛ **Carpe Diem Septem.** Conjunto de rock constituído por cinco adolescentes que desde o início de sua trajetória tinha como objetivo formar um grupo apenas com mulheres. Apesar da pouca experiência de suas integrantes devido à suas idades, o grupo mantém ensaios regulares e vem, aos poucos, realizando apresentações musicais nos bares e eventos da cidade.

Durante esta sondagem foi possível perceber que, no rock, a presença de mulheres

6 Com os grupos de outras localidades os contatos foram realizados na sua maioria via Internet. Com alguns desses foi possível uma aproximação maior através do envio de um questionário via e-mail, como por exemplo, as bandas *S.A.44*, *RNA*, *Give Me a Break*, *Lazy Moon*, *Blush Azul* e o grupo *Elas e Eu*.

7 Lewis Carroll, Edward Lear, Samuel Becket e James Joyce são os principais autores apontados pelas integrantes.

é muito mais significativa que em outros gêneros musicais, como pagode, samba, reggae, hip-hop, etc. Isso fica claro ao perceber que, das 23 bandas citadas até então, 19 se enquadram neste gênero. A mesma constatação se deu em Florianópolis, onde das cinco bandas femininas, três são adeptas do rock'n'roll⁸. Embora não tivéssemos como foco inicial o universo do rock, mas sim um recorte mais amplo envolvendo a música popular brasileira em geral, ao abordar a temática das relações de gênero nos conjuntos de música popular brasileira, este gênero musical despontou com muito mais evidência, o que conduziu esta pesquisa a um olhar diferenciado para o universo do rock'n'roll.

Neste processo, percebemos que a preferência das mulheres pelo rock promoveu o surgimento de uma nova categoria ou subgênero, conhecido como “rock com vocal feminino”⁹ e a promoção de encontros e festivais específicos para elas, como por exemplo, o *Festival de Rock Feminino* de Rio Claro (SP); *Felina*, Festival de Rock Feminino de São Paulo (SP); *Festival Nacional de Punk Feminino* de Goiânia (GO); Festival de Música *Mulheres no Volante* de Juiz de Fora (MG); *Festival Kaoscinha* de Joinville (SC); a criação da *Rádio Feminina*¹⁰ de Goiânia (GO), especializada no gênero rock'n'roll; bem como a criação do programa *Mundo Rock de Calcinha*¹¹ filiado à rádio Mundo Rock de São Paulo (SP).

Para o grande público, mulher no rock, ainda hoje, é sinônimo de cantora. Nos demais gêneros – e na música em geral –, a cena não difere tanto. Quando se trata da participação de mulheres, algumas funções costumam ser mais relacionadas a elas, como, por exemplo, pianistas, harpistas, violinistas, além de cantoras, é claro. No rock, o acolhimento de cantoras passou por um processo lento e gradual, e não há dúvidas de que os movimentos feministas a partir dos anos 60 tiveram uma influência marcante neste processo, tendo como reflexo a ampla atuação das mulheres ativistas

8 Embora este artigo trate especificamente de grupos femininos, durante a pesquisa também foi atribuída uma atenção aos grupos mistos de Florianópolis, focalizando principalmente a presença de mulheres em funções culturalmente pouco atribuídas a elas, como: bateristas, baixistas, compositoras, produtoras, etc. Apesar da ampliação do foco, as circunstâncias pouco se alteraram, pois, ainda assim, a presença de mulheres foi muito mais significativa no rock do que em outros gêneros musicais. Entre os grupos mistos pesquisados podemos citar *Kratera (rock)*, *Oh Sugar! (rock)*, *Mal-tines (rock)*, *Squadrão da Rima (hip-hop)*, *Mary Black (hip-hop)*, *Missiva (reggae)*, *Black Diversity (funk)*, *Alessandra Sipriano e banda (pop/rock)*.

9 Esta categoria surgiu primeiramente em entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, mas verificou-se sua utilização por diferentes bandas em sites da Internet.

10 A *Rádio Feminina* é uma iniciativa da Organização Punk Feminino que nasceu após o I Festival Nacional de punk feminino de 2006. Embora especializada no gênero rock'n'roll, ao contrário do festival, a rádio não restringe estilos, mas só toca banda com vocal feminino. Pode ser ouvida pela Internet através do endereço: <<http://www.radiofeminina.cjb.net/>>.

11 O *Mundo Rock de Calcinha* é um programa que toca músicas de bandas de rock e metal formadas somente por meninas ou com mulheres no vocal. Foi criado em março de 2007 por Gisele Santos, criadora também do *MundoRock.net*, no ar há mais de 07 anos. Pode ser ouvido através do endereço: <<http://www.mundorockdecalcinha.com/>>.

neste gênero musical, como visto anteriormente. Já em se tratando de mulheres bateristas, baixistas, compositoras, arranjadoras, encontramos poucas referências na história do rock, e podemos dizer que, ainda hoje, a atuação delas gera calorosos debates entre os fãs. Por essa razão, e por acreditar que esses grupos se deparam com a problemática de gênero a partir de várias frentes, nesta pesquisa procuramos priorizar grupos totalmente femininos e não apenas conjuntos com mulheres no vocal.

Apesar da atuação das mulheres neste gênero musical ter tomado grandes dimensões nos dias atuais, o rock ainda é entendido como um universo masculino, conforme vários autores puderam constatar (JACQUES, 2007; WALSER, 1993; CHAVES, 2006; MEDIA, 2006; SARTORI, 2006). Segundo Jacques (2007), atribuições como potência, força, “pegada forte”, resistência física e poder são características presentes no rock que são mais comumente ligadas ao ideal da masculinidade, enquanto que sensibilidade, suavidade, afetividade são características associadas ao feminino, as quais não são bem assimiladas neste gênero musical. Por esta razão, a atuação das mulheres nem sempre foi bem vista pelos adeptos do rock, considerando a presença delas uma *impureza*¹² (JACQUES, 2007), relacionado-as a um estilo mais comercial, subordinado ao gosto das grandes gravadoras, o que, em certa medida, pode ser usado como justificativa para a alocação em um subgênero específico para a produção feminina.

Walser (1993) também discorre sobre a influência da audiência feminina no *heavy metal*, relacionando a demanda do gosto feminino a um conseqüente “amaciamento” (*op.cit* p.111) neste gênero musical, o que teria contribuído para a popularidade do heavy metal. Hübscher (2005), em sua pesquisa sobre o *heavy metal* em Florianópolis, também trás depoimentos de fãs que relacionam a presença das mulheres à “popularização” (*op.cit.* p. 87) e comercialização do estilo: “agora ta essa onda de banda com mulher cantando para agradar menininha que não entende porra nenhuma” (*op.cit.* p. 87).

Walser (*op.cit.*), em seu seminal trabalho sobre o *heavy metal*, trata da construção da identidade masculina no interior deste gênero musical, identificando-o como “um discurso baseado no patriarcalismo” (*op.cit* p.109), sustentado pelos ideais de potência, “fantasias de virtuosidade masculina e controle”, (*op.cit* p.108), configurando-se, assim, como um gênero musical historicamente direcionado ao público viril. Por essa razão, classifica a recepção e a performance feminina neste contexto como uma tarefa complexa, podendo gerar discussões interessantes e provocativas sobre a relação feminina com poder (*op.cit.* p. 132). Embora este não seja o foco principal do seu trabalho, o autor demonstra preocupação com a recepção deste “espetáculo masculino pelas fãs femininas” (*op.cit.* p. 110), já que desde o final dos anos 80 o *heavy*

.....
12 Vários autores utilizam a idéia de impureza a partir da observação dos discursos de vários roqueiros que enfatizam a “oposição entre a pureza da autenticidade e a impureza [da] alienação da comercialização” (JACQUES, 2007, p.84).

metal inclui em sua audiência uma quantidade significativa e crescente de mulheres, uma diversidade maior de discursos, o que contribuiu para diferentes formas de interpretar as relações de gênero neste meio musical.

Segundo diversos autores, no rock a presença das mulheres é “mais democrática entre os músicos da era punk” (CHAVES, 2006), representado nos EUA pelos movimentos *Rock Against Sexism*, dos anos 80, e *Riot Grrrl*, na década de 90, que tinham como o objetivo “promover imagens mais positivas das mulheres no rock e encorajar mulheres a formarem bandas e tocarem instrumentos” (COHEN apud JACQUES, 2007, p. 98), bem como repudiar “o tratamento meramente de caráter sexual destinado às mulheres na música” (MEDIA, 2006). Contudo, todos os autores concordam que apesar da força desses movimentos “o rock continua sendo uma ‘família masculina’” (JACQUES, 2007, p. 98).

Alguns pontos serão levantados nesta discussão, enfatizando o discurso das mulheres entrevistadas ao longo da pesquisa. Nestas falas, percebemos que, embora as mulheres ainda formem a minoria no meio musical, já não há mais tanta dificuldade em se estabelecer neste espaço pelo fato de ser mulher, não só o preconceito parece ser menor, como hoje é um diferencial e um atrativo na hora da contratação pelos bares e casas noturnas.

“no começo, uma banda feminina é sempre super valorizada, por que não é uma coisa normal você ver uma banda com mulheres, é sempre novidade, algo que sempre atrai o público, independente do estilo ou qualidade. Então, é preciso aproveitar isso para mostrar o seu potencial. O problema é quando a banda se destaca e rola a conversa do tipo: ‘é só porque é banda só de mulher...’”.¹³

“poucas mulheres se expõe no meio do rock. As que o fazem, causam surpresa, claro”.¹⁴

A justificativa para formar uma banda feminina aparece, em alguns casos, como uma alternativa para suprir a pouca oferta de grupos com essas características no mercado musical.

“não tem em Florianópolis um grupo só de mulheres”.¹⁵
“o grupo começou porque queriam uma banda só de mulheres pra tocar e, como não tinha nenhuma, elas montaram essa. Foi aí que a banda começou”.

13 Giselle Xavier Lucena, baixista da banda de rock *Blush Azul*.

14 Fernanda dos Santos Martins, vocalista da banda de rock *S.A.44*.

15 Jussara Pereira Lima, vocalista do grupo de hip-hop *Declínio do Sistema* e coordenadora estadual da UNEGRO, entidade de âmbito nacional, fundada em Florianópolis em março de 1994, com a finalidade de contribuir para a erradicação do racismo e pelas condições de exercício dos direitos de cidadania.

Jacques (2007) também aponta em sua investigação sobre o rock em Florianópolis para relatos de homens que dizem que as coisas seriam mais ‘facilitadas’ para as mulheres. “Por serem minoria, elas são tidas como diferenciais para as bandas e, para fazer parte destas, não precisariam tocar tão bem quanto os homens, pois trariam ‘glamour’” (*op.cit.* p. 99).

Contudo, apesar do diferencial ser um atrativo, o caráter exótico traz uma certa desconfiança embutida de preconceito, tanto do público quando dos contratantes.

“há receio na hora de fechar os shows. Há uma certa desconfiança de que uma banda formada por mulheres é capaz de dar conta do recado”.

16

“é preciso provar que você não está em um festival, por exemplo, só por que usa saia. Provar que você toca como outro homem. Provando isso, tudo rola naturalmente”.¹⁷

“esses dias, um cara não quis fechar um contrato com a gente pra tocar em uma festa por que eram 5 mulheres e ele falou na nossa cara que a gente deveria tocar mal, então nem participamos do evento”.¹⁸

Quanto à peculiaridade entre homens e mulheres na execução musical, Brett e Wood (2002) levantam a questão de serem a sexualidade e o gênero audíveis ou não nas próprias notas musicais. Em seu artigo colocam a polêmica trazida pelo Jornal *New York Times* que, ao analisar gravações de compositoras lésbicas, “chega à conclusão que a preferência sexual, como o sexo, é inaudível”, chamando atenção de tal “conclusão ser inevitável”. Mas os autores defendem que “as notas não se deixam tão facilmente separar de seu contexto (de execução, palco, gênero e audiência, bem como alusão musical): se despojadas de todas as associações – uma impossibilidade –, não podem gerar sentido” (BRETT e WOOD, 2002).

Esta é umas das questões que nos têm intrigado ao longo desta investigação. Até que ponto o fator gênero – e a orientação sexual, como nos estudos de Brett e Wood (*op. cit.*) – pode se expressar na produção musical de homens e mulheres. Ao tratar o tema a partir da análise de composições (partituras) a restrição torna-se ainda maior, visto que a “tradição musicológica esteve sempre muito mais voltada para análises formais do que para questões sensíveis às humanidades” (MELLO, 2006), como, por exemplo, a performance, os espetáculos, as audiências, o contexto sócio-cultural, nos quais, sem

16 Renata de Oliveira Figueiredo, baterista da banda de rock *RNA*.

17 Issaaf Santos Karhawi, baixista da banda de rock *Lazy Moon*.

18 Paulete Costa dos Santos, baixista da banda *RNA*.

dúvida, a questão de gênero desponta com muito mais evidência. Ao questionar se há diferenças entre homens e mulheres na execução musical, os relatos apontaram que é comum ouvir da audiência comparações neste sentido.

“se erramos é por que somos mulheres. Se tocamos bem falam que para uma mulher está até bom. Se tocamos muito bem falam que não fazemos mais do que a nossa obrigação”.¹⁹
“a gente já escutou falar assim: – ah, pra mulher elas tocam bem”.²⁰

Embora a afirmação traga certo desconforto – afinal, indiretamente propõe uma situação de comparação em escala desigual –, a questão das diferenças e/ou semelhanças entre os sexos na performance, interpretação e composição é um tema ainda pouco explorado pela musicologia.

“questão de técnica, isso aí, homem e mulher pode ter igual, [...] a única diferença que vai ter é a questão de agüentar um show por mais tempo, resistência por mais tempo, a força da batida, de agüentar a música inteira num pique maior”.²¹

Evidentemente, a “força” a que se refere é mais cultural do que física. Jacques (2007) atenta que “diversos instrumentistas, não apenas bateristas, observam que para tocar um instrumento é necessário o aproveitamento do movimento do peso do corpo, não ‘força’ propriamente dita” (*op.cit.* p. 98).

No hip-hop, a técnica não se apresentou com o mesmo grau de importância, sendo que a diferença principal entre mulheres e homens aparece no discurso presente nas letras das canções.

“A gente luta por nós mulheres, a gente mostra a realidade das mulheres [...] e essa realidade os rapazes não mostram. Nossas músicas giram em torno da causa feminina, sempre da causa feminina. Temos até um CD que fala de saúde, tudo da causa feminina, de aborto, sobre o corpo, tudo isso”.²²

Por outro lado, embora majoritariamente os relatos se encaminhem para uma minimização das diferenças entre os sexos, surge em determinado ponto certa desqualificação em relação à audiência feminina.

19 Idem Nota 17.

20 Elisa Rebelo, empresária do grupo de pagode *Entre Elas*.

21 Idem Nota 21.

22 Idem Nota 15.

é muito mais fácil encontrar homem que está na ‘night’ que sabe diferenciar a qualidade de um som bom do que uma mulher. Nesse meio do pagode é difícil ver uma mulher tocando, então é mais difícil ela entender”.²³

“as mulheres não têm muito interesse pela música, são poucas ainda. Há mais homens no mercado porque eles se interessam mais”.²⁴

De acordo com os depoimentos, a vivência é um fator importante e, como estatisticamente as mulheres se envolvem menos na prática musical, conseqüentemente, o número de mulheres boas apreciadoras de música também tende a ser menor. Jacques (2007) também debate sobre a questão, referindo-se especificamente ao universo do rock, onde revela que alguns autores tendem a “relacionar as mulheres mais como fãs”, sendo que a ligação delas “se dá mais pelo interesse pelos ídolos do que pela música” (op.cit. p. 96).

Considerações Finais

Através dos relatos, observações e pesquisa em diferentes mídias, procuramos apontar para os diversos espaços que vêm sendo ocupados atualmente por grupos femininos na música popular brasileira; os diálogos que vêm sendo estabelecidos entre esses grupos e as organizações feministas; e de que forma a organização desses grupos musicais tem possibilitado a contestação e a transformação dos papéis de gênero vigentes.

Embora considerado um espaço masculino, percebemos ao longo do trabalho que a participação feminina e feminista no rock abriu espaço para o surgimento de uma nova categoria – *rock com vocal feminino* –, bem como a promoção de eventos musicais específicos para elas, o que tem demonstrado que sua participação ao longo dos anos não as coloca como meras coadjuvantes, mas sim como condutoras de transformações significativas para este universo musical.

No hip-hop – gênero musical que desde sua concepção emergiu como uma “forma de articulação dos jovens afrodescendentes contra o racismo e o preconceito” (WELLER, 2005) –, percebemos que as mulheres, em especial mulheres negras, estão encontrando um significativo espaço para fomentar discussões sobre as causas femininas, promovendo através das letras das canções a conscientização das mulheres sobre temas como aborto, cuidado com o corpo, uso de anticoncepcionais. Este também é um *locus* para a divulgação dos seus direitos civis, como, por exemplo, licença maternidade, aposentadoria para donas de casa e domésticas, denúncia à violência contra mulheres, etc.

23 Idem Nota 21.

24 Thanira Rates, vocalista, ex-integrante da banda de rock *Dorotéia vai à Praia*.

A crescente participação das mulheres no meio musical – seja como produtoras ou consumidoras – faz transparecer a necessidade de novos estudos e reflexões sobre o tema pela musicologia contemporânea, ainda pouco pesquisado, apesar da conquista de novos espaços e da crescente visibilidade de grupos femininos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria José S. A Representação da Mulher nas Cantigas de Capoeira. Les femmes et la littérature. Special issue. Org. Carlos Maciel e Luiza Lobo. *Journal of the Centre de Recherche sur les Identités Nationales et l'Interculturalité (CRINI) and the Département d'Études Lusophones de l'Université de Nantes*. France: Forthcoming, 2005. Disponível em: <http://www.plcs.umassd.edu/plcs12texts/barbosajun162006.doc>. Acessado em: 13/02/2007.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Quebrando o Coco e Fazendo a Roça: Gênero e Identidade no Cotidiano de Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão. 216p. In: *1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores de 2005*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2006, p.212-213.

BARONCELLI, N. C. da S. *Mulheres Compositoras: elenco e repertório*. São Paulo: Editora Roswitha Kempf, 1987.

BASTOS, Rafael de Menezes. *A musicológica Kamayurá: para uma antropologia da comunicação no Alto Xingu*. 2ª Ed. da UFSC, 1999.

BELTRÃO, Synval. *A Musa-Mulher na Canção Brasileira*. Ed. Liberdade, SP, 1993.

BRETT, Philip; WOOD, Elizabeth. Música lésbica e guei. In: *Revista eletrônica de musicologia*, Curitiba, v. 7, Disponível em: <http://www.rem.ufpr.br /REMr7/Brett_Wood/Brett_e_Wood.html>, dezembro, 2002.

CANO, Rubén López. “Favor de no tocar el género”: géneros, estilo y competencia en la semiótica musical cognitiva actual. In: *Voces e imágenes en la etnomusicología actual*. Actas del VII Congreso de la SibE. Madrid: Ministerio de Cultura, 2004 p. 325-337. Disponível em <<http://www.lopezcano.net>>

CHAVES, Adriana. *Mulheres no Rock*. Disponível em: <<http://www.mulheresnorock.pop.com.br/textos/mnr3.htm>>. Acessado em: 02/10/2006.

CITRON, Marcia J. *Gender and the Musical Canon*. Cambridge: University Press, 1993.

COSTA, Neusa Meirelles. *A mulher na música popular brasileira*. Disponível em: <<http://www.samba-choro.com.br/s-c/tribuna/samba-choro.0401/0405.html>>. Acessado em: 02/10/2006.

CUSICK, Suzanne G. Feminist Theory, Music Theory, and the Mind/Body Problem. In: *Perspectives of New Music*, Vol 32, Number 1 (Winter 1994).

DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*. Ed. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1984.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. O canto das Quebradeiras: Cantigas de Trabalho das Mulheres Extrativistas de Coco na Região Bico do Papagaio. In: *Revista Fragmento de Cultura*, v. 12 n. 6, p.1103-1110, Goiânia, nov/dez. 2002.

FARIA, Cleide Nogueira de. Puxando a Sanfona e Rasgando o Nordeste: Relações De Gênero Na Música Popular Nordestina (1950-1990). In: *Revista Eletrônica de Humanidades*. ISSN 1518-3394, v. 3 - n.5, abr./maio de 2002.

HOLANDA, Joana C.; GERLING, Cristina Capparelli. Estudos de Gênero em Música a partir da Década de 90: Escopo e Abordagem. *Revista Associação Nacional de Música, Revista ANM* - Rio de Janeiro, v. XV, 2005.

HOLANDA, Joana C. *Eunice Katunda (1915-1990) e Esther Scliar (1926-1978): Trajetórias individuais e análise de sonata para piano 'Sonata de Louvação' (1960) e 'Sonata para Piano' (1961)*. 2006. 172p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Música. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

HÜBSCHER, Bruno. *Entre a tradição e a tradução: apontamentos sobre o Heavy Metal em Florianópolis (1995-2005)*. 114p. Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em História. Universidade Estadual de Santa Catarina, 2005.

JACQUES, Tatyana de Alencar. *Comunidade Rock e bandas independentes de Florianópolis: uma etnografia sobre socialidade e concepções musicais*. 142p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

KATER, Carlos. *Eunice Katunda, Musicista Brasileira*. São Paulo: Annablume, 2001.

KRAMER, Lawrence. *Music as Cultural Practice, 1800-1900*. California: University of California Press: 1990.

LIRA, Mariza. *Chiquinha Gonzaga: grande compositora popular brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

MATOS, Maria Izilda S. Sensibilidades feminina: poética e música em Dolores Duran. In: *Revista Labrys: estudos feministas*. n. 5, Jan-Jul 2004.

MCCLARY, Susan. *Feminine Endings*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1991.

MEDIA, Century. *O rock de saias, quem diria? Virou coisa de mulher!* Disponível em: <<http://www.mulheresnorock.pop.com.br/textos/mnr5.htm>> Acessado em: 02/10/2006.

MELLO, Maria Ignez C. *Música, Mito e Ritual entre os Wauja do Alto Xingu*. 2005. 335p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

_____. Relações de Gênero e Musicologia: Reflexões para uma Análise do Contexto Brasileiro. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA EM MÚSICA 3. *Anais*. DeArtes UFPR, Curitiba, 2006. p. 69-74.

PACHECO, Alberto J. V e KAYAMA, Adriana G. A cantora Lapinha e a presença musical feminina no Brasil colonial e imperial. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA EM MÚSICA 3, *Anais*. DeArtes UFPR, Curitiba, 2006, p.7-12.

PIEDEDE, Acácio Tadeu de C. *O canto do Kawoká: música, cosmologia e filosofia entre os Wauja do Alto Xingu*. 254p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade do Federal de Santa Catarina, 2004.

SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A Musa sem Máscara: a imagem da mulher na música popular brasileira*. Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1992.

SARTORI, Rafael. *As mulheres e o rock 'n' roll*. Disponível em: <<http://www.mulheresnorock.pop.com.br/textos/mnr6.htm>>Acessado em: 02/10/2006.

SCARINCI, Silvana Ruffier. SAFO NOVELLA: a voz da poeta grega reapropriada por Bárbara Strozzi (Veneza, 1619 – 1677). In: SIMPÓSIO DE PESQUISA EM MÚSICA 3, *Anais*. DeArtes UFPR, Curitiba, 2006, p.13-20.

SILVA, Helena Lopes da. *Música no Espaço Escolar e a Construção da Identidade de Gênero: um estudo de caso*. 210p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Música. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SMALL, Cristopher. *Musica, sociedad, educación*. Madrid: Alianza, 1989.

STIVAL, Silvana Beeck. *Chiquinha Gonzaga em Forrobo*. Dissertação (Mestrado).

Programa de Pós-Graduação em Letras/Literatura Brasileira do Centro de Comunicação e Expressão. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

VEIGA, Ana Maria. Mulheres em Rádio e Revista: Imagens Femininas na Época de Ouro da Música (Rio de Janeiro 1930/1945) 216p. In: *1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores*, 2006, p.32-63.

WALSER, Robert. *Running with the Devil: power, gender, and madness in heavy metal music*. Middletown: Wesleyan University Press, 1993.

WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1):216, jan-abr, 2005, p. 107-126.

WATERMAN, Ellen. Cassandra's Dream Song: A Literary Feminist Perspective. In: *Perspectives of New Music*, vol. 32, Number 2 (Summer 1994).



Participação Política e as Relações de Gênero: o caso do orçamento participativo de Belo Horizonte

Uriella Coelho Ribeiro – Universidade Federal de Minas Gerais

Orientadora – Prof.^a Marlise Miriam Matos

Introdução

Desde a década de 1970, num movimento crescente e consistente de pressão social rumo ao processo de democratização da política brasileira, o Brasil vivencia um amplo crescimento nos diversos arranjos e mecanismos de participação popular¹. Tal fenômeno certamente se consolida com a intensa participação de setores populares e civis que apoiaram de forma sistemática (a exemplo do movimento feminista) a nova Constituição de 1988. A partir de então, o que se tem constatado no Brasil, é a discussão, proposição, implantação e implementação de diversos arranjos e mecanismos de participação popular. Este crescimento da participação é sustentado pela aposta na sua potencialidade inclusiva e, portanto, no seu impulso à consolidação democrática no Brasil. Porém, estes arranjos tendem a reproduzir desigualdades mais amplas presentes na estrutura social, porque, segundo Avritzer, o “associativismo se organiza obedecendo a padrões de desigualdade”¹. Partindo desta assertiva, cabe a este trabalho investigar como que, e se, as desigualdades de gênero presentes na estrutura social brasileira estão sendo reproduzidas nessas esferas políticas brasileiras a partir da experiência do Orçamento Participativo de Belo Horizonte (OP-BH).

Nossa discussão parte da constatação de que, em diversos Orçamentos Participativos (OPs), existe uma presença predominantemente feminina nas primeiras plenárias e uma ocupação majoritariamente masculina das posições de liderança na Comforça² do OP-BH e nos COPs (conselhos fiscalizadores) de outros OPs³. Neste sentido, já existem indícios de que as desigualdades de gênero podem estar sendo reproduzidas nestes espaços, ao passo que as mulheres não ocupam a ponta da pirâmide que estrutura as relações de poder como ocupam a base.

O nosso trabalho é guiado pelo princípio da paridade na participação (Fraser, 2001) que, por sua vez, requer arranjos sociais e institucionais que permitam uma interação mais simétrica entre membros: uma paridade de condições materiais e simbólicas. Ou seja, uma equitativa distribuição de recursos materiais e um compartilhamento de valores que promovam igualdade e respeito entre todos os membros participantes da esfera política em questão, no nosso caso, o OP-BH.

1 AVRITZER, Leonardo (s/d).

2 Comissão fiscalizadora do Orçamento Participativo de Belo Horizonte composta por membros da sociedade civil que acompanham a execução das obras votadas no OP.

3 Como exemplo, podemos citar o caso do OP de Porto Alegre, Recife e Suzano-SP.

Apontamos como hipótese a não consumação dessas condições materiais e simbólicas dentro destes espaços participativos. Acreditamos que não exista uma paridade na participação (que não se trata de uma questão numérica), e sim um déficit, porque as mulheres estão desprovidas de recursos materiais que uma participação efetiva requer, além desses espaços não apresentarem uma garantia de efetiva igualdade de oportunidades a todos os participantes ao compartilhar um conjunto de valores que não localizam o feminino como sinônimo de político.

Partindo dessa hipótese, nosso trabalho objetiva investigar as relações de gênero dentro do Orçamento Participativo de Belo Horizonte a partir da nossa observação participante no processo que se desenvolveu no OP-BH referente ao biênio 2007/2008 (que iniciou no dia 08/05/2006 e terminou no dia 15/12/2006); da análise de documentos e informações em material de divulgação da Prefeitura de Belo Horizonte e em seu próprio sítio. Especialmente este trabalho se dedica à análise das entrevistas realizadas com mulheres delegadas⁴ e membros da Comforça⁴ do OP-BH.

Uma breve retomada da literatura sobre a participação:

Qual é o espaço dado à temática de gênero?

As nossas primeiras buscas focaram a literatura sobre a participação a procura de discussões sobre as relações de gênero nos espaços participativos. Encontramos trabalhos diversos que discutiam sobre as desigualdades sociais e como estas impactam a participação política dos indivíduos. Segundo Archon Fung (2004), por exemplo, a participação política de um indivíduo é determinada por condições sociais. Para o autor, “aqueles que tomam conhecimento da oportunidade e dispõem dos recursos, interesses e tempo participam”. Tipicamente, os que comparecem são os que “possuem melhores condições de vida – ricos, instruídos, profissionais (...)”. Praticamente todas as formas de participação exibem padrões de participação que favorecem pessoas de *status* elevado, e as formas mais exigentes tendem a exacerbar esse viés” (Fung, 2004, p. 178).

Neste mesmo sentido, segundo Santana (2006), Pizzorno propõe que quanto mais alta for a posição social do indivíduo, maior é a participação política deste; “segundo o autor, a posição social pode ser medida de diversas maneiras, a saber: por sua posição profissional, seu grau de instrução, seu nível de consumo; ou por algum índice composto por essas três variáveis” (Santana, 2006, p. 61). Como outro exemplo,

4 Delegada ou delegado é a nome dado à pessoa eleita para participar das duas últimas fases do OP-BH (Caravana de Prioridades e Fórum Final) em que se definem as obras que serão contempladas naquele ano. Membro da Comforça é uma pessoa eleita no Fórum Final que acompanha a execução de todas as obras contempladas no OP-BH. Geralmente, a proporção é de 1 delegado eleito para cada 10 participantes e um membro da Comforça eleito para cada 10 delegad@s.

podemos citar Robert Dahl (1997) que aponta como a desigualdade perpassa as experiências democráticas conhecidas. Segundo o autor, as desigualdades entre os indivíduos passam pela assimétrica distribuição de recursos políticos como o tempo, dinheiro, educação, informação, entre outros. Desta maneira, os “recursos políticos são fortemente cumulativos”, tendendo os “recursos chaves” (renda, riqueza e status) a se concentrarem nas mãos dos mesmos atores, sendo as pessoas que têm mais renda, as que provavelmente terão mais riquezas e mais status (Dahl, 1997, p.92). Para o autor, estes recursos chaves, recursos do campo societal, são reproduzidos no campo da política enquanto recursos políticos que facilitam ou dificultam a participação dos indivíduos no sistema.

Um rápido retrospecto dessas desigualdades sociais mais consideradas nos estudos sobre a participação nos mostra que as desigualdades mais reconhecidas e tratadas são aquelas ligadas à renda e à ocupação, as que são entendidas como os principais componentes do *status* social. Porém, podemos afirmar com veemência que, nestes trabalhos, as desigualdades de gênero têm passado despercebidas ou têm sido mencionadas de forma muito sutil. Não só as de gênero, como as desigualdades relacionadas à raça, à orientação sexual, à orientação religiosa e cultural, entre outras.

Diante deste panorama, não podemos deixar de mencionar que fatores reconhecidos como compositores do *status* social, como, por exemplo, renda, ocupação profissional e escolaridade são transversais e transversalizados por gênero. Por exemplo, com base na PNAD (1995), podemos afirmar que: as relações de trabalho das mulheres são pouco formalizadas; a mulher tende a ocupar os empregos que não exigem maiores qualificações, como atividades agrícolas (25%) e prestação de serviços (25%); para as mulheres brasileiras, os empregos são os de menores status: trabalhadora agrícola, empregada doméstica, operária não qualificada, balconista etc. Segundo a ONU, as mulheres executam 2/3 do trabalho mundial, recebem apenas 1/3 dos salários mundiais, e compõem 70% dos miseráveis (Santana, 2006).

Diante destes poucos dados, porém eloqüentes, já podemos afirmar que a influência das variáveis como renda, ocupação e status social se comporta de forma diferenciada para mulheres e homens. Precisamos compreender que gênero é transversal a todas essas outras variáveis. Joan Scott (1990) nos ajuda a perceber esta transversalidade ao propor gênero como um “meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (Scott, 1990, p. 16). A autora propõe gênero como uma dimensão da organização das igualdades e desigualdades sociais. Mais do que isso, para ela, gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder é concebido, legitimado e questionado, como uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Para Scott, “os conceitos de gênero estruturam a percepção (...) simbólica de toda a vida social, [proporcionando um] controle ou um acesso diferenciado às fontes materiais e simbólicas” da construção do poder (Scott, 1990, p. 16).

A omissão do gênero nessas análises ofusca importantes aspectos que nós precisamos compreender. Como, por exemplo, não perceber se (e como que) desigualdades sociais de gênero se reproduzem dentro da estrutura dos espaços participativos é não perceber uma possível dissonância entre as mulheres e a cidadania. Segundo Fraser (1987), a própria idéia de cidadania é um conceito político dotado de gênero. Para ela, o gênero, a política e a economia política são fatores estritamente interligados; e a identidade de gênero estrutura o trabalho remunerado, a administração estatal e a participação política. Ou seja, uma análise crítica sobre a dimensão participativa (mais ou menos inclusiva) da democracia deve expandir seu olhar e pensar como as características sociais dos indivíduos (posição social, renda, ocupação etc.) são compostas em conjunto com o gênero.

☞ O Orçamento Participativo de Belo Horizonte

Num segundo momento, a nossa investigação focou o OP-BH – o projeto político em que este está envolto seus objetivos, prerrogativas e prioridades. As nossas análises de documentos diversos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) apontaram que o OP-BH, desde a sua idealização, busca a reestruturação do espaço urbano da cidade e segue a lógica da inversão de prioridades territorial. A Prefeitura de Belo Horizonte, através do OP, tem organizado a cidade por meio de um planejamento geral que leva em conta critérios técnicos e de definição de prioridades. Para atingir a meta de inversão de prioridades, de redução da pobreza, o OP-BH tem se constituído em um programa de urbanização que tem: 1) priorizado as áreas mais carentes através da distribuição de recursos de acordo com o IQVU (Índice de Qualidade de Vida Urbana); 2) desconcentrado empreendimentos ao fixar limites de obras por bairros (uma por cada) e pela criação das Unidades de Planejamento (UP) especiais; 3) adotado áreas como prioritárias para a inclusão urbana e social; 4) priorizado empreendimentos de acordo com diretrizes de planejamento de secretarias municipais temáticas; 5) operado junto a projetos executivos elaborados e acompanhados pela população⁵.

A Prefeitura de Belo Horizonte, através do OP-BH, tem apostado na integração urbana física como um processo de inclusão social. E é assim que têm se configurado os empreendimentos realizados ao longo dos 14 anos de OP. A maioria das obras realizadas era as de infra-estrutura (41,72%) e as de urbanização de vilas e favelas (26,01%)⁵. Além disso, estas obras têm atingido as áreas mais carentes de Belo Horizonte. Um estudo da URB-AL indica que 54 % da população mais pobre de BH – o grupo que tem uma renda mensal do responsável pela família inferior a 87, 7 dólares (entre 0 e 0,5 salários mínimos) – está a menos de 200 metros de uma obra do OP; 51% dos que tem o chefe de família com uma renda entre 0,5 e 1 salário mínimo, também estão a menos de 200 metros de uma obra do OP⁶. Os resultados demonstrados por este estudo, nos dizem

5 URBAL, 2007a.

6 URBAL, 2007^a. Salário mínimo de referência 350 reais.

que as obras do OP-BH (de 1996 até 2006) estão próximas de famílias com níveis de renda mais baixos, o que demonstra a pertinência social do OP.

Por outro lado, de acordo com as metas e os resultados divulgados pela PBH, podemos inferir que a PBH não tem demonstrado preocupação com a dimensão participativa e inclusiva do OP de outros segmentos excluídos socialmente que não sejam os de classe mais baixa⁷. Como a nossa preocupação central são as relações de gênero, identificamos também que os órgãos municipais que tratam das questões de gênero no município, como a Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por exemplo, não têm penetração oficial na coordenação, na projeção e nem na avaliação do OP-BH. Neste sentido, a nossa investigação aponta que o OP-BH tem se configurado em um espaço que, de antemão, não está “aberto” a uma discussão sobre as relações de gênero e que tem priorizado discussões sobre o (re)ordenamento do espaço urbano da cidade como ponto de partida para a inclusão social. Até então, as relações de gênero não têm sido consideradas como questões de relevância e de impacto social pela PBH quando se trata do OP.

As Mulheres no Orçamento Participativo de Belo Horizonte

*Limites e Potencialidades para uma participação paritária
entre Mulheres e Homens.*

É possível afirmar que o Orçamento Participativo de Belo Horizonte é feito na presença das mulheres. Apontamos a presença para contrapor à “política na ausência das mulheres” (Matos, 2007) que ocorre nas nossas instituições políticas brasileiras⁸. Estas mulheres estão presentes numericamente no OP-BH, como também são agentes no processo como um todo. É importante destacar a observação de que há presença feminina nos momentos de tomada de palavra nas assembléias durante todas as fases do OP, desde a primeira rodada até as reuniões da Comforça. Muitas mulheres que participam do Orçamento Participativo são líderes nas suas comunidades, são as mobilizadoras das moradoras e moradores do seu bairro, assim como são a referência para estes que lá vão participar. Estas mulheres também são ativas e personagens centrais nas negociações, nas articulações no momento de busca de aliados para a aprovação de suas obras. Elas não só estão conversando com mulheres e homens, como estão trazendo idéias para a sensibilização de outros participantes na exposição de cartazes, fotos, documentos como atas ou estudos e laudos técnicos nas assembléias.

7 Esta preocupação focada na desigualdade econômica fica evidente na medida em que os resultados divulgados pela PBH medem o impacto do OP a partir da renda dos indivíduos ou famílias e não por outras informações sobre o perfil social como, por exemplo, o sexo.

8 Segundo informações coletadas no âmbito da pesquisa “A Política na Ausência das Mulheres”, que está sendo realizada no DCP e NEPEM da UFMG, nos anos de 2007 e 2008, no Brasil, ao longo de 70 anos (1932 – 2002), a representação feminina girou em torno de 1% a 8%. Mesmo as mulheres representando 51,3% da população brasileira, 42,7% da população economicamente ativa e 51,2% do eleitorado nacional.

Ou seja, estas mulheres são agentes na deliberação ao argumentarem e contra-argumentarem no processo de discussão e de tomada de decisão. Apontamos, que neste cenário de disputa política, as mulheres estão presentes assim como os homens e que juntos são peças fundamentais na discussão sobre o orçamento público de Belo Horizonte.

Porém, esta presença ativa de algumas mulheres não é um indicativo para a negação da nossa hipótese de trabalho. Esta presença enérgica feminina está dentro de um contexto em que participar é um constante desafio enfrentado, como afirmado nos depoimentos, por algumas mulheres. No que tange aos recursos materiais, encontramos alguns desafios a serem superados pelas mulheres que participam do OP-BH. Uma pesquisa feita pela Prefeitura de Belo Horizonte sobre as(os) delegadas(os) que participaram da Caravana de Prioridades e do Fórum Final do biênio 2007-2008 demonstrou que a renda das pessoas entrevistadas se concentra em torno de 1 SM (17%), 1 a 2 SM (28%) e 2 a 3 SM (16%), somando 61% os que têm a renda entre 1 e 3 SM⁹. Algumas das mulheres entrevistadas para esta pesquisa correspondem a este perfil. Estas apontaram em suas falas a falta de dinheiro para “pegar” ônibus e freqüentar as reuniões, que não são esporádicas, como uma dificuldade para participar. Aparentemente, a falta de dinheiro se apresenta como uma dificuldade que não é intrínseca a um determinado sexo, mas às classes baixas de Belo Horizonte que compõem o maior público do OP. Mas esta é ainda uma questão a ser melhor investigada.

Quando pensamos na disponibilidade de tempo para participar, as mulheres apontam uma dificuldade bem específica. Elas relatam as duplas, triplas, quádruplas jornadas de trabalho: cuidar do marido, dos filhos, dos agregados, da casa, trabalhar fora de casa (sendo, algumas delas, as únicas provedoras da renda do lar ou contribuinte significativa para tal), participar da associação do bairro, do OP e de outras atividades da Prefeitura etc. O acúmulo de tarefas ocorre na medida em que as mulheres passam a ocupar os espaços extra domésticos sem que os homens venham a participar das atividades do lar. Olhando para o cenário nacional, esta questão se repete. A fundação Perseu Abramo (2004) aponta que 96% das mulheres são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos em geral, sendo que 45% dessas mesmas mulheres também trabalham para sustentar a família. Uma entrevistada nos disse que as mulheres são “compromissadas”, ou seja, têm muitos compromissos, e conciliá-los com a participação na Comforça é mais um desafio.

Estas mulheres entrevistadas não costumam declarar a falta de dinheiro e de tempo como um empecilho definitivo à participação feminina, mas dizem que é mais uma dificuldade que vem sendo superada. Quando convidadas a falar sobre as dificuldades enfrentadas, as respostas são variadas, mas sempre se destaca nas falas certo tom de superação ao relatarem a criação de estratégias múltiplas para viabilidade da sua participação. Por exemplo, uma entrevistada nos contou que decidiu ser cobradora

9 Salário mínimo de referência é 350 reais.

de ônibus porque esta profissão lhe dava o direito a andar de ônibus de graça, o que possibilitava uma presença mais freqüente desta nas reuniões do OP e em outros eventos da PBH. Outra entrevistada apontou a necessidade de ter um trabalho que não exigisse horário integral para que ela pudesse acompanhar mais de perto as obras e participar mais das atividades do OP.

Porém, durante o nosso trabalho de observação e de participação indireta no processo do OP, foram evidenciados casos em que estas questões não se apresentaram como superadas pelas mulheres em geral. Por exemplo, uma mãe não tinha condições de esperar a hora da votação porque tinha que voltar para casa para amamentar. Outra deixou a Caravana e perdeu o direito ao voto no Fórum Final porque estava com uma criança pequena e viu que não teria condições de prosseguir. Outras pediam para que a reunião não se prolongasse mais, porque tinham filhos e marido em casa esperando por elas. Um grupo de amigas, quando questionadas por que não se candidataram para delegadas, assim como uma das companheiras respondeu que a que se candidatou era a única que podia ser delegada porque não tinha filho pequeno. Outras apontam o ingresso no OP como coincidente com a morte do marido e a emancipação dos filhos, o que acarretou numa diminuição drástica nas tarefas domésticas. Podemos notar a distribuição desigual do tempo e as duplas jornadas como um dos entraves que as mulheres encontram para exercer uma participação efetiva no OP-BH nesta próxima fala:

Eu acho que, de uma certa forma, a gente ainda tem um país assim meio machista. O homem encontra mais facilidades. A mulher encontra mais dificuldades para participar pelo fato dela ser mãe, dela ser dona de casa, dela ter que trabalhar fora. Ela sustenta a sua família muito mais do que o homem sustenta. Ela é compromissada. A mulher é cheia de compromissos. Mesmo tendo toda as qualidades, ela encontra dificuldades para ter uma participação ainda mais efetiva do que já é, do que ela deveria ser.

Um recente trabalho realizado por Luciano Fedozzi (2007) aponta que as mulheres que participam são as que se encontram independentes dos laços matrimoniais: as solteiras, viúvas e separadas. Dos Delegados que já foram eleitos no Orçamento Participativo de Porto Alegre (OP-POA), as mulheres representam 62% dos solteiros; 81,3% dos viúvos; 65% dos separados. Segundo o autor, as mulheres casadas e que não contam com trabalhadores domésticos enfrentam dificuldades para participar do OP-POA por causa da dupla jornada e da relação patriarcal que determina que o homem representa a família na vida pública (Fedozzi, 2007, p. 16).

Neste sentido, observamos que “poder participar” não é resultado de uma revisão das relações sociais entre homens e mulheres dentro do próprio OP-BH e, em especial, das relações familiares. Revisão esta que resultaria em uma diminuição nas tarefas

femininas e, assim, proporcionaria a existência de mais tempo disponível para as mulheres poderem participar. Mesmo as que alegaram a “superação” das dificuldades, relataram o acúmulo de tarefas, apontaram em suas falas que a solução era estar a todo o tempo trabalhando dentro ou fora de casa e/ou para a comunidade na sua atuação como delegada. As falas relatam a substituição nas tarefas do lar de uma mulher por outra – a mãe, a filha, a amiga, a vizinha, a cunhada etc. – para que as mulheres possam participar mais do OP e de outras atividades políticas. Podemos perceber, de forma preliminar, que as condições da vida privada penetram no contexto público e político do espaço em questão. O acúmulo de tarefas na esfera privada e econômica se apresenta como condicionante à participação feminina nos espaços participativos. Para as mulheres, os afazeres domésticos acumulados com os trabalhos remunerados, o cuidado com os filhos, marido e agregados, são apresentados como limites à participação. Neste sentido, vale afirmar que, apesar de existir uma entrada maior de mulheres nestes espaços participativos, ainda torna-se necessária a consumação de requisitos para a emancipação feminina, para que possamos atingir a igualdade no exercício da cidadania (Fedozzi, 2007, p. 16).

Quando se trata das questões subjetivas, dos valores compartilhados¹⁰ nesse espaço, podemos apontar a existência de um conjunto de valores que depreciam, de alguma forma, a imagem feminina ao tratar as mulheres como emotivas em excesso, pessoas que se deixam levar pela emoção e não pela razão. Esta imagem do feminino pode afastar as mulheres da participação política, do processo de tomada de decisão, das posições de poder e liderança. No caso do OP-BH a subjetividade se apresenta com um caráter dual. Nas entrevistas com as participantes, em conversas informais com os homens que participam e com representantes da Prefeitura (gerentes das regionais, ou funcionários da coordenação da participação popular), as concepções que apareciam nas falas sobre o que é o feminino, a mulher e a participação da mulher nesse espaço, estavam sempre associando as mulheres ao cuidado, à bondade, à paciência, à maternidade, à administração do lar e da família, entre outros aspectos. Estes atributos, considerados tipicamente femininos, eram sempre associados de forma positiva com o que consideravam uma boa (ou efetiva) participação dentro do OP-BH. Esta associação positiva parece estar relacionada com o fato dos participantes entenderem a vila ou o bairro como uma extensão de suas casas. A mulher sabe o que seu lar, filhos e marido precisam e, por conseguinte, seria também ela que melhor saberia o que o bairro e seus moradores precisariam, como relatado nesta próxima fala:

A participação [no OP-BH] das mulheres é melhor, porque as mulheres cuidam do Orçamento Participativo como se elas

10 Identificamos este conjunto de valores compartilhados dentro do OP a partir das falas das próprias mulheres entrevistadas e em conversas informais com homens participantes do OP quando o assunto era a participação política de mulheres e homens ou sobre os comportamentos tipicamente considerados femininos ou masculinos na nossa sociedade.

cuidassem de sua própria casa. É um dever de casa, é um dever de lavar, passar, cozinhar. No Orçamento Participativo é exatamente isso que a gente faz. Porque organizar um beco é como se tivesse que trocar o piso da minha casa. Por exemplo, eu estou sem piso aqui até hoje. Como se eu fosse colocar uma cerâmica aqui no chão, é a urbanização da vila. Como eu quero a minha casa bonita, eu quero a vila também bonita. [...] As mulheres são assim. Principalmente eu, eu sonho dentro da minha casa, eu sonho lá fora também.

A mulher é, então, considerada freqüentemente como uma pessoa “maternal”, e reporta-se ao cuidado como uma característica intrínseca a ela. O cuidado é visto como uma qualidade positiva, na medida em que os participantes percebem o OP-BH como um ambiente solidário. Os participantes costumam associar a participação no OP com a busca do bem comum, com o fazer bem a comunidade, não evidenciando (sem negar) o caráter de disputa e ênfatizando o potencial de agregação de forças, de solidariedade, de comunitarismo. Se a subjetividade que paira o OP-BH é uma potencialidade para o ingresso das mulheres neste espaço, ela é, ou pode se tornar, ao mesmo tempo, um fator limitador para a participação feminina caso a instância política não mais seja sinônimo do doméstico, do lar, do familiar, comunitário etc. Talvez seja esse um dos motivos que causa uma reviravolta numérica quando comparamos o número de mulheres nas plenárias e na Comforça (espaço de poder e liderança). Podemos dizer que essa subjetividade restringe a participação feminina à esfera do cuidado, retirando a mulher do espaço associado com o poder, a razão e a decisão.

O caráter dual da ideologia que paira no OP nos leva a supor que, mesmo da perspectiva das próprias mulheres que participam, a idéia do feminino não está associada diretamente à política e ao poder. Somos levados a acreditar que as mulheres participam da vida social e política do OP-BH, porém, muitas vezes, elas não são vistas realmente como pares, como iguais. Porém, não podemos negar que o OP-BH tem um potencial para o ingresso feminino. Este potencial precisa ser explorado e desenvolvido. Mesmo que ainda persistam representações tradicionais a respeito das mulheres, não se pode deixar de evidenciar que algumas mulheres conseguiram criar espaço para as suas demandas, ter voz, mobilizar e, em especial, mudar o local onde moram e reinventar algumas relações dentro daquele próprio espaço. Porém, esta não é uma situação garantida para todas as mulheres.

Considerações finais

Nesse sentido, o nosso trabalho caminha em direção da confirmação da nossa hipótese de trabalho, ou seja, nesses espaços não existe ainda uma equitativa distribuição dos recursos materiais entre mulheres e homens, o que garantiria maior liberdade

e mais voz para os indivíduos que queiram participar; também não existem valores compartilhados, padrões culturais que permitam que mulheres e homens interajam, de fato, como parceiros, que promovam a capacidade desses participarem realmente como iguais na vida social. Estes indícios de uma não paridade participativa entre mulheres e homens no OP-BH nos fazem apostar na importância de um monitoramento sistemático a partir de informações concretas sobre quem é seu público participante do OP-BH. As informações sobre o perfil socioeconômico dos participantes do OP seriam o ponto de partida para uma investigação minuciosa sobre as potencialidades inclusivas deste espaço.

Outro ponto a ser investigado seria um detalhamento mais aprofundado sobre os tipos de demandas (e se elas existem) femininas e masculinas e, a partir desta diferenciação, se existe a inclusão dos dois tipos de demandas, ou se há a prevalência de alguma delas. Nosso trabalho não nos permite perceber se há ou não preferências diferenciadas para mulheres e homens neste espaço. Podemos apenas afirmar que o Orçamento Participativo de Belo Horizonte faz parte um projeto da administração pública da cidade que prioriza a (re)estruturação territorial do município como ponto de partida para a inclusão social. Mais do que isso, é visível que esse projeto político está estritamente interligado com as necessidades do público participante do OP-BH, as quais estão arraigadas no plano material. Os participantes do OP-BH compartilham a pobreza material e uma invisibilidade da sua existência ao longo do tempo, ao passo que estes estiveram fora do planejamento da cidade e não tinham acesso à infra-estrutura que a administração do município oferecia para seus cidadãos. Podemos afirmar que o compromisso da administração local é, prioritariamente, com a inversão de prioridades em termos territoriais, reverter o destino dos investimentos que, tradicionalmente, não chegavam aos bairros pobres, vilas e favelas de Belo Horizonte¹¹. As mudanças, na ordem das prioridades, em termos políticos (dar prioridade as demandas dos segmentos que antes não tinham voz e nem poder de decisão sobre o orçamento público do município), foram entendidas pela Prefeitura a partir da exclusão econômica desconexa de outros tipos de marcadores – como gênero, raça, geração, orientação sexual etc.

De qualquer forma, acompanhar mulheres e homens na busca por melhorias em seus bairros, durante todo o OP 2007/2008, nos permitiu perceber que outras discussões que não tratassem especificamente das necessidades materiais vivenciadas pelas comunidades não tinham espaço no debate do OP. Por mais que sejamos levados a perceber que o nosso trabalho de pesquisa é um indicativo da necessidade de maior monitoramento e questionamento sobre o potencial inclusivo do OP-BH, nossa investigação já nos dá pistas sobre o potencial inclusivo, maior ou menor, deste espaço. As nossas informações centrais – um custo diferenciado para participar politicamente entre mulheres e homens; a existência de valores compartilhados que não associam

11 URB-AL 2007b.

as mulheres ao poder e à política; o fato do OP ser um espaço que tem demonstrado pouca abertura para outras discussões que também atravessam as questões matéricas, mas que não se restringem apenas a ela, como é o caso da temática de gênero – já nos advertem sobre os limites dentro do OP-BH para a participação feminina.

A confirmação da nossa hipótese só é possível, na medida em que entendemos que a paridade participativa pressupõe um reconhecimento de todos (mulheres e homens) enquanto pares, enquanto possuidores de um *status* social equitativo. Mais do que isso, as questões levantadas por esta monografia nos mostram que participar ou não, se reconhecer e ser reconhecido enquanto parceiro dentro do OP-BH, não faz parte de uma “engenharia da consciência”¹² (Fraser, 2001). Os fatores que potencializam, ou não, a face inclusiva de um espaço participativo operam na dimensão societal. Ou seja, existem possibilidades e limites para uma participação na vida social, e estes passam por arranjos sociais e institucionais de gênero ou generificados que permitem ou não uma participação paritária. Para se pensar em uma paridade de participação no OP-BH, precisamos incluir os membros da sociedade no processo de deliberação e debate, fazendo com que haja de fato a presença de mulheres e homens, sendo as maneiras destes agirem e pensarem (maneiras conhecidas social e culturalmente como propriamente femininas ou masculinas) respeitadas e reconhecidas. Uma paridade não numérica, mas uma paridade efetiva de condições pode ser um ponto de partida para uma reflexão sobre o reconhecimento dos participantes enquanto pares neste processo de democratização do Estado. Uma potencialidade para se ter uma visão mais crítica do que seria uma ampliação da democracia.

✎ REFERÊNCIAS

_____. *Sociedade Civil e participação Social no Brasil*. Texto preparado para a coordenação da área social do projeto Brasil em Três Tempos. Texto disponível no sítio <http://www.democraciaparticipativa.org/files/AvritzerSociedadeCivilParticipacaoBrasil.pdf> acessado no dia 28 de março de 2006.

DAHL, Robert A., Poliarquia: *Participação e Oposição*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp. [1972] (1997)

FEDOZZI, Luciano. Participação nos Governos Locais do Brasil Contemporâneo. In: *Cadernos Flem VIII – Gestão Pública e Participação* (S/D). Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia de 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasi: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS ISSN 736

12 Fraser (2001) utiliza o termo “engenharia da consciência” para fazer referência ao modelo da identidade de Axel Honneth. Para ela, o fato do autor entender o não reconhecimento como um dano à identidade, faz com que se evidencie a estrutura psíquica em detrimento das instituições sociais e da interação social. Para Fraser, o autor arrisca substituir a dinâmica das mudanças sociais por mecanismos da consciência.

_____. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre – análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas*. Porto Alegre: Tomo Editora, 2007.

FRASER, Nancy. O que é crítico na teoria crítica? O Argumento de Habermas e Gênero”. IN: BENHABIB, Sheila e CORNELL, Drucilla, *Feminismo Como Crítica da Modernidade*. Editora: RCB 1987.

_____. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org). *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

_____. *Recognition without ethics? Theory, Culture & Society*. Londres / Thousand Oaks / New Delhi, v. 18 (2-3): 21-42, 2001.

Fundação Perseu Abramo. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. Editora Fundação Perseu Abramo, SP: 2004.

FUNG, Achon, Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas conseqüências. In: COELHO, Vera Schattan P; NOBRE, Marcos. *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Cadernos de Metodologia do Orçamento Participativo de Belo horizonte 2007-2008

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Cadernos de Diretrizes do Orçamento Participativo de Belo horizonte 2007-2008.

Prefeitura de Belo Horizonte, SM de Planejamento, Orçamento e Informação/ S.M. Adjunta de Planejamento /Coordenação da Participação Popular / Pesquisa desenvolvida com os delegados do OP 2003/2004, entre março a dezembro de 2002 / Documento interno.

Prefeitura de Belo Horizonte, SM de Planejamento, Orçamento e Informação/ S.M. Adjunta de Planejamento /Coordenação da Participação Popular / Pesquisa desenvolvida com os delegados do OP 2007/2008, entre março a dezembro de 2007 / Documento interno.

SANTANA, Mônica Cristina Muito Trabalho, pouco poder: participação feminina mitigada nos assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: GROSSI, Miriam P. e SCHWADE, Elisete (orgs.). *Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 47-70.

URB-AL “*Instrumentos de Articulação entre Planejamento e Orçamento Participativo*”. 2007a.

URB-AL *Instrumentos de Articulación entre Presupuesto Participativo y Ordenamiento Territorial. Una síntesis basada en las experiencias de Arici (Itália). Belo Horizonte y Guarulhos (Brasil); Bella Vista (Argentina y Córdoba (España)*. 2007b.

Menção Honrosa

Um Estudo Exploratório sobre o Turismo Sexual na Cidade de Salvador, através da visão dos facilitadores dessa prática.

Daphne Oliveira Soares – Universidade Federal da Bahia

Orientadora – Prof^{fa} Ilka Bichara

INTRODUÇÃO

Este trabalho se refere a um estudo do turismo sexual na cidade de Salvador. Nas últimas décadas, a Bahia vem se tornando um dos principais pólos turísticos devido às suas belas praias, ao carnaval, à riqueza do seu patrimônio histórico e mais especificamente às suas belas mulheres. A prática do turismo é fundamental para a cidade de Salvador, e como sinalizam Dias Filho e Sardenberg (1998), o governo baiano tem investido maciçamente nesta área e aposta em seu constante sucesso, principalmente para a economia do estado.

Salvador se configura como uma das principais cidades turísticas do país. A grande questão é que, como indicam os autores supracitados, além do turismo, está crescendo outra modalidade: o turismo sexual. E desta forma, as mulheres baianas estão cada vez mais imersas na rota não só da prática do turismo sexual, como do tráfico de mulheres. Na prática do turismo sexual estão envolvidos, além das mulheres e dos turistas estrangeiros, os chamados “facilitadores”. Estes atuam como ponte entre as mulheres e os turistas. Os facilitadores são os responsáveis por essa mediação, promovendo encontros, dando acesso a pousadas e conduzindo os envolvidos aos locais desejados. São exemplos destes: taxistas, garçons, ambulantes, barraqueiros de praia, meninos de rua, lojistas, etc.

O turismo sexual e o tráfico de mulheres são um problema real da sociedade soteropolitana, porém ainda não possuem tanta visibilidade. A clandestinidade desta prática dificulta ainda mais os estudos direcionados para este tema. Dentre os estudos até então produzidos no país, temos os da pesquisadora da Unicamp, Adriana Piscitelli, que realizou sua pesquisa com meninas de Fortaleza e os estudos do professor Antônio Jonas Dias Filho, professor da Universidade Estadual da Bahia, que estudou o turismo sexual em Salvador.

Diante da escassez de produção acadêmica sobre o tema, o presente trabalho configurou-se como exploratório. Por meio desta linha de pesquisa, se propôs a investigar o contexto do turismo sexual na cidade de Salvador a partir da perspectiva dos facilitadores desta prática, buscando particularmente caracterizar as mulheres envolvidas neste contexto.

☞ O turismo Sexual

O turismo sexual pode ser entendido pelo deslocamento de homens estrangeiros para o Brasil com a intenção de procurar mulheres para a realização de suas fantasias sexuais (GUIMARÃES, 2003). Este contato com mulheres locais possui a vantagem de uma estadia barata no país, devido ao não pagamento de guias turísticos ou serviços especializados para tal fim. O contato desejado não está relacionado com a prostituição, e sim com mulheres que possam servir de companhia durante o tempo em que os turistas permanecem no Brasil. Este fato é o que diferencia, segundo Guimarães (2003), o turismo sexual da prostituição, que possui outras características envolvidas. Conforme Dias Filho e Sardenberg (1998), o turismo sexual é caracterizado, mais especificamente, como um fenômeno que ocorre quando europeus, japoneses e norte-americanos saem de suas regiões, através de pacotes de viagens ou de forma independente, indo para lugares como a Tailândia, Filipinas, Américas Central e do Sul e África, buscando aventuras eróticas. Esses autores colocam que, além da busca destas aventuras, está envolvida também a atração destes turistas pela imagem de uma suposta submissão das mulheres do “Terceiro Mundo”, que representa para estes homens a possibilidade de um casamento com uma mulher submissa, prendada e ao mesmo tempo sensual.

Dados extraídos de estudos realizados pelo Centro Humanitário de Apoio à Mulher – CHAME (DIAS FILHO e SARDENBERG, 1998) - apontam que os turistas que predominam na prática em questão são caracterizados como heterossexuais, do sexo masculino, de 35 a 60 anos.

A prática do turismo sexual pode estar vinculada a uma questão de gênero, e no Brasil se relaciona com a imagem da mulher vista como “mercadoria”. Esta visão da mulher é fortemente influenciada pela nossa história, onde a mulher tem ocupado uma posição subordinada em relação aos homens, estando em situação de desvantagem em vários contextos. Além destes fatores, há também a vinculação da imagem da mulher brasileira ao objeto de desejo dos homens, o que também reforça a manutenção desta prática. Na última década, a Bahia passou a figurar entre os pontos mais procurados na rota do turismo sexual e, conseqüentemente, tornou-se um dos principais portos do tráfico de mulheres, principalmente negras e ‘mulatas’ que saem do país.

O Turismo Sexual é considerado, de acordo com Dias Filho e Sardenberg (1998), a porta de entrada para o tráfico de mulheres. É através de um sonho de morar fora, da possibilidade de mudança da qualidade de vida, que muitas mulheres aceitam e procuram este tipo de relação.

O tráfico de mulheres é entendido pelo *“deslocamento em massa de mulheres de uma cidade, região ou país para outros, com o intuito de engajá-las na prostituição. Não raro*

isso se dá forçosamente ou ao desconhecimento das próprias mulheres, muitas das quais acabam sendo submetidas a um regime de escravidão” (DIAS FILHO e SARDENBERG, 1998). Para esses estudiosos, o tráfico de mulheres está intimamente ligado ao turismo sexual, porém é uma prática mais antiga e geralmente ocorre nos grandes centros urbanos ou pólos turísticos, para áreas com grande concentração de homens.

O turismo sexual e o tráfico de mulheres mostram-se intimamente ligados. Como sinalizam estudos realizados em 1998 pelos autores referidos, é crescente o número de mulheres brasileiras no exterior que trabalham em cabarés ou casas ligadas ao mercado do sexo. Esses estudos mostram que dados coletados por organizações feministas na Suíça indicam que cerca de 40 % das dançarinas de cabarés deste país são brasileiras, além das mulheres que estão ilegais em países como Estados Unidos, nas cidades de Nova York, Boston, Los Angeles e Miami.

A análise de casos dá conta de que parcela considerável das brasileiras que ingressam no tráfico não praticava a prostituição no Brasil. Há histórias de universitárias ou até mesmo portadoras de curso superior, na sua maioria, jovens que por falta de emprego ou desiludidas com baixos salários aqui auferidos, sonhavam com “um passaporte para o primeiro mundo”, através da promessa de uma colocação no exterior ou de casamento com um turista com quem mantiveram um romance por aqui (DIAS FILHO e SARDENBERG, 1998).

Asaída da mulher para o exterior se inicia nos primeiros contatos que estas estabelecem com o “gringo” que vem para o seu país, à procura das aventuras sexuais. A migração feminina é considerada quando as mulheres são envolvidas emocionalmente para concordarem em viajar para o exterior. O que acontece é uma falta de conhecimento das condições que estas mulheres encontram quando chegam ao país de destino. Estas têm seus documentos apreendidos e, conseqüentemente, são impedidas de voltar ao país de origem (GUIMARÃES, 2003).

O envolvimento emocional é questionado pelo fato da migração ter sido feita por vontade da envolvida. Mas o que deve ser colocado em questão são as condições em que estas mulheres aceitaram, seja através de promessas irrecusáveis, seja pelo desconhecimento da situação que irão vivenciar nestes países, seja pela influência do contexto social em que estas estão inseridas.

As pessoas não conseguem distinguir a prostituição voluntária do tráfico humano. Existe uma diferença entre a prostituição voluntária e o tráfico de pessoas, que no caso envolve a migração feminina. A prostituição é a comercialização da prática sexual, ou o oferecimento de satisfação sexual em troca de vantagens monetárias ou favores. Para França (1994), o termo *prostituição*, deriva do latim *prosto*, que quer dizer “*estar às vistas, à espera de quem quer chegar ou estar exposto ao olhar público (...) é a prática sexual remunerada habitual e promíscua*”. Sendo assim, a prostituta é, essencialmente, “*uma mulher que aluga seu corpo para jogos sexuais sem amor*”.

No caso do turismo sexual, além da troca de favores, a mulher é levada por uma expectativa de melhoria das condições de vida, pelo sonho de morar no exterior, que teria como consequência uma mudança, para melhor, do contexto no qual está inserida. Porém, essa prática não necessariamente está relacionada com fatores unicamente sexuais e troca monetária. Diferentemente da prostituição, as mulheres além de oferecer conteúdos que estão na esfera afetiva, oferecem serviços de guias mostrando a cidade e acompanhando os turistas na sua visita.

Estudos realizados por Guimarães, em 2003, sinalizam que o turismo sexual ocorre mais intensamente no litoral do país, principalmente no litoral do nordeste. Esta prática é mais intensa nestas regiões, principalmente, pelo reforço das propagandas veiculadas no exterior, onde a mulher brasileira tem sua imagem intimamente relacionada à sensualidade, além da relação com as praias paradisíacas e o clima quente.

A imagem da mulher brasileira ultrapassa as barreiras históricas. A visão da mulher brasileira está intimamente relacionada à do Brasil colonial, onde as índias e as negras serviam sexualmente aos donos de terras e à nobreza estrangeira instalada no Brasil. A imagem da mulher brasileira foi, por muito tempo, e ainda hoje é veiculada desta maneira, através dos meios de comunicação (GUIMARÃES, 2003). Um grande exemplo são as obras do escritor Jorge Amado, onde estas trazem a figura feminina como sendo a mulher “de cama, mesa e banho”, a serviço do homem.

Assim, o conceito de gênero, a identidade feminina, a questão de raça, a identidade do Brasil e a imagem do país veiculada através dos meios de comunicação são base de discussão sobre a prática do turismo sexual, e serão discutidos mais profundamente ao longo da pesquisa.

A questão de gênero e a identidade feminina: Uma construção histórico-cultural

No presente trabalho, os estudos sobre gênero, sua conceituação e a dinâmica social envolvida contribuem para o entendimento das diferenças simbólicas desenvolvidas socialmente e que estão envolvidos não só na manutenção da prática do turismo sexual, como também proporcionam o entendimento deste processo.

Para uma melhor compreensão do estudo de gênero, é necessária a diferenciação deste dos aspectos sexuais. O sexo é a diferença física e anatômica entre homens e mulheres. “*O gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações*” (SORJ apud DIAS, 2003). O gênero é, então, influenciado pelos valores sociais, políticos, econômicos e culturais de uma determinada sociedade.

Não só construída socialmente, a definição de gênero relaciona este fenômeno a uma “*forma pioneira de significar as relações de poder*” (DIAS, 2003), quebrando também as idéias reducionistas e históricas dos estudos de gênero até então realizados. Partindo

do conceito de identidade, como uma dimensão histórica construída socialmente, em oposição ao caráter fixo e imutável dado a este conceito (TORRES, 2003), propõe-se o conceito de identidade de gênero para o melhor entendimento das questões que envolvem a prática do turismo sexual. Entender a construção desta identidade proporciona um melhor entendimento das relações que são mantidas entre estas mulheres com o turista estrangeiro.

A identidade de gênero é formada partindo da diferença sexual. Para Scott (1991, apud TORRES, 2003): *“gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”*. Portanto a identidade do indivíduo possui uma característica que é determinada pelo gênero, em que os comportamentos vão ser influenciados pelos papéis sociais que o homem e a mulher possuem no meio social. Em outras palavras, cada um se apropria da realidade simbólica e sócio-cultural a partir da interpretação que faz da diferença anatômica entre os sexos (SAFFIOT, 1992 apud TORRES, 2003).

No presente trabalho, será adotado o conceito de gênero ligado à construção histórica e cultural, em que as diferenças entre os sexos estão ligadas ao exercício de papéis específicos de cada indivíduo imerso em seu contexto social.

Os indivíduos, independentes de suas diferenças estruturais e biológicas, constroem um quadro de referência subjetivo, no qual ao homem são atribuídas a objetividade, a competitividade, a praticidade, determinação e inteligência e às mulheres são atribuídas características de submissão, fragilidade, além de objeto de satisfação sexual dos homens (TORRES, 2003).

Além da identidade de gênero, considera-se também a identidade feminina dentro da discussão sobre gênero, já que o fenômeno do turismo sexual está intrinsecamente ligado à questão da mulher.

A identidade feminina é o produto do entrelaçamento de fatores históricos e culturais, e pode ser entendida como o *“resultado da interação entre a consciência que uma pessoa tem de pertencer ao sexo feminino e as conseqüências sociais concretizadas nas relações com o outro”* (FAGUNDES, 2003). A construção dessa identidade está atrelada à assimilação de normas, valores e comportamentos, que juntos a compõem. A formação do ser mulher se dá em oposição ao ser homem e assenta-se, inicialmente, no que é expresso nos corpos físicos, evoluindo para relações e diferenciações mais complexas que envolvem poder e submissão.

Fagundes (2003) aponta que, na cultura ocidental, as garotas aprendem desde cedo a exercer funções associadas à maternidade, bem como desenvolvem características de personalidade historicamente vinculadas à imagem feminina – docilidade, emotividade e paciência. A raiz da identificação e conseqüente condição feminina, que caracteriza a mulher como submissa e dependente, evidenciam-se na desigualdade entre os gêneros

no âmbito das relações sociais. Estas relações historicamente construídas, e até hoje vigentes, caracterizam-se pela manutenção do poder do homem sobre a mulher, sobre a prole, sobre a propriedade, na esfera privada, expressando-se, principalmente, na esfera pública.

Com o surgimento da propriedade privada, os homens passam à situação de donos do poder, estabelecendo-se então a manutenção histórica da dominação patriarcal sobre a mulher. Esse poder, segundo Foucault (1985 apud FAGUNDES, 2003), pode estender-se ao campo simbólico uma vez que nem sempre pode ser percebido como uma forma explícita de dominação. O poder simbólico encontra-se estreitamente associado ao domínio do conhecimento, e esta realidade afeta profundamente a história das mulheres, uma vez que, desde o estabelecimento da clara equação entre poder e conhecimento, as mulheres foram alijadas desse processo.

Entende-se que as principais concepções a respeito dos papéis da mulher são aprendidas no âmbito familiar e muitas vezes reforçadas na escola, acrescentando-se também as contribuições da mídia que através de programas e comerciais reafirmam a dicotomia entre os gêneros.

As meninas vão aprendendo sentidos e significados, e exercitando um fazer estabelecido pela sociedade como eminentemente feminino, que se desenvolve, prevalentemente, na esfera da vida familiar, no âmbito do provado ou pré-político. (...) As meninas se tornam mulheres sob influências de toda a ordem que definem o seu papel na sociedade, desde as funções relacionadas à vida privada, àquelas exercidas no mundo público (ARENDDT, 1995 apud FAGUNDES, 2003).

A identidade feminina, portanto, se constrói no contato com o meio social, e está fortemente veiculada ao papel social representado pela mulher em seu contexto. Diante desta realidade, podemos afirmar a importância do entendimento da construção desta identidade para uma melhor visão da mulher inserida no turismo sexual. Além desse aspecto, outro fator importante a ser analisado é a influência da herança colonial e a questão da raça interagindo com a temática do turismo sexual. Fatores como veiculação da imagem brasileira no exterior e questões raciais têm suma importância para estudos nesse campo.

A Identidade Nacional: A herança colonial e a questão de raça

Para tratar do turismo sexual é imprescindível que se discuta sobre a identidade nacional. O turismo no Brasil está totalmente baseado na divulgação da identidade do país, ou seja, suas principais características atraem o turista estrangeiro. Esta

identidade acaba por definir-se a partir da interação das características ambientais, raciais, sociais e culturais do país. Desta forma, o mercado turístico utiliza propagandas que exaltam a identidade do país tanto no exterior quanto internamente, o que termina por favorecer a internalização desses modelos pelos próprios brasileiros.

A discussão da identidade brasileira se deu a partir das influências de algumas teorias que tentavam analisar a questão racial como uma relação homem /ambiente, em que se desconsideravam as características sócio-culturais: “... *clima e raça explicariam a natureza indolente do brasileiro (...), o lirismo dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada dos mulatos*” (ORTIZ, 1993 apud DIAS FILHO, 1998).

O Brasil é conhecido no exterior como um país de clima quente, convidativo e de belezas naturais, composto de um povo alegre, festeiro e cativante. Por muito tempo, esta imagem acabou por permear o imaginário dos estrangeiros, que por influência destas teorias vêem o povo a partir dessa relação entre natureza e raça.

Diante desta problemática, torna-se necessário fazer um resgate da dinâmica racial brasileira. Para Corrêa (1996), desde o período colonial, o Brasil se constituiu essencialmente a partir da miscigenação de raças, ou seja, mistura do branco, do negro e do índio, originando-se o mestiço. E, desta forma, o mestiço passou a ser o símbolo do povo brasileiro. A ele foram associadas algumas idéias originadas da união destas raças. As características do branco civilizado uniram-se com as características do negro primitivo e selvagem, acabando por produzir um outro “melhorado”, que era mais civilizado do que o negro, mais inteligente e dócil (TADEI, 2002).

O mestiço, por ser o símbolo dessa mistura racial, passou a ser idealizado de diversas formas. Aluísio de Azevedo em o “Cortiço” destaca a mulata como símbolo brasileiro, representando a abundância e sensualidade natural do Brasil:

“Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz do meio dia; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras (...) era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha, que feridas com seu azeite e fogo” (Aluísio de Azevedo, 1890).

De acordo com Dias Filho (1998), Gilberto Freyre também foi o responsável pela popularização do mito da mestiçagem e da democracia racial, além de ser o primeiro a destacar a questão da sexualidade ligada à raça e à identidade. Para ele, a identidade brasileira estaria intimamente relacionada à sensualidade e à mistura étnica. Em “Casa Grande e Senzala”, por exemplo, a figura da mulher negra estava relacionada à realização dos costumes domésticos e à sexualidade.

Na esfera do turismo sexual, estão presentes questões de raça e de gênero. Estas questões permeiam toda essa imagem construída da mulher no Brasil ao longo da história. Elas podem ser exemplificadas pela fascinação que o turista tem pela mulher afro-descendente. Nesse sentido, buscam aquelas mulheres com tons de pele diferentes das que eles encontram no seu país de origem – a mulher branca. Este desejo pela mulher afro-descendente encontra uma explicação na questão de que a mulher mulata brasileira carrega uma herança colonial muito forte que não foi, de certo modo, abandonada.

No período colonial, a negra era considerada como capaz de realizar os trabalhos braçais, domésticos, satisfazer as necessidades sexuais do senhor e reproduzir-se bastante, e além do que, já estava acostumada à submissão a um superior, ou seja, ao homem. Essa visão acaba por não ser totalmente esquecida e contribui para a construção da imagem da mulher que transmite sensualidade, sexualidade, submissão, beleza e malemolência, uma verdadeira “mulata tipo exportação”.

A propaganda desenvolvida pelo país para atrair o turismo para as regiões vincula-se, assim, à imagem festiva e das belezas naturais aqui presentes, sendo que

“um dos maiores símbolos dessa propaganda é a mulher, presente em quase todos os cartazes, vídeos e mensagens sobre o Brasil, veiculados dentro e fora do país (...). Na maior parte destas peças publicitárias, as mulheres mostradas são negras ou mulatas vestidas com trajes típicos, maiôs, biquínis ou fazendo top less, e os textos convidam as pessoas para ‘desfrutar as delícias’ da ‘terra da felicidade’ (DIAS FILHO, 1998).

Através de informações fornecidas por técnicos da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo – este órgão, ao iniciar na década de 80 sua política de propaganda, transmitindo a imagem anteriormente descrita tanto para turistas quanto para agenciadores nacionais e internacionais, foi o responsável pela consolidação do Brasil na rota do Turismo Sexual (DIAS FILHO e SARDENBERG, 1998).

Evidencia-se, assim, que dentro da temática do turismo sexual, a imagem do Brasil é muito relacionada com a figura feminina da mulata estereotipada como exótica e sensual. Ou seja, as características tanto ambientais quanto sociais se corporificam na imagem da mulher. A mulher brasileira passa a ser definida como a negra, a mulata ou a morena de “corpo tipo violão, bundinha empinada e cintura fina”, que canta e encanta, sendo tudo isso objeto de atração dos turistas (DIAS FILHO, 1998).

🔗 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

☛ Investigar o turismo sexual na cidade de Salvador, na Praia do Porto da Barra, a partir da perspectiva dos facilitadores envolvidos nesta prática.

Objetivos específicos:

☛ Caracterizar as mulheres envolvidas na prática do turismo sexual, a partir da perspectiva dos facilitadores: delinear os atributos físicos, as condições sociais; identificar as motivações que levaram à prática da atividade e os objetivos que desejam alcançar com tal prática; descrever o tipo de relacionamento com os estrangeiros e a relação destas com os facilitadores.

🔗 MÉTODO

A amostra da pesquisa se constituiu por cinco sujeitos:

- ☛ Sujeito 1 – homem, 20 anos, faz bicos com os turistas;
- ☛ Sujeito 2 – homem, 27 anos, guia turístico;
- ☛ Sujeito 3 – homem, 23 anos, estudante universitário;
- ☛ Sujeito 4 – homem, 32 anos, aluga quartos para temporada;
- ☛ Sujeito 5 – mulher, 30 anos, cabeleireira.

A técnica utilizada para a coleta dos dados foi a entrevista. O instrumento foi um roteiro semi-estruturado contendo 15 questões, com tópicos selecionados, seguindo uma ordem flexível às entrevistas, de acordo com o discurso dos sujeitos.

A análise dos dados foi feita de forma qualitativa, e para isso utilizou-se como referencial teórico a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, destacando a análise temática como método mais adequado ao tipo de pesquisa realizada.

Para a organização e formulação da análise, seguiram-se três etapas: realizou-se uma leitura flutuante, buscando-se retirar as primeiras impressões do material obtido; utilizou-se a regra da exaustividade, explorando todas as possibilidades em relação às informações contidas nas entrevistas; identificaram-se os temas, que são frases ou palavras carregadas de significado para a análise, estando esses temas transversais a todas as entrevistas.

🔗 RESULTADOS

Após a leitura flutuante de todas as entrevistas e aplicada a regra da exaustividade, foram selecionados alguns temas que atravessaram todos os questionários. Além

disso, durante esse percurso algumas perguntas referentes aos principais temas foram destacadas, principalmente, pelo fato destas se correlacionarem com os conteúdos encontrados na revisão da literatura e alcançarem os objetivos propostos como: investigar a prática do Turismo sexual e caracterizar as mulheres envolvidas a partir da perspectiva dos facilitadores.

Observa-se que, segundo os facilitadores, a mulher utiliza algumas estratégias para chamar a atenção dos estrangeiros como comportamentos de insinuação: *“Fica de biquinho tomando sol”; “Dá tchauzinho”; “Pisca o olho, sorri”*. Assim, para os facilitadores, os principais fatores motivacionais que envolvem as mulheres no Turismo Sexual estão relacionados ao foco de interesse nos estrangeiros. *“Só de elas saberem que é gringo, 80% garantido. Viu que não fala a língua, se interessam logo”*.

O dinheiro e os presentes que podem ser oferecidos pelos estrangeiros também fazem parte desses fatores de motivação: *“O turista tem mais dinheiro. O Brasil é um país difícil. As pessoas se ligam no dinheiro”; “Essas mulheres procuram uma melhor condição de vida”; “Elas não têm dinheiro. É uma forma rápido de consegui-lo. Além disso, mesmo que não consigam dinheiro, elas vão freqüentar lugares legais que não são do meio delas, podem ganhar presentes”*. Estes exemplos também se relacionam à motivação pela ascensão social, que também foi um aspecto encontrado nas entrevistas.

Segundo os facilitadores, outro fator que também chama a atenção dos estrangeiros sobre essas mulheres é a diferença física destas em relação ao padrão da cultura deles. No Brasil, as mulheres possuem um tipo físico diferente, que se caracteriza pela cor da pele (mistura das raças), o corpo – *“Morena, uma pessoa diferente daquela que está acostumado”; “As mulheres de lá não têm a sensualidade que a mulher daqui tem”; “A pele negra é o que eles levam logo em conta”*. Além disso, a imagem que o Brasil possui no exterior influencia muito na forma como os estrangeiros enxergam as mulheres: *“As mulheres daqui são muito conhecidas lá fora pelas suas qualidades de corpo”; “A fama do Brasil em relação ao turismo sexual”, “A imagem do Brasil é só mulher. Eles pensam no Brasil, pensam em mulher”*.

Os facilitadores também falaram de como o estrangeiro se comporta para atrair essas mulheres. Como requisito principal foi citado a condição de estrangeiro *“Não precisa fazer nada, basta ser gringo. Quanto mais cara de gringo tiver melhor”*. Outro aspecto encontrado foram os olhares: *“Eles ficam olhando. Troca de olhares. Logo sorriem”*.

O dinheiro dos estrangeiros também apareceu como algo bastante relevante e atrativo para estas mulheres, de acordo com os facilitadores, já que é um fator de grande interesse delas em relação aos estrangeiros. Outros interesses permeiam esse fator financeiro, já que a maioria dessas mulheres se caracteriza por ser de uma classe social econômica mais baixa, revelando uma desigualdade social entre os dois envolvidos

nessa relação. Assim, encontra-se como objetivo de interesse maior dessas mulheres sair do país e melhorar as suas condições de vida.

Há dificuldades no estabelecimento de uma relação estável entre o estrangeiro e a mulher, de acordo com os facilitadores, já que a maioria das mulheres envolvidas nessa prática é tida como prostituta. Há uma intenção de diversão do estrangeiro junto a essa mulher, pois se passa a imagem de mulher fácil, interesseira, em que prevalece o interesse do estrangeiro pelo sexo e pela companhia somente durante a estadia no Brasil. A qualidade da relação mantida também pode depender da postura, da forma de se vestir, de se comportar da mulher.

Dentre todos esses conteúdos encontrados, destacam-se os temas principais da pesquisa que se correlacionam com a **imagem da mulher, imagem do Brasil** e a **motivação tanto da mulher quanto do facilitador** na prática do turismo sexual. Estes temas também se correlacionam com as referências da literatura e colaboram para a discussão sobre o que há de novo e o que confirma os dados já conhecidos, se tratando de uma pesquisa exploratória.

✂ DISCUSSÃO

Os dados obtidos nas entrevistas evidenciaram que as mulheres que estão mais envolvidas, e que também são as mais atraentes e procuradas pelos estrangeiros, são as mulheres negras e mulatas, com corpo escultural, característica da mulata de exportação. Este fato confirmou o que mostram os estudos já feitos na área do turismo sexual. Além disso, foi revelado pelos facilitadores que a maioria destas possui baixo nível sócio-econômico.

Em relação ao perfil destas mulheres, acrescenta-se que, de acordo com a presente pesquisa, além de mulheres negras e mulatas, o turista procura aquelas que possuem uma característica afro-descendente além da cor da pele, como usar tranças, por exemplo. As características das mulheres já citadas estão intimamente relacionadas com a imagem que o estrangeiro possui da mulher brasileira. O estrangeiro vem para o Brasil para procurar uma mulher submissa, prendada e sensual (DIAS FILHO e SARDENBERG, 1998), este fato foi confirmado pelos facilitadores que revelaram a sensualidade da mulher baiana como um atrativo para os turistas. Além desta sensualidade, foi citado também por estes a cor e a diferença racial como fatores de atração. Esta diferença racial é dita nas entrevistas como uma variedade, se referindo a uma mistura de raças, além de uma diferença dos padrões culturais e estéticos existentes entre o Brasil e o país de origem dos turistas.

Esta visão do feminino está intimamente ligada com a imagem do Brasil. A forma que estes estrangeiros vêem as mulheres é reflexo da imagem do país que é divulgada no exterior. Esta imagem foi construída através das propagandas que enfatizavam as

belezas naturais do país, a cultura, o caráter exótico e sensual das mulheres brasileiras (DIAS FILHO, 1998). Isso pode ser comprovado através de algumas entrevistas em que os facilitadores relatavam como a fama do Brasil atrai os turistas para o nosso país. Além disso, essa propaganda também veicula a imagem feminina à imagem de um país festivo, de clima quente, cordial e receptivo ao estrangeiro. Com isso, a mulher também é vista a partir de uma cultura colonial, ou seja, de um país que oferece suas belezas naturais para atrair o outro que vem de fora, já que o próprio processo de colonização foi marcado pela submissão e subserviência do povo, e principalmente das mulheres. Foi encontrado também nas entrevistas com os facilitadores que essa propaganda não está somente restrita às belezas naturais e das mulheres, mas também às facilidades encontradas aqui, no que diz respeito ao contato com as mulheres envolvidas na prática do Turismo Sexual.

Existem dois fatores principais que motivam mulheres baianas a se relacionarem com estrangeiros. Uma das motivações que se mostra evidente é a busca de uma ascensão social por parte dessas mulheres, que corresponde a uma mudança de classe. Isso pode ser ilustrado nos relatos que informam que a mulher gosta de sair pra jantar, ganhar presentes. Muito mais que o dinheiro, elas buscam certo status social.

Além da ascensão social, outro fator que influencia o envolvimento dessas mulheres com os turistas está relacionado com a possibilidade de saída do país. A perspectiva de sair do país é evidente nos discursos dos entrevistados.

Com relação à migração feminina, foi evidenciado nas entrevistas um desconhecimento das condições da imigrante brasileira no exterior. Os dados obtidos revelaram o que Guimarães (2003) já havia evidenciado: há o sonho de casar sem o conhecimento das condições da mulher imigrante; muitas vezes, estas têm seus documentos apreendidos, são impedidas de retornar ao país de origem e obrigadas a se prostituir.

Apesar disso, percebe-se entre os facilitadores uma visão positiva da migração. Os dados evidenciaram que estes facilitadores acham que sair do país através de um relacionamento *“é o melhor negócio”*. Este fato é compreensível, já que os próprios facilitadores estão, muitas vezes, envolvidos com estrangeiras. Um deles, (sujeito 1), está com viagem marcada para a Inglaterra, que ocorreu através de um relacionamento iniciado na cidade de Salvador com uma estrangeira. Além dele, o sujeito 3 tem uma boa relação com este tipo de tema, porque o próprio é filho de um estrangeiro alemão com uma baiana. Através desse fato, percebe-se que há uma familiaridade entre o facilitador e o turismo sexual. Entre aqueles que não demonstraram essa familiaridade, evidencia-se uma naturalidade nos seus discursos, revelando, o que nos arriscamos a dizer, que o turismo sexual é uma prática que acaba fazendo parte da cultura baiana.

Conclui-se que, além de um desconhecimento da realidade da imigrante feminina no exterior, de acordo com Guimarães (2003), verificou-se, através desta pesquisa, que existe também o desconhecimento desta realidade por parte dos facilitadores.

Em relação à prostituição, Dias Filho e Sardenberg (1998) dizem que esta se encontra intimamente ligada ao turismo sexual. Porém, durante a análise de dados, pôde-se perceber que muitas mulheres citadas nas entrevistas eram conhecidas dos sujeitos da pesquisa. Um dos entrevistados, inclusive, relatou ter apresentado sua irmã a um turista.

Evidenciou-se, portanto, que o relacionamento estabelecido entre as mulheres baianas e o estrangeiro está muito mais ligado à disponibilidade e à facilidade com que o assunto é tratado em Salvador, principalmente no local onde a pesquisa foi realizada – a praia do Porto da Barra. Vincula-se a isso um sentimento de cumplicidade com o estrangeiro, muito relacionado com o sentimento do colonizado para com o colonizador.

Quanto ao dado, de certo novo, que as mulheres envolvidas com o turismo sexual são consideradas pelos facilitadores como prostitutas, questiona-se aí o provável preconceito e distanciamento para com a prática. Percebe-se que esse tratamento possivelmente não acontece quando as mulheres contatadas pelos facilitadores são conhecidas, amigas, irmãs. Assim, a proximidade ou não dos facilitadores, tanto com as mulheres quanto com o turismo sexual em si, influencia nas características dadas a essas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa, pôde-se investigar o turismo sexual na cidade de Salvador, na praia do Porto da Barra, e as características envolvidas nessa prática. As condições para essa atividade vão além dos aspectos sócio-econômicos dos envolvidos, prevalecendo também um clima de disponibilidade no país, que foi construído histórica e culturalmente.

Destaca-se também que os facilitadores entrevistados encaram o turismo sexual como uma atividade complementar às suas ocupações, e que se relacionam ao contexto no qual estão inseridos – ambiente, círculo de amigos.

Durante a pesquisa, obteve-se um dado novo e revelador quanto ao arranjo na dinâmica da relação que se estabelece dentro da prática do turismo sexual. Há também o envolvimento de homens baianos com mulheres estrangeiras – que se exemplifica pelo relato do sujeito 1, com viagem para a Inglaterra – motivados pelos mesmos interesses das mulheres baianas caracterizadas por essa pesquisa. Existe o interesse de sair do país, de ascensão social, além de toda a idealização de relacionar-se com

alguém diferente tanto esteticamente quanto culturalmente.

Apesar das dificuldades encontradas quanto aos diversos temas que permeiam o turismo sexual, entre eles a prostituição, o tráfico de mulheres, e a própria dificuldade em definir um aspecto relevante para estudo, já que estes são escassos, entendemos que pesquisas nessa área e sobre esse tema, especificamente, são de suma importância. Colaboram no entendimento da nossa dinâmica sócio-histórica e também para a atuação do Estado sobre práticas que, em algumas circunstâncias, podem ser consideradas ilegais.

Assim, como ponto-chave e concluindo essa discussão, questiona-se a conscientização, principalmente das mulheres, sobre as reais condições em que se dá o fenômeno do turismo sexual e o papel que elas possuem nessa atividade, reforçando uma imagem criada e mantida historicamente. Como exemplo desse trabalho de conscientização destaca-se o CHAME – Centro Humanitário de Apoio à Mulher, uma ONG localizada em Salvador que tem como objetivo conscientizar e sensibilizar não só as mulheres jovens e adultas envolvidas nessa prática, mas também toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, M. Sobre a invenção da mulata. In: *Cadernos Pagu*, nº 6-7 (p. 35-50), 1996.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Edição 70, 2000.
- DIAS FILHO, A.J. e SARDEMBERG, C.M.B. O que é que a Bahia tem. O outro lado do turismo em Salvador. In: *Revista do CHAME – Centro Humanitário de Apoio à Mulher*, Salvador, 1998.
- DIAS FILHO, A.J. As mulatas que não estão no mapa. In: *Cadernos Pagu*, nº 6-7 (p. 51-66), 1996.
- DIAS FILHO, A.J. *Fulôs, Ritas, Gabrielas, Gringólas e Garotas de Programa. Falas, práticas, textos e imagens em torno de negras e mestiças, que apontam para a construção da identidade nacional, a partir da sensualidade atribuída à mulher brasileira*. Dissertação de Mestrado, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.
- DIAS, M.R.C. Por uma compreensão do conceito de gênero. In: FAGUNDES, T.C.P.C. (Org). *Ensaio sobre Identidade e Gênero*. Salvador, p. 15-34, Helvécia, 2003.
- FAGUNDES, T.C.P.C. A identidade feminina – uma construção histórico-cultural. In: *Ensaio sobre Identidade e Gênero*. Salvador, p. 63-89, Helvécia, 2003.
- FRANÇA, G.V.de. Prostituição: um enfoque político-social. In: *Femina*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 145-148, fev. 1994.

GUIMARÃES, M.J.B. Cap. 2: Os anúncios. In: “*Empresário procura mulher jovem, morena, bonita, liberal...*” *explorando os anúncios de estrangeiros*. EDUFBA, Salvador, 2002.

GUIMARÃES, M.J.B. *O turismo sexual é mais intenso no litoral*. [online]. Disponível em: [http:// www.comciencia.br/](http://www.comciencia.br/). Acessado em 03 de novembro de 2005.

PEREIRA, M.E. Psicologia Social dos Estereótipos. São Paulo: EPU, 2002.

PISCITELLI, A. “Sexo Tropical”: Comentários sobre gênero e “raça” em alguns textos da mídia brasileira. In: *Cadernos Pagu*, nº 6-7 (p. 9-34), 1996.

REIS FILHO, J.T. Um olhar sobre a questão racial no Brasil. In: *Cadernos Psicologia*, Belo Horizonte, vol. 3, nº 4 (p. 19-24) 1995.

TADEI, E. M., “A mestiçagem enquanto dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional”. In: *Revista Psicologia Ciência e Profissão* - Ano 2002 - Nº4.

TORRES, C.R.V. Sobre gênero e identidade. In: FAGUNDES, T.C.P.C. *Ensaio sobre Identidade e Gênero*. Salvador, p. 37-60, Helvécia, 2003.

WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. *Prostituição*. [online]. Disponível em: [http:// www.wikipedia.org/](http://www.wikipedia.org/). Acessado em 04 de novembro de 2005.



Menção Honrosa

Autonomia e Projetos Profissionais das Jovens na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul

Lucas Coradini – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientadora – Profa. Dra. Anita Brumer

☞ Introdução

A reprodução da agricultura familiar ocorre geralmente de forma endógena, com um dos integrantes da família assumindo a propriedade. A evasão dos jovens do trabalho agrícola aponta para a crise na reprodução da agricultura familiar, muitas vezes provocada pelos conflitos geracionais e relações de gênero estabelecidas no núcleo familiar (WEISHEIMER, 2005). A busca por melhores condições de vida se manifesta num fluxo migracional predominantemente jovem e feminino, desgastando o tecido social do meio rural que, cada vez mais, se masculiniza e envelhece (não só pela migração juvenil, mas também pela diminuição da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida). A compreensão deste fenômeno exige um estudo sobre os fatores de repulsão juvenil do trabalho agrícola e dos elementos que contribuem para a formulação dos projetos profissionais dos jovens agricultores.

O futuro profissional desses jovens é resultante do balanço entre as experiências adquiridas em sua trajetória e o campo de possibilidades, que atua como condicionante estrutural sobre os seus projetos (VELHO, 1994). Estes projetos profissionais, entretanto, são dotados de princípios de visão que os próprios jovens incorporam, sob a forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência (BOURDIEU, 2005), reproduzindo e naturalizando as relações de dominação que estabelecem a ordem social à qual estão submetidos, ao passo que recusam carreiras de que estão sistematicamente excluídos e encaminham-se para as que lhes são sistematicamente destinadas.

A literatura sociológica oferece vasta produção reflexiva sobre as relações de gênero presentes no trabalho agrícola familiar, identificando diversos fatores que se relacionam à escolha profissional das jovens mulheres, sem, entretanto, concentrar esforços em alternativas para inseri-las nas atividades agrícolas produtivas ou para a fuga da precarização de seu trabalho quando inseridas no mercado de trabalho urbano.

Neste sentido, este estudo contribui para o debate sobre a reprodução da agricultura familiar sob o viés da diferenciação por gênero, instrumentalizando os movimentos feministas do campo com dados atuais sobre a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Para tanto, conta-se com uma investigação de caráter quantitativo a partir de 681 questionários padronizados (amostragem representativa dos jovens ocupados em

atividades agrícolas no referido Estado), aplicados a homens e mulheres com idades entre 15 e 29 anos, em pesquisa promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A partir destas entrevistas, busca-se a caracterização do jovem da agricultura familiar, identificando como se dá seu acesso aos recursos materiais, sua participação no trabalho agrícola e gestão da propriedade, as diferentes formas de socialização a que estão submetidos e, por fim, a construção de seus projetos profissionais. Constitui-se assim um banco de dados do qual são selecionados para esta abordagem apenas os jovens solteiros (483 casos), a fim de compreender os papéis sociais assumidos pelos jovens agricultores na hierarquia familiar. As diferentes configurações desta hierarquia tradicionalmente reservam à mulher uma posição de subordinação que pode ser percebida nas atividades que lhes são destinadas e na remuneração que lhes é oferecida, além de arranjos sucessórios que sistematicamente as alijam do acesso à propriedade de terra. Apresento ainda, neste estudo, o conceito de autonomia, como uma dimensão a ser levada em consideração no entendimento do processo de elaboração dos projetos profissionais das jovens agricultoras, propondo alguns indicadores que possibilitem sua mensuração e oferecendo um novo olhar sobre a formulação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero no meio rural.

Objetivos

- Apresentar elementos de caracterização das jovens trabalhadoras da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, principalmente no que diz respeito às relações entre os indivíduos integrantes da família;
- Examinar em que medida os diferentes níveis de autonomia dos jovens agricultores relacionam-se com seus projetos profissionais, tornando possível entender que implicações ocorrem entre os papéis sociais assumidos pelas jovens, suas posições hierárquicas no grupo familiar e a disposição em reproduzir o modo de produção agrícola familiar;
- Contribuir para o debate sobre as estratégias de reprodução da agricultura familiar e a construção da igualdade de gênero, bem como fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas para este segmento.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa baseia-se em coleta de dados primários a partir de questionários padronizados, numa amostra representativa dos jovens ocupados em atividades agrícolas no Rio Grande do Sul. Para o cálculo da amostra, utilizaram-se dados secundários sobre os jovens ocupados na agricultura familiar fornecidos pelo IBGE. A análise é feita com o uso do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) que permite, entre outras coisas, o cruzamento das respostas obtidas nas entrevistas e posterior análise da associação e correlação entre elas. De um total de 681 entrevistas

foram consideradas 483, relativas aos jovens solteiros, por entender que a união conjugal é determinante para a permanência do jovem no modo de produção familiar e que antes desta etapa é que se estabelecem os maiores conflitos e oscilações entre os projetos de permanência e de evasão da agricultura.

Além da construção teórica do conceito de autonomia aqui apresentado, foram selecionados alguns indicadores operacionalizáveis para delimitá-lo e possibilitar sua mensuração. Estes indicadores referem-se ao acesso aos recursos materiais e a responsabilidade sobre o trabalho desenvolvido (acesso à renda, terra, crédito, bloco de produtor rural, conta bancária e desenvolvimento de atividade produtiva autônoma na propriedade). A partir destes indicadores possibilita-se a construção de um índice de autonomia do jovem agricultor, que posteriormente é relacionado ao seu projeto profissional.

A jovem agricultora familiar

A divisão do trabalho na unidade produtiva familiar é relativamente segmentada: os homens dedicam-se predominantemente à agricultura e as mulheres à atividade doméstica. Conforme Brumer (2004), quando as mulheres envolvem-se em atividades produtivas, as tarefas que realizam são consideradas como “ajuda”. Enquanto aos homens são destinadas as tarefas de gestão da propriedade, transmitindo os saberes agrícolas e administrativos necessários ao processo sucessório, as jovens são requisitadas para as atividades ditas produtivas quando estas necessitam de pleno emprego da mão-de-obra familiar (colheita, plantio), o que geralmente invisibiliza sua participação nestas atividades. Devido a isso, as filhas, de um modo geral, não são socializadas com base num modelo de trabalhador(a) agricultor(a), e raramente recebem treinamento relativo a atividades agropecuárias e à administração da propriedade. Ao contrário, os pais estimulam-nas a estudar e procurar emprego fora da agricultura. O tipo de emprego disponível para as mulheres, entretanto, representa uma extensão do trabalho que as mulheres executam em suas residências, como, por exemplo, o serviço doméstico. Mesmo o desenvolvimento de indústrias rurais também conduziu as mulheres para as atividades que eram executadas por elas em seus lares: as tarefas tediosas, repetitivas e intensivas, como as associadas ao processamento do fumo e com a indústria têxtil (DEERE; LEON, p.358).

A importância do trabalho feminino na agricultura não reside, entretanto, somente no emprego de sua mão-de-obra nas atividades ditas produtivas (colheita, plantio, processamento), mas também nas atividades reprodutivas, sem as quais seria inviabilizada a continuidade da atividade agrícola familiar (alimentação, limpeza, cuidado da horta, cuidado dos filhos e educação destes). Ambas as atividades, no entanto, produtivas e reprodutivas, sofrem com o baixo reconhecimento e invisibilização da participação feminina, sendo associadas muito de perto com os baixos salários

que lhes são destinados ou à ausência de remuneração pela participação no trabalho familiar agrícola. Os dados da pesquisa de campo revelam que, entre os jovens, as mulheres são menos freqüentemente remuneradas por sua participação no trabalho familiar agrícola:

Tabela 01: Acesso dos jovens à renda proveniente da atividade agrícola (f e %).

			SEXO		Total
			Homens	Mulheres	
Recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola.	Sim	f	248	78	326
		%	70,7%	59,5%	67,6%
	Não	f	103	53	156
		%	29,3%	40,5%	32,4%
Total		f	351	131	482
		%	100%	100%	100%

Fonte: Banco de dados jovens da agricultura familiar no RS,MDA/FAURES, 2007

Tão importante quanto observar o acesso dos jovens à renda proveniente da atividade agrícola é identificar como se dá este acesso. A relação hierárquica estabelecida entre os integrantes da família frente à obtenção de recursos é explicitada quando perguntado ao jovem *de que forma* ele obtém alguma recompensa por sua participação no trabalho familiar agrícola. Percebemos que a maior parte dos jovens entrevistados apenas acessa a renda familiar quando solicita algum recurso aos seus pais (62,7% dos homens e 81,5% das mulheres encontram-se nesta situação). Poucos são os jovens que recebem periodicamente alguma quantia em dinheiro, percentual que é ainda menor entre as mulheres (13,3% dos homens e 5,4% das mulheres). Este dado torna-se mais marcante quando analisado juntamente aos dados obtidos sobre a jornada diária de trabalho a qual o jovem é submetido, constatando-se que 34,1% das mulheres trabalham mais de 8h diariamente na unidade produtora familiar (fonte: Pesquisa de campo *Jovens da Agricultura Familiar no RS*; MDA/FAURGS, 2007). Os dados referentes à forma de acesso dos jovens às rendas provenientes das atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade familiar são apresentados na tabela 2.

Assim como o acesso à renda, a obtenção do crédito para atividades agropecuárias (compra de sementes, insumos) e de instalação (compra de terras, maquinários, construções) também sofre restrições ao acesso do jovem agricultor, tendo as mulheres maiores dificuldades em obtê-lo. Ainda que haja um esforço governamental para a promoção da justiça de gênero a partir de políticas públicas específicas para as mulheres (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar,

PRONAF-Mulher) e para o público jovem como um todo (PRONAF-Jovem, Programa Nossa Primeira Terra), têm sido poucos os acessos a estas linhas de crédito, o que pode ser explicado pela falta de informações a seu respeito ou pela burocratização e dificuldades impostas ao seu acesso. Os dados de campo revelam que são poucas as jovens agricultoras que conhecem o PRONAF-Mulher, e menos ainda as que tentaram acessá-lo. A tabela abaixo ilustra como as mulheres encontram-se em desvantagem em relação aos homens no acesso a estas linhas de crédito. Apenas 6,1% delas obtiveram algum financiamento em seu nome, percentual que é de 33,9% entre os homens.

Tabela 02: Formas de acesso dos jovens à renda proveniente da atividade agrícola (f e %).

		SEXO		
		Homens	Mulheres	Total
Como você recebe por sua participação no trabalho familiar agrícola?	Recebo periodicamente uma quantia em dinheiro para meu dispor	46 13,3%	7 5,4%	53 11,1%
	Fico com os recursos provenientes de atividades autônomas	8 2,3%	2 1,5%	10 2,1%
	Fico com parte dos resultados de produtos que comercializo	25 7,2%	0 0%	25 5,3%
	Trabalho em parceria com meus pais e fico com uma parte pré-definida dos resultados	46 13,3%	11 8,5%	57 12,0%
	Quando preciso de alguma coisa ou dinheiro peço para meus pais	217 62,7%	106 81,5%	323 67,9%
	Não obtenho nenhuma recompensa pelo meu trabalho	3 0,9%	4 3,1%	7 1,5%
Total		346 100,0%	130 100,0%	483 100,0%

Fonte: Banco de dados jovens da agricultura familiar no RS.MDA/FAURES, 2007

Tabela 03: Acesso dos jovens às linhas de crédito (f e %).

			SEXO		
			Homens	Mulheres	Total
Tenho financiamento em meu nome	Sim	f	119	8	127
		%	33.9%	6.1%	26.3%
	Não	f	232	124	356
		%	66.1%	93.9%	73.7%
Total		f	351	132	483
		%	100%	100%	100%

Fonte: Banco de dados jovens da agricultura familiar no RS.MDA/FAURES, 2007

As linhas de crédito são importantes instrumentos para aquisição de terras e permanência na atividade agrícola, o que torna salutar sua incorporação entre as mulheres uma vez que tradicionalmente são excluídas dos processos sucessórios e de transmissão da propriedade no meio rural. Os arranjos sucessórios não passam necessariamente pela remuneração monetária de todos os herdeiros, e muitas vezes, entre as mulheres, a compensação se faz em “estudo ou dinheiro” (ABRAMOVAY, 2001). Paulilo (2000) observou que a exclusão das mulheres da partilha da terra é uma questão delicada, em que se torna nítida a preferência familiar masculina na escolha do sucessor, o que encaminha desde cedo as jovens agricultoras para o mercado de trabalho não-agrícola. A diferenciação social é fortemente influenciada pela família, o filho destacado para cuidar dos pais é recompensado com a herança da propriedade (ABRAMOVAY, 1998). Às mulheres, por sua vez, cabe o investimento na educação para o mercado de trabalho não agrícola ou a evasão do meio rural, inserindo-se no mercado de trabalho urbano através das atividades nas quais foram socializadas na unidade familiar (predominantemente domésticas, empregando-se na prestação de serviços de limpeza, alimentícios, de costura, cuidado de crianças ou industriais de baixa especialização). Pelo fato dos homens já serem socializados para o trabalho agrícola, deterem o “saber e o fazer” agrícolas, a associação entre a detenção da propriedade de terra e a formulação de projetos profissionais de permanência na agricultura torna-se mais significativa para as mulheres. Segundo Abramovay (2001):

Existe uma importante aspiração de continuidade na agricultura familiar por parte dos rapazes – mesmo aqueles vivendo em unidades que não chegam a gerar sequer a renda necessária à reprodução familiar – e uma visão bastante negativa a respeito deste horizonte profissional para a maioria das moças. Os filhos das famílias de maior renda encaram a permanência na agricultura como promissora, e isso é nítido tanto entre rapazes como entre as moças. O preocupante é que parece haver uma associação forte entre a escolha profissional em torno da agricultura familiar e um nível de educação especialmente precário por parte dos que o encaram como desejado este futuro (...) a permanência na atividade agropecuária esteve, até muito recentemente, associada diretamente ao desprezo pela formação dos jovens (p. 47).

Neste sentido, presenciamos uma dupla situação de conflitualidade vivenciada pelos jovens em relação à construção de seus projetos de vida: entre as mulheres, que são excluídas da socialização no trabalho agrícola e da transmissão da propriedade, sendo obrigadas a formular projetos profissionais ligadas ao mercado de trabalho urbano; e entre os homens, que por não possuírem o passaporte educacional se vêem obrigados a permanecer na atividade agrícola ainda que em condições adversas. A tabela abaixo ilustra como a propriedade da terra é importante para a permanência das mulheres

na atividade agrícola, ao passo que entre os homens sua ausência não é suficiente para a formulação de projetos profissionais não-agrícolas. Os homens que possuem área de terra em seu nome intencionam estabelecer-se como agricultores em 75,5% dos casos e os que não possuem terras o fazem em 62,4%. As mulheres que possuem terras em seu nome pretendem estabelecer-se como agricultoras em 77,8% dos casos, percentual que se reduz a 37,5% entre as que não possuem propriedade de terras.

Tabela 04: Acesso à terra e intenção de estabelecimento como agricultor (f e %).

				VOCÊ QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR?		
				Sim	Não	Total
Homens	Tenho área de terra em meu nome	Sim	f	40	13	53
			%	75,5%	24,5%	100,0%
		Não	f	181	109	290
			%	62,4%	37,6%	100,0%
	Total		f	221	122	343
			%	64,4%	35,6%	100,0%
Mulheres	Tenho área de terra em meu nome	Sim	f	7	2	9
			%	77,8%	22,2%	100,0%
		Não	f	45	75	120
			%	37,5%	62,5%	100,0%
	Total		f	52	77	129
			%	40,3%	59,7%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens da agricultura familiar no RS.MDA/FAURES, 2007

☞ Autonomia e Projetos Profissionais das Jovens

O acesso aos recursos materiais (renda, terra e crédito) é visto aqui como elemento que deve ser levado em consideração no processo de instalação dos jovens na agricultura familiar, sendo identificada entre as mulheres sua menor ocorrência. Pode, conjuntamente a outros fatores, ser indicador das relações de poder e de diferenciação que se estabelecem no meio rural. Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, existem estratégias de reprodução pelas quais os homens, detentores do monopólio dos instrumentos de produção e reprodução do capital simbólico, visam assegurar a conservação ou o aumento deste capital: estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão, todas elas orientadas no sentido da transmissão dos poderes e privilégios herdados (BOURDIEU, 2005). Dessa forma, atingir a igualdade de gênero deve compreender a identificação destes mecanismos de dominação e a elaboração de estratégias de

empoderamento da mulher, aqui objetivado na criação de condições igualitárias de escolha do projeto profissional segundo o sexo do indivíduo.

A passagem da responsabilidade sobre a gestão da unidade produtora familiar se dá num processo de transição em que os pais gradativamente transmitem tarefas de gestão aos seus sucessores (ABRAMOVAY, 2001), como a abertura da conta bancária, o bloco de produtor rural, as relações da unidade produtora familiar com o universo externo (compra de insumos, vendas, negociações de crédito), até a passagem completa do gerenciamento da propriedade. Estas etapas de transmissão da responsabilidade promovem a autonomia do jovem e são indicadores do papel social subalterno destinado para as mulheres à medida que são excluídas deste processo.

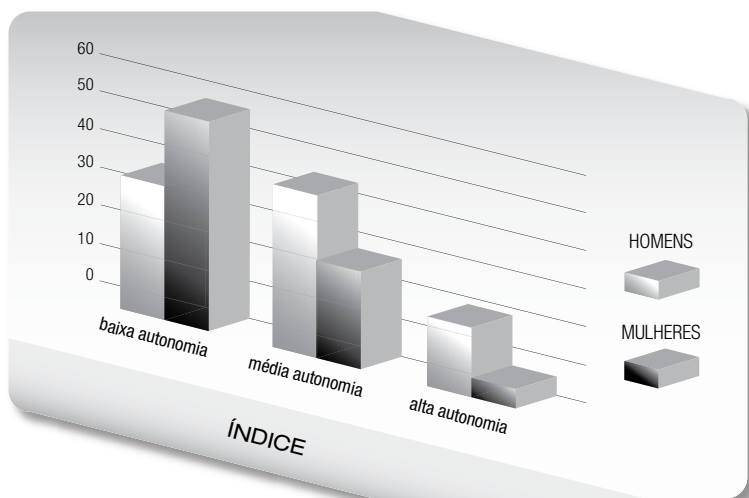
Autonomia, de acordo com a etimologia grega, significa a condição de um indivíduo ou de um grupo determinar-se por si mesmo, segundo suas próprias leis. Para a literatura sociológica, a autonomia pode se expressar em vários níveis articulados. Um deles corresponde às atividades laborais e implica na possibilidade de escolha de tarefas, dos meios e do sentido do trabalho, resultando em dignidade e satisfação (CATTANI, 1996). Dessa forma, promover a autonomia da jovem agricultora implica em sua inserção nas etapas em que a responsabilidade e o conhecimento sobre a atividade produtiva são consolidados e sua subjetividade pode manifestar-se soberanamente na escolha ou não da continuidade no trabalho agrícola, que passa a pertencer a seu campo de possibilidades. Neste estudo, foram delimitados indicadores de autonomia representados nas etapas de transmissão da gestão da unidade produtora familiar, alguns deles já identificados em estudos anteriores (ABRAMOVAY, 2001). São eles:

- ❖ Ter área de terra em seu nome;
- ❖ Possuir bloco de produtor rural;
- ❖ Ter o nome no bloco de produtor rural dos pais;
- ❖ Possuir conta corrente;
- ❖ Possuir financiamento em seu nome;
- ❖ Receber alguma remuneração por sua participação no trabalho familiar agrícola;
- ❖ Desenvolver alguma atividade produtiva autônoma na propriedade.

A partir das respostas obtidas sobre a participação dos jovens em cada um destes indicadores do processo sucessório, foi construído um índice de autonomia, o que possibilitou mensurar o nível de envolvimento na transmissão dos saberes relacionados à prática agrícola e o conseqüente processo de responsabilização frente à gestão da propriedade, o que pode ser observado no gráfico 1.

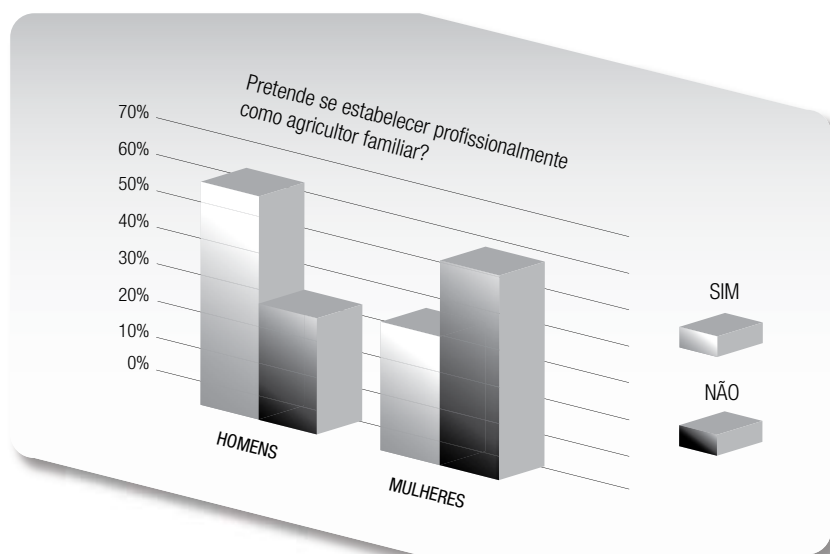
De modo geral, os jovens apresentam um baixo nível de autonomia, o que é mais presente entre as mulheres. O gráfico permite contrastar a predominante presença

Gráfico 01: Índice de autonomia do jovem agricultor familiar segundo o sexo do entrevistado



Fonte: Banco de dados Jovens da Agricultura familiar no RS; MDA/FAURGS, 2007

Gráfico 02: Projetos profissionais dos jovens agricultores



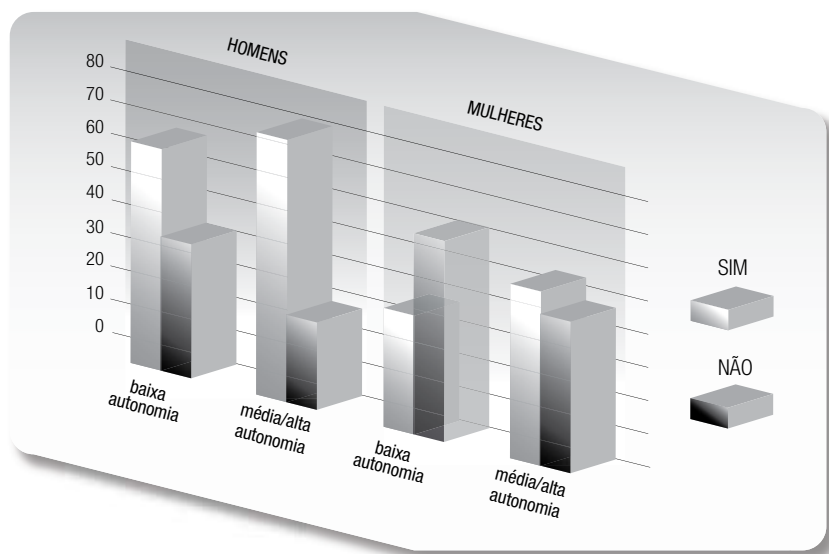
Fonte: Banco de dados Jovens da Agricultura familiar no RS; MDA/FAURGS, 2007

das mulheres entre os jovens com baixa autonomia e a maior presença de homens entre aqueles com níveis de autonomia superiores à média. Quando perguntados se

pretendem se estabelecer profissionalmente como agricultores, as respostas são ainda mais contrastantes segundo o sexo do entrevistado, retomando a problemática central da evasão feminina do trabalho familiar agrícola, como pode ser verificado no gráfico 2

O dado mais interessante sobre a autonomia das jovens agricultoras é obtido, entretanto, quando efetuamos o cruzamento do índice de autonomia com os projetos profissionais por eles intencionados. A partir deste procedimento, podemos identificar a associação existente entre o papel social assumido pelo jovem agricultor (aqui representado pelo índice de autonomia) e a formulação de seus projetos profissionais, sejam eles de evasão ou permanência na atividade agrícola familiar. O resultado obtido pode ser apresentado no seguinte gráfico:

Gráfico 03: Índice de autonomia e projetos profissionais dos jovens agricultores (pergunta: pretende se estabelecer profissionalmente como agricultor(a) familiar?)



Fonte: Banco de Dados Jovens da Agricultura Familiar no RS; MDA/FAURGS, 2007.

Os homens, mesmo os que possuem um baixo nível de autonomia, pretendem se estabelecer profissionalmente como agricultores. Este fato se deve a outros fatores que são determinantes para a permanência destes na atividade agrícola, sejam eles a socialização no trabalho produtivo e a tradição da transmissão da propriedade para os herdeiros do sexo masculino (DEERE; LEON, 2002). É possível que isto signifique para eles que, embora tenham média ou baixa autonomia atualmente, existe a expectativa de maior autonomia no futuro, com o acesso à propriedade da terra. Entre as mulheres que possuem baixa autonomia, a intenção predominante não é a de estabelecimento na agricultura familiar, provavelmente por não poderem esperar ter maior autonomia no futuro. Entretanto, as jovens que possuem média ou alta autonomia apresentam comportamento diferenciado, havendo predominância de intenções

de estabelecimento na agricultura familiar entre estas. Isto nos leva a concluir que a associação entre autonomia e projetos profissionais voltados para a agricultura é mais significativa para as mulheres do que para os homens, ou seja, o processo de autonomização da mulher pode ser considerado um possibilitador da permanência feminina na atividade agrícola familiar.

Conclusões

A partir dos dados aqui apresentados, torna-se possível avançar os estudos sociológicos sobre a reprodução do modo de produção agrícola familiar e o papel das mulheres, especialmente as jovens, fornecendo subsídios não só para o aprofundamento destas questões no universo científico, mas também para o avanço objetivado na transformação social. O fenômeno aqui abordado já há algum tempo faz parte das pautas de gestores públicos e cada vez mais se faz presente no debate sobre a questão agrária brasileira. Merece, todavia, maior concentração de esforços em sua superação para que o conhecimento desenvolvido não sirva apenas à massa crítica das Ciências Sociais, mas seja objetivado na formulação de políticas públicas que efetivamente promovam a igualdade de gênero no universo rural. A partir dos objetivos propostos para esta abordagem, quatro conclusões podem ser formuladas a fim de contribuir para este processo:

- a) Os jovens que participam da atividade familiar agrícola familiar pouco acessam os recursos materiais provindos desta atividade;
- b) Em todos indicadores de autonomia considerados, as mulheres apresentam desvantagens em relação aos homens;
- c) Os homens formulam projetos de permanência na atividade agrícola mais do que as mulheres;
- d) A associação entre autonomia e projetos profissionais é mais significativa para as mulheres que para os homens.

Conclui-se, assim, que pensar estratégias de reprodução do modo agrícola familiar implica pensar estratégias de autonomização e empoderamento das mulheres em seus núcleos familiares. Estes processos podem ser operacionalizados – entre outras ações – na facilitação do acesso das mulheres aos recursos materiais necessários à prática agropecuária (terra, renda e crédito) e numa educação formal contextualizada ao seu meio, porém o investimento em educação não pode corresponder necessariamente a um investimento em sua evasão do meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís; ABREU, Alice R. de Paiva (orgs.). *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-americana*. Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

ABRAMOVAY, R. et alii. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Edições Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). *Os impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nrad / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro Vol. 12, n. 1 (jan./abr. 2004), p. 205-227.

BRUMER, Anita; ROSAS, Eduardo Nunes L.; WEISHEIMER, Nilson. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: *X Congresso da International Rural Sociology Association (IRSA)*. Rio de Janeiro, 2000.

BRUMER, Anita. *Mulher e desenvolvimento rural*. In: PREVESLAU, Clio. ALMEIDA, F. Rodrigues e ALMEIDA J. Anécio (org.) *Mulher, Família e Desenvolvimento Rural*. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 1996.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Série Textos para discussão.

CATTANI, Antonio David. *Trabalho & Autonomia*. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1996.

DEERE, Carmen; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002.

MELO, Hildete Pereira; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PAULILO, M. Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: *Revista de Estudos Feministas*, Vol. 12, n. 1, 2004, p. 229/252.

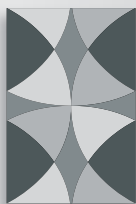
_____. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. In: *Serviço Social em Revista*. Vol. 8, n. 1 (jul./dez. 2005).

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WEISHEIMER, Nilson. Jovens agricultores: gênero, trabalho e projetos profissionais.
In: *XXIX Encontro Anual da ANPOCS*, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. *Relatório técnico da pesquisa de caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, convênio MDA/FAURGS nº 109/2006, 2007.





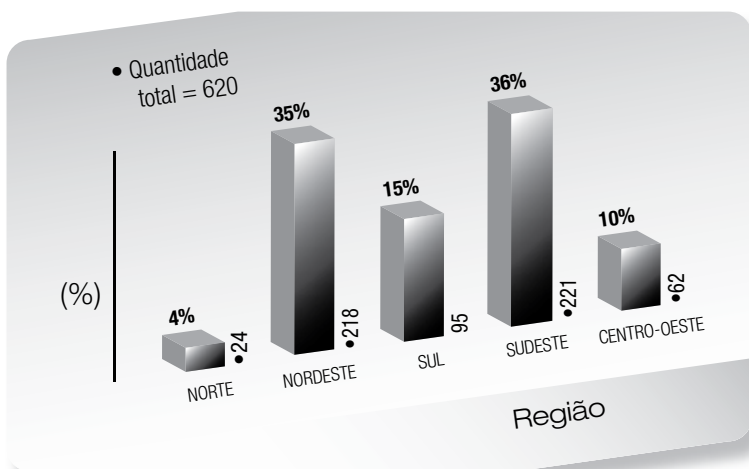
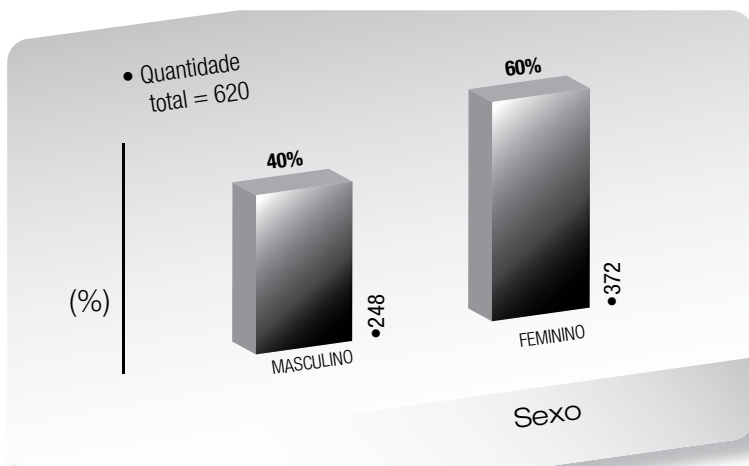
Categoria Estudante
de Ensino Médio

Redações Premiadas
na Etapa Nacional

Categoria Estudante de Ensino Médio

Na categoria Estudante do Ensino Médio foram inscritas 620 redações, das quais 290 foram pré-selecionadas pela equipe técnica da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da UNIFEM. Tais inscrições, que refletem a participação da maioria dos estados do país, evidenciam como aos poucos as reflexões sobre as relações de gênero em suas interconexões com raça/etnia e sexualidade começam a sensibilizar as escolas do país.

Do total, 60% dos trabalhos foram realizados por mulheres e 40% por homens. A região com mais inscritos foi a Sudeste, com 221 redações, seguida pela região Nordeste que contou com 218 inscrições.



A Comissão Julgadora do 3º Prêmio nas categorias Estudante de Ensino Médio foi composta por Roseli Fischmann, da Universidade de São Paulo – presidente da comissão –; Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, da Universidade Federal do Ceará; Mônica P. Conrado, da Universidade Federal do Pará; Odisséia Pinto de Carvalho, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Wania Jesus de Sant’Anna, da Petrobrás; Débora Diniz do Anis, Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero; e Daniel Gerardo Raviolo, da Comunicação e Cultura, do Ceará.

A Comissão Julgadora desta categoria reuniu-se no CNPq no dia 26 de fevereiro, selecionando um total de 15 redações dos diferentes estados do país: 7 de autoria de mulheres e 8 de autoria de homens. Entre essas, foram escolhidas as 3 melhores do país e foram ainda conferidas 2 menções honrosas.

Essas redações foram selecionadas obedecendo aos critérios de: qualidade do texto quanto ao conteúdo: tema relevante problematizado consistentemente; qualidade do texto quanto à abordagem do tema: originalidade e criatividade; e qualidade do texto quanto à forma de apresentação: introdução, desenvolvimento e conclusão, estabelecendo conexões lógicas entre os argumentos.

As autoras e o autor das 3 melhores redações receberam um LAPTOP e 1 impressora multifuncional e poderão receber Bolsa de Iniciação Científica Júnior. As demais, 12 redações premiadas na etapa Unidades da Federação, receberam um computador. E 2 estudantes receberam menção honrosa.

As(os) professoras(es) das(os) estudantes premiadas(os) receberam uma assinatura anual da Revista Estudos Feministas e dos Cadernos PAGU. E as escolas a que pertencem as(os) premiadas(os) receberam um computador e uma assinatura anual da Revista Estudos Feministas e dos Cadernos PAGU.



Marias de Nascimento

Isabella Luchi Coutinho

Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET – Vitória – ES

“Acordei assustada, olhei o calendário e fiquei surpresa. Já havia passado 6 meses que estava aqui. É muita hipocrisia de minha parte dizer que meus dias têm sido bons. O quê? Acha que eu estou exagerando? Espero que não. Tudo bem... desculpe-me. Você não tem culpa de eu ter sido idiota. Ah, você nem pensa! Nunca achei que fosse discutir com um diário. Se é que posso chamar essa droga de papel higiênico de diário! Uma hora o Ailton vai descobrir e... Todos os dias ele vem com aquela conversa: *Que droga, Maria! Onde é que você tá enfiando essa merda desse papel que acaba toda hora?* Se ele descobre, eu apanho de novo.

Droga! Ouvi o barulho do carro. Vou parar por aqui, ele está chegando. Ai, meu Deus! Ouço risadas... Acho que ele trouxe mais meninas. Coitadas! Elas não sabem. Não sabem como é viver aqui. Acham que é uma Agência de Modelos... Vão parar de rir daqui a pouco”.

“Mas, que droga! Isso é insuportável! Não posso agüentar. Lembra-se das meninas de ontem? Pois é... já pararam de rir.

Ele é imundo! Todos eles são! Que droga de bordel nojento! Ailton nojento! Você e essa sua barriga saliente, sua cara de vagabundo! Ser imundo! Ainda me lembro daquele dia. Não posso esquecer, nunca conseguirei. Ele rasgou minha roupa e começou a beijar meu corpo. Eu me debati, chorei, gritei, rezei... E ele continuou. Arrastou aquela barba nojenta pelo meu pescoço, seios, umbigo... Argh, aquela barba nojenta! Então, tirou as calças e... Um grito de dor saiu dos meus lábios. Era um ódio profundo. Ódio de todos, dele, do mundo! E o sangue começou a descer pelas minhas pernas... e as lágrimas pelo rosto.”

“Aqui é Maria do Nascimento, 17 anos. Por favor, se alguém encontrar esse bilhete, informe aos meus pais que eu... Diga a eles que os amo. É... diga isso. Eu não queria ter fugido de casa, sabe? Eu, eu só queria ser empresária, dona da minha própria grife, ser modelo! Ah, droga! DROGA! Ele tá vindo... Não deixe, Mãe! Por favor?! Não deixe ele me pegar...”

“Eu consegui! Eu fugi! Mas não vou durar muito, ele tá bravo comigo. É porque eu ajudei as meninas a fugirem ontem. Eu ia com elas, mas elas ligaram a caminhonete e aceleraram. Eu não consegui correr o suficiente... Daí, vi Ailton correndo com o cinto na mão e tentei fugir. Achei uma cabaninha e aqui estou. Mas ele vai me achar, sei que vai.”

“Por que dói tanto, mãe? Por quê? Por que fui tão idiota? Por que você não me avisou que ia ser assim...?”

“Na semana passada eu senti muito enjoô e vomitei bastante. Achei que estava grávida. Só não sabia de quem... Afinal, ninguém aqui se preocupa com isso. No desespero fui falar com Ailton. Mas que burra eu sou! Tão ingênua... Pensei que ele fosse se sensibilizar. Afinal de contas, tratava-se de uma criança, de uma vida. Eu falei... ele me ouviu e refletiu alguns segundos. Logo após, deu uma gargalhada e começou a socar a minha barriga. Ele me bateu tanto, tanto... Comecei a cuspir sangue. Parecia que quanto mais sangue ele via, mais me espancava. Mas isso não foi nada. Pior foi ele ter me jogado no chão e, como naqueles filmes de luta livre, atirou-se contra mim. Eu gritei. Pude ouvir, também, o grito daquela criança dentro de mim. Imediatamente comecei a sangrar – dessa vez não era pela boca. Senti um líquido quente descer e quando percebi, Ailton havia saído, deixando-me sem forças para levantar.”

“De quem é a culpa, mãe? Minha? Sua? De quem? Sei que não sou a primeira, e muito menos a última a passar por isso. Sei que, como eu, existem muitas Marias do Nascimento por aí! De quem é a culpa? Desse bando de políticos que desviam verba do país? Desse bando de ‘patricinhas e mauricinhos’ que não sabem nem fritar um ovo, torram o dinheiro dos pais e ainda por cima reclamam por só terem ido aos 39 dos 40 *Micaretas* do ano? Será que os culpados são os machistas nojentos que batem em suas mulheres? Ou será que a culpa é dos pais que largam os filhos ao ‘Deus dará’ para encher a cara de cachaça? Que dão um pacotinho de baseado, crack e maconha pro filho ir fazer uma entrega na boca de fumo ali do lado? DE QUEM É A CULPA, MÃE? Eu só queria ter meu próprio negócio. Minha grife de moda... Por que aquela indústria me recusou, mãe? Por quê? Eu era muito mais inteligente e prestativa que aquele retardado do Jorge que foi contratado! Por que não eu? Por que eu sou MULHER? Por que eu sou NEGRA? Foi por isso? Esse emprego era a minha única oportunidade de aprender como se gerencia uma grande empresa, e ainda juntar um bom dinheiro... Seria perfeito!

Será que se, hoje, eu fugisse e tentasse mais uma vez eles me dariam uma chance? Quer saber? Se não me aceitaram enquanto jovem e bonita, com certeza não vão me aceitar maltrapilha, marcada e estuprada.

Mãe, diga para mim: qual é o sentido da vida? Diga-me, pois já esqueci. E pensar que nesse exato momento existem pessoas rindo, dançando, sonhando com um futuro brilhante...

Ele me achou. Ouço seus passos. Vai me matar, eu sei. Mas isso não importa

mais. Agora estou calma. Já estou morta. Quer dizer, eu não morri para o mundo; o mundo é que morreu para mim.”

* * *

“Querido diário, hoje saí cedo de casa para ir à praia com minhas amigas. Chegando lá, notei que um homem bonito e bem vestido me olhava. Passados alguns minutos, ele se aproximou e me entregou um cartão. Olhei para ele, sorri e agradeci. Quando ele se afastou, amassei o cartão e o joguei no lixo. Se tivesse sido ontem, talvez até aceitasse. Mas, hoje, não aceitaria tal convite de modo algum! Não depois do sonho que tive”.

Já sei! Está se perguntando o que estava escrito no cartão, não é?! Pois bem, vou te contar. Nele, lia-se: *“Agência de Modelos, venha realizar seu sonho e se tornar uma mulher poderosa.”*



O Encontro: da diversão à reflexão

Fernanda Resende Serradourada

Colégio Olimpo – Goiânia - GO

Assustadas com a recente morte de Rapunzel, cujo cabelo ficara preso na roda de um carro, quebrando o seu pescoço, e com a Bela Adormecida que, traumatizada com um desquite litigioso, está internada numa clínica fazendo sonoterapia, as quatro amigas mal conseguem tomar seu chá. Estes seus encontros semanais, outrora tão cheios de alegria, confidências e reminiscências, estão se tornando aborrecidos. Cinderela suspira:

— Os tempos mudaram, nós estamos ficando velhas...

Chapeuzinho Vermelho ajeita distraidamente o seu chapeuzinho laranja ocre. Era mais uma vítima da mídia que, mesmo gostando tanto do vermelho, adotara o laranja porque era a última moda parisiense. Ela havia se envolvido, recentemente, num processo de agressão com o Lobo Mau (que, aliás, já estava envolvido em um processo de desapropriação com os três porquinhos).

— Não pode se queixar da vida, Cin. – observa Branca de Neve, cuja palidez havia cedido lugar a um bronzeamento artificial – Você casou com um príncipe, sua sapataria vai bem...

— Pois eu largaria tudo isso. Lembram-se daquele príncipe lindo, gentil e romântico com o seu cavalo branco, o sonho de toda mulher? Pois é menina, acabou se transformando num barrigudo que só sabe assistir futebol e beber cerveja enquanto eu cozinho, lavo e PASSO! E pensar que um dia eu fui chamada de Pantera Borralheira. Velhos tempos...

— Não acredito!

— Que canalha!

— E eu, gorda desse jeito e ainda chamada de Mariazinha... – quem fala é a irmã de Joãozinho, protagonista de um famoso caso de desencaminhamento de menores na floresta. Ela come compulsivamente. Seu analista já lhe explicou que ela come para se autopunir de um sentimento incestuoso por Joãozinho, que também é enorme de gordo.

— Você também sente falta dos velhos tempos, Branca? – diz Mariazinha.

— Deus me livre! Vocês não sabem o que era cuidar da casa para sete anões. Todos os

dias fazer as sete caminhas, lavar sete cuequinhas... Uma vez um deles se embriagou e invadiu o meu quarto, mas com a ajuda da bruxa eu o atirei pela janela.

— Com a ajuda da bruxa? Mas vocês não eram inimigas?

— Que nada! As bruxas eram mulheres bonitas, inteligentes, insubmissas... Já vii onde vai dar, né? Com mulheres assim os homens ficaram com tanto medo que as chamaram de bruxas, e elas acabaram sendo queimadas na fogueira durante a Idade Média. Foi o pior massacre da literatura infantil...

— Coitadas...

— Bom, já que começamos com as revelações, vou contar do meu caso com o cocheiro. O príncipe, afinal, só queria saber de futebol e cerveja, quando muito ele queria acariciar o meu pé – diz Cinderela.

— O tal que era um rato e virava cocheiro com o toque de varinha mágica?

— É esse mesmo!

— E o seu príncipe encantado, Branca? O que acordou você com um beijo depois da morte, depois que você mordeu a maçã envenenada. Você também se arrependeu?

— Só posso dizer que, comparando os dois, gostei mais da maçã.

— Vocês é que são felizes. – diz Cinderela, apontando para Chapeuzinho e Mariazinha, que está com a boca cheia de biscoito. – Não tiveram “príncipes encantados” em suas vidas. Vejam a Bela Adormecida, esta pelo menos teve a coragem de pedir desquite. Nós não podemos. O tal “e viveram felizes para sempre” é um compromisso moral. Parece que não temos saída. Quer dizer, ninguém pode nos culpar por termos amantes. Eu não posso ver um rato sem pensar num cocheiro e usar a minha varinha mágica. E a Branca aqui pega qualquer um também.

— Não sendo então...

— Nós fomos bobas, isso sim. – continua Cinderela – A Rapunzel continuou com suas tranças porque seu príncipe encantado a proibiu de cortar os cabelos, e olhem o que aconteceu. Se no nosso tempo já existisse feminismo, Lei Maria da Penha... Nossas histórias seriam outras!

— Certo! Eu botava os anões a trabalhar para mim. E não seria comprometida com o príncipe só porque o beijo me ressuscitou. Ele não me compraria por tão pouco! – diz Branca de Neve.

— E eu, em vez de ficar em casa sendo subordinada ao príncipe, ia sair, arranjar um emprego, estudar Comunicação, sei lá... – diz Cinderela.

— Meu analista disse que a culpa do meu trauma de infância foi minha dependência excessiva do Joãozinho – diz Mariazinha.

— E eu me deixei enganar inocentemente por um lobo! – exclama Chapeuzinho – Se já existisse a Lei Maria da Penha, eu ganharia o processo de agressão com o Lobo Mau, e a Rapunzel não estaria morta!

— Poderíamos fazer algumas passeatas, queimar alguns sutiãs, idolatrar Simone Beauvoir...

— É isso aí! Mostrariamos quem é o verdadeiro sexo frágil e não seríamos discriminadas apenas por não termos uma genitália masculina entre as pernas!

— E nós não seríamos mais vítimas da mídia, nem de modas e tratamentos sádicos, teríamos mais amor próprio!

— Sim! Acabariamos com aquelas piadinhas preconceituosas e idiotas, não é mesmo Cin?

Mas Cinderela não estava ouvindo. Seu olhar fixo num canto da sala e um sorriso malicioso. Lentamente, sem desviar o olhar, ela procura na bolsa pela sua varinha mágica.

— O que é, Cin?

— Sssshh. Acho que vi um rato. E dos grandes!

🔗 Apoios e referências bibliográficas

CPM/UBM - GO: Centro Popular da mulher de Goiás

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. São Paulo: ed. Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. Um tesouro de contos de fadas. Edição exclusiva de DS-MAX, 1994.



Uma Certa Maria

Leonardo Francisco de Azevedo

Colégio Tiradentes - Lavras - MG

Sou uma simples Maria, uma Maria como tantas outras, casada, 40 anos, cinco filhos lindos e um marido. Moro no subúrbio de uma grande cidade, e meu trabalho consiste em tentar por em ordem minha casa e fazer com que meus filhos freqüentem a escola, apesar das dificuldades de comprar caderno e lápis para eles. Meu marido trabalha na construção civil, metade do seu salário vai para o boteco da esquina. Ou seja, tenho que me virar nesse mundão de Deus com o pouco de dinheiro que me resta.

Tempos atrás, meus filhos já tinham ido para a escola, eu coloquei a roupa suja na bacia e estava indo para a “biquinha” ali embaixo quando comecei a ficar meio tonta. As pessoas, as crianças, as casas, os postes, tudo começou a girar. Depois disso, comecei a cair e, a partir daí, parece que pousei em outro lugar, numa outra época, em outro país.

Ao passar por onde estava comecei a lembrar de tudo que eu já tinha lido no livro de História do meu filho mais velho (meu sonho era ser professora de História). Parecia que estava numa cidade Medieval, numa época de guerra. Eu via homens saindo para a luta e suas mulheres sendo deixadas em casa com cintos de castidade, e eles levando as chaves dos cadeados. As mulheres ficavam ali, sem ação, esquecidas com aquele metal desconfortável no meio de suas pernas.

Continuando minha caminhada fui transportada para uma praça. Vi uma mulher pregada num toco bem no centro e com um monte de madeira em sua volta. Fiquei aterrorizada com aquilo, e havia um homem dizendo que tal mulher era uma bruxa que estava elaborando em seu esconderijo planos terríveis contra a amada Igreja deles. Simplesmente colocaram fogo em sua volta - ela ficou ali no meio esperando para se tornar carvão -, enquanto as pessoas batiam palmas e gritavam.

Saí desesperada dali e tropecei no pé de um indivíduo, caí bem no meio de uma rua de Londres, onde estava acontecendo uma passeata de mulheres. Pelo que pude ouvir de um grupo de homens e mulheres conservadores na beira da rua, eram umas tais sufragistas que queriam também votar, o que era exclusivo para homens. Fiquei encantada com a coragem e ousadia daquelas mulheres, que levantaram a cauda de seus vestidos e iam se arrastando e gritando por aquelas ruas.

Fiquei ali olhando aquilo quando pisquei os olhos e me vi numa rua de São Paulo, no meio de um comércio em que uma tal candidata à deputada estadual, Patrícia Galvão, que as pessoas chamavam de PAGU, fazia um discurso emocionado sobre o papel das

mulheres na política e na sociedade. Fiquei impressionada com a indignação daquela mulher em cima daquele palanque, desafiando os poderosos de seu tempo.

Achei muito interessante aquilo tudo, mas resolvi continuar a caminhada. Entrei num beco ali perto e saí numa rua dos Estados Unidos, em que mulheres gritavam e queimavam sutiãs, no meio da rua. Fiquei apavorada com aquilo. Eu, com pouquíssimos sutiãs na minha gaveta e elas ali queimando os seus. Só depois que li as faixas e ouvi o comentário dos que estavam observando o movimento que fui entender que aquilo fazia parte de uma manifestação de umas tais feministas que reivindicavam seus direitos. Novamente presenciei a força das mulheres.

Fiquei meio perdida no meio daquela confusão e, sem querer, entrei num mercado ali perto e caí numa rua de Paris, em que Simone de Beauvoir fazia parte de uma manifestação do *Mouvement de Libération des Femmes*, MLF, a favor do direito ao aborto e à prevenção da gravidez¹. Fiquei impressionada com a coragem daquela mulher, que já não era mais tão jovem, mas que lutava com gana e garra por aquilo em que acreditava.

Tudo começou a girar, caí no meio de um show da Rita Lee, ouvi uma música que me contagiou por inteira e me fez lembrar daquilo que eu tinha acabado de vivenciar:

“Mexo e remexo na inquisição
Só quem já morreu na fogueira sabe o que é ser carvão
[...]
Minha força não é bruta
Não sou freira, nem sou puta
Porque nem
Toda feiticeira é corcunda
Nem
Toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem
Sou rainha do meu tanque
Sou Pagu indignada no palanque
Fama de porra louca... tudo bem
Minha mãe é Maria ninguém
[...]”

Depois, num susto total, acordo em cima da minha cama, com todas as minhas vizinhas em volta, falando alto, colocando compressa na minha testa, tirando minhas sandálias. Comecei a observar aquelas mulheres, todas no mesmo ofício que o meu,

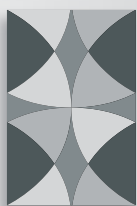
1 fonte: <http://www.simonebeauvoir.kit.net>

ralando na mão de marido e se multiplicando para dar conta das vontades dele, das necessidades dos filhos e da ordem da casa e, além disso, agüentando a humilhação das pessoas na rua, que nos chamam de folgada, à toa, sem trabalho.

Hoje, penso em tudo que vi e vivi naquela experiência louca e decido que não continuarei nessa minha posição. Deixei de lado meus estudos, minhas vontades, meus sonhos para agradar o meu marido, esperando que ele me desse um futuro bom e promissor, mas ganhei em troca essa mísera casa no subúrbio, estando vulnerável a todo e qualquer tipo de violência.

Basta! Foram muitas as mulheres que já ralaram e lutaram nessa vida contra essa nossa posição imposta. Está na hora de sair dessa minha inércia e tornar a atriz principal da minha vida. E vou começar agora...





Categoria Estudante
de Ensino Médio

Redações Premiadas
na etapa por
Unidade da Federação

ALAGOAS

“Onde estão às mulheres negras na história e nos espaços de poder?”

Jones Pedro Gomes

Escola Estadual Dr. Antônio Gomes de Barros – Novo Lino – AL

Essas pessoas são praticamente excluídas da história. Nos espaços de poder quase nunca aparecem - e quando isso acontece não demora muito para que a sociedade as esqueça. A população negra no Brasil e no mundo é muito discriminada, o fator causador dessa discriminação é simplesmente a cor, cor que não foi feita para distinguir pessoas. O fato de uma pessoa ser negra não quer dizer que ela é menos competente que outra, ou menos inteligente que qualquer outra.

Essa discriminação vem acontecendo mais frequentemente entre as mulheres, que são discriminadas historicamente e socialmente nas diversas formas e etapas de suas vidas. Por isso, ser mulher significa enfrentar desafios e ser consciente da necessidade de conquistar a efetivação de seus direitos, na prática de novas relações sociais entre mulheres e homens, sobretudo as mulheres negras.

A situação da mulher negra no mundo de hoje manifesta um prolongamento da realidade vivida no período de escravidão, não tendo muitas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social, carregando as desvantagens do sistema injusto e racista que ainda é vivido no mundo de hoje. Pesquisas comprovaram que as mulheres negras apresentam um baixo nível de escolaridade, trabalham mais e recebem menos, e as poucas que vencem o preconceito da discriminação racial têm menores possibilidades de encontrar companheiros para formar uma família, pois, dentro da história, elas tornaram-se a espinha dorsal de sua família, que na maioria das vezes, é constituída dela mesmo e dos filhos.

O Brasil, favorecido por mais de quatro séculos pelo trabalho escravo, colocou de lado o seu principal agente construtor, o negro, que passou a sofrer muito, vivendo na miséria, sem emprego, sem possibilidades de sobreviver em condições dignas. Porém, um dos males mais cruéis foi retirar da população negra a sua dignidade, ou seja, colocando o negro nos porões da sociedade.

O que mais reforça esse preconceito é a interiorização da condição de inferioridade da mulher negra, o ingresso no mercado de trabalho ainda criança e a submissão a salários baixíssimos. Mas não podemos deixar de considerar que esse horizonte não é absoluto e mesmo com todo esse preconceito racial há uma parcela de mulheres negras que conseguiram vencer as adversidades e chegar à universidade, iniciando seu sucesso profissional.

Algumas obras literárias mostram como é difícil a mobilidade ascensional da negra, especialmente na conquista de um emprego melhor e digno, pois a maioria da população negra trabalhava e trabalha na informalidade, algumas mulheres negras conquistam melhores cargos no mercado de trabalho, mas necessitam de uma força muito maior do que outros setores da sociedade, muitas vezes pagando um preço alto pela conquista, deixando de lado o lazer, o namoro e o casamento. Pois, além da necessidade de comprovar a competência profissional, têm que lidar com o preconceito e a discriminação racial que lhes exigem maiores esforços para a conquista do ideal pretendido.

Os dados do Ministério do Trabalho e da Justiça apontam as disparidades sócio-econômica, ocorridas permanentemente entre pessoas negras e pessoas não negras, atingindo, sobretudo, a mulher negra que se depara com a impossibilidade de usufruir as conquistas, das quais só algumas parcelas dos seres humanos usufruem.

Na atualidade, não podemos tratar a questão racial como elemento secundário e sem influência social, destacando apenas a problemática econômica e o descaso que o país passa hoje. É sim uma questão primária e de interesse de todos independente de cor, raça e religião. Mas esse quadro vem alterando-se ao passar do tempo, embora muito lentamente, é claro. Os negros estão ampliando sua participação no mercado de trabalho, inclusive as mulheres, que estão indo além das tradicionais profissões, como professora e secretária, e mostrando-se tão capazes quanto os homens em profissões técnicas que não exigem apenas habilidades manuais.

Todos nós nos originamos de estruturas sociais e educacionais e, ainda assim, não conseguimos nos tornar alienados ou meros reprodutores das práticas e ações preconcebidas com funções definidas, que nos impossibilitam de nos libertarmos dos estereótipos de gênero, constituídos e justificados para legitimarem as desigualdades que as mulheres enfrentam, particularmente, as mulheres negras, que têm suas imagens associadas ao fracasso e à invisibilidade social.

Diante dessa realidade, é imprescindível uma reflexão séria por parte de toda sociedade, e, particularmente, pela escola, que pode optar por práticas pedagógicas que se diferenciem das heranças culturais erigidas e naturalizadas nas representações sociais sedimentadas em tradições patriarcais milenares, construídas ao longo da história no Brasil. Tais concepções ideológicas têm impedido sistematicamente o sucesso da mulher negra em todos os níveis na escala da sociedade, impedindo o seu crescimento pessoal e profissional. Mas é essencial que tenhamos cotidianamente uma educação pautada em práticas pedagógicas que combatam as discriminações e que visem à promoção da igualdade nas relações de gênero e de raça, pois certamente, se queremos um mundo melhor e dele necessitamos, devemos iniciar educando as gerações vindouras em prol da democratização das relações humanas.

Mulheres e homens devem ser respeitados e valorizados em suas diferenças. A igualdade em direitos humanos deve ser uma questão de fundamental importância para a construção de uma sociedade em que não haja a perpetuação de cultura machista que faz a divisão entre homem e mulher, atribuindo-lhes papéis sociais no qual o gênero masculino sobrepõe-se ao gênero feminino, mantendo a subordinação e a desvalorização da mulher.

A ausência da ascensão e participação da mulher negra na sociedade, demonstrado pelo histórico processo de impedimento e expressado de forma singular na discriminação e no preconceito, tanto na questão de gênero como nas dimensões referentes à raça e à classe social, denota uma tripla discriminação que coexiste ainda na sociedade do século XXI.

A busca de igualdade de direitos e da valorização das pessoas é imprescindível à humanidade, independente do gênero social, da raça, da classe social ou de qualquer outro meio social existente.

Torna-se, porém, impossível olhar por um viés único a discriminação, a submissão, a interiorização e a opressão que foram impostas historicamente à mulher negra, minimizando e tornando invisível o processo de resistência e de luta incessante dessa mulher contra as relações de poder hierarquicamente construídas, que insistem em legitimar e naturalizar as desigualdades nas relações de gênero, acentuando-se muito mais quando se trata da mulher negra.

O homem percebe a necessidade de humanizar a si próprio, sente orgulho de sua afetuosidade. É competitivo, quando necessário, mas enriquecendo-se sem a preocupação de separar aquilo que é masculino ou feminino. A mulher necessita reformular o conceito de que para ser mulher deva ser sempre dócil, passiva, e que coragem, agressividade e força sejam atributos exclusivos do homem, além de compreender que não deve depender só do homem para sobreviver.

É fundamental que a sociedade lute por maiores oportunidades e igualdades entre homens e mulheres. É necessário que estejamos sempre atentos às causas ou origens destas diferenças e para as consequências dessa discriminação.

É necessário também ressaltar que a discriminação contra a mulher negra existe e está alicerçada em nossa sociedade e cristalizada no inconsciente coletivo.

Devemos entender que, se nos guiarmos pela a opção da discriminação, não será prejudicada e oprimida apenas a mulher negra, mas toda a sociedade.



CEARÁ

Os homens podem ser feministas?

Raul Holanda Oliveira Magalhães

EEFM Deputado Joaquim de Figueiredo Correia – Iracema - CE

Quando o diretor da nossa escola socializou a III Edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, tive certeza de que essa seria uma tarefa difícil, principalmente para mim que sou homem, pois sempre escuto que é complicado compreender as mulheres. Imagine agora eu a dissertar sobre elas. Como gosto de desafios, tão logo comecei a refletir, senti-me seduzido sobre o tema “feminismo”, que me intrigou desde o princípio. Afinal, o que é ser feminista? Se eu me considerar feminista poderia dar a entender que sou homossexual, digo feminino? Alguém pode ser masculino e feminista ao mesmo tempo? Ser um homem feminista é arranjar problemas pra si? Ao longo da história humana e, especialmente no nosso país, existiram homens feministas ou não? Estes foram alguns questionamentos que inundaram minha mente e, conseqüentemente, me estimularam a pesquisar sobre o comportamento masculino: como um homem pode ser feminista?

Após minhas pesquisas na biblioteca da escola, na internet e em conversas informais com pessoas da comunidade, tanto homens quanto mulheres, compreendi que o comportamento machista da nossa sociedade, nesse caso a sociedade brasileira e especificamente a nordestina, é resultado da reprodução de um modelo de família que vivenciamos e que ainda é fortemente presencial, o modelo patriarcal. Nesse modelo, são reproduzidos preconceitos de gênero. Começo a entender porque é tão difícil para alguns homens aceitarem que as mulheres também são capazes de executar tarefas que historicamente sempre foram masculinas. Da mesma forma, percebi também que existem muitas mulheres machistas, visto que comungam com a mesma idéia de submissão e inferioridade da mulher.

Eu, como nordestino e fruto dessa cultura, defender os direitos femininos é bastante complicado, uma vez que posso ser mal interpretado em meus argumentos e posicionamentos a cerca dessa temática. Embora seja jovem, compreendo muito bem a diversidade de modos de vida e de comportamento, sei que minha família, principalmente meu pai, nunca aceitaria que eu participasse de qualquer discussão que colocasse em dúvida minha condição de homem.

Já que foi lançado o desafio, eu estou disposto a aumentar o percentual de homens nordestinos que participam desse prêmio, o farei como forma de compreender melhor essa questão. Faço isso também cheio do desejo de homenagear minha mãe, minhas avós, professoras e todas as grandes mulheres sertanejas que fizeram e fazem parte de minha vida, que são sinônimos de luta e dedicação, verdadeiras guerreiras, tendo que enfrentar as dificuldades de ser mulher numa terra extremamente machista.

É válido salientar a grande diferença existente entre os termos feminino e feminismo. O feminismo é um movimento que preconiza a ampliação dos direitos civis e políticos da mulher; já o feminino representa a presença de caracteres sexuais femininos no indivíduo. Entre os mais conhecedores sobre o tema, não me preocupo em me denominar feminista, nem temo ser chamado ou tratado como gay. No entanto, entre aqueles mais desinformados e que não aceitam os argumentos, não me sinto totalmente à vontade para me reafirmar dessa forma. Hoje, sei a real diferença entre ser feminista e ser feminino, por isso me considero um defensor dos direitos femininos, principalmente quando comprovei, através de pesquisas, que na história da humanidade vemos homens famosos e anônimos que também defenderam esses direitos e se denominaram feministas. A esse tipo de personalidade que busca fazer do mundo um lugar mais justo, defende a igualdade entre os cidadãos, sem levar em conta a posição social ou o sexo, é que devemos seguir e dar continuidade à suas ideologias. Uma das vitórias que considero mais relevante foi a conquista do voto feminino no nosso país: juntos homens e mulheres travaram essa luta. Um verdadeiro protesto e participação na vida pública.

Ao falar dessa luta, não poderia deixar de citar alguns nomes, fatos e algumas passagens da história que fomentarão minhas afirmações. Lembro o nome da grande educadora Leolinda de Figueiredo Daltro, natural da Bahia. Ela exercera o magistério em Goiás, onde trabalhou na catequese dos silvícolas. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, se tornou professora catedrática municipal, chegando à direção da Escola Técnica Orsina da Fonseca. Assim, “...A fim de colaborar na campanha eleitoral para a presidência da República, fundou, em 1910, a Junta Feminina Pró-Hermes da Fonseca, de quem era amiga da família, apesar das mulheres não terem o direito do voto. Com a vitória de seu candidato, continuou sua campanha pela participação da mulher brasileira na vida política do país. Concorreu como candidata à constituinte no ano de 1933...”

Constatei ainda que ao contrário de outros países, o movimento pelo voto feminino no Brasil partiu de um homem e não de uma mulher. O constituinte, médico e intelectual baiano César Zama, que, na sessão de 30 de setembro de 1890, durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana, defendeu o voto universal para todos os brasileiros, objetivando que as mulheres pudessem participar efetivamente da vida política do país. No ano seguinte, outro constituinte, Almeida Nogueira, defendeu a participação das mulheres como eleitoras e lembrou, na sessão de 2 de janeiro de 1891, que não havia legislação que restringisse seus direitos e que mesmo projeto da nova Constituição também não limitava esse exercício cívico. No mesmo raciocínio, Lopes Trovão, ao discutir a Declaração de Deveres, usou da palavra para defender com afinco essa causa, que para ele era como uma reparação que vinha tardiamente. Suas palavras foram contestadas com apartes veementes dos adversários da idéia, mas a cada frase, ele contestava com idêntico vigor.

Na sessão de 27 de janeiro de 1891, o deputado Pedro Américo assim falou: “*A maioria*

do Congresso Constituinte, apesar da brilhante e vigorosa dialética exibida em prol da mulher-votante, não quis a responsabilidade de arrastar para o turbilhão das paixões políticas a parte serena e angélica do gênero humano.” Outro parlamentar, Coelho Campos foi mais radical em seu pronunciamento: *“É assunto de que não cogito; o que afirmo é que minha mulher não irá votar.”* O próprio Ruy Barbosa e o Barão Rio Branco se manifestaram em defesa da igualdade política dos sexos.

E assim pudemos constatar que o Brasil perdeu a chance de ser o primeiro país do mundo a conceder o direito do voto à mulher. Em 1893, a Nova Zelândia teria a primazia da concessão do voto feminino. O constituinte e defensor da cidadania para a mulher brasileira, César Zama, em discurso afirmou: *“Bastará que qualquer país importante da Europa, confira-lhes direitos políticos e nós o imitaremos. Temos o nosso fraco pela imitação”.*

Resumo assim a nossa pesquisa e a luta dos guerreiros e guerreiras: O Presidente Getúlio Vargas resolve simplificar e todas as restrições às mulheres são suprimidas. Através do Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, é instituído o Código Eleitoral Brasileiro, o artigo 2 disciplinava que era eleitor o cidadão **maior de 21 anos, sem distinção de sexo**, alistado na forma do código. É importante ressaltar que as disposições transitórias, no artigo 121, dispunham que os homens com mais de 60 anos **e as mulheres em qualquer idade podiam isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral**. Logo, não havia obrigatoriedade do voto feminino.

Portanto, ser feminista não é privilégio somente das mulheres. A conquista, por parte das mulheres, deste importante instrumento de participação popular, o voto, foi fruto da coragem, tenacidade e sacrifícios, tendo a participação de muitos cidadãos, que independente da sua opção sexual, eram feministas. Hoje, sabendo o verdadeiro significado de feminismo e vendo tantos exemplos de grandes homens, me considero feminista, apesar de não ser um “César Zama” e possuir seu histórico de defensor dos direitos da mulher. Para tanto, o verdadeiro homem é aquele que respeita a mulher, promove a igualdade, a justiça, a solidariedade entre tudo, todos e todas. Assim, como reconhecedor da luta, da determinação de todas as mulheres que fizeram e fazem parte da nossa vida, realço, como exemplo - sem estipular a hierarquia entre os sexos -, nossa coordenadora pedagógica, que tanto me ajudou na compreensão desta questão e construção desta pesquisa e redação.



DISTRITO FEDERAL

Cavalos marinhos

João Paulo Sousa Maciel

Centro de Ensino Médio nº 01 de São Sebastião – DF

Relatar a homofobia e a lesbofobia por detrás dos panos foi um desafio que enfrentei com entusiasmo e dedicação. Mas não é fácil discutir esse tema, pois ele mexe com os valores que de certa forma ainda estão escondidos e muito reprimidos na sociedade.

Desde muito tempo, os homossexuais são vistos e julgados como “miseros sodomitas” que não possuem sentimentos e que trazem consigo doenças como a AIDS e outras. Muitos já foram até queimados pela ausência de coragem de assumir sua “identidade sexual”, para não dizer “opção sexual”. Estudos indicam que não é exatamente uma opção ou uma decisão para ser tomada, apontando que a pessoa já é assim por razões que a genética busca explicar.

Infelizmente, a Igreja tem contribuído muito para essa imagem ruim dos homossexuais, impedindo que tais pessoas possam ter filhos e levar uma vida simples como qualquer pessoa tem direito. Seria bom que os cristãos refletissem e percebessem a situação em que se encontra nosso país. Não há tempo para “condenar” o amor de pessoas que estão simplesmente oferecendo uma casa, alimento, carinho, afeto e tudo de que uma criança precisa, sejam estes quem forem.

Por este motivo, a cada dia que passa, vemos gays e lésbicas tomando as ruas atrás de seus direitos, atrás de quem os escute e de quem os ajude. Eles estão com toda a razão. Não há razão para os direitos não serem os mesmos, quando as obrigações sempre estiverem impostas a todos. O fato de um gay levar sua vida sexual dentro de uma casa, estando esta com filhos, não interfere na educação da criança, como qualquer casal heterossexual, se, é claro, houver sempre respeito e diálogo na família.

A estes atos de discriminar, julgar, violentar e de conceituar previamente os gays e lésbicas é dado o nome de homofobia e lesbofobia. É vergonhoso que em pleno século XXI, pessoas tão bem informadas ainda tenham preconceito contra os homossexuais. Tomando como exemplo essas pessoas, temos até mesmo alguns protestantes e negros. Não nos esquecendo que nos campos de concentração nazistas, estes também foram liquidados brutalmente, além dos judeus e homossexuais.

Como os oprimidos de ontem querem se tornar os opressores de hoje?

Há muitos casos de gays e lésbicas que atentaram contra a própria vida devido ao

fato de não conseguirem sobreviver às humilhações e às violências físicas, muitas vezes vindas em suas famílias, quando na verdade deveriam ser estes os principais acolhedores e partilhadores desse momento tão decisivo e determinante na vida de uma pessoa.

O fato de alguém ser diferente, não gostar do que você gosta, não vestir as mesmas roupas que você e não ouvir os mesmos CDs que você escuta não o torna superior ou inferior a ninguém. Eu sempre aprendi com minha mãe que é na diferença de uma pessoa que está escondida a verdadeira e mais pura igualdade. Todos nós somos diferentes, temos sentimentos diferentes e amigos diferentes, só que não percebemos, pois estamos sempre buscando semelhanças para esconder o vazio, o humano que nunca deixamos ir embora.

Houve muitos homossexuais que com suas “diferenças” almejaram, lutaram e conseguiram. Imortalizaram sua imagem na música, como Renato Russo, Cássia Eller, Cazuza e Tchaikovsky; na literatura, como Oscar Wilde; na arte e na pintura, como Leonardo da Vinci e Michelangelo, entre outros. Todas essas pessoas contribuíram muito na evolução e transformação social. Mesmo assim, eles ainda estão expostos aos horrores de pessoas preconceituosas.

Se todos nós deixarmos de lado nosso orgulho e ignorância e passarmos a ver melhor a pessoa íntegra, inteligente e gentil existente nos homossexuais, acabaríamos de vez com a homofobia e a lesbofobia. Falo isso porque tenho brilhantes amigos, os quais respeito muito, e que são homossexuais. De fato, esse seria o passo mais importante e necessário para conquistar a igualdade de gênero.



MARANHÃO

A importância das lutas feministas e o apoio masculino

Danilo Almeida Silva

Centro de Ensino Inácio Passarinho – Caxias – MA

Antigamente, as mulheres não tinham vez na sociedade, pois esta era machista. É válido lembrar que até poucos anos atrás alguns direitos, hábitos e profissões eram permitidos apenas aos homens. Entretanto, nos últimos anos, essa situação está se modificando graças aos movimentos feministas, inclusive, com o apoio masculino.

O resultado da transformação do modo de pensar da sociedade pode ser claramente percebido se forem observadas, por exemplo, as profissões. Há alguns anos nem se cogitava a hipótese de haver mulheres ocupando importantes cargos em empresas e repartições públicas, além disso, outras profissões, que antes eram exercidas por homens, hoje contam com mulheres em seu quadro profissional, como a profissão de mecânico, por exemplo. E toda essa mudança vem acompanhada também por um crescente apoio masculino às lutas feministas por mais direitos e igualdade na sociedade.

Durante o século XX, os movimentos feministas foram intensos, e o resultado disso é o maior espaço que as mulheres estão conquistando, que se estende desde o mercado de trabalho até campos importantes na sociedade, como a política; lembrando-se também a eleição de uma mulher para a presidência da Argentina. Esse tipo de conquista deixa mais claro que as pessoas estão se conscientizando da vital importância das mulheres, inclusive, velhos conceitos estão se modificando, ou mesmo desaparecendo, como as antigas idéias machistas, sendo substituídas por progressivas idéias de igualdade entre os sexos, que hoje possuem uma ampla aceitação masculina.

Algumas pesquisas mostram que, quanto maior o grau de instrução dos homens, maior seu apoio às lutas feministas. Homens mais conscientes apóiam mais suas mães, irmãs e companheiras na luta por mais direitos e, conseqüentemente, igualdade na sociedade. Mas, assim como o grau de instrução entre os homens é importante para que estes reconheçam a importância feminina na sociedade, o estudo também é um fator fundamental para que as mulheres saibam identificar, defender e lutar por seus direitos. A educação, portanto, figura como importante elemento nas lutas feministas, pois através da informação é que a sociedade pode se modificar, quebrando arcaicas estruturas e eliminando entraves.

Também deve ser lembrado que, dados estatísticos das últimas décadas revelam a consolidação das conquistas femininas de igualdade de direitos. Por exemplo, balanços divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que as

mulheres já representam boa parte da população ocupada e que muitas famílias já são chefiadas por elas, algo está se tornando cada vez mais comum. Outros dados também revelam que o percentual de homens que trabalham e também se ocupam de afazeres domésticos está aumentando. Dados como estes ratificam as mudanças pelas quais a sociedade vem passando, não só no Brasil, como também no mundo.

No entanto, apesar de todas as conquistas ao longo dos últimos anos, as mulheres ainda encontram muitos entraves como, por exemplo, o preconceito. No mercado de trabalho, apesar de as mulheres já virem ocupando importantes postos de trabalho, ao se comparar o salário relativo das mulheres à mesma profissão com o de homens, poderemos observar que o salário delas, na maioria das vezes, é menor.

Porém, se observarmos outros pontos com relação à importância das mulheres na sociedade, veremos que hoje em dia a presença feminina é indispensável em várias áreas, que antes, inclusive, eram apenas ocupadas por homens. É necessário também observar que ainda falta muito a ser conquistado e que barreiras ainda devem ser quebradas, e o apoio masculino é extremamente necessário.

Um exemplo importante é na área de esporte. No futebol feminino, a seleção brasileira mostrou que neste esporte, antes dominado pelos homens, as mulheres também têm competência e conquistaram seu espaço. A eleição da jogadora Marta como melhor jogadora do mundo em 2007 prova isto e ratifica a quebra de barreiras e preconceitos impostos às mulheres. Este exemplo pode ser estendido a outras áreas e mostra como a presença feminina tem se tornado cada vez mais comum e o respeito a elas tem aumentado. Outro exemplo no esporte é que muitas mulheres estão ocupando cargos na arbitragem do futebol, impondo e sendo respeitadas neste esporte, lembrando sempre do apoio masculino que vem crescendo também na área esportiva, não só no futebol como também em vários outros esportes.

Tendo em vista o que foi exposto, pode-se concluir que os movimentos feministas obtiveram importantes conquistas ao longo dos últimos anos e o número de homens que apóia as lutas pelos direitos das mulheres é cada vez maior. Espera-se, portanto, que futuramente tenha-se uma sociedade com igualdade de direitos entre homens e mulheres, sem preconceitos e barreiras entre os sexos.



MATO GROSSO

Nem apenas eu, nem outro você, mas sim um pouco de nós*Maiara Larissa Daronco*

Colégio Mãe da Divina Providência – Primavera do Leste – MT

Inseridos no contexto em que vivemos, nunca se ouviu falar tanto na palavra diferença, seja por seu significado peculiar ou pela maneira que a enfrentamos. A realidade é que pouco se entende sobre as diferenças, caso contrário já teríamos compreendido que elas existem para que tudo o que permeia o homem atinja um significado relevante a sua própria formação.

Homem não é mais forte, nem mais valente, nem mais fraco que uma mulher, assim como uma mulher não é mais sensível e delicada do que um homem. As diferenças de caráter, personalidade, nossas características físicas e psicológicas são resultados da interação que homens e mulheres desenvolveram ao longo dos anos com o meio em que vivem. As peculiaridades existentes entre os indivíduos não são um caráter restrito do sexo, mas um gradual e ininteligível processo humano.

Relacionar diversidades ao sexo que um indivíduo possui é uma maneira pré-conceituosa que o próprio ser humano encontrou para subordinar o outro ao seu domínio. Fazer das diferenças, sinônimos de “pior ou melhor”, “certo ou errado” são conceitos que a sociedade mantém através de seus clichês e falácias para subordinar os indivíduos que a compõe ao sistema que ela impõe. Nos primórdios da humanidade havia a ignorância que subordinava a obediência absoluta da mulher ao homem, sendo apenas um objeto de procriação, incapacitada de trabalhar, demonstrar e ampliar suas inteligências. Hoje, século XXI, tempo da tecnologia e do conhecimento, o que faz a humanidade render-se a conceitos machistas e injustos? Quem sabe, a ignorância não tenha sido vencida por completo e, em meio a tantas mudanças e informações, o ser humano tenha perdido sua essência, desconhecendo seus próprios valores e reais necessidades. A humanidade nunca foi apenas um homem ou uma mulher, mas um homem e uma mulher que juntos deram origem ao hoje, à nossa existência. Construir a igualdade de gêneros consiste no processo de aceitar que diferenças existem porque somos seres humanos sujeitos ao determinismo do meio em que vivemos. Para entender que diversidades constroem igualdade, dois personagens de nossa literatura serão utilizados para que a reflexão que busco seja de maneira mais exímia alcançada.

O grande objetivo de Literatura sempre foi buscar através de uma auto-reflexão e estudo, respostas para as inquietudes humanas. A partir desta idéia destaca-se uma obra de Guimarães Rosa, que de maneira singela e real demonstra as características humanas diante das ações e das sensações que ele é induzido a realiza e conviver

dentro de suas relações com indivíduos semelhantes. Grande Sertão Veredas é um reflexo do que somos.

Dentro do contexto do sertão, Riobaldo um jagunço que ama a sua terra e anseia por justiça, possui temores e dúvidas referentes às suas convicções políticas, religiosas e sexuais. Diadorim é uma mulher que para vingar a morte de seu pai, passa a se vestir e agir como um homem, caso contrário não conseguiria entrar na guerra. Sua identidade permanece oculta até a hora de sua morte, e é esta faceta que irá revelar a magnitude humana.

Diadorim será uma metáfora para a mulher dos tempos modernos: corajosa, decidida, forte, que luta por seus ideais e quer conquistar sua independência como mulher naquela sociedade machista. O fato de a personagem se caracterizar de homem não permite que ela deixe sua feminilidade, nesse momento mundos masculinos e femininos, através de interação forçada pela imposição do meio, passam a coexistir. Ideais masculinos e femininos passam a se complementar, o que faz com que os jagunços muitas vezes não entendam aquele “homem” por completo e deixem Riobaldo conturbado pelo que ele passa a sentir pelo “seu amigo”.

Ao desenrolar da guerra, Riobaldo e Diadorim desenvolvem uma bela amizade, o tempo vai passando, esse sentimento cresce, diferencia-se e cria dúvidas e confusões, pois Riobaldo não entende o que sente. Como nunca havia tido grandes amizades com homens, o jagunço acaba pensando que ama aquele “amigo”, porém vivendo na sociedade machista e pré-conceituosa, um homem não poderia “amar” outro.

A sociedade impõe ao homem conceitos que ele desconhece até o momento de conhecê-los e enfrentá-los de fato. A homossexualidade é uma relação muito rejeitada em nossa sociedade, justamente pelo fato de as pessoas não interpretarem este sentir. Na obra de Guimarães Rosa, Riobaldo ama o que de fato Diadorim é, e esta é uma das maiores dádivas humanas. Riobaldo admira a bondade, a honestidade de seu “amigo”, surpreende-se com a força que mostrava perante os obstáculos daquela guerra. As conversas com Diadorim o acalmam, dão força, o fazem querer ser um homem melhor, tantos dizeres, tantas ações que ele nunca havia percebido em um homem, o surpreendem, ele aprende. Em momento algum as personagens desenvolvem sentimentos que nós, homens e mulheres, não desenvolvamos por pessoas do mesmo sexo. O que nos faz querer admirar e respeitar uma pessoa, são os sentimentos que ela possui, são características que almejamos e não possuímos ou não conseguimos compreender.

Não existe uma única verdade, um único conceito, uma única beleza, nada é igual, o processo de mudança é constante e essencial para que o homem cresça e aprenda. Em nossa sociedade, na consciência de cada indivíduo deve estar a certeza de que

somos diferentes por sermos humanos, por estarmos sujeitos a realidades, a situações diversas, o contexto em que nos encontramos nos faz agir, pensar de uma certa forma. Estamos susceptíveis a várias provações sendo que a maior delas é compreender o imenso e complexo mundo humano. Em nossa sociedade, pode-se dizer que falta compreensão, só a partir daí é que diferenças serão fatores de aprendizagem e crescimento, pré-conceitos serão exterminados, assim, homem aprenderá com homem e, conseqüentemente, evoluirá para um mundo mais justo, humano e igual, não apenas de um ou de outro, mas um local construído pelo pouco que cada um de nós somos e representamos para a existência singela e completa do viver pleno e verdadeiro.



PARÁ

O sexo e a *bunda* na sociedade neoliberal

Zilmara Zamyra da Silva Almeida

Colégio Pitágoras de Carajás – Parauapebas – PA

Programas de TV, novelas, músicas, propagandas... Na mídia, a beleza feminina e o sexo são usados como “marketing” para o sucesso do capitalismo neoliberal, que dispensa respeito e ética.

Uma mulher loura, por exemplo, praticamente nua, com o corpo belo e a “bunda” despida, servindo uma “cervejinha” numa propaganda. Isso mesmo, uma “bunda” despida. Aliás, a “bunda” é a parte do corpo que faz mais sucesso na mídia. Ela vende produtos, atrai admiradores, é tema musical... A “bunda” é demais!

Uma mulher de biquíni na praia, há poucas décadas, causou tanta inspiração que suas curvas expostas, ou seja, a “bunda” também, virou até tema de música que até hoje faz sucesso: *“Olha que coisa mais linda, mais cheia de graça, é ela menina que vem e que passa, num doce balanço a caminho do mar...”*. Nos dias de hoje, um fio apenas veste a maravilhosa pessoa que a “bunda” se tornou. Afinal, a bunda canta, dança, ri, fala...

Nas novelas, a história de amor gira em torno de um casal bonito: o rapaz, um galã e a moça, uma mulher bela e cheia de curvas. Na atual “novela das 8”, *Duas Caras*, exibida pela Rede Globo de Televisão, uma das cenas que mais arrancaram audiência do público foi a cena em que a personagem Alzira, interpretada por Flávia Alessandra, faz uma dança erótica num palco, praticamente despida. Ela fazia de tudo com aquela haste.

O sexo também é muito usado na mídia. Em programas comumente assistidos por famílias inteiras e isso inclui também as crianças, é possível entendermos uma relação amorosa seguindo o seguinte modelo: uma mulher conhece um homem, não demora muito e ela o beija. Mas poucos encontros acontecem e o casal já vai para a cama. O que um jovem pensa quando vê uma cena dessa? Naturalmente, vai achar que é a coisa mais natural do mundo fazer sexo com uma pessoa que acabou de conhecer, ou pior, seguir o exemplo de um personagem que pode ter se tornado popular em certo local por ter atitudes como essa.

Olhando um site de artigos (www.portaldoespirito.com.br), encontrei a seguinte declaração, feita por Joanna de Ângelis, com a qual eu concordo plenamente: *“[...] Outros modelos da formação da personalidade infantil, apresentados pela mídia, têm como característica a beleza física, que vem sendo utilizada como recurso de crescimento econômico e profissional, quase sempre sem escrúpulos morais ou*

dignidade pessoal. O pódio da fama é normalmente por eles logrado a expensas da corrupção moral que viceja em determinados arraiais dos veículos da comunicação de massa. É inevitável que o conceito de dignidade humana e pessoal, de harmonia íntima e de consciência seja totalmente desfigurado, empurrando o jovem para o campeonato da sensualidade e da sexualidade promíscua, em cujo campo pode surgir oportunidade de triunfo..., triunfo da aparência, com tormentos íntimos sem conta.” As pessoas desejam ser valorizadas, desejam ter sucesso, triunfar. Por meio da mídia, elas percebem que através da sexualidade isso é possível.

O corpo humano e o sexo foram banalizados.

Além disso, existe aquele conceito de beleza divulgado pela mídia: a mulher bela, que é magra, branca, olhos claros, cabelos castanhos e lisos, nariz bonito e sorriso perfeito, é a mulher gostosa, que é bronzeada, tem seios grandes, quadris largos, pernas grossas, cintura fina e rostinho bonito. Verão é praia e inverno é bronzeamento artificial.

Todo mundo quer ser gostoso. Até os homens, que, em geral, eram mais desleixados em relação à beleza, querem estar à altura dos galãs de novela: altos, musculosos e sensuais. É *botox*, lipoaspiração, escova progressiva... E quem não tem “bunda” sexy, eis a solução: silicone! Silicone em todo lugar: seios, lábios, panturrilhas...

A mídia não deixa a sociedade pensar.

Estamos sendo bombardeados por imagens eróticas por todas as partes! Cada vez que a mídia veicula uma imagem, uma cena de “nudez”, nutre a vontade que a sociedade, em geral, tem de ser belo também. Há tempos que a beleza não é considerada mais arte, e sim uma ditadura. As pessoas querem lançar a sua moda, seu corte de cabelo, suas roupas, seu estilo.

Atualmente, é muito difícil ver uma pessoa que está satisfeita consigo mesmo, que não tenha vontade de ter o sorriso da Júlia Roberts, os lábios de Angelina Jolie, os cabelos de Hellen Ganzarolli, os quadris de Juliana Paes e os seios de Danielle Winits... Ou um homem que não deseje ter um rostinho de anjo como o de Reynaldo Gianecchini e *sex appeal* de Marcos Pasquim, afinal, o conceito de beleza que a mídia veicula é o conceito que já foi adotado pela sociedade. A mesma sociedade capitalista e neoliberal que usa o corpo como estratégia de marketing. Esta sociedade que se transforma à medida em que a mídia apresenta seus novos estereótipos.



PERNAMBUCO

As aparências enganam

Adélia Andrade de Araújo

Escola de Aplicação Prof. Chaves – Aliança – PE

Da janela do meu apartamento é possível ver inúmeras coisas. Algumas destas, de tão boas, não gostaria de esquecer; outras, porém queria nem as ter visto. Pessoas vêm e vão na agitação de fim de tarde, quando todas voltam do trabalho, pensativas e mergulhadas em seus próprios problemas. Mas há aqueles que preferem preocupar-se com os problemas alheios, e de fato o fazem.

Há aproximadamente seis meses, se não me falha a memória, chegaram dois novos vizinhos ao condomínio. Eram simpáticos e não incomodavam ninguém, porém muitos já estavam incomodados com os mesmos. Confesso que, num primeiro momento, achei muito estranho ver dois homens abraçados no prédio, mas preferi não me intrometer. Afinal, se era ou não aquilo que eu estava pensando, não dizia respeito a mim. E todos somos livres para fazermos nossas próprias escolhas.

Com o passar dos dias surgiram vários rumores a respeito dos novos vizinhos.

- Vocês já viram os vizinhos do 102?
- Já. Eu acho realmente um absurdo. Eles usam até aliança.
- Me disseram até que já estão pensando em adotar uma criança. Já pensou?
- Acho que é mesmo o fim dos tempos.
- Soube que um deles está com AIDS.
- Isso é mesmo um desrespeito à moral e aos bons costumes. Onde já se viu? E ainda por cima aqui onde moram tantas crianças. Já vi que este mundo está realmente perdido. Onde está a síndica que não vê isto?

No início tudo não passava de comentários maldosos, depois vieram reclamações com a síndica e abaixo-assinados, até que a situação ficou completamente insustentável. Pelos corredores só se ouvia falar sobre os “perversos do 102”. Ouvi até dizer que os dois eram procurados da polícia por estuprar e matar nove garotos. Por onde eles passavam as pessoas se afastavam cochichando e as mães tapavam os olhos de suas crianças e, por incrível que pareça, até mesmo os cachorros latiam incansavelmente. Eu não conseguia entender o que havia de errado com eles. O pior de tudo que eu me sentia... Não. Eu era um deles, talvez o pior de todos. Pois eu via tudo e não fazia absolutamente nada. Era mais um fraco que se deixa manipular pelas regras impostas pela nossa sociedade hipócrita que nos impede de manifestar nossa individualidade, julga as nossas diferenças, pois, na verdade, é uma sociedade injusta e preconceituosa.

No fundo, eu tinha medo. Medo do que pensariam de mim. Sei lá.

A atmosfera no condomínio estava cada vez mais pesada e, como era de se esperar, surgiram mais boatos e afirmações infundadas.

Ainda lembro como se fosse ontem o dia em que a vizinha que morava ao lado deles veio correndo avisar a todo mundo a “pouca vergonha” que estava acontecendo na casa dos vizinhos. Todos foram ver o que se sucedia. Chegando lá todos escutavam:

- Aqui tá bom?
- Não mais embaixo.
- Assim tá bom?
- Não um pouco mais em cima.
- E agora?

A vizinha do 49 exclamava scandalizada — Que absurdo! Em plena luz do dia!

— É isso aí. Ninguém vai fazer nada? Será possível que não tem nenhum homem aqui para expulsar estes dois daqui a pontapés?

— Eu vou arrombar a porta.

E assim o fez. Mas se soubesse o que estava por trás daquela porta não o faria. Simplesmente não sabia como agir naquela hora, como se explicar. Contemplava-se uma enorme expressão de espanto nas faces daqueles homens ao ver que a porta havia sido arrombada e ao observar a multidão que se encontrava à frente da sua casa. Um deles estava tentando pôr um quadro na parede enquanto o outro dava sua opinião. Sobre o móvel da sala via-se uma fotografia muito antiga que mostrava um homem, uma mulher e seus dois filhos. Percebia-se claramente que aquelas duas crianças e aqueles homens se tratavam das mesmas pessoas.

Acontecimentos como esse ocorrem diariamente em grupos sociais que se intitulam como civilizados e liberais. Milhares de pessoas, em todo mundo, são vítimas de uma sociedade hipócrita que padroniza comportamentos e opções discriminando cruelmente aqueles que optam trilhar por outros caminhos em busca da felicidade. Se pararmos para observar algumas civilizações muito antigas, veremos que eles tinham uma visão muito mais moderna e consciente sobre o homossexualismo do que o homem de hoje.

Os antigos gregos, por exemplo, diziam que no princípio as pessoas eram formadas por duas partes, uma masculina e outra feminina. No entanto, havia aqueles que eram constituídos por duas partes masculinas ou por duas partes femininas. Após esses seres duplos terem se rebelado, os deuses resolveram separar essas duas partes

como represália. Pois sabiam que uma não vivia sem a companhia da outra. E até hoje as pessoas vivem em busca de sua outra metade, por isso determinados indivíduos procuram numa pessoa do mesmo sexo o verdadeiro sentido da vida.

Homossexualismo não é uma doença. A questão é que muitos preferem acreditar na idéia incabível de que os homossexuais são inferiores aos heterossexuais. Cabe a cada um rever seus conceitos e concepções, pois somos seres racionais, portanto responsáveis pelos nossos atos. Então, vamos fazer valer a igualdade de gênero no nosso país.



RIO DE JANEIRO

O Poeta e o Doce Desprezo

Pedro Eduardo Ferreira

Centro de Estudos Supletivos - Petrópolis – RJ

Um poeta, escrevendo sobre igualdade de gênero a pedido de uma renomada revista cultural, a “Culturalíssima”, em um momento de apaixonada inspiração, disse em seus versos de amor: “Mulher, como viver sem ti?”. Mas o poeta, em um momento de exacerbada devoção, até alcançou dizer: “Mulher, como existir sem ti?”.

Este poeta, vaidoso pela tal inspiração, com um sorriso confiante que guarda uma terna loucura de escritor, se deixou viajar ao passado por um instante, a pensar nas amigas de escola que não o quiseram namorar, deixando escapar frente ao espelho um: “ah se elas me vissem agora!”. Porém, eu disse-lhe que ainda não chegara ao cume da questão sobre o valor da igualdade de gênero, o que lhe causou assombro, depois preocupação, visto que ele tinha-me como uma espécie de sábio.

Creio que o sentimento deste poeta, com o caderno no colo sentado no sofá, coçando a nuca com a caneta e caçando palavras que soem gentis ao público, seja até cordial e bem intencionado, porém ainda imaturo o que o faz apoiar-se no lirismo, seu forte. Contudo, seu texto ainda não “chocou”, como ele gostaria.

Amigos leitores, ao fim desta redação, certamente o poeta, meditando no que eu irei escrever, encontrará o desfecho ideal para encerrar seu poema, pois apesar do carinho que tem pela mulher, apenas a enxerga como musa inspiradora e como aquela que tem o nobre dom de dar a luz aos homens. Aqui, veremos uma forma “mais além” de se amar e de se ser cúmplice: a compreensão incondicional.

Insistiu o poeta: “Se existiram grandes homens, grandes foram as mulheres que os geraram”. Tudo o que os mais preconceituosos querem é unir uma frase como esta para que possam afirmar: “Não vêem? De fato, a mulher nasceu para cuidar da casa e gerar filhos apenas.”

Desculpe amável poeta, mas a mulher não é só a maravilhosa, linda, esplêndida, doce amiga e amante que vai lhe dar 5 filhos e fazer bolo de fubá para os seus netos! É possível ser preconceituoso, em meio a doces, galantes e bem-intencionadas palavras, sabia amigo? Subestimação, eis a questão.

É, poeta, as mulheres são mais espertas do que se pensa, fazem coisas tão bem quanto os homens, às vezes até melhor. Sabe, estes dizeres, de maravilhosa caligrafia, os quais tanto admiras em tua xícara de porcelana inseparável, foi uma mulher que os gravou.

A frase? É de uma poetisa anônima. A fábrica de xícaras? É de outra pessoa: Dona Condessa de Porcelle, uma francesa judia que conheceu Adolf Hitler pessoalmente, mas viveu para contar.

Estamos em tempos modernos. Vindo de ônibus até aqui, notei que quem dirigia tinha uma beleza rara... Calma amigo, não ria! Tratava-se de uma motorista que além de bonita, fez-me sentir andando de avião em meio às ruas do subúrbio. Muito competente.

De fato, o sexo não determina a capacidade. Os dons não escolhem o sexo. Existem tendências, claro, mas pense num jogo de xadrez: cada peça exerce uma função e tem um momento estratégico para ser usada. Assim é o homem e a mulher, o fim e o começo, o zagueiro e o atacante, o sol e a chuva, a água e o fogo...

Às Vezes, para se alcançar um objetivo, é preciso força. Às vezes, a solução é a delicadeza. Mas espere! Você deve estar pensando: “o homem é a força e a mulher a delicadeza”. Seria óbvio demais, amigo. Estamos falando de igualdade, que seja sem demagogia. Há homens que não constroem nada na vida; há mulheres que montam, sozinhas, grandes empreendimentos; há mulheres que são péssimas mães; e há bombeiros, por exemplo, que se arriscam e, às vezes, morrem para salvar o próximo. Há homens maus e bons, mulheres vice-versa.

O bom e o ruim somos nós que fazemos. Se for através da força ou da delicadeza que você vai agir, não sei, mas se for através da união, homem e mulher juntos, certamente os resultados serão melhores.

O sucesso depende do talento, da educação, da formação, da dedicação, da sabedoria, do desempenho geral de cada indivíduo. Um pouco de sorte não faz mal a ninguém, mas também querer ser o que não é, não faz bem a ninguém.

Quem dispõe de uma boa raiz, dará bons frutos.

Interessante: se o homem tem maior força física, a mulher pode agüentar a dor oito vezes mais que o homem, segundo estudos científicos. Mas segundo eu, (se me permitem), o homem provoca na mulher oito vezes mais dor quando age com preconceito, quando a despreza, a subestima... O doce desprezo soa amargo. Às vezes abala mais que um tapa fruto de “alcoolismo”, ou seja lá qual fora desculpa usada pelos monstros agressores, (se também me permitem o momento irônico). Alcoolismo, claro... Coitado! Ele não sabe o que está fazendo! Mas sabe em quem está batendo, porque nunca batem em alguém maior que eles. Muitos dos agressores dizem que a mulher o traiu, que não presta, etc. Porém, creio que o agressor é muito mais indigno que qualquer agredido, pelo modo violento e insano de tratar as questões.

Realmente, o preconceito com as mulheres a nível mundial, é de proporções físicas e psicológicas. Em alguns países árabes de religião mulçumana predominante, não podem trabalhar... Nos países capitalistas, elas trabalham, mas ainda ocorre, o fato de ganharem menores salários para cumprirem os mesmos deveres atribuídos aos homens.

O homem dominou o planeta terra totalmente, a ponto de colocar em risco sua própria existência, sem contar a dos animais. Muitos já se extinguíram ou estão por se extinguir. O assunto não é meio ambiente, mas tem a ver, pois se trata desse espírito devorador e dominador do “macho homem”, que não sei por que, ainda não mudou o nome do planeta terra, para planeta terror!

Não sei onde esse mundo vai chegar, mas uma das medidas de emergência que o homem pode tomar já, é o da igualdade de gênero. Se já não é possível salvar tudo, salvemos ao menos as pequenas coisas, que, na verdade, são as maiores: amor, compreensão, igualdade. Precisamos de vocês, mulheres. O mundo está agonizando de problemas, mas às vezes é preciso sofrer, perder, para se dar valor a algo, e este algo são vocês. Desculpe-me por aqueles que não te dão valor.

O poeta levantou-se, pensativo foi à janela respirar, sentir a brisa do vento, contemplando a bela vista que dava para um jardim. Com sua xícara de anos na mão canhota, tomou um gole de chá de maçã e sentou-se novamente, precisando encontrar a frase ideal para o desfecho de sua obra. Que não seja de gratidão, que não seja de paixão, nem de tanta razão... Que seja coerente. Então voltou-se ao caderno, com a idéia quase na mão.

De repente, dois passarinhos pousaram na janela, felizes, a beberem o chá na xícara que ele esquecerá lá, cujo dizer era: “Desculpe se não te dei valor”.

Como que por um raio de luz, por fim, concluiu brilhantemente o poeta seu texto: “Mulher, me ajude a não me destruir”.



RIO GRANDE DO NORTE

Igualdade, antes tarde do que nunca

Mikael Nilton de Araújo

Escola Estadual Vicente de Fontes – João da Penha - RN

Ainda vivemos em um mundo em que participações diferentes são agregadas a pessoas diferentes, principalmente, se é homem ou se é mulher. Visões distintas formam-se em tomo de determinadas pessoas. O reconhecimento não é distribuído igualitariamente, atitudes tão ou mais importantes, que algumas outras, caem no esquecimento. Apesar de todas as mudanças ocorridas ainda não chegamos em um patamar de real igualdade entre os sexos. Se quisermos mudar esse quadro temos que analisar e refletir sobre os erros passados e os ainda existentes, justamente na convivência entre homem e mulher no espaço social, a fim de contribuir para que façamos uma sociedade regida por homens e mulheres, sem nenhuma disparidade de papel e funções.

Durante toda a história da humanidade são raros os relatos de façanhas femininas, na verdade, quase não há divulgações sobre os feitos femininos em relação às conquistas obtidas pelo sexo masculino. No campo das ciências, observa-se que são sempre os homens que a mídia divulga como pioneiros nas idéias revolucionárias, tecnológicas e científicas em relação às idéias advindas do lado feminino. Até parece que as mulheres não eram ou não são capazes de chegar a tais conquistas, que se não fossem os homens nós ainda estaríamos na pré-história. De fato, isso não passa de um mito e/ou preconceito no tocante à capacidade de criação, produção e de invenção da mulher. O que lhe falta são oportunidades e mais pluralidade no reconhecimento dado, quando, na realidade, sabemos que espaços iguais erguem uma sociedade sob os alicerces da boa convivência e da ética, abolindo as discriminações.

Somos reconhecedores da contribuição que as conquistas masculinas trouxeram para a sociedade, seja na área tecnológica, científica ou política, realmente, todas foram de suma importância e de merecimento de destaque, no entanto, sentimos falta das contribuições femininas para a sociedade, onde as mulheres estavam? Certamente elas existiram em todas as épocas, a ausência não era de mulheres, mas de espaços iguais, fazendo assim uma submersão de suas idéias. Reconhecer os erros já é um primeiro passo a ser dado, a caminhada que segue visa uma mudança nas atitudes.

Dentre os vários casos de repressão às mulheres um deles se faz perceptível nos próprios livros didáticos de história, os quais nos trazem aprendizados sobre os mais diversos casos ocorridos com a humanidade, principalmente, de gerações passadas, e revirando esses livros iremos nos deparar com nomes de grandes homens que fizeram história, contudo são ínfimas as passagens que relatam nomes de grandes mulheres.

Salvo algumas como Joana d' Arc, uma jovem francesa que guerrilhou contra os ingleses, sofreu o peso da discriminação do sexo e acabou por ser condenada à morte numa fogueira, não é tarefa fácil lembrar de nomes de mulheres que estão inseridas nos livros de história.

Tarefa ainda mais difícil é lembrar de mulheres negras que deram contribuição à história. Joana d' Arc sofreu por ser mulher, camponesa, pobre, entretanto, ela não era negra, esteve abstraída, pelo menos, desse preconceito. Talvez se ela fosse um homem, teria tido mais exaltação e mais reconhecimento diante da sociedade da época, o que repercutiria até os dias atuais.

Outra situação que demonstra claramente que a mulher sofre um grande preconceito da sociedade se dá no campo da política, não só no Brasil, mas também em outros países do mundo inteiro. Na política mundial, sempre que uma mulher assume cargos é motivo de surpresa e novidade, sinais da não-rotina de tais fatos, o caso ainda é de mais admiração se a mulher, de exemplar façanha, for negra. Se todos já fossem habituados a conviver com situações como essa, não haveria com o que abismasse.

Percebe-se, desde então, que não é comum uma mulher na política, uma mulher com iguais liberdades de votar e ser votada dentro de uma democracia. Nesse sentido, vê-se de longe que a abolição dos preconceitos não é total e que a igualdade pregada não passa de leves oscilações entre o aceitar e o querer esconder ou o ofuscar do mundo.

Trazendo a questão política para dentro do Brasil, o sistema segue os demais. Em tantos anos de democracia não há nenhuma presidenta eleita até hoje, se na Câmara de Senadores ou na Câmara de Deputados as mulheres sempre representam a minoria, a realidade também reflete nos cargos de governadores, prefeitos e vereadores de todos os estados brasileiros, ainda assim dizemos que somos os mais igualitários. Mulheres qualificadas, com braço forte e com idéias renovadas, certamente, existem num país tão imenso, os meios de oportunidades para essas é que não existem, há uma repressão da sociedade causando um acanhamento por parte das mulheres que se sentem discriminadas, impedindo-as de se erguerem em meio à sociedade atual. As frustrações existem para todos, mas se tornam maiores quando são causadas por todos.

Uma outra questão de desigualdade surge no meio científico e/ou tecnológico, sendo esses os que mais estão ligados à sociedade atual, sugerindo, assim, uma mudança em nossos conceitos atuais. De nada adianta pesquisar e constatar que no passado houve erros, como os supracitados, se atualmente ainda há erros que devem ser superados, dentre eles a ausência do reconhecimento devido a trabalhos científicos e tecnológicos realizados pelas mulheres e, muita das vezes, a ausência dos próprios trabalhos com realização das mulheres.

Temos o conhecimento de que são poucos os trabalhos realizados nestas áreas que remetem às mulheres, os homens ainda exercem domínio, principalmente sobre as áreas de exatas e biológicas. Será, realmente, algo genético, ou, apenas, conceitos colocados pela sociedade que acabou por atingir um alto nível de padrão? Estudos tentam buscar respostas na genética, entretanto, o certo é que, se é genético a sociedade faz com que essas diferenças genéticas cheguem a seu mais alto nível, e se não é genético nós fizemos com que as discriminações erguessem um padrão a tão alto ponto.

Aspirar por uma maior igualdade e valorização dos trabalhos femininos, não significa deixar de valorizar os bons trabalhos feitos pelos homens, ao contrário, o que queremos é transformar os erros em soluções e não, apenas, mudar de erros. Desta forma, desejamos ascender mulheres de muita capacidade fazendo com que possam lutar em igualdade com os homens para conseguirem seus espaços, objetivando trazer mais melhorias para a sociedade e uma equiparação entre os gêneros seja em quaisquer áreas.

Nossa sociedade tem bastante força para levantar-se e caminhar em direção à mudança, como já demonstrou na superação de vários problemas, o importante é não abandonar os ideais e buscar os meios de mudança, buscar pessoas que queiram mudar e investir fortemente nesses guerrilheiros, abandonando e não se deixando abalar por fracassados e discriminatórios.

Portanto, otimizar as nossas relações e os espaços entre homens e mulheres são formas de rever o conceito de convivência atual, a qual necessita de mais pluralidade para obtenção de uma mudança verídica e a construção de uma igualdade, mesmo que uma tanto quanto tardia, porém necessária.



RIO GRANDE DO SUL

De jaleco e salto alto

Melissa Vanzella

Instituto Rio Branco – São Leopoldo – RS

Um dia desses, pensando em um modelo de mulher perfeita, aquele que exprimisse todas as qualidades da mulher, não pude pensar em outro senão a famosa boneca Barbie que, há mais de quarenta anos, encanta a todos com sua beleza e feminilidade. Ao longo desses anos, a boneca assumiu diferentes papéis: foi veterinária, garçonne, bailarina, repórter, médica, entre outros, além da clássica princesa. Porém, alguma vez já se viu a boneca como engenheira ou cientista? Ao menos durante a minha infância, bonecas como essas nunca foram vistas e, como elas são uma espécie de ícone para as meninas, isso dá às jovens a idéia de que a mulher perfeita não pode realizar trabalhos como esses.

Essa é, sem dúvida, uma das causas do desinteresse das jovens pelas ciências duras (as engenharias e as exatas), pois não existem modelos atraentes que despertem o interesse nessas áreas. Obviamente, ninguém tem a obrigação de fazer propaganda de tais carreiras, mas também não há a necessidade de depreciá-las: as mulheres cientistas são vistas como mal-amadas, solteironas convictas e anti-sociais porque a maioria das pessoas acredita que elas acabam vivendo apenas para o trabalho (o que não necessariamente ocorre apenas em carreiras científicas, ou somente com mulheres).

Somente as explicações dadas, geralmente por homens, do por que as mulheres não são capazes de realizar tais serviços são piores que esses comentários. Elas variam desde argumentos biológicos, como a força física, e aspectos psicológicos, como as variações emocionais ou a falta de agressividade, até opiniões bem machistas de que as mulheres, tendo que cuidar da casa e dos filhos, não podem ter uma carreira tão promissora a ponto de ganharem mais que eles ou chegarem a ser suas superiores.

Somente no século XX foi permitido o ingresso da mulher no mercado de trabalho e, há apenas algumas décadas, conquistou o direito de estudar. O seu ingresso em universidades para formação superior é, portanto, ainda mais recente. Se já era difícil ter uma formação acadêmica, imagine o quão complexo era exercer funções não desempenhadas pela mulher naquela época, como o direito e a medicina que hoje são bastante comuns. Dessa forma, pouquíssimas foram as mulheres que se aventuraram a ignorar os comentários da sociedade e se tornaram pioneiras nas atividades científicas.

Infelizmente, raramente vejo alguma referência a essas mulheres nos livros didáticos, acho que os historiadores decidiram ocultar a presença das mulheres nas atividades científicas, talvez por temerem as conseqüências dessas informações, ou simplesmente

por acharem que as mulheres não mereciam ser lembradas. Só percebi isso alguns anos atrás, quando vi que, em meu livro de Química do Ensino Médio, o nome de Marie Curie não é nem sequer mencionado. Um pouco injusto para quem recebeu dois Prêmios Nobel por seus estudos sobre a radioatividade.

É verdade que a situação da cientista brasileira ainda é melhor que a da europeia, que chega a ganhar até a metade do que os homens tendo que trabalhar, às vezes, até mais que eles. Porém, mesmo tendo os mesmos direitos dos homens, as mulheres ocupam menos de dez por cento das cadeiras da Academia Brasileira de Ciências.

Muitas meninas que, quando criança, desejam seguir uma carreira científica acabam desistindo quando ficam mais velhas, principalmente por não ouvirem da sociedade uma palavra motivadora. Não foram poucas as pessoas que, quando ouviram o que decidi estudar, fizeram uma cara estranha, quase que de nojo, ou perguntaram se eu não queria dizer outra coisa, ou ainda pior: fingiram que se interessavam pelo curso, mesmo não sabendo nada sobre ele.

Diante de tudo isso - as barreiras do mercado de trabalho, o preconceito e as limitações pessoais -, às vezes me pergunto se realmente vale a pena seguir um caminho tortuoso e continuar no rumo das ciências exatas onde farei parte de uma minoria, ou se não seria melhor e, conseqüentemente, mais fácil, abrir mão das qualidades que possuo e seguir o caminho das ciências humanas, acompanhando, assim, a maioria.

Por um bom tempo, fico pensando nisso e, depois de muito refletir, percebo que, definitivamente, eu não devo mudar quem eu sou para me tornar aquilo que os outros esperam que eu seja e seguir, assim, os preceitos de uma sociedade contraditória (em que todos somos livres para fazer as escolhas desde que elas estejam adequadas aos padrões por ela impostos), mas preciso dar o máximo de mim para tentar mudar os conceitos que temos de homem e mulher e suas respectivas funções dentro da sociedade.

Na verdade, o que me move em direção a tudo isso é a esperança de que um dia essas atividades sejam tão comuns quanto o jornalismo e a biologia são agora. Acredito que elas só precisam ser amadurecidas como as demais foram anos atrás pelas outras que tiveram a coragem de enfrentar a todos e desbravaram áreas nunca antes ocupadas pelas mulheres.



Rondônia

A importância da atuação da mulher na sociedade

Bruna Angélica Borges

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Carlos Gomes – Cocal - RO

Inúmeras são as dificuldades e os desafios que caracterizam o exercício pleno e satisfatório das importantes atribuições das mulheres na sociedade, tendo em vista as diferenças que impedem a igualdade, os obstáculos que encontram no cotidiano, bem como as dificuldades para conquistarem seus espaços, sejam quais forem.

A atuação da mulher na sociedade requer reflexão de gênero no que diz respeito ao pleno acesso e mesmo valor, principalmente no reconhecimento aos direitos entre homem e mulher, de modo que não se prejudique o princípio de igualdade, com base no respeito à diferença, uma diferença que não discrimina, mas que faz crescer como pessoas humanas.

Em razão da cultura histórica e socialmente construída que naturaliza a desigualdade da mulher em relação ao homem e sua submissão sexual, o enfrentamento da questão se mostra difícil, uma vez que a violência de gênero possui também um componente discriminatório racial. Milhões de mulheres são vítimas de condutas que afetam a sua integridade sexual, física e psicológica, sendo grande parte dessas ocorrências no âmbito doméstico. Seja por medo, falta de credibilidade do sistema legal ou por coerção, muitas das vítimas não registram queixas junto às autoridades policiais, constituindo um problema de saúde pública e uma das causas mais relevantes da morbidade e mortalidade feminina.

A obrigatoriedade da autorização de terceiros para a assistência à saúde e à criminalização de práticas médicas utilizadas somente pelas mulheres, como o aborto, são restrições que violam o direito à igualdade, à vida e à saúde das mulheres, já que impedem seu acesso aos serviços de saúde e limitam autonomia reprodutiva feminina, aumentam o risco de morte e adoecimento desse segmento.

O acesso a serviços de planejamento familiar constitui um instrumento indispensável para a melhoria da qualidade da saúde reprodutiva, reduzindo a mortalidade materna, a prática de abortos, gravidez indesejada, DST e Aids, bem como o acesso universal igualitário às ações e serviços.

O direito à diversidade sexual, assim como o direito à liberdade, também vem como uma importante conquista, regularizando a parceria civil de pessoas do mesmo sexo, a “redesignação de sexo” e a mudança de registro civil para os transexuais, motivando a eliminação e sanção à violência e discriminação motivadas por orientação sexual.

É importante destacar que o desempenho no mercado de trabalho aponta a difícil tarefa do cotidiano, no que se refere à exposição, à discriminação de gênero associada à desigualdade salarial, à responsabilidade de gestação e criação dos filhos, sexualidade feminina, dentre outras. O crescimento da mulher depende de questões individuais do contexto social, em especial, o nível de desenvolvimento econômico, o mercado de trabalho e o grau de estratificação sexual na cultura predominante.

Mulheres com níveis educacionais mais alto geralmente têm a capacidade de melhorar a própria qualidade de vida e a de suas famílias com destaque ao aumento de renda, autonomia das decisões pessoais, controle sobre a própria fertilidade e da maior participação na via pública. Estão bem preparadas para se beneficiar das oportunidades existentes e dos serviços disponíveis e gerarem oportunidades alternativas e estrutura de apoio.

Pode-se dizer que, na retrospectiva histórica da conquista feminina, a mulher trabalha, estuda, tem educação, mas ainda está excluída de espaços de decisão, de formação teórica e da liderança institucional, nesse sentido, é necessário o apoio político, não para ser igual ao homem, mas para que tenha a liberdade de ser mulher, construir a auto-estima e ter acesso aos direitos do ponto de vista civil, social, econômico, político e cultural.



SÃO PAULO

Temas que não ganham concursos

Filipe de Freitas Serafim

Escola Municipal de Ensino Médio Vereador Antonio Sampaio – São Paulo -SP

Vinte, vinte e uma, vinte e duas, vinte e três, vinte e quatro horas da noite e os carros já andam devagar, ziguezagueiam pelas ruas de São Paulo, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte, Curitiba, Nova Iorque, Pequim, Madri, Tóquio...

Nas calçadas, descalçadas, ou no meio da pista, correndo de um lado para o outro, lá está ele se ajeitando... ele, ela, ela, ele, ele e ela, ela e ele, ela e ela, ele e ele, ele e eu, ela e eu, eu e...

Vestem-se, desvestem-se, arrumam-se, desarrumam-se, aparecem e escondem o que tem de mais secreto, o medo, pois a hora é esta e está na hora de ganhar o vintém. Eles sabem que a noite é fria, mas é preciso mostrar o que a noite tem, e os vejo firmes e fortes, enquanto bato os dentes, amarelados de cigarro e cheios de agonia. Agora estou ao longe e posso observá-los, especialmente quando olho para mim.

Quem é ele? Quem é ela? Quem sou eu? O que fazem? O que querem? O que procuram? O que procuro eu aqui? Ou será que só desejo ser encontrado?

Ao chegar parece ser homem, ao sair parece ser mulher, mas na verdade não é isso que importa. O que importa é saber se ainda resta uma gotinha de fé, fé em si, fé no outro, fé nos homens de boa vontade, fé em Deus e na “graça divina”.

Sempre ouvi dizer que devemos gostar do que fazemos em nossa profissão, trabalhar duro, honesta e sinceramente, promover cultura e felicidade e ser útil e solidário com os nossos irmãozinhos.

O trabalho eu sei que é duro, até onde me consta, honesto e sincero com os usuários, a cultura e felicidade estão implícitas, não se tem nenhuma sombra de dúvida sobre os aspectos utilitários e a imensa solidariedade, mas...

Será que eles gostam do que fazem?

Ei, rapaz, você gosta do que você faz?

Senhora, você gosta deste tipo de vida?

Será que é possível unir o útil ao agradável?

As verdades são ocultas, estão além da rota procurada, abaixo do esperado, transpondo o imaginário.

E o cenário?

Ah... o cenário...

Velhas putas, peitos caídos, desânimo, cansaço...

Juventude jogada fora ou aproveitada? Aproveitada por quem?

Explorada, descoberta, desbravada...

Aniquilada.

Já é meia noite e ninguém pára pra ela. Eu a vejo andando de um lado para o outro, paciente, impaciente, vai dizendo entre uma e outra baforada:

— Apenas um cliente, apenas um cliente, sussurra desesperada.

Em sua juventude muitos moços conheceu, muitos moços a ela se renderam, se venderam e também alguns pedidos foram negados.

Talvez, em sua juventude pensasse ser imortal, beleza para sempre, linda, formosa e gostosa, dinheiro e pouca prosa, sexo por diversão, prazer sim, mas amor não.

E lá estava ela, de longe a vejo, tremendo de frio, nas ruas desse Brasil. Vejo decotes, picotes e picotadas e caras, todas as caras, pintadas.

Seus nomes?

Evas de voz grossa e rouca.

Iris de pinta negra na face.

Pauletes de mãos finas e frias.

Magalis de olhos azuis e sobrancelhas falhadas.

Marcelas com peitos falsos de silicone e toda depilada.

O que fazem?

Trabalham.

Ensinam, satisfazem e agradam.

Vinte, vinte e uma, vinte e duas, vinte e três, vinte e quatro horas da noite e lá estão elas nas ruas, ***mulheres de vida fácil***, por entre elas pessoas vêm, pessoas vão, uns sim, uns não, muitos nem olhares lhe dão.

E se pudessem e se soubessem, cantariam:

Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós...

Liberdade...

Liberdade pra quê?

Vamos democratizar a liberdade, a liberdade de se expressar, de se expressar através do corpo, movimentos, dança, tremores...

Vamos nos satisfazer.

Satisfação garantida ou seu dinheiro de volta...
De volta, de volta, de volta, a volta...

Muitas voltas e, nessas voltas que essa vida dá, as pessoas passam a sua frente e não a vêem mais, menosprezam, desprezam, não fazem mais caso, não levam em conta.
Uma puta velha.
Uma velha puta.

E as Marcelas, ali por perto, ali ao lado, estão mexendo em um de seus bolsos, ajeitado de lado o que sempre as incomoda, colocando pra trás, colocando para cima, colocando para baixo, o que não é pra ser visto, o que nunca deveria ter nascido, desabrochado, enganando quem passa, se enganando e sendo enganado.

Nas ruas universais, vielas, beiradas, em cada esquina, lá estão eles, lá estão elas, e sempre alguém para vigiar, vigiar e punir, um namorado, um cafetão, um gigolô ou um tarado.

Pessoas de todos os tipos em busca de preços mais baratos, de mulheres ou homens mais jovens e bonitos, e a pobre e velha puta está lá, ficando cada vez mais de lado.

De repente, passa um carro, alta velocidade, bancos de couro, faróis estilizados e muito palavreado:

*“Ei, João sapatão, amanhã a gente se vê no campo.
Mulher de duas bolas, te quero no meu time.
Aberração, Aberração, Aberração, Aberração...
Filhos do demônio, filhos do cão, filhos do diabo”.*

E é muita sorte quando fica só no palavreado...

Porque também se faz festa com espancamentos, ignorância, humilhação e maus tratos e até morte, em alguns casos. Mas para esse tipo de festa parece não haver pecado, especialmente quando alguns dos participantes são filhos de deputados, juízes e advogados.

E vão passando as horas, vinte, vinte e uma, vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro reais...

Na calada da noite, no sinistro dos becos, nas vielas frias, nas coisas da vida – Prostituta – é esse seu nome, aquela que pratica o ato sexual por dinheiro. Degradação – é seu destino.

Quantos são os que se vendem e não recebem esse nome...

Preciso sair de onde estou e ver o tráfico, o tráfico de mulheres, mulheres que vão de estados para estados, que saem de suas cidades e vão para cidades distantes, sem pátria, sem mãe, sem fãtria, sem direitos, sem liberdade, **sem igualdade.**

Seus nomes serão mudados, seus rostos plastificados, seus corpos remodelados, alguns ficarão renomados e entre João e Maria e Maria e João. Teremos Maria João e João Maria, salpicando de farelos de pão os caminhos das florestas, para quem sabe, um dia, encontrarem de volta o caminho de casa.



Menção Honrosa

Igualdade de Gênero e Homofobia: Uma Política Por Construir

Valdemar Alves Ferreira

Escola Estadual Prudente de Moraes – São Paulo – SP

O Brasil é o campeão mundial de assassinatos de gays, lésbicas e travestis. A cada três dias os jornais divulgam a morte de mais um homossexual, vítima da homofobia, vítima de crime violento. O Brasil é um país contraditório, pois ao mesmo tempo em que exporta travestis para a Europa, que aplaude no carnaval os transformistas, no dia -a - dia, discrimina, humilha e mata homossexuais.

O ano de 1977 pode ser considerado como a data inicial do Movimento Homossexual Brasileiro: nesse ano, a convite do advogado gaúcho-carioca, João Antônio Mascarenhas, o editor do *Gay Sunshine*, Winston Leyland, fez uma visita ao Brasil, sendo cancelada sua conferência na Universidade, mas recebendo enorme divulgação na imprensa nacional. Estimulados por este fato, alguns intelectuais gays do Rio de Janeiro e São Paulo fundaram, em abril de 1978, o primeiro, e até hoje, principal jornal homossexual brasileiro, *O Lampião*, o qual serviu de veículo e reforço para a fundação em São Paulo, no ano seguinte - fevereiro de 1979 - do primeiro grupo brasileiro de militância gay - o *Somos*, que adotou o mesmo nome da pioneira revista homossexual publicada na América do Sul pela Frente de Libertação Homossexual da Argentina.

Nessas quase três décadas de afirmação homossexual, mais de uma dezena de intelectuais gays publicou artigos e livros tendo a homossexualidade como tema - ensaios literários, pesquisas e estudos sobre diferentes aspectos da subcultura gay no Brasil. Mais da metade desses autores ostenta em comum, além da orientação homossexual, a particularidade de terem em algum tempo de suas vidas militado no MHB - o Movimento Homossexual Brasileiro - ou participado de jornais e revistas de afirmação homossexual. Entre esses autores, destacam-se: Darci Penteado, Herbert Daniel, João Silvério Trevisan, Luiz Mott e Richard Parker.

A falta de *esprit de corps* entre os amantes do mesmo sexo tem raízes profundas e antigas entre os homossexuais, pois sendo a sodomia considerada pela tradição luso-brasileira como o mais torpe, sujo e desonesto pecado, crime punível com a morte na fogueira, a estratégia de sobrevivência desta população sempre foi o individualismo, o ocultamento e a clandestinidade. Diferentemente do judeu e de outras minorias que, mesmo perseguidos, alimentam o orgulho de sua tradição, desenvolvendo mil mecanismos de socialização intragrupal, a lésbica e o gay são seres solitários que raríssimamente podem contar com algum modelo de aprendizado de como ser homossexual.

Abiografia da maior parte dos membros desta minoria inclui todo tipo de discriminação:

insultos, surras, psicoterapia compulsória, expulsão de casa, assassinatos. Ainda hoje, é comum ouvir-se de pais e mães brasileiros: “prefiro um filho morto do que veado”. Há registros de famílias que mataram ou mandaram matar seus filhos quando descobriram que eram homossexuais. Há dois governadores na história recente do estado da Bahia que o povo aponta como mandantes do assassinato, um de um filho, outro, do genro. Embora desde 1821, com a extinção do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, e de 1824, com a promulgação da primeira Constituição do Brasil, a *sodomia* tenha deixado de ser crime, não obstante, persiste ainda a mesma ideologia machista cristalizada no ditado nordestino: “bicha tem mais é que morrer!”. A idéia bíblica do sexo somente para a procriação tem sido um forte aliado na construção preconceituosa da homossexualidade. É preciso discutir o que nos motiva e o que buscamos numa relação sexual sadia. É algo que não se restringe à procriação. Além disso, a repressão de nossos desejos pode ser causa de muito sofrimento e infidelidade.

O preconceito nasce da falta de informação e, geralmente, é reproduzido automaticamente. Esse comportamento alimenta a intolerância e destitui de cidadania todos os que se diferem dos padrões considerados “normais” num determinado contexto. A homossexualidade é ainda um tema cercado de mitos, tabus e preconceitos.

Para mudar essa realidade, é fundamental discutir os padrões de “normalidade” impostos pela sociedade e as manifestações da diversidade. É fundamental encarar a homossexualidade como orientação sexual. Não se trata de escolha. A única diferença entre héteros e homossexuais é o objeto de desejo.

Por fim, discutir o gênero, a homofobia e o respeito à orientação do outro é urgente. Se a educação é uma ferramenta de transformação social, a identidade, nesse plano, é essencial. Se eu não sei quem sou, provavelmente não saberei me valorizar. O caminho é buscar mecanismo que atinja a ética do ser ou da convivência entre os iguais. No entanto, o respeito não pode ser apenas uma bandeira. Tem que ser um exercício de fato, que contemple a cidadania do homossexual, da lésbica, da mulher, do negro, do índio, do estrangeiro, da pessoa com necessidades especiais.



Menção Honrosa

Mulher Brasileira for export: carnaval, favela e bunda

Eraldo Souza dos Santos

Centro Federal de Educação Tecnológica – São Paulo – SP

Caro(a) leitor(a),

Minha redação é uma reflexão sobre a imagem que o exterior tem da mulher brasileira. O que os estrangeiros, sejam americanos, russos, chilenos, etc. pensam quando ouvem essa expressão “mulher brasileira”? O que nós mesmos, brasileiros(as), pensamos quando falamos da mulher brasileira? E para entendermos essa questão, também se faz necessária a pergunta: o que os estrangeiros pensam sobre o nosso país e a nossa gente? O conceito que se faz do Brasil está próximo da realidade ou é carregado de preconceitos e estereótipos? Tentarei nesse texto, leitor(a), apresentar os fatos, pensá-los, repensá-los e criticá-los. Começemos o trabalho, então. A pergunta fundamental para começarmos a desvendar essa questão é: como o exterior recebe informações sobre o nosso país?

São importantes para construir um conceito de Brasil, em primeiro lugar, as obras cinematográficas ambientadas em nosso país, que são expostas anualmente em diversas mostras e festivais de cinema do mundo inteiro. Na história do cinema mundial, por exemplo, o Cinema Novo brasileiro, representado por cineastas como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos e Ruy Guerra, mereceu destaque pela audácia, inovação e coragem para desmascarar nossos problemas socioeconômicos com filmes como *Vidas Secas* (1963), *Terra em Transe* (1967) e *Macunaíma* (1969). O objetivo do movimento era, como declarou Glauber Rocha em seu manifesto *Uma eztétyka da fome*, expor nossa miséria para o mundo. Os filmes buscavam agredir o gosto daqueles que buscavam beleza e *glamour*, expondo a realidade, o brutal, o feio, o triste, a vida cruel daqueles menos favorecidos do nosso país; era contra “a frescura para a burguesia ver”. Também são importantes filmes mais atuais, como *Cidade de Deus* (2002), que chegou a concorrer a um Oscar, um importante prêmio do cinema; *Tropa de Elite* (2007); e *Antônia* (2007).

Também devemos levar em conta que grande parte das telenovelas de emissoras brasileiras são comercializadas para os demais países e através delas se passa para o exterior uma idéia de Brasil, uma idéia que pode chegar já com vários preconceitos (dos próprios brasileiros) embutidos. Em terceiro lugar, devemos levar em consideração a ação da mídia, que atinge, seja através da televisão, do rádio, das revistas, da Internet ou dos jornais, a esmagadora maioria das pessoas, levando notícias sobre o que ocorre no nosso país.

Todos esses meios transmitem idéias da nossa terra para o exterior. Quais são essas idéias sobre o Brasil?

Predomina a imagem do subdesenvolvimento ou do “em vias de desenvolvimento”, da desigualdade social, da corrupção e da nossa pobreza, reforçada pelas imagens das favelas, dos tiroteios, das brigas entre facções criminosas que ameaçam o bem-estar da população. Ao mesmo tempo, se pensa no Brasil como um país bonito, com inúmeras belezas naturais e uma grande biodiversidade. Somos “um país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”, onde em fevereiro (às vezes em março) tem carnaval; terra do futebol, do Ronaldinho, do Pelé, da Marta, único país pentacampeão na Copa do Mundo; terra do Sol, da capoeira, da “mulata bonita” de bumbum grande e peitão; terra dos prazeres, das orgias, dos delírios, onde tudo é permitido, pois “abaixo da linha do Equador não existe pecado”; terra do samba, do pagode, do axé, do candomblé, da capoeira; terra do Cristo Redentor, do Pão de Açúcar, das matas, do trio-elétrico, dos bonecos de Olinda, das praias sem fim. É, na esmagadora maioria das vezes, essa a imagem que convida os turistas a virem ao Brasil. Nossas novelas e filmes reforçam essa imagem muitas vezes (e de tanto repetida nem percebemos o quanto preconceituosa e limitada ela é), tanto para chamar turistas, quanto para vender filmes. Não estamos falando mais da *eztélyka* da fome pregada por Glauber Rocha, mas do que Ivana Bentes, crítica de cinema, chama de *cosmética da fome*. Trata-se de um modo de mascarar os nossos problemas sociais para torná-los vendáveis, fantasiá-los para lhes dar brilho e exotismo. É principalmente essa imagem que o exterior tem quando pensa em Brasil – uma imagem irreal. E quando se pensa em mulher brasileira? Algo semelhante. A mulher brasileira acaba se tornando parte integrante dos pacotes turísticos. Quando se pensa nela, se pensa na tríade Carnaval-Favela-Bunda.

Em primeiro lugar, o carnaval: a festa da permissividade, das loucuras e das orgias. Uma imagem muito comum, que geralmente é associada à mulher brasileira, é a “morena” de salto alto, seminua, cheia de purpurina no corpo, dançando, rebolando e requebrando até o chão. Não quero dizer, amigo(a) leitor(a), que a nudez é errada ou que o carnaval deve ser combatido por ser uma festa impudica e promíscua. A questão é que essa visão de mulher brasileira é muito limitada; nem toda mulher brasileira sai no carnaval, nem toda mulher brasileira é “morena de corpo escultural”. Esse é outro mito que predomina em muitos países: de que todo o nosso povo tem as características corporais de povos africanos e indígenas. Não se leva em conta a nossa grande diversidade étnica que vem desde nossa colonização, com a união do elemento africano, elemento europeu e do elemento indígena; que continuou com as imigrações do século passado, quando vieram japoneses, italianos, espanhóis, etc, e que continua até hoje, com a vinda de pessoas de todo mundo, sejam americanos, bolivianos, peruanos, etc. Somos um caldeirão cultural.

Em segundo lugar, a favela. A mulher brasileira é associada à pobreza e à miséria.

Outro ponto que deve ser desmistificado. Existem mulheres pobres aqui? Existem. Mas vivemos num país onde, infelizmente, existe uma enorme desigualdade social e não se pode dizer de modo geral que “a mulher brasileira é uma mulher pobre”. Do mesmo modo que não podemos falar que a mulher brasileira vive na miséria, também não se pode dizer que a mulher brasileira é somente empregada doméstica, babá e prostituta. Primeiramente, estaríamos sendo preconceituosos em relação a essas profissões que são tão dignas como outras quaisquer. Em segundo lugar, estaríamos novamente deixando de olhar o todo: e as físicas? e as filósofas? e as sociólogas? e as historiadoras? e as escritoras? e as arqueólogas? e as professoras? e as taxistas? e as gerentes? e as mestres-de-obra? e as esportistas? São diversas as profissões e ocupações da mulher brasileira. E no exterior também ela alcança importância, como, por exemplo, a filósofa brasileira Marilena Chauí, que recebeu o título de *doutor honoris causa* da Universidade de Paris.

Em terceiro lugar, a bunda. Sim, a bunda, leitor(a), mas não só a bunda: todo o corpo. A mulher brasileira é reduzida a objeto, e objeto num sentido muito restrito, o de *objeto sexual*. É vista como um objeto e não como um sujeito que é capaz de sentimentos, de ter opiniões e dotada de inteligência. Usamos os objetos e quando eles não nos são mais úteis os jogamos no lixo. A mulher brasileira é a mulher para alguns instantes de prazer, de luxúria e de delírio. Depois, paga-se (em dólar, principalmente) o valor do serviço, ela se veste e vai embora.

Nós, brasileiros, por mais que não queiramos, também carregamos preconceitos em relação ao exterior. São idéias estereotipadas que ficam em nossas cabeças e que são reforçadas pelos filmes, ensinamentos, pela mídia, etc. Será mesmo que todos os alemães são brancos de olhos azuis? Que todos os africanos são negros e pobres? Que o Oriente Médio se resume a terrorismo, areia, bombas, e terroristas explodindo bombas no meio da areia, leitor(a)?

Em seu próprio país, a mulher brasileira ainda luta por seus direitos, mas embora tenha conseguido avanços significativos, ainda sofre preconceitos. Nosso país ainda é um país machista e conservador e, para muitas pessoas (tanto homens quanto mulheres), o lugar da mulher é do tanque para o fogão. Temos como herança do passado colonial um pensamento machista que vem da casa de engenho, onde o senhor (o patriarca) tinha o poder de mandar e desmandar em tudo e todos que estivessem dentro de suas terras. Até hoje a mulher brasileira luta para descobrir *sua própria identidade*, pois esta sempre é dada em função do papel masculino: a boa esposa dorme com seu bom marido, a prostituta dorme com seu cliente e a freira dorme com Jesus Cristo. Assim, nós mesmos, brasileiros, estamos sendo hipócritas quando reclamamos de um preconceito que vem de fora, quando não somos capazes de enxergar o preconceito que vem de dentro.

É necessária uma luta. A dignidade inerente a todos os seres humanos não permite que alguém seja tratado como objeto. Vivemos sob a égide do sistema capitalista e nele tudo está passível de se tornar mercadoria. É isso o que se tornou a mulher brasileira: produto. Do mesmo modo que exportamos o café, a laranja, a pinga e a carne bovina, também exportamos a mulher brasileira, parte integrante dos pacotes turísticos. No mundo utilitário em que vivemos, onde prevalece o prestígio do dinheiro, nós, indivíduos, nos tornamos objeto e tratamos os outros assim, sem respeitar sua dignidade e sem se auto-respeitar.

Ao mesmo tempo, devemos nos esforçar para nos livrarmos das rédeas que vem do exterior e nos voltarmos para nossa própria identidade, para nossa própria cultura. Nosso modo de se vestir, de pensar, de falar, de comer sempre são regidos pelos padrões de fora, principalmente pelo *american way of life*. Se continuarmos nos orientando desse modo, pela tutela do exterior, chegaremos a um ponto (ou já chegamos) de acharmos que a mulher é realmente carnaval, bunda e favela. Devemos nos livrar desse colonialismo cultural e atingirmos a nossa maioria. Qual será nossa identidade? Quem será o brasileiro? Será como disse Silvio Romero, que ele é “imitador do estrangeiro”, “de talentos precoces”, “mais apto para queixar-se do que para inventar”, “mais contemplativo que pensador”? Ou como disse Alfonso Celso, um povo com “falta de iniciativa, de decisão e de firmeza”? De repente, como afirmou Manoel Bonfim, uma gente “parasita”, “com horror ao trabalho livre”, de “desânimo fácil” e “tendência à lamentação”? Afinal, somos realmente um povo sem filosofia, sem ciência e sem poesia? Se continuarmos assim, não poderemos negar tais preconceitos. É necessária uma mudança, uma revolução. Do modo que está, continuaremos nos vendo e deixando o exterior nos ver como “estranho surrealismo tropical” e nossas mulheres como produto *for export*.

✂ REFERÊNCIAS

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. 11. ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual: essa nossa desconhecida*. 11. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. *Convite à filosofia*. 12. ed. São Paulo, Ática, 2002.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 1.ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

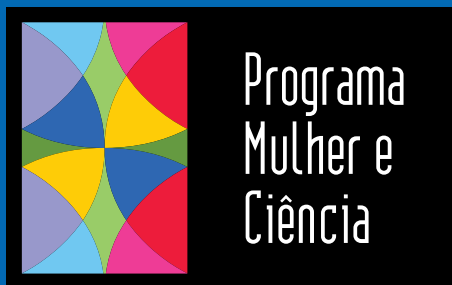
<http://www.tempoglauber.com.br/glauber/Textos/eztetyka.htm> (Eztetyka da Fome, de Glauber Rocha) - Consultado em 18/12/2007.

<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT373958-1661,00.html> (A cosmética da fome em Cidade de Deus) - Consultado em 18/12/2007.

<http://letras.terra.com.br/jorge-ben-jor/46647> (*País tropical*, música de Jorge Benjor)

<http://aroundbrazil.blogspot.com/2007/08/pa-uma-baianidade-for-export.html> (Ó, pai, ó - uma baianidade for export).





Promoção

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM/PR

Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM